

# Espacialidades

Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN

## ESPAÇOS DE GUERRA, TERRITÓRIOS DO DESEJO:

CONFLITO, NEGOCIAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER NA  
CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS

volume 9

Junho - 2016

ISSN: 1984-817X

# ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN

Espacialidades

2016, Volume 9, Número 1 - ISSN: 1984-817X

**Dossiê: Espaços de Guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Editora gestora: Lívia Brenda da Silva Barbosa

Vice-editor gestor e gerenciador do site: Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho

Secretário-geral: Aledson Manoel Silva Dantas

Secretário de comunicações e redes sociais: Tyego Franklim da Silva

Normatização: Raphael Alves da Costa Torres e Cid Moraes Silveira

Corretor: Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Imagem de capa: arte de Adriel Silva | [fladriel@hotmail.com](mailto:fladriel@hotmail.com), por meio das seguintes imagens:

1. Cena do filme A Guerra do fogo. 1981, Direção: Jean-Jacques Annaud.
2. Réplica do cavalo de troia, utilizado no filme Tróia, preservado em Çanakkale, Turquia. Fonte: <https://onemorescene.wordpress.com>
3. Detalhe de um sarcófago romano em mármore, mostrando cena de mitologia greco-romana. Procedência: Vicovaro, data desconhecida. Fonte: wikimedia. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ad/0\\_Sarcophage\\_-\\_Chasse\\_au\\_Sanglier\\_de\\_Calydon\\_-\\_Muséi\\_Capitolini\\_-\\_MC0917\\_%281%29.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ad/0_Sarcophage_-_Chasse_au_Sanglier_de_Calydon_-_Muséi_Capitolini_-_MC0917_%281%29.JPG)
4. Guerreiros da tribo dos itangapuques do Rio Madeira, Amazonas, por volta de 1930 – estação – 19 abril 2012 - Garbin, Luciana. Índios no começo do século <http://blogs.estadao.com.br/album-de-retratos/indios-no-comeco-do-seculo/>
5. Raising the flag on Iwo Jima, por Joe Rosenthal, 23 de fevereiro de 1945. Fonte: wikimedia. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/a/a1/WW2\\_Iwo\\_Jima\\_flag\\_raising.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/a/a1/WW2_Iwo_Jima_flag_raising.jpg)
6. A auto imolação de Thich Quang Duc, fotografada por Malcolm Browne. Fonte: Time. Disponível em: <http://time.com/3841060/iconic-vietnam-war-photos/>
7. Explosão do BADGER em 18 de Abril de 1953, como parte da Operação Upshot-Knothole, na Área de Testes de Nevada, Estados Unidos. Photo courtesy of National Nuclear Security Administration / Nevada Site Office
8. Criança soldado, autor desconhecido
9. Edifícios destruídos em Homs, na Síria, de Sergey Ponomarev
10. Marina Ginesta, 17-year-old communist militant, overlooking Barcelona during the Spanish Civil War, 1936 <http://rarehistoricalphotos.com/marina-ginesta-17-year-old-communist-militant-overlooking-barcelona-spanish-civil-war-1936/>
11. Guernica – Pablo Picasso

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Coordenador: Raimundo Pereira Alencar Arrais

Vice-coordenador: Helder do Nascimento Viana

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO  
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812. Universidade Federal do  
Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP  
59078-970 Natal/RN

Disponível/Disponible/Avaliable:

Site: [cchla.ufrn.br/espacialidades](http://cchla.ufrn.br/espacialidades) | E-mail: [espacialidades@gmail.com](mailto:espacialidades@gmail.com)

NATAL (RN) – BRASIL/2016

## CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

Alarcon Agra do Ó (UAHG)

Alessandra Isabel de Carvalho (UEPG)

Alessandro Dozena (UFRN)

Candice Vidal e Souza (PUC – MG)

Cristiano Luís Christillino (UEPB)

Frederico de Castro Neves (UFC)

Haroldo Loguercio Carvalho (UFRN)

João Ernani Furtado Filho (UFC)

José Otávio Aguiar (UFCEG)

Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Leila Bianchi Aguiar (UFRJ)

Márcia Severina Vasques (UFRN)

Margarida de Souza Neves (PUC – RJ)

Manoela da Silva Pedroza (UFRJ)

Rubenilson Brazão Teixeira (UFRN)

Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)

## SUMÁRIO

Apresentação ..... 8

### *Dossiê*

**Para além das guerras: a representação do espaço na arte assíria ..... 15**

Katia Maria Paim Pozzer (UFRGS)

**O saque de Roma pelos visigodos: visões tardo-antigas ..... 35**

Fabiano de Souza Coelho (UFRJ)

Luís Eduardo Formentini (UFES)

**Conjuntura e estruturação dos espaços de poder do marquesado da Toscana  
no século XI ..... 49**

Natalia Dias Madureira (UFMT)

**Conflitos judiciais, espaços de jurisdição e estruturação administrativa da  
justiça na capitania do Rio Grande (Comarca da Paraíba / Rio Grande do  
Norte, 1789 – 1821) ..... 84**

Antonio Filipe Pereira Caetano (UFAL)

**Os retirantes e a municipalidade no Rio Grande do Norte durante a seca de  
1877 ..... 113**

Ana Carolina da Silva Santana (UFRN)

João Fernando Barreto de Brito (UFRJ)

**Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte rio-grandense e cearense durante na retomada da questão de limites entre os sócios do IHGA-CE e o IHG-RN ..... 140**

Saul Estevam Fernandes (PUC – RS)

**Banditismo e modernização: cangaceiros, malfeitores, ladrões de cavalos e suas redes de solidariedade avessas ao poder policial (Paraíba, 1930-1950) .. 166**

Luiz Mário Dantas Burity (UFPB)

**O Brasil, a América Latina e a Europa: o acordo Mercosul/União Europeia, um retrospecto de uma negociação ainda não concluída ..... 191**

Rodrigo Cássio Marinho da Silva (UFRJ)

*Seção livre*

**Fronteiras da memória, identidades imaginadas: uma análise histórica e cultural das fronteiras da Carélia no contexto da emancipação finlandesa, XIV-XIX ..... 225**

Marcos Saulo de Assis Nóbrega (UFCG)

**A câmara faz a festa, “ainda que estranho se acordarem tão tarde”: celebrações possíveis na Natal setecentista ..... 251**

Kleyson Bruno Chaves Barbosa (UFRN)

**Uma discussão de classe e uma história social do blues no sul dos Estados Unidos ..... 278**

André Felipe de Albuquerque Espínola (UEPB)

**“Como essa nunca tinha visto!” – devoção a Nossa Senhora Medianeira – a Igreja, o poder municipal e os devotos ..... 315**

Francielle Moreira Cassol (UPF)

**O carnaval de Natal (RN): espaços de transformação no tempo da folia ..... 341**

Alessandro Dozena (UFRN)

Valdemiro Severiano Filho (UFRN)

*Resenha*

**As representações do progresso em Londrina, uma História regional do norte do Paraná ..... 364**

Oswaldo Fiorato Junior (UEL)

*Entrevista*

Profa. Dra. Sabrina Evangelista Medeiros (UFRJ/ Escola de Guerra Naval)  
..... 370

## Apresentação

O homem vive, em grande parte de sua vida, uma busca por espaço. Seja de forma concreta, um lar para morar, ou abstrata, como um lugar no espaço post-mortem. Por toda a História, homens, nações, povos, etnias e sociedades empreenderam uma procura semelhante ao definirem territórios e linhas divisórias do que é seu e do que pertence ao outro. Esta definição produziu conflitos por espaços que englobaram desde a necessidade de se alimentar, como o movimento descontínuo de conquistas das terras férteis da Mesopotâmia, a busca por riquezas a serem aproveitadas, dos impérios ultramarinos e o controle das diferentes colônias, resultado de expedições e guerras travadas entre nações e povos nativos ou, no século XX, na busca dos Estados Nacionais por um “espaço vital” necessário ao progresso, até determinadas formas de conceber o mundo por meio de disputas por "lugares sagrados", sejam eles concretos ou abstratos.

A construção dos espaços pode estar intimamente ligada àquilo que se almeja ter, que se sonha para um propósito, com um novo lugar para viver, a extensão do poder de conquista, a expansão de mercados, o aumento do lucro ou até o imaginário de um lugar sagrado. Nesse sentido, o desejo pelo espaço que já era de outrem ou que estava entre interesses diferentes, levou à disputa de grandes guerras, conflitos, embates e transformações nos indivíduos e na sua forma de compreender os espaços. Tais relações de poder foram fundamentais à definição de pertencas, o estabelecimento ou não de fronteiras, a organização de movimentos de resistência e de negociação. Todas essas dinâmicas contribuíram à (des)construção dos espaços que eram almejados por indivíduos, povos, etnias ou quaisquer organizações estatais – que empreendiam esforços e estratégias para dominar àquilo que sonhavam ter sob suas posses. Percebendo-se a constância das disputas pelo espaço na História e a maleabilidade das fronteiras estabelecidas pelas diferentes formas de territórios e espacialidades e a importância desta temática para o enriquecimento do debate da

relação *História e Espaços*, pauta central deste periódico, é com imenso prazer que a Revista Espacialidades apresenta o seu 9º volume com o dossiê “*Espaços de guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços*”.

O projeto deste dossiê começou a ser pensado já meados de 2015 como resultado de conversas a respeito de qual seria a temática do dossiê do volume 9, referente ao semestre janeiro-junho de 2016. Após uma longa divulgação da chamada para o dossiê foram recebidas diferentes propostas para esta publicação. Criteriosamente avaliadas pelo Conselho consultivo da Revista Espacialidades, composto por professores e pesquisadores de universidades das mais diferentes regiões do país, os artigos recebidos e aprovados estão aqui apresentados neste volume. Além dos 8 artigos que compõe o dossiê temático “*Espaços de guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços*”, este volume contém mais 5 artigos na sua seção livre. Após a seção livre, apresentamos também uma resenha e uma entrevista realizada pela Equipe editorial da Revista com a professora Dra. Sabrina Evangelista Medeiros, envolvida com pesquisas que se encaixam com o tema do dossiê “*Espaços de guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços*”. Publicações estas que serão explicitadas logo em seguida, nesta breve Apresentação.

A Equipe editorial da Revista Espacialidades composta por membros do Programa de Pós-graduação em História da UFRN e sob a chefia editorial do professor Dr. Magno Francisco de Jesus Santos, professor do Departamento de História da UFRN, orgulha-se da sua mais nova publicação, resultado de muito trabalho e de contribuições feitas por pesquisadores de todo o país, que se interessaram em publicar na Revista Espacialidades enviaram as suas propostas. A todos, nosso agradecimento.

Não somente aos proponentes de publicações, agradecemos imensamente aos membros do Conselho consultivo deste volume. Professores e pesquisadores das mais diversas universidades que com muita dedicação e criticidade contribuíram, em

grande medida, para a consolidação do projeto pensado ainda em 2015 para este volume. Por meio de suas avaliações e pareceres, foi possível selecionar as publicações deste dossiê e ainda proporcionar o diálogo e enriquecimento das pesquisas e trabalhos de todos os que enviaram propostas de publicação para este volume. A Equipe editorial agradece ainda ao mestre pelo PPGH-UFRN, Adriel Silva, que contribuiu com a elaboração da capa deste dossiê, que com seu talento nos presenteou com a expressiva montagem que abre o volume 9 do nosso periódico.

Seguimos com uma breve apresentação dos textos e seções que compõem este volume, publicações que certamente contribuirão para o avanço do diálogo, da pesquisa e do debate dentro da relação *História e Espaços*.

Inaugurando o *Dossiê* desta edição a professora Dra. Katia Maria Paim Pozzer, do Departamento de Artes Visuais da UFRGS, apresenta o artigo “*Para além das guerras: a representação do espaço na arte assíria*”, tratando sobre a representação imagética do espaço geográfico no período da neoassíria, por meio do estudo de um relevo parietal em uma conjuntura de forte expansão territorial do Império.

Em seguida têm-se o artigo “*O saque de Roma pelos visigodos: visões tardo-antigas*” trabalho realizado pelo doutorando em História pela UFRJ Fabiano de Souza Coelho e pelo doutorando em História pela UFES, Luís Eduardo Formentini, no qual fizeram uma análise do saque de Roma realizado pelos visigodos em 410 a.c, debatendo a influência deste acontecimento no processo de desagregação do Império do Ocidente.

O terceiro artigo do dossiê intitula-se “*Conjuntura e estruturação dos espaços de poder do marquesado da Toscana no século XI*” e foi proposto pela mestranda em História da UFMT, Natalia Dias Madureira. O texto aborda os conflitos existentes no contexto do concílio realizado em Mântua, em 1064, no marquesado de toscana, discutindo as relações de poder entre Igreja e famílias da região que estiveram envolvidas no concílio.

Em seguida, saindo dos trabalhos que compreendem o recorte temporal da antiguidade e do medievo, apresentamos o artigo “*Conflitos judiciais, espaços de jurisdição e estruturação administrativa da justiça na capitania do Rio Grande (Comarca da Paraíba / Rio Grande do Norte, 1789 – 1821)*”, trabalho do prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano, do Departamento de História da UFAL. Neste artigo, o autor tem como foco discutir os conflitos de jurisdições e os problemas administrativos ocorridos na Capitania do Rio Grande (do Norte) entre 1789-1821.

Ainda tratando do contexto do Rio Grande do Norte, mas agora no período do Brasil Império o artigo “*Os retirantes e a municipalidade no Rio Grande do Norte durante a seca de 1877*”, elaborado Ana Carolina da Silva Santana, graduada em História pela UFRN e por João Fernando Barreto de Brito, doutorando em História pela UFRJ, tem como objetivo analisar os conflitos entre a massa de trabalhadores livres e as elites locais, na conjuntura das Comissões de Socorros, estabelecidas pelos presidentes de província durante a seca de 1877.

Nessa ordem, ainda tratando do Rio Grande do Norte, o quinto artigo deste dossiê, de autoria do doutorando em História da PUC – RS, Saul Estevam Fernandes, “*Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte rio-grandense e cearense durante na retomada da questão de limites entre os sócios do IHGA-CE e o IHG-RN*”, objetiva discutir a retomada da Questão de Limites entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará (1894-1920). Além disso, o texto toma como problemática central as tentativas dos intelectuais cearenses e potiguares em dizerem os territórios dos dois estados por meios de cronistas, memórias, descrições, comemorações e mapas.

Mudando de uma temática mais concentrada no Rio Grande do Norte para a Paraíba, mas ainda tratando da relação entre conflitos e espaços, apresentamos o artigo intitulado “*Banditismo e modernização: cangaceiros, malfeitores, ladrões de cavalos e suas redes de solidariedade avessas ao poder policial (Paraíba, 1930-1950)*”, trabalho realizado pelo mestrando em História da UFPB Luiz Mário Dantas Burity. Nessa proposta, o autor visa, em uma análise da decadência do banditismo, atentar para as mudanças e

permanências que ocorreram nas regiões atingidas pelo banditismo, na Paraíba, entre 1930 e 1950.

Fechando o dossiê *“Espaços de guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços”*, trazemos o artigo *“O Brasil, a América Latina e a Europa: o acordo Mercosul/União Europeia, um retrospecto de uma negociação ainda não concluída”*, do bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ, Rodrigo Cássio Marinho da Silva. O trabalho aborda as implicações da política de subsídio europeia e as consequências para o Mercosul e seu processo de integração, encerrando o dossiê com um tema ligado a negociação, espaços e poder nas relações internacionais.

\* \* \*

Abrindo a *Seção livre* deste volume, trazemos o artigo *“Fronteiras da memória, identidades imaginadas: uma análise histórica e cultural das fronteiras da Carélia no contexto da emancipação finlandesa, XIV-XIX”*, de autoria do graduado em História pela UFCG, Marcos Saulo de Assis Nóbrega. O artigo tem como objetivo analisar as questões pertinentes a cultura da região fronteiriça da Carélia, desde o século XIV, abordando ainda o processo de emancipação da Finlândia e seu processo de formação do ideário nacionalista no século XIX.

Já o trabalho do mestrando em História pela UFRN, Kleyson Bruno Chaves Barbosa, *“A câmara faz a festa, “ainda que estranho se acordarem tão tarde”: celebrações possíveis na Natal setecentista”*, trata sobre o papel do Senado da Câmara da cidade do Natal quanto a organização e a celebração de festividades na cidade, no século XVIII, analisando um dos aspectos do cotidiano do espaço urbano colonial neste período.

O artigo *“Uma discussão de classe e uma história social do blues no sul dos Estados Unidos”*, feito pelo graduado em História pela UFPB, André Felipe de Albuquerque Espínola nos traz uma análise da experiência cultural com a música, o *blues*, desenvolvida entre os trabalhadores dos Estados Unidos no início do século XX,

ao redor do Delta do Mississippi. Assim, o autor tenta compreender como essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de estilo musical entre as décadas de 1930 a 1940.

Como parte da seção livre deste volume, temos também o artigo “*Como essa nunca tinha visto!*” – *devoção a Nossa Senhora Medianeira – a Igreja, o poder municipal e os devotos*”, da doutoranda em História pela UPF Francielle Moreira Cassol. O artigo traz uma análise sobre a romaria de Nossa Senhora Medianeira, no interior do Rio Grande do Sul, problematizando a sua patrimonialização e a transformação do evento religiosos em acontecimento de caráter também turístico.

Encerrando a seção livre do nosso volume 9, apresentamos o trabalho realizado pelo professor Dr. Alessandro Dozena, do departamento de História da UFRN e pelo doutorando em Ciências Sociais, pela mesma instituição, Valdemiro Severiano Filho. O artigo “*O carnaval de Natal (RN): espaços de transformação no tempo da folia*” traz um estudo sobre a institucionalização do carnaval em Natal a partir da década de 1930 até o tempo presente, considerando as dinâmicas sociais ligadas à festividade com foco nas relações de poder nela estabelecidas.

\* \* \*

Na seção *Resenhas*, têm-se a análise da obra *O Eldorado*, de autoria de José Miguel Arias Neto, realizada pelo pós-graduando em História pela UEL Osvaldo Fiorato Junior. A resenha intitulada “*As representações do progresso em Londrina, uma História regional do norte do Paraná*”, considera a influência da obra na constituição da historiografia regional do Norte do Paraná, fazendo um paralelo da relação entre a produção historiográfica e a construção dos espaços.

\* \* \*

Fechando o nosso dossiê, na última seção do nosso volume, apresentamos a entrevista concedida pela professora Dra. Sabrina Evangelista Medeiros, professora da UFRJ e da Escola Naval do Rio Janeiro. Especialista nos debates sobre relações internacionais, a professora Sabrina Evangelista traz em sua fala importantes debates sobre a conjuntura internacional contemporânea, tratando de forma muito enriquecedora sobre temas relevantes da atualidade, referentes a conflitos, negociações e política nas relações internacionais no tempo presente.

O editor-chefe e a Equipe editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma boa leitura!

Editor-chefe: Magno Francisco de Jesus Santos

Equipe editorial:

Aledson Manoel Silva Dantas

Cid Morais Silveira

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Giovanni Roberto Protásio Filho

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Raphael Alves da Costa Torres

Tyego Franklim da Silva

# PARA ALÉM DAS GUERRAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NA ARTE ASSÍRIA

Katia Maria Paim Pozzer<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 22/05/2016.

Artigo aceito em: 15/06/2016

## Resumo:

O presente artigo pretende discutir questões relacionadas à representação imagética do espaço geográfico, a partir do estudo de um relevo parietal da época neoassíria, em uma conjuntura de forte expansão territorial do império. As imagens evocam um momento que antecede a batalha e têm-se uma forte impressão de movimento das tropas. Além disso, os artistas da corte assíria tiveram preocupação em retratar, com certo naturalismo, a paisagem, tida como cenário desses acontecimentos.

**Palavras-chave:** Representação – Espaço – Assíria – Arte antiga.

## Résumé:

Cet article vise à discuter des questions relatives à la représentation de l'image de l'espace géographique, a partir de l'étude d'un relief pariétal de l'époque neoassyrienne, dans un environnement de forte expansion territoriale de l'empire. Les images évoquent un moment avant la bataille, et donnent une forte impression de

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela *Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne*; Professora do Curso de História da Arte, do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa **Laboratório do Mundo Antigo e Medieval** (LAMAM) no CNPq. <http://lattes.cnpq.br/9408053472324588>.

mouvement des troupes. Au-delà, les artistes de la cour assyrienne ont eu le souci de montrer, avec un certain naturalisme, le paysage, ayant été le scénario de ces événements.

**Mots-clés:** Représentation – Espace – Assyrie – Art ancien.

\* \* \*

## Introdução

Para discutirmos as representações das práticas imperialistas e a constituição do espaço no mundo antigo oriental é preciso, antes de mais nada, apresentarmos uma breve noção da geografia desta zona. O antigo Oriente Próximo<sup>2</sup>, uma região muito vasta, com relevos e vegetação muito variados, foi o contexto geográfico no qual se desenvolveram as primeiras civilizações.

Há 200 milhões de anos, duas antigas massas continentais começaram a se quebrar e escorregar uma sobre a outra, isto é, houve movimento das placas tectônicas. A placa arábica passou sob a placa iraniana e baixou, em relação ao nível do mar, formando o Golfo Pérsico<sup>3</sup> e as terras baixas da Mesopotâmia, onde correm os dois principais rios, o Tigre e o Eufrates. O mesmo movimento provocou a formação dos Montes Zagros, uma cadeia de montanhas, à nordeste da Mesopotâmia (ROAF, 2006, p.17).

---

<sup>2</sup> Esta terminologia foi criada ainda no século XIX, na Europa, dentro do contexto das grandes descobertas e escavações arqueológicas e possui um forte caráter eurocêntrico. Ela parte da perspectiva da Europa como centro do mundo, sendo a região da Mesopotâmia, à oeste, mas mais próxima do que a China e Japão, chamados de "Extremo Oriente". Ver importante discussão a esse respeito em SAID, 1990.

<sup>3</sup> A nomenclatura do Golfo também varia: os iranianos preferem chamá-lo de Golfo Pérsico, numa clara alusão ao passado persa da região e os árabes chamam-no de Golfo Árábico.

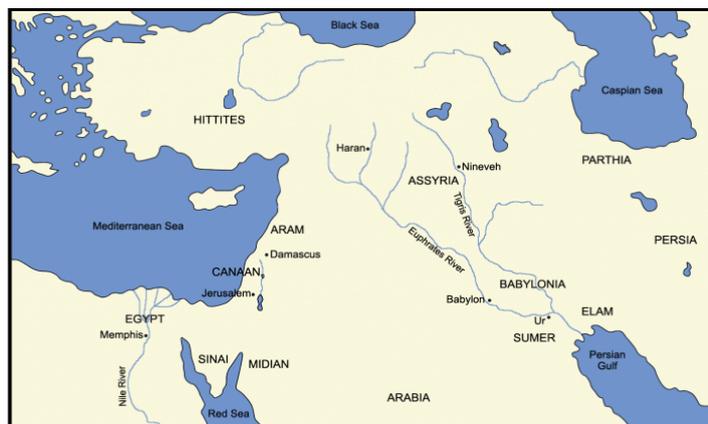


Fig. 1 – Mapa esquemático do Oriente Próximo

Fonte: <https://www.knowingthebible.net/bible-studies/maps-and-charts>

O Oriente Próximo também recebeu o nome de "País de Cinco Mares", pois ele é compreendido entre o Mar Mediterrâneo, o Mar Negro, o Mar Cáspio, o Golfo Árabo-Pérsico e o Mar Vermelho (Fig. 1). Porém, os mares tiveram um impacto menor do que a terra na instalação dos homens na região. O Oriente Próximo apresenta uma grande diversidade de paisagens: dos pântanos do sul do Iraque às montanhas cobertas de neve do Irã, passando pelo deserto basáltico da Jordânia e Síria e o deserto de areia do Saara no Egito. Cada meio geográfico possui uma vegetação diferente e impõe aos seus habitantes métodos diferentes de subsistência.

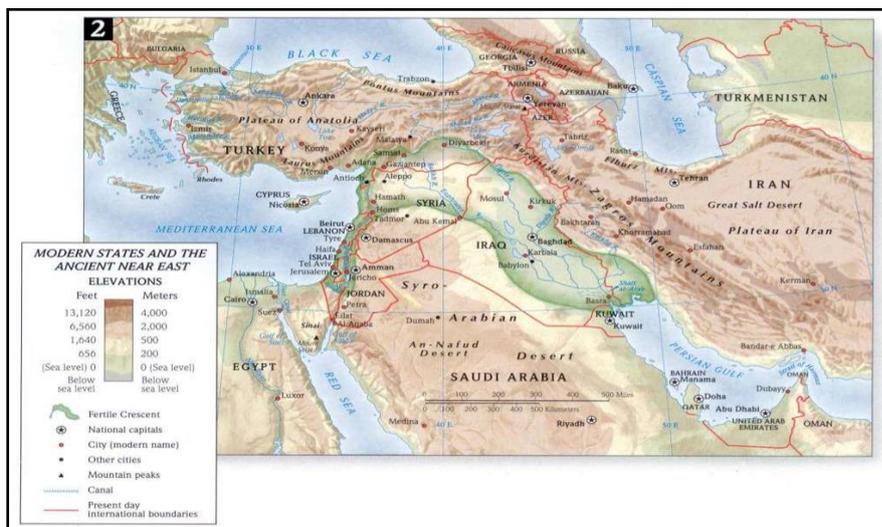


Fig. 2 – Mapa físico do Oriente Próximo

Fonte: <http://bibletech.net/Reference/Maps/ALL.html>

A paisagem e a vegetação da região são bem variadas devido aos processos geológicos e aos efeitos mais recentes da água, do vento e do gelo no antigo Oriente Próximo (Fig. 2). Tem-se ali cinco situações distintas (ROAF, 2006, p. 21):

1. Costa Mediterrânea: florestas abertas com espécies de pinheiros que sofrem desmatamento milenar, há regiões onde a floresta foi substituída por arbustos frutíferos como a oliveira, o morangueiro, o loureiro, etc.;
2. Costa do Mar Negro e do Mar Cáspio: florestas úmidas subtropicais de pinheiros e plátanos;
3. Regiões Montanhosas: na Anatólia - os Montes Taurus, com florestas de pinheiros (cedro do Líbano); no Irã - os Montes Zagros e o Elburz;
4. Estepes: na Mesopotâmia, com as planícies irrigadas com o aluvião dos rios Tigre e Eufrates, no Egito, com o delta do Nilo, na Palestina, com o vale do Jordão;
5. Desertos: na Jordânia, Síria e Egito, com arbustos e vegetação rara.

## Breve história da formação do Império Assírio

O território da Assíria, na Alta Mesopotâmia, localizado entre as margens do rio Tigre e as colinas dos Montes Zagros, separam a Mesopotâmia do planalto iraniano. Ele foi o núcleo do grande império assírio por cerca de quatro séculos AEC (Fig. 3). Esta região possuía algumas grandes cidades, ao longo do Tigre, que foram reunidas no II milênio AEC para formar o estado assírio: Nínive, Arbela e Aššur (JOANNÈS, 2000).



Fig. 3 – Mapa da região da Assíria

Fonte: COLLINS, 2008, p. 129.

Podemos reconhecer duas grandes fases na formação deste império: do século XIII AEC até o ano 1.000 AEC e do ano 1.000 AEC até a queda de Nínive em 612 AEC (JOANNÈS, 2001).

É importante salientar que os povos que constituíram o mundo antigo oriental não conheciam, e tão pouco utilizavam, o termo “império” para nomearem suas práticas de expansão e de dominação de outros povos. Na opinião de LARSEN (1979,

p. 91) os antigos mesopotâmicos utilizavam o termo “países” ou “terras” para distinguir os outros povos dominados.

A formação do império assírio foi fruto de um longo processo que visava unir diversos territórios, sob sua língua, sua religião, suas tradições e sua história. Para esse resultado final os soberanos assírios empregaram uma série de guerras, que iniciaram durante o II milênio AEC e se estenderam em sua máxima expansão durante o I milênio AEC (Fig. 4).

A narrativa assíria assevera que essas guerras podiam assumir o caráter de defensivas ou preventivas e eram destinadas a proteger a região ao longo do rio Tigre, que constituía o território da cidade de Aššur e de sua principal divindade, contra os inimigos do rei e daqueles que tentavam manter fechadas as rotas de comércio indispensáveis à sobrevivência da pequena nação (ROUX, 1995, p. 330).

As primeiras expedições militares fora da Mesopotâmia foram responsabilidade de dois soberanos: Tukulti-Ninurta I (1243-1207 AEC) que venceu a Babilônia e Tiglatpileser I (1112-1074 AEC) que chegou ao Mediterrâneo durante o período médio assírio.

A segunda onda de expansão ocorreu de maneira mais intensa e acelerada. Grandes reis do período neoassírio, que inicia em 912 AEC com o governo de Adad-Nirari II, executaram campanhas militares, de Aššurnazirpal II (883-859 AEC) à Assurbanipal (668-631 AEC), até a queda do império, com a tomada de Nínive, em 612 AEC, pela coalizão dos exércitos meda e babilônico (PARROT, 2007, p. 29-33).

Para a assiriologia (LARSEN, 1979, p. 90) o primeiro domínio que atinge extensão de grandes proporções foi o Império Assírio, que se dizia herdeiro dos modos de organização imperial e legitimação das épocas de Sargão de Akkad (2340-2159 AEC) e de Hammurabi, rei da Babilônia (1792-1750 AEC), ambos poderosos soberanos do sul mesopotâmico (LIVERANI, 1995, p. 319).

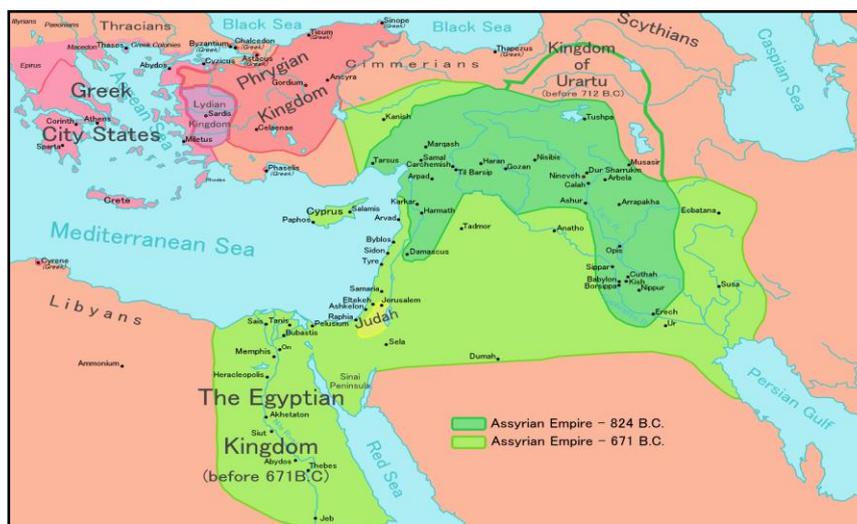


Fig. 4 – Mapa do Império Assírio

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Assyria#/media/File:Map\\_of\\_Assyria.png](http://en.wikipedia.org/wiki/Assyria#/media/File:Map_of_Assyria.png)

## Documentos iconográficos do Império Assírio

No mundo mesopotâmico, o relevo sobre pedra teve um desenvolvimento muito vasto. Ele concretizava as funções narrativas que faltavam nas esculturas de vulto, permitindo a combinação das figuras em cenas e, desse modo, a evocação dos grandes acontecimentos da sociedade, desde os políticos até os religiosos. Havia diversos tipos de relevo, aos quais correspondiam diversas fórmulas iconográficas. O relevo mesopotâmico podia assumir, essencialmente, quatro tipos distintos: a estela, a placa, o relevo rupestre e parietal e o sêlo-cilindro. (SERRES; POZZER, 2008, p. 170).

A prática cultural de criação de relevos monumentais estava associada ao momento político de construção de grandes impérios. A imponente quantidade de cenas e a sua própria continuidade indicam uma função amplamente documental. Os relevos parietais, no plano artístico, correspondem aos anais assírios no plano literário. A maioria das cenas representadas evoca a guerra, mais exatamente as campanhas militares empreendidas pelos assírios contra seus inimigos (MOSCATI, 1985, p. 38).

Os baixos-relevos sobre lajes de alabastro eram repartidos em duas ou mais partes, recobrando as paredes dos palácios, poderiam ultrapassar 2m de altura. As lajes triplas eram usadas sobretudo nos templos. Seis reis assírios deixaram este tipo de relevo: Aššurnazirpal II (883-859 AEC) no palácio noroeste da cidade de Nimrûd; Salmanassar III (853-824 AEC) no palácio central da cidade de Nimrûd; Teglatphalassar III (745-727 AEC) nos palácios do centro e do sudoeste da cidade de Nimrûd; Sargão II (722-705 AEC) no palácio de Korshabad; Senaqueribe (705-681 AEC) no palácio sudoeste da cidade de Nínive; Assurbanipal (669-627 AEC) nos palácios do sudoeste e norte da cidade de Nínive (READE, 2006).

As escavações arqueológicas que desvendaram os palácios destes soberanos iniciaram no século XIX. O primeiro palácio descoberto foi o de Sargão II, em Dûr-šarrukin, sobre o sítio de Khorsabad, explorado por Émile Botta em 1843 e 1844, cônsul da França. Após seguiram-se as ruínas dos palácios de Kalhu, pelo inglês Henry Austin Layard, desde 1845, depois Nínive a partir de 1848, por Vitor Place e H. Rawlison. Em 1872, em Nínive, H. Rassam descobre a Biblioteca de Aššurbanipal e a partir de 1903 até o início da I Guerra Mundial, em Aššur se realizou uma escavação arqueológica que serve de modelo até os dias de hoje (READE, 2006, p. 18).

Para a análise destas imagens nos baseamos na metodologia de Erwin Panofsky, historiador da arte alemão, cujo postulado divide o processo de análise visual em iconografia e iconologia, segundo três perspectivas distintas: descrição pré-iconográfica, com a enumeração dos motivos artísticos para cada temática; análise iconográfica, com identificação de imagens, estórias e alegorias e interpretação iconológica, com interpretação dos valores simbólicos nas imagens. Aqui iconografia é entendida como o estudo do tema ou assunto e iconologia como o estudo do significado do objeto. A iconografia é o tema e o significado das obras de arte em contraposição a sua forma e iconologia é o estudo de ícones ou de simbolismo na representação visual (PANOFSKY, 1995, p. 19). A leitura das imagens foi feita da esquerda para a direita, de cima para baixo.

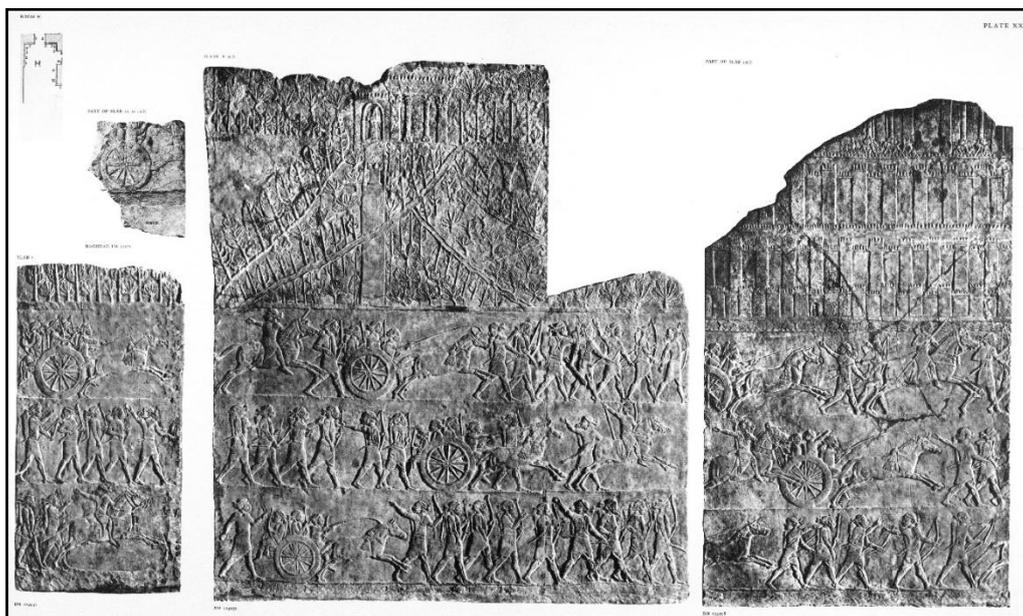


Fig. 5 - Lajes 7, 8 e 9 na sala G - Prancha XXIII, Palácio de Assurbanípal.

Fonte: BARNETT, 1976, p. 124.

A legenda desta imagem proposta por Barnett é "Cidade entre jardins, pode ser Arbela (Arba'il) ou Nínive com elamitas se precipitando na batalha".

Esta é uma laje tripla, cada uma apresentando 4 linhas. A laje 7 está parcialmente destruída na primeira linha, onde vê-se uma floresta com árvores de diferentes tamanhos e espécies, como palmeiras, pinheiros, etc. Na laje 8 vemos um extenso jardim cortado por canais de irrigação em uma área com elevação, onde encontra-se uma espécie de aqueduto (*bît hilâni*). No topo da imagem temos um altar com uma estela real em um pavilhão com colunas em meio ao jardim. Na laje 9 vê-se uma cidade, provavelmente assíria, com suas triplas muralhas, à beira de um rio e é possível identificar uma porta da cidade. Na parte bem superior vê-se a entrada de um templo flanqueado por colunas sustentadas por estátuas de esfinges (*lamassû*) e leões (Fig. 5).

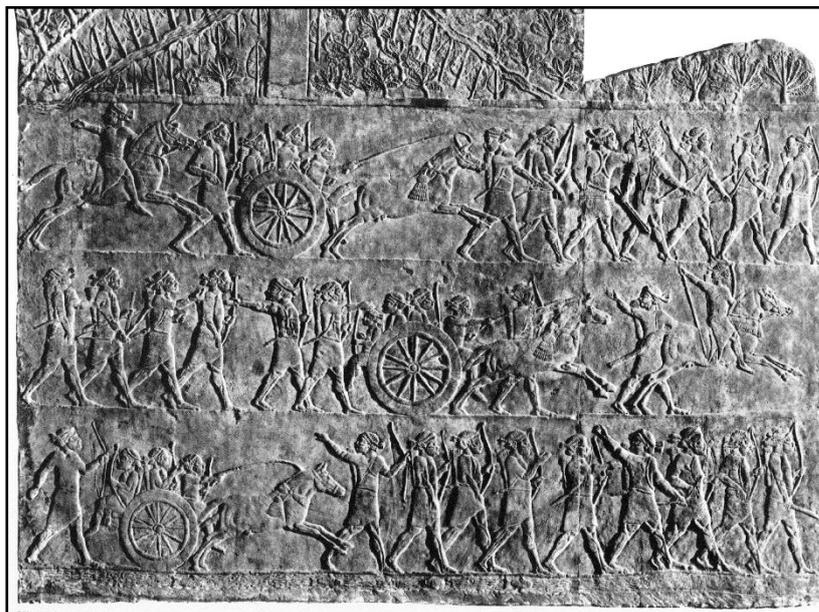


Fig. 6 – Detalhe da laje 8, Palácio de Assurbanípal.

Fonte: BARNETT, 1976, p. 124.

Na segunda linha, há tropas de soldados elamitas, retratados com saias curtas, cabelo característico com uma fita na cabeça amarrada para trás, uma parte está à pé, outra parte sendo levada em três carros de guerra, todos portando arco e flecha, sendo guiados por um oficial à cavalo com uma lança. Os cavalos que puxam os carros parecem estar à galope (Fig. 6).

Na terceira e quarta linhas repete-se a temática anterior com soldados de infantaria e outros em carros puxados por cavalos, com alguns oficiais lanceiros à frente, montados em cavalos. Aqui tem-se a forte impressão de movimento das tropas, os soldados conversam, agitam os braços, dando uma idéia de certa algazarra pré-combate, com um grande número de combatentes. Estes soldados parecem estar deixando a região de Arbela ou Nínive e se dirigindo, ruidosamente, para o campo de batalha.



Fig. 7 – Detalhe da laje 8, com o aqueduto ao centro e à esquerda.

Fonte: BARNETT, 1976, p. 124.

Neste relevo vemos diversos elementos associados: um parque com diversas árvores plantadas e irrigadas por um sistema de canais e um aqueduto; uma cidade com altas muralhas; uma estela e um altar; um pórtico com colunas (*bît hilâni*), representando um espaço de repouso do monarca assírio (JOANNÈS, 2001, p. 337). Dentre as plantas, podemos distinguir duas espécies distintas: a tamareira e um tipo de pinheiro.

A representação de florestas com diversas árvores, como o cipreste, o pinheiro e a palmeira e extensos jardins, artificialmente irrigados, além de um aqueduto construído em uma elevação do terreno pretende narrar, com certa fidedignidade, o meio ambiente desta região da Assíria (Fig. 7).

O pano de fundo de inúmeros mitos e lendas sumérios é uma paisagem de planícies aluviais, cortadas por canais de irrigação, com juncos e palmeirais, uma paisagem típica do sul mesopotâmico, que influenciou a cultura e o imaginário de toda a Mesopotâmia. O jardim não era simplesmente um espaço de terra cultivável com frutos e legumes, era um lugar reservado e irrigado, com sombra, agradável e refrescante, onde podia se passar o tempo com mais conforto do que no campo ou na lavoura tórrida. Os documentos que tratam dos amores entre deuses e homens, na

literatura mesopotâmica, têm o jardim por lugar ideal para os embates amorosos (POZZER, 2011).

O Mito de Inanna e Šukaletuda, um texto literário, datado do II milênio AEC, narra a invenção do jardim e o torna o teatro privilegiado do desenrolar de um drama de violência sexual cometida contra a deusa Inanna. Nele, o deus Enki, por uma ação mágica, com o auxílio do Corvo, um personagem de fábula, cria o primeiro jardim. O mais sábio dos deuses lhe dá instruções precisas para plantar a árvore mais admirada em todo o Oriente: a palmeira. Em seguida, o corvo é transformado no jardineiro Šukaletuda, cujo nome sumério desconhece-se o significado (POZZER, 2011, p. 47).

Após a invenção da palmeira, o jardineiro cria o jardim, mas logo ele é confrontado com um grave problema: uma tempestade de areia destruiu seu trabalho e desenraizou as plantas do jardim. Depois de muito refletir e observar as estrelas, ele criou uma barreira natural com álamos frondosos que protegeram o jardim, fornecendo sombra o dia inteiro.

Mas além da representação dos jardins, este relevo evoca um importante dispositivo urbano do mundo antigo oriental: o aqueduto, visível na parte superior da laje 8 (Fig. 7). O aqueduto é uma obra de engenharia destinada a captar e conduzir a água de um lugar para outro. Seu princípio consiste em manter um declive regular do ponto de captação até o ponto de chegada, sendo necessário, às vezes, a construção de túneis ou pontes. O aqueduto aqui representado, provavelmente, refere-se ao construído pelo rei Senaqueribe (704-681 AEC) para o provimento de água nas cidades de Arbela, Kilizu, Kalhu e Nínive (JOANNÈS, 2001, p. 60). As inscrições comemorativas deste rei informam que a obra ligava o Vale de Girma à Jerwan (Fig. 8). O conjunto desta imponente construção era composto por canais com paredes em pedra, barragens, bacias de decantação e uma ponte-aqueduto, que teria alcançado 275m de comprimento, por 22m de largura e 5m de altura (Figs. 10, 11 e 12). O edifício conhecido como Aqueduto de Jerwan foi escavado por uma equipe do Instituto Oriental de Chicago entre 1933-34 (JACOBSEN, LLOYD, 1935, p. 6).

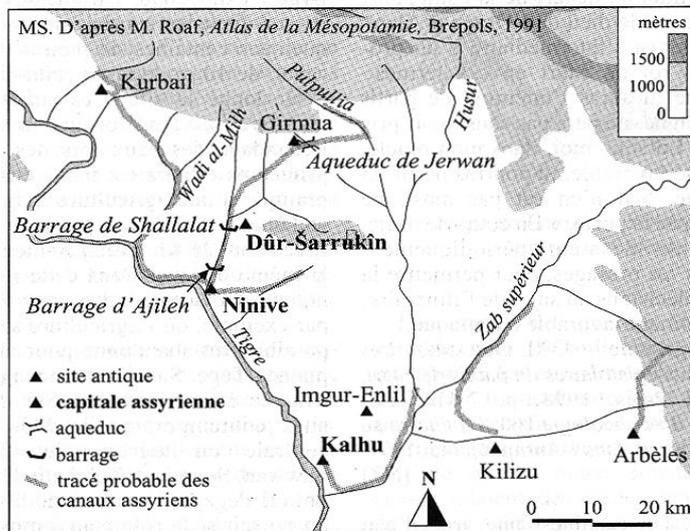


Fig. 8 – Rede de canais da Assíria, primeira metade o I milênio AEC.

Fonte: Adaptado de ROAF, 2006, p. 78.

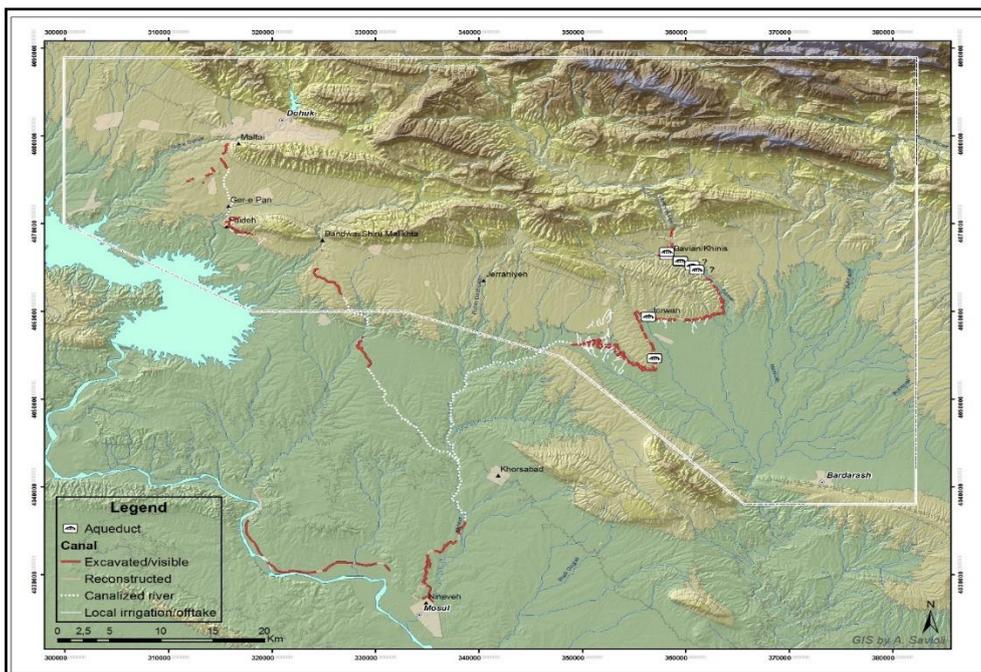


Fig. 9 – Mapa com localização do aqueduto de Jerwan.

Fonte: <http://asorblog.org/wp-content/uploads/2014/01/Fig.-5.jpg>



Fig. 10 – Vista parcial dos vestígios arqueológicos do aqueduto de Jerwan.

Fonte: <http://asorblog.org/wp-content/uploads/2014/01/Fig.-3.jpg>



Fig. 11 – Vista parcial dos vestígios arqueológicos do aqueduto de Jerwan.

Fonte: [http://cdn.c.photoshelter.com/img-get/I00001XCF\\_kNyc2M/s/900/900/Sebastian-Meyer-Archeology-Kurdistan-13.jpg](http://cdn.c.photoshelter.com/img-get/I00001XCF_kNyc2M/s/900/900/Sebastian-Meyer-Archeology-Kurdistan-13.jpg)



Fig. 12 – Detalhe dos tijolos com inscrições cuneiformes do aqueduto de Jerwan.

Fonte: <http://cdn.c.photoshelter.com/img-get/I00001EUjCIImBWKk/s/900/900/Sebastian-Meyer-Archeology-Kurdistan-16.jpg>

BARNETT (1976) especula que a cidade mostrada na laje 9 do relevo possa ser Arbela, ou ainda a capital do império assírio, Nínive, cujas escavações arqueológicas mostraram evidências da existência de jardins e sistemas de irrigação em núcleo urbano. Arbela é uma cidade do Kurdistan iraquiano, situada às margens do rio Zab, ao pé das montanhas do Zagros. Erbil (nome atual do sítio) possui vestígios da antiga Arbela, mas a densidade urbana não permitiu escavações arqueológicas de grandes extensões na região (JOANNÈS, 2001, p. 68).

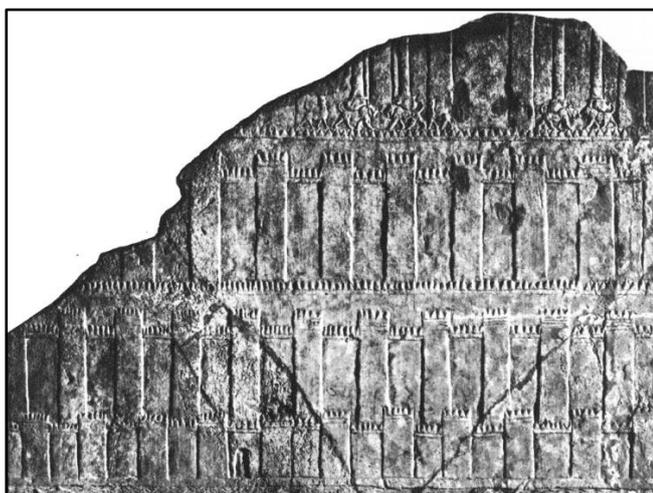


Fig. 13 – Detalhe da laje 9, Palácio de Assurbanípal.

Fonte: BARNETT, 1976, p. 124.

Sabemos que Arbela serviu de ponto de partida de inúmeras campanhas militares, a partir do IX século AEC. Os escribas neoassírios utilizavam dois sinais cuneiformes para designá-la: *arba*, que exprime o número “4” e *il*, que significa “deus”. Criavam, assim, uma etimologia onde Arbela era “a cidade de quatro deuses”, para sublinhar seu caráter de cidade santa (JOANNÈS, 2001, p. 68-9). A metrópole viveu seu auge político e cultural entre 653 e 648 AEC, quando Assurbanípal alí estabeleceu sua residência principal.

Ainda sobre este relevo, podemos afirmar que a representação de um templo, com uma estela real, pretende evocar um lugar de culto dentro dos jardins reais, onde apenas o rei e sua *entourage* poderiam visitá-lo (Fig. 7). Os templos mesopotâmicos não foram lugares concebidos para a devoção popular, mas sim como o lugar de moradia dos deuses. Eram frequentados pelos sacerdotes, responsáveis pela realização dos rituais religiosos, e pelos reis e um pequeno grupo convidado. Os templos podiam, ainda, acolher esculturas de vulto, em forma humana, que representavam os deuses e ainda estelas votivas. As estelas eram blocos de pedra, onde gravavam-se inscrições reais, geralmente, acompanhadas de uma iconografia. As estelas foram consideradas monumentos públicos, feitos para durar toda a eternidade (JOANNÈS, 2001, p. 789).

No período assírio, os touros alados e os leões com cabeças humanas representavam divindades protetoras, com forte caráter apotropaico e estavam localizadas na entrada de templos e palácios, como no presente relevo (BLACK; GREEN, 1998, p. 51).

Outro elemento exibido na laje 9 do relevo é o modelo arquitetônico das grandes cidades mesopotâmicas. Ele previa altas e espessas muralhas que serviriam para a proteção de seus habitantes, evitando ou dificultando invasões estrangeiras de exércitos inimigos ou de beduínos nômades que poderiam saquear a cidade. Neste relevo, a cidade possui uma muralha tripla que se assemelha a outras descrições da cidade de Arbela (Fig. 13).

## Conclusão

A arte no Antigo Oriente Próximo não teve um estilo único e contínuo ao longo do tempo. Cada período e região apresentaram características e desenvolvimento próprios, sujeitos ao meio ambiente e as matérias-primas, além das influências externas, devidas especialmente, ao comércio de longa distância e às

guerras de conquista. O sistema de representação não era naturalista, mas idealizado segundo convenções estilísticas, com atributos que conferiam sentidos específicos e transmitiam mensagens particulares ao observador. (BORDREUIL; BRIQUEL-CHATONNET; MICHEL, 2008, p. 40-45).

As imagens se prestam a reflexões sobre o potencial do imaginário coletivo. Os relevos assírios, em sua maioria, situavam-se nas salas dos palácios, local de circulação restrita, frequentadas somente pela corte, pelo rei, altos funcionários e embaixadores estrangeiros. A representação das batalhas, em uma demonstração de poder hegemônico, era absorvida pelo imaginário daqueles que conviviam com o soberano e tinham a intenção de transmitir, para além das fronteiras geográficas do reino, o poderio bélico capaz de destruir todo aquele que subestimasse o exército imperialista assírio.

Vários aspectos da guerra foram imortalizados na arte de esculpir relevos na Assíria do I milênio AEC. Estas obras transmitem mensagens veiculadas por intermédio das cenas bélicas, onde o simbolismo presente nos relevos servia como uma linha reguladora e normativa da ideologia assíria.

Dentre esses diversos aspectos, os relevos nos informam ainda sobre a constituição do espaço geográfico, seja ele real ou imaginário. A arte assíria, que desconhecia a perspectiva, esforça-se em representar a diversidade ambiental, a geografia física, a variedade de vegetação e as obras arquitetônicas de caráter monumental, obedecendo o cânone artístico e ideológico do período, marcado pelas guerras imperialistas.

## Referências

AMIET, P. **Introduction à l'histoire de l'art de l'antiquité orientale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1979.

BACHELOT, L. **Fonction politique des reliefs néo-assyriens**. In: CHARPIN, D.; JOANNÈS, F. **Marchands, Diplomates et Empereurs**. Paris: Recherche sur les Civilisations, 1991.

BARNETT, R. D. **Sculptures from the north palace of Ashurbanipal at Nineveh (668-627 B.C)**. London: The British Museum Publications, 1976.

\_\_\_\_\_. **Neo-Assyrian Empire**. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. (eds.). **The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009, p. 30-65.

BEDFORD, P. R. **Empire and exploitation: In the Neo Assyrian Empire**. Disponível em:

<http://prophetess.lstc.edu/~rklein/Doc6/bedford.pdf>

BIENKOWSKI, P.; MILLARD, A. **Dictionary of the Ancient near East**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

BLACK, J.; GREEN, A. **Gods, Demons and Symbols of Ancient Mesopotamia**. London: British Museum Press, 1998.

BLACK, J.; GEORGE, A.; POSTGATE, N. **A concise dictionary of Akkadian**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000.

BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. **Les Débuts de l'Histoire**. Paris: Éditions de La Martinière, 2008.

COLLINS, P. **Assyrian Palace Sculptures**. London: British Museum, 2008.

CURTIS, J. E.; READE, J. **Art and Empire: Treasures from Assyria in the British Museum**. New York: Metropolitan Museum of Art, 1995.

JACOBSEN, T.; LLOYD, S. **Sennacherib's Aqueduct at Jerwan**. Chicago: The University Chicago Press, 1935.

JOANNÈS, F. **La Mésopotamie au 1<sup>er</sup> millénaire avant J.-C.** Paris: Armand Colin, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne**. Paris: Robert Laffont, 2001.

LABAT, R.; MALBRAN-LABAT, F. **Manuel d'Épigraphie Akkadienne**. Paris: Geuthner, 1988.

LARSEN, M. (ed.) **Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires**. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979.

LIVERANI, Mario. **El Antiguo Oriente. Historia, sociedad y economía**. Barcelona: Ed. Crítica, 1995.

MARGUERON, Jean-Claude. **Los Mesopotámicos**. Madrid: Cátedra, 1996.

MOSCATI, S. **Como reconhecer a arte mesopotâmica**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PANOFSKY, E. **Estudos de Iconologia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

\_\_\_\_\_. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PARROT, A. **Assur**. Paris: Gallimard, 2007.

POZZER, K.M.P. Cidades Mesopotâmicas: História e Representações. **Revista Anos 90**. N° 17, 2003, p. 61-73.

POZZER, K.M.P. O JARDIM DO PECADO: uma narrativa de violência sexual na Mesopotâmia. In: GRILLO, J.G.C.; GARRAFONI, R.S.; FUNARI, P.P. (orgs.).

**Sexo e Violência – Realidades antigas e questões contemporâneas.** São Paulo: FAPESP/Annablume, 2011, p. 37-58.

READE, J. **Assyrian Sculpture.** London: The British Museum Press, 2006.

READE, J. Nimrud. In: CURTIS, John (ed.). **Fifty Years of Mesopotamian Discovery: The Work of the British School of Archaeology in Iraq 1932-1982.** London: The British School of Archaeology in Iraq (London), 1982.

ROAF, M. Palaces and temples in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (editor). **Civilizations of the Ancient Near East.** Peabody: Hendrickson Publishers, 2000, p.423-441.

ROAF, Michael. **Mesopotâmia.** Barcelona: Folio, 2006.

ROUX, G. **La Mésopotamie.** Paris: Éditions du Seuil, 1995.

SAID, E. W. **Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SERRES, R.; POZZER, K.; OLIVEIRA, S; SILVA, S; LIMA, J. A Tecnologia da Guerra nos Relevos Neo-assírios. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. 7, 2008, p. 169-179.

WESTENHOLZ, J. The King, the Emperor, and the Empire. Continuity and Discontinuity of Royal Representation in Text and Image. IN: ARO, S.; WHITING, M. R. (eds.), **The Heirs of Assyria. Melammu Symposia 1.** Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project: 2000. Disponível em: [www.aakkl.helsinki.fi/melammu/](http://www.aakkl.helsinki.fi/melammu/) Acesso em: 01. Nov. 2010, 09:47:41.

# O SAQUE DE ROMA PELOS VISIGODOS: VISÕES TARDO-ANTIGAS.

Fabiano de Souza Coelho<sup>4</sup>

Luís Eduardo Formentini<sup>5</sup>

Artigo recebido em: 08/04/2016.

Artigo aceito em: 25/04/2016.

## **Resumo:**

O saque de Roma pelos visigodos, ocorrido em 410 d. C constitui evento de importância no processo de desagregação do Império do Ocidente. Sua importância reside em grande parte no simbolismo implicado na “queda da senhora das nações”. Tal acontecimento foi apropriado pelos godos, tornando-se parte de sua identidade histórica. No presente trabalho analisaremos as visões sobre a tomada da cidade na obra de dois escritores tardo-antigos relacionados com os godos. O primeiro é Jordanes, godo de origem, escrevendo da Constantinopla do século VI. O segundo é Isidoro, bispo de Sevilha em princípios do século VII, principal nome do episcopado do Reino Visigótico.

**Palavras-chave:** Roma – Saque – Visigodos.

---

<sup>4</sup> Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do LHIA/UFRJ, lattes: [buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4564261E7](https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4564261E7) e orientado pelo professor Dr. André Leonardo Chevitarese.

<sup>5</sup> Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo, lattes: [buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4268687Z6](https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4268687Z6).

**Abstract:**

The sack of Rome by the Visigoths, in 410 AD constitutes an important event in the process of disintegration of the Western Roman Empire. Its importance greatly resides in the symbolism implied in the "fall of the Mistress of the Nations". This event was appropriated by the Goths, becoming part of their historical identity. In this work, we will analyse the visions about the taking of the city, in the works of two Late Antiquity writers related to the Goths. The first is Jordanes, of gothic origin, that wrote in the sixth-century Constantinople. The second is Isidore, bishop of Seville, the main name of Visigothic Kingdom episcopate.

**Keywords:** Rome – Sack – Visigoths.

\* \* \*

A batalha de Adrianópolis é considerada um marco na história do Baixo Império, pois ela teria marcado o “triunfo da cavalaria sobre a infantaria”, sendo um precedente para a importância adquirida pelo guerreiro montado durante a Idade Média. Além disso, a vitória dos visigodos teria aberto o caminho para as “grandes invasões” que “destruíram” o Império Romano. Desta forma, com base nessas ideias, Jacques Le Goff (1999, p. 22) a definiu como o “trovão que antecede a tempestade”.

Todavia, os desdobramentos de Adrianópolis não foram nem tão catastróficos para o Império, nem tão gloriosos para os godos. O novo imperador do Oriente, Teodósio, ratificou o acordo do *foedus* com os visigodos, concedendo o título de *magister militum*, ou seja, de general do exército romano, para Alarico, chefe dos

visigodos.<sup>6</sup> A atitude de Teodósio é típica do trato das autoridades imperiais para com os povos germânicos e seus líderes: convencê-los a servir ao Império e integrá-los às tropas imperiais. Ao menos da parte de Alarico, essa também era a intenção dos godos (POHL, 1998, p. 21).

Nos anos seguintes à batalha, os visigodos perambularam pela região dos Balcãs, mas resolveram atacar a Itália em inícios do século V d.C., saqueando a própria cidade de Roma em 410.<sup>7</sup> Tal ataque é considerado o grande símbolo das invasões bárbaras, pois embora a Cidade Eterna não mais fosse a capital do Império, sua importância simbólica era muito grande: era um ataque ao próprio Império.<sup>8</sup> O acontecimento foi causa de pesar para os habitantes do *orbis romanorum*, sendo interpretado como um sinal do fim do mundo (GUERRAS; CRUZ, 1995, p.123).

Para sociedade da época, em 24 de agosto de 410, produziu-se o impensável: com seus godos, Alarico entrou na cidade de Roma pela porta Salária, ao som das trombetas e dos cantos de guerra. Seus cavalos podiam matar sua sede de chafarizes de mármore da cidade. O saque durou três dias e três noites. Inviolada desde uma longínqua invasão gaulesa, a rainha do mundo havia sucumbido. Somente as basílicas dos apóstolos Pedro e Paulo foram poupadas, servindo de asilo para multidão. Mulheres, moças e religiosas foram violentadas. Ilustres palácios foram sistematicamente devastados. O *cibório* de prata do altar-mor de Latrão, doação de Constantino, foi levado (HAMMAN, 1989, p. 271).

Destarte, o mundo mediterrâneo ficou aterrorizado quando a cidade de Roma foi saqueada pelos visigodos. Não obstante, para a própria Roma, tal acontecimento foi um simples incidente, pois ocorreram pilhagem, incêndios, estupros e homicídios.

---

<sup>6</sup> O *magister militum* era um título honorífico romano que concedia a chefia de tropas imperiais. O título também era concedido aos líderes dos povos *foederati*, incluindo o próprio Alarico.

<sup>7</sup> Todas as datas deste trabalho são d.C., salvo quando expresso em contrário.

<sup>8</sup> Desde fins do século III, os imperadores preferiam residir em cidades mais próximas ao *limes*, de onde poderiam partir mais prontamente para debelar invasões. Entre tais cidades destacam-se Nicomédia e a própria Constantinopla, no Oriente; e Tréveris, Mediolanum e Ravena, no Ocidente.

As residências aristocráticas e edifícios monumentais foram saqueados, incendiados, semidestruídos, entretanto tudo pode ser reparado (SANFILIPPO, 2006, p. 431).

O saque de Roma em 410 foi um ataque rápido e ousado sem grandes consequências estratégicas, todavia com desdobramentos espirituais e psicológicos que chegaram ao imaginário de todo Império Romano. Assim, as notícias do acontecimento em 410 chegaram rapidamente ao conhecimento de cristãos influentes daquela época, como por exemplo: Jerônimo, em Belém da Judeia, Paulo Orósio, na Hispânia e o bispo Agostinho, no norte da África (GUERRAS; CRUZ, 1995, p. 123).

O saque de 410 foi uma das séries de invasões bárbaras comandadas por Alarico e essas tiveram seu significado. Tais invasões não foram movimentos contínuos e destruidores, mas sim campanhas organizadas para a conquista, ou, antes, uma espécie de “corrida do ouro”, usando uma expressão cara a Peter Brown (1972, p.122), de emigrantes do Norte da Europa em direção às terras ricas do Mediterrâneo. Os visigodos atravessam a fronteira do Danúbio em 376 e caminharam sobre a Itália, em 402, comandados por Alarico, seu chefe. Quando Alarico vai dos Balcãs para o Ocidente, enfrentou uma sociedade sem fronteiras sem habilidade. Os senadores veem-se obrigados a pagar os impostos ou a fornecer soldados para o exército romano.

Desta maneira, quando, em 408, foram convidados a pagar a diplomacia baseada nos subsídios a Alarico, a fim de esconder sua fraqueza militar, o Senado rejeitou a proposta, por lhe parecer que cheirava o apaziguamento dos desprezados bárbaros. Um clamoroso excesso de patriotismo e a recusa de negociar com os bárbaros levam ao saque de Roma por Alarico, em 410 (BROWN, 1972, p. 130).

A recusa do Imperador Honório às novas reivindicações feita por Alarico ao Império Romano no ano 410 levou ao conhecido saque de Roma – essas novas exigências incluíam: mais armas para o exército visigodo, nomeação de Alarico como

*magister militum* e estabelecimento ou assentamento dos visigodos na província da Nórlica (GUERRAS, 1991, p. 47).<sup>9</sup>

Além disso, existia um significativo sentimento de declínio nas obras de autores romanos do século I e II. Esses escritores tiveram a percepção de um declínio inevitável de Roma. Os relevantes historiadores de Roma, Salústio, Tito Lívio, Tácito, no período do Principado já haviam lançado sobre o seu tempo o mesmo olhar melancólico, expressavam a mesma tristeza diante do declínio iniciado. A reação é idêntica, ainda mais geral e mais profunda, no momento da tomada e do saque de Roma pelos visigodos de Alarico em 410 (MARROU, 1979, p. 104-105). Esse “colapso da cidade de Roma foi para alguns, o final da civilização romana” (DOUGHERTY, 2001, p. 200).

Da mesma forma, de acordo com a lógica virgiliana existente naquela sociedade, a cidade de Roma não poderia ser destruída ou aniquilada, pois a mais alta divindade havia prometido a Roma o poder sem limite de tempo ou espaço. Aqueles que viam o saque de 410 somente nesta lógica acreditavam que Roma estava se desfalecendo e não poderiam ter outra perspectiva senão a do caos (STARNES, 1995, p. 274).

De fato, “o cerne da vida política romana, desde a República até o final do Império, era a ideia da sacralidade da fundação da cidade de Roma” (PINHEIRO, 2010, p. 101). Portanto, existia uma mística em torno da *Urbs*, pois essa era, no imaginário dos romanos, uma cidade livre, capital simbólica do Império Romano e senhora do mundo. Esta cidade se transformou de uma pequena aldeia do Lácio, em grande dominadora do orbe daquele tempo, acumulou glórias e expandiu-se, ainda que houvesse passado por crises (GUERRAS; CRUZ, 1995, p. 123).<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> A Nórlica era uma província do Império Romano, situada no *limes* danubiano, cujo território compreende, em linhas gerais, as atuais Áustria e Eslovênia.

<sup>10</sup> O Império Romano teve suas particularidades e entendemos que esse Estado formou, durante vários séculos, uma unidade política de grande complexidade. Apesar das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por

Ademais, com a cristianização do Império, os cristãos romanos haviam passado a acreditar que os apóstolos Pedro e Paulo foram martirizados em Roma, segundo a tradição. Conseqüentemente, o saque de Roma representou a fragilidade daquela que era simbolicamente a cidade mãe do Império Romano – talismã dos deuses antigos e então terra sagrada dos cristãos (BROWN, 2005, p. 358-359).

Desta maneira, o saque de Roma em 410 foi um acontecimento de profunda importância histórica, entretanto não foi nem a primeira e nem a última das ameaças que assolou a cidade de Roma. No ano de 455, a cidade de Roma foi saqueada pelos vândalos e o último dos Imperadores do Ocidente, Rômulo Augusto, foi deposto por Odoacro no ano 476 (DOUGHERTY, 2001, p. 200-201).<sup>11</sup>

Na época do saque de Roma, intensificou-se o fenômeno natural de dispersão e emigração da população. Ondas de pessoas, levando o que podiam, saíram do perigo da morte, fugindo e refugiando-se cada uma onde pode: umas se dirigiram até ao sul da Península Itálica, outras atravessavam o mar e se instalavam na Sicília ou na Sardenha, e muitas buscaram cidades africanas (CAPÁNAGA, 1988, p. 8).

A chegada dos refugiados que fugiam de Roma e da Itália para procurar segurança além-mar, em Cartago e nas cidades portuárias, provou aos africanos os

---

Estado nacional. Deste modo, conseqüentemente, o Império Romano não deve ser compreendido nos moldes do Estado Moderno clássico, principalmente no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade. O Império Romano “foi o resultado de um lento processo de conquista militar e centralização política, primeiro da cidade de Roma sobre a Itália, depois da própria península sobre as demais regiões que margeiam o Mediterrâneo” (GUARINELLO, 2006, p. 13-14). O Império Romano foi o Império da cidade (*civitas*), tendo essa um papel pertinente para o processo de expansão e ratificação da estrutura política, social, cultural e religiosa romana. A cidade “tornava-se então a construção material e simbólica do lugar pelo Império Romano, possibilitando assim pensar, observar e dar inteligibilidade às coisas” (BUSTAMANTE, 1999, p. 330). O Império Romano era, portanto, “um Império de cidades e, ao mesmo tempo, o Império de uma cidade” (GUARINELLO, 2006, p. 15). A cidade foi “a célula-base do sistema imperial romano tanto no plano político quanto no econômico, social, cultural e religioso, atuando como centro de romanidade” (BUSTAMANTE, 2006, p. 113).

<sup>11</sup> Essa data indica normalmente o fim do Império Romano do Ocidente, contudo, existe uma profunda discussão historiográfica em torno desse período de transição do mundo Antigo para o Medieval. Temos os relevantes trabalhos de Peter Brown (1972), H.I. Marrou (1979), J.-M. Carrié (1999), Silva e Mendes (2006), Friguetto (2006) que discutiram numa perspectiva historiográfica esse período.

acontecimentos recentes e a vitória de Alarico. Em lugar de informações desencontradas, eles viam desembarcar homens e mulheres que traziam na fisionomia os reflexos do desastre. Eram patrícios, famílias senatoriais – os únicos que podiam fugir, ou seja, nobres cheios de bens, mas reduzidos à mendicância; eram viajantes sem bagagem, levando consigo apenas as joias, o ouro e a prata que puderam transportar. Por certo tempo, o infortúnio havia nivelado às diferenças sociais em um êxodo sem glória e num destino compartilhado. As notícias e impressões se espalhavam de porto em porto, de cidade em cidade. Com seu senso inato de hospitalidade, a África acolhia os refugiados vindos de Roma, que descreviam para os africanos as cenas de pilhagem, de violação e barbárie (HAMMAN, 1989, p. 273).

Porém, é interessante lembrarmos que o ataque visigodo não foi o de um povo bárbaro, totalmente estranho ao mundo romano, pois os visigodos já estavam há mais de três décadas habitando em solo romano, sendo soldados a serviço do Império. Desse modo, julgamos melhor definir o saque de Roma como empreendido por uma tropa do exército romano que considerava insatisfatório o tratamento dado a eles pelas autoridades imperiais. Baseamos nossa interpretação na afirmativa de Walter Pohl (1998, p. 18), que conclui que muitas das chamadas “invasões” podem ser tidas como revoltas de povos já integrados ao mundo romano, devido à sua condição de *foederati*, como era o caso dos visigodos.<sup>12</sup>

Desse modo, não consideramos procedentes afirmações como as de Gibbon (2005, p. 529) e de Mitre Fernandez (1968, p.75) que viam no acontecimento uma manifestação da fúria e selvagerias “tipicamente” bárbaras contra o Império Romano.

Posto isso, é interessante notarmos a visão de Jordanes e Isidoro sobre o acontecimento. Na *Getica*, o primeiro autor argumenta que a invasão da Itália pelos

---

<sup>12</sup> Pelo acordo do *foedus*, os germanos eram estabelecidos em uma região determinada e detinham amplos privilégios fiscais e fundiários, tornando-se *foederati* ou “federados”. Em compensação, ficavam encarregados da defesa do lugar e deviam obediência às ordens imperiais.

godos foi tão somente motivada pelo desejo destes em se tornarem um só povo com os romanos: <sup>13</sup>

Quando o exército dos visigodos chegou às vizinhanças desta cidade [Ravena], foi enviada uma embaixada ao imperador Honório, que lá residia. Argumentaram que se ele permitisse que os godos se estabelecessem em paz na Itália, viveriam com o povo romano de tal maneira que os homens acreditariam que ambos seriam um só povo. (JORDANES, *Getica*, c.30, tradução nossa). <sup>14</sup>

Caso as autoridades imperiais se recusassem, Alarico propõe a guerra, para que o povo mais poderoso prevaleça e expulse os vencidos. Ainda de acordo com Jordanes, o imperador Honório propõe que os visigodos ocupem as províncias da Gália e da Hispânia, acordo aceito por Alarico. <sup>15</sup> No trecho acima apresentado, consideramos interessante destacarmos a proposta dos embaixadores godos, na qual romanos e godos poderiam viver juntos como “um só povo”.

Para Jordanes era muito conveniente inserir tais palavras na boca dos embaixadores, pois uma das intenções deste autor em escrever a *Getica* é celebrar a incorporação dos godos ao Império (GOFFART, 2009, p. 83). <sup>16</sup>

Assim sendo, Jordanes em diversas passagens enfatiza a suposta “predestinação” dos godos em juntarem-se aos romanos. No entanto, como aponta Goffart (2009, p. 83), tal união é ameaçada por pessoas más intencionadas, que provocam conflitos entre godos e romanos que seriam totalmente desnecessários.

---

<sup>13</sup> Jordanes, que reivindicava ascendência gótica, era possivelmente um clérigo (talvez um monge) na Constantinopla de Justiniano. Entre suas obras destaca-se a *Getica*, onde se propõe a narrar a origem e os feitos dos godos.

<sup>14</sup> When the army of the Visigoths had come into the neighborhood of this city [Ravenna], they sent an embassy to the emperor Honorius, who dwelt within. They said that if he would permit the Goths to settle peaceably in Italy, they would so live with the Roman people that men might believe them both to be of one race.

<sup>15</sup> Após o saque de Roma e a tentativa infrutífera de alcançar a província da África, os visigodos são estabelecidos pelas autoridades romanas no sudoeste gaulês.

<sup>16</sup> A *Getica* foi escrita logo após a conquista do Reino Ostrogodo pelas tropas de Justiniano.

Exemplos de tais pessoas na *Getica* são os imperadores, Valente e Honório, além do próprio Estilício.<sup>17</sup>

Voltando à narrativa de Jordanes sobre o saque de Roma, Estilício, *magister militum* de origem germânica, ataca traiçoeiramente os visigodos enquanto estes se retiravam da Itália, provocando a imediata retaliação por parte destes, devastando a Ligúria e a Emília, chegando até Roma e saqueando a cidade. Apesar da invasão Alarico não teria permitido que a Cidade Eterna sofresse muitos danos: “[...] quando finalmente entraram na cidade, por ordem expressa de Alarico, somente a saquearem, não a incendiando e nem permitindo que fossem feitos sérios estragos aos locais sagrados [...]” (JORDANES, *Getica*, c. 30, tradução nossa).<sup>18</sup>

Percebe-se, então, que há uma tentativa da parte de Jordanes de minimizar o quanto fosse possível a responsabilidade dos visigodos pelo saque de Roma. Tal ação foi uma resposta, uma legítima defesa contra a intransigência de Estilício e a dubiedade da corte imperial.

Para Isidoro de Sevilha,<sup>19</sup> em sua *História dos Godos (Historia Gothorum)*, (c.15), o saque de Roma era o sinal de que os godos são legítimos sucessores dos romanos no governo da Hispânia, além de ocuparem um lugar especial entre os povos, pois fizeram da “cidade vencedora de todos os povos” sua “presa”.

Com diversas semelhanças ao relato de Jordanes, o bispo de Sevilha suaviza a responsabilidade gótica pelo saque, alegando que o ataque foi motivado pelo desejo de Alarico em vingar os godos mortos em combates anteriores contra os romanos. Além disso, as virtudes dos visigodos se manifestaram mesmo no calor do saque;

---

<sup>17</sup> Flávio Estilício foi *magister militum* – “mestre dos soldados”, seria como um comandante militar – com Teodósio I e regente dos filhos desse Imperador Romano (CAMERON, 2001, p. 112).

<sup>18</sup> When they finally entered Rome, by Alaric's express command they merely sacked it and did not set the city on fire, as wild peoples usually do, nor did they permit serious damage to be done to the holy places.

<sup>19</sup> Bispo de Sevilha, e principal nome do episcopado do Reino Visigótico no século VII.

segundo Isidoro, Alarico ordenou que as igrejas da cidade fossem poupadas, assim como as pessoas que se refugiassem nelas.

É importante notarmos que Isidoro escreveu sua versão do saque de Roma cerca de dois séculos após o acontecimento. Nessa época, os visigodos já estavam firmemente estabelecidos na Península Ibérica, com um reino em um processo de centralização monárquica e a construção de uma identidade própria, na qual Isidoro tem importante papel. Além disso, os visigodos haviam se convertido ao catolicismo desde 589, e seus reis assumiram a função de protetores e defensores da fé católica (SILVA, 2008, p. 09). Desta feita, explica-se o porquê de, no relato isidoriano, os godos serem mostrados como possuidores de profundo respeito pelas Igrejas Católicas, ainda que na época do saque, fossem arianos.

Os visigodos possuem a *pietas* como uma de suas principais virtudes, manifestada mesmo quando ainda, nas palavras de Isidoro, professavam a “peste ariana”. A *pietas* era o sentimento de obrigação para com os membros da família e da comunidade. Mais tarde, por extensão, também passou a significar também o respeito devido aos deuses (PEREIRA, 2002, p. 340).<sup>20</sup>

A partir do século IV, vemos o surgimento de um conceito cristão de *pietas*, agora vinculado ao respeito e obediência a Deus. Essa seria, para os autores cristãos, a verdadeira *pietas*, devida ao único Deus. Além de pouparem as igrejas, nutriam respeito profundo pelo nome de Deus e dos santos. Tal demonstração de *pietas* é, na visão de Isidoro, um sinal de que, embora tendo sido enganados a adotar o arianismo, eles conservavam a piedade, sendo legítimo que, quase dois séculos mais tarde, os reis visigodos levassem a Hispânia à unidade da fé católica.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Para os romanos antigos a *pietas* era uma relevante característica do *mos maiorum*, que engloba tanto as relações com os pais, amigos ou concidadãos quanto a atitude correta com os deuses – a *pietas* era considerada como uma justiça distributiva, regendo as obrigações dos homens com os deuses (BUSTAMANTE, 2006, p. 323).

<sup>21</sup> O arianismo foi a doutrina religiosa criada pelo sacerdote cristão de Alexandria, Ário, fundador da escola teológica desta cidade. Formula, no contexto da filosofia de sua época, seu conceito sobre o Logos. Ário afirma a existência de um único Deus, o Pai, eterno, absoluto, imutável, incorruptível.

Posteriormente aos eventos de 410 e da tentativa frustrada de atravessarem o Mediterrâneo em direção à África, os visigodos renovam o seu *foedus* com as autoridades imperiais, sendo realocados na província da Aquitânia, no sudeste da Gália, estabelecendo sua capital na cidade de Toulouse. Assim, durante as primeiras décadas de existência do chamado Reino de Toulouse, os visigodos em teoria respeitavam o *foedus*, não desafiando abertamente a autoridade imperial (VALVERDE CASTRO, 2000, p. 156).

Por fim, se os godos expulsaram os vândalos para o Norte da África, submeteram os alanos e confinaram os suevos à Galícia, foi atendendo aos apelos do governo imperial de Ravena.<sup>22</sup> No entanto, para todos os efeitos eram os senhores das regiões conquistadas, fato consolidado quando do desaparecimento do Império Ocidental, em 476.

---

Este Ser Supremo e Absoluto, não pode comunicar, segundo sua concepção, seu Ser, nem mesmo parcelas dele, nem por criação, nem por geração. Se Deus não é corpo, não pode ser composto, divisível. Assim, é impossível a Deus gerar um filho. Tudo que está fora dele, portanto, foi criado do nada. Tudo o que existe fora de Deus Absoluto, são meras criaturas. Para Ário se Jesus foi criado quer dizer que houve um tempo, um instante ao menos, em que não era, razão pela qual não pode ser co-eterno nem consubstancial e para ele, embora representando o sumo da humanidade, Jesus era somente criatura. Ou seja, a vertente ariana negava a divindade do “Deus Filho” dos cristãos católicos, Jesus Cristo, pois esse seria somente uma criatura de Deus e não um Deus (FRANGIOTTI, 1995, p. 86-87).

<sup>22</sup> A Galícia (*Gallaecia*) era uma província romana no noroeste da Península Ibérica. Corresponde ao território da atual comunidade espanhola homônima, além do norte de Portugal.

## Referências

BROWN, Peter. **Santo Agostinho**: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico**: de Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Verbo, 1972.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Práticas Culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma M. **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad/Edufes, 2006, p. 109-136.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Práticas Religiosas nas Cidades: Identidade e Alteridade. **Phoênix**, Rio de Janeiro, 5, p. 325-348, 1999.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Rituais de sacrifício: entre a *religio* e a *superstitio* – análise comparativa entre o discurso imperial e o imagético provincial do Baixo Império. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org). **As Identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: EDUFES, 2006, p. 321-351.

CAMERON, Averil. **El Bajo Imperio romano (284-430 d.C.)**. Madrid: Encuentro, 2001.

CAPÁNAGA, Victorino. Introduccion. In: AGUSTÍN, San. **Obras completas de San Agustín**: La Ciudad de Dios (1º). v. 16. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1988, p. 7-120.

CARRIÉ, Jean.-Michel. Introduction “Bas Empire” ou “Antiguidade Tardive”? In: CARRIÉ, Jean.-Michel; ROUSSELLE, Aline. **L’Empire Romain en mutation**: des Sévères à Constatin (192-337). Paris: Seuil, 1999, p. 9-25.

DOUGHERTY, Richard J. Caída de Roma. In: FITZGERALD, Allan (ed.). **Diccionario de San Agustín**. Burgos: Monte Carmelo, 2001, p. 200-202.

FRANGIOTTI, Roque. **História das Heresias (séculos I-VII)** – conflitos ideológicos dentro do Cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

FRIGHETTO, Renan. Política e Poder na Antiguidade Tardia – uma abordagem possível. **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 161-177, 2006.

GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOFFART, Walter. The barbarians in Late Antiquity and how they were accommodated in the West. In: LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. **Debating the Middle Ages: issues and readings**. Oxford: Blackwell, 1998.

GOFFART, Walter. **The narrators of Barbarian History (A.D. 550-800)**: Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon. Notre Dame: University of Notre Dame, 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Império Romano e nós. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org). **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro: Mauad/Edufes, 2006, p. 13-19.

GUERRAS, Maria Sonsoles; CRUZ, Marcos Silva da. A busca de explicações do saque de Roma por Alarico em 410 d. C. **Dimensões**, Vitória, nº04, p.123-133, 1995.

GUERRAS, Maria Sonsoles. **Os povos bárbaros**. São Paulo: Ática, 1991.

HAMMAN, Adalbert G. **Santo Agostinho e seu tempo**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ISIDORO DE SEVILHA. **Las Historias de los godos, vándalos y suevos**. (De origine gothorum, historia vandolorum, historia sueborum). León: Centro de Estudios S. Isidoro, 1975.

JORDANES. **The origin and the deeds of the Goths**. Princeton: Princeton University, 1908.

LE GOFF, Jacques. **La civilización del Occidente medieval**. Barcelona: Paidós, 1999.

MARROU, Henri-Irénée. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia**. Lisboa: Áster, 1979.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. Lisboa: FCG, 2002.

PINHEIRO, R. A. B. Apontamentos sobre poder, autoridade e ascetismo: uma breve comparação entre Agostinho e João Cassiano. **Revista Crítica Histórica**, v. 01, p. 99- 126, 2010.

POHL, Walter. Conceptions of ethnicity in early medieval studies. In: LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. **Debating the Middle Ages: issues and readings**. Oxford: Blackwell, 1998, p. 10-50.

SANFILIPPO, Mario. Roma. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 431-448.

SILVA, Leila Rodrigues da. Considerações acerca das relações de poder entre monarquia e episcopado no reino visigodo no século VII no epistolário de Bráulio de Saragoça. **Cartas Medievais: Bráulio de Saragoça (século. VII) e Gregório VII (século XI)**. Rio de Janeiro: PEM, 2008.

STARNE, Colin. El público de los primeiros diez libros de la *Ciudad de Dios* y la lógica de su argumento. **Augustinus**, Madrid, nº 40, p. 273-282, 1995.

VALVERDE CASTRO, Maria R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000.

# CONJUNTURA E ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER DO MARQUESADO DA TOSCANA NO SÉCULO XI

Natalia Dias Madureira<sup>23</sup>

Artigo recebido em: 21/05/2016

Artigo aceito em: 27/06/2016

## **Resumo:**

A ocasião da realização de um concílio – num período em que estes já tinham se consolidado no interior da agenda da Cristandade ocidental e envolvia boa parte do laicado aristocrático local – contava com consistentes mobilizações dos bispos, uma vez que as deliberações oriundas de tal assembleia iam moldando as ações e posições da Igreja subsequentemente. Numa atmosfera de instabilidade e conflitos, por conta da requisição de dois bispos à sucessão pontifícia, um novo concílio foi convocado. O local escolhido para a realização do mesmo, no ano de 1064 foi Mântua, território medular dos domínios da casa de Canossa. A realização e desdobramento do que foi chamado de Concílio de Mântua é uma mostra da condução e da ação política de Godofredo da Lorena, Beatrice e Matilda de Canossa ao integrarem notáveis representantes da esfera social do período aos seus espaços de poder.

**Palavras-chave:** Condado de Canossa – Século XI – Poder local – Concílio de Mântua

---

<sup>23</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do VIVARIUM – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo desde 2010. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4476296U0>

**Abstract:**

The occasion of a council - at a time when they had already consolidated within the Western Christendom agenda and involved much of the laity site aristocratic – had consistent mobilization of the bishops, since the resolutions arising from such an assembly would shaping the actions and positions of the church subsequently. In an atmosphere of instability and conflict, due to the request of two bishops on papal succession, a new council was called. The venue for the realization of the same in the year 1064 was Mantua, medullary territory of areas of Canossa house. The realization and unfolding of what was called the Council of Mantua is a show of driving and policy action from Godofredo of Lorraine, Beatrice and Matilda of Canossa to integrate notable representatives of the social sphere of the period to their positions of power.

**Keywords:** County Canossa – 11th century – Local power – Council of Mântua

\* \* \*

**Introdução**

A família dos condes de Canossa e marqueses da Toscana, uma das mais relevantes e abastadas do norte da Itália no século XI, foi presença ativa em diversas ocasiões em que os rumos das trajetórias dos poderes, tanto laico quanto religioso do período foram decididos. O seu próprio núcleo familiar enfrentou dificuldades por conta das diferentes propostas de gestão e diretrizes de posicionamento almejadas e apresentadas por quatro diferentes e sucessivos administradores: Bonifácio da Toscana, que ao morrer em 1052 tem seu posto de margrave ocupado por Godofredo, duque da Lorena, que se casa com a viúva deste em 1054; Beatrice, a esposa, que apresenta uma discordância em relação à política tanto do primeiro como do segundo marido e por fim, Matilda, filha de Beatrice e Bonifácio, responsável pela

caracterização de uma política com viés de cunho local, que apresenta um consistente governo de quase quatro décadas, fruto de seu preparo e capacidade de coordenar um território vasto e heterogêneo.

A casa canossana apresentava certa proximidade com a chamada ‘Alta Política’ – o que muitos historiadores caracterizam como sendo aquela representada por papado e império no período – porém, não como sua auxiliar ou portadora de subserviência. A tessitura que envolve tal poder aristocrático – mais perceptível na figura de Matilda – o ambienta como detentor de uma lógica social própria, exercendo um governo local, que não reportava à esferas consideradas ‘superiores’. Em vários momentos é possível identificar tal autonomia; um desses episódios foi o Concílio de Mântua, realizado em 1064 no interior dos domínios canossanos, que recebeu importantes representantes da aristocracia e membros da Cristandade ocidental para pôr fim à disputa empreendida por dois bispos que reclamavam a ocupação do trono pontifício. O fato de um evento da importância de um concílio ter sido realizado em terras canossanas, onde a escolha de um sucessor de São Pedro se deu, apresenta indícios da proeminência social dessa família no período.

### **Realização e relevância dos concílios**

Ao longo dos séculos a Igreja realizou concílios em seu interior para a tomada de decisões. Os primeiros registros de sua existência remetem ao século I, quando a Igreja ainda não havia se dividido entre Ocidental e Oriental e, por esse motivo, por algum tempo ainda foi possível a realização de concílios ecumênicos, no sentido lato do termo, ou seja, que pudessem convocar os bispos de forma universal, em sua totalidade. Sua estrutura tinha o senado romano como protótipo de inspiração e, inicialmente, as convocações visavam a resolução de questões referentes à condução da Igreja. Porém, não havia pretensão de que se tornasse um evento tão

intrinsecamente relevante para a trajetória eclesial, como veremos ainda. A necessidade foi o fio condutor de seu apelo. No entanto, no decorrer dos séculos, as assembleias anteriores – em vista dos resultados geralmente positivos conquistados – criaram um precedente de legitimidade e referência no interior da Igreja. Mas afinal, o que é um concílio? Qual o significado social e histórico tanto para a vida religiosa quanto para os personagens e a conjuntura que permeia esse trabalho? Apresentaremos, portanto, uma breve contextualização social de tais congregações.

Um concílio “significa, principalmente, qualquer tipo de assembleia, até mesmo uma secular” (HEFELE, 1997, p. 10). Contudo, apesar dessa definição abrangente e genérica, nos ateremos às reuniões relacionadas à Igreja, tendo estas, inclusive, contado, um bom número de vezes, com a presença de laicos – sobretudo se seus nomes estivessem acompanhados de títulos reais ou aristocráticos.

Por um lado, os grandes concílios da antiguidade, reunidos pela iniciativa da autoridade imperial e celebrados à sua sombra, tiveram sua caracterização no fluxo da tradição do cristianismo oriental de língua grega. Aparecem neles três elementos: em primeiro lugar, a concepção primordial na formulação das “profissões de fé” (*oroi*); umas profissões que estão inspiradas na necessidade vital de “dar conta da fé”, embora estão condicionadas, em grande medida, pela confrontação com as correntes heréticas, às profissões são adicionadas algumas normas disciplinares para a vida interna das comunidades (*cânones*). Em segundo lugar, a participação nas tarefas conciliares se mostra “aberta” tanto aos teólogos como aos laicos, enquanto essencial (mas não exclusiva) a intervenção dos bispos, e pouco a pouco se converteu em *conditio sine qua non* a participação dos cinco patriarcas apostólicos. Finalmente, constituem um fator de especial importância a participação de representantes dos ambientes monásticos, dada seu crescente prestígio espiritual e social. (ALBERIGO, 1993, p. 11-12)

Como o excerto ressalta, esta era uma condição e/ou caracterização dos concílios da Antiguidade. No entanto, durante a Idade Média, estes apresentam uma configuração um pouco diferente. Aqui, eles tem seu alcance de participantes reduzidos à igreja latina – e em alguns casos, apenas à romana, fazendo com que os concílios convocados sob a denominação de ecumênicos ou gerais ficassem restritos a esse raio de alcance. Os concílios contavam não apenas com a presença de laicos, mas poderiam, também, ser convocados por eles, como o caso de Basileia, em 28 de outubro de 1061, recrutado pela imperatriz Agnes, viúva de Henrique III, imperador da Germânia. Nesse período, os concílios já haviam se firmado como um evento de suma importância dentro da experiência eclesiástica; contavam, inclusive, com uma lógica própria, onde, “as normas para a disciplina da comunidade se transformam em uma verdadeira legislação social, destinada a regular aspectos da vida da ‘cristandade’ (...). O direito canônico adquire assim, uma centralidade eclesial, desconhecida no primeiro milênio” (ABERIGO, 1993, p. 12).

A principal característica de constituição dos concílios, aqui, é a presença dos bispos. Porém, para que seja considerado como tal, e não como um sínodo, por exemplo, a presença do papa ou de seus legados, ou mesmo o consentimento deste primeiro é imprescindível. Nos antigos concílios ecumênicos, os decretos precisavam da confirmação tanto do papa, quanto do imperador. Posteriormente, somente o sucessor de São Pedro poderia validá-los. Qualquer grave ameaça à condução da ordem cristã era motivo mais que suficiente para a convocação de um concílio; fosse essa ameaça interna, como a necessidade de regulamentar a conduta dos religiosos (Latrão II, 1123), ou externa, como o seu posicionamento ante o surgimento de novas religiões (Trento, 1545-63), e as deliberações deveriam ser acatadas por toda a comunidade eclesiástica. Não menos importante foi o papel desempenhado pelo papa Leão IX em relação à realização e legitimação dos concílios. Durante os cinco anos de seu pontificado (1049-1054), ele efetuou um número de assembleias muito superior à de outros papas; “celebrou quatro concílios em Roma, mas também reuniu sínodos em Pavia, Reims, Magonza, Siponto, Vercelli e Mântua” (FALCONIERI,

2012, p. 326), o primeiro já na Páscoa de 1049. Essas frequentes reuniões deram a tônica da gestão de Leão IX, uma vez que, sendo a característica estrutural desse papado, foram usadas por ele como ‘palcos’ da divulgação da reforma. Em linhas gerais, surge aqui um mecanismo de retroalimentação: o papa promove suas ideias com frequência, dada a regularidade dos concílios, que por contarem com a presença e estímulo do Sumo Sacerdote, acabam por ser legitimados com uma importância maior do que a conquistada até então; por sua vez, isso confere aos ocupantes do trono papal garantias de validação das decisões empreendidas nessas ocasiões.

A realização dos concílios é também bastante fluida. Não há uma regularidade pré-estabelecida com intervalos fixos. O que possibilita ou permite esses encontros são as demandas da Igreja, a necessidade da tomada de decisões em conjunto, uma vez que as orientações surgidas no núcleo de tais assembleias se propagavam para diversas localidades. No entanto, no período compreendido em meados do século XI, a sua realização se tornou muito mais recorrente. Encontramos notáveis mudanças ocorridas no interior da Igreja, como a ascensão do cardinalato, que – agora reunido em um colégio – concentrava poderes deliberativos sendo responsável, a partir de 1059, pela escolha dos papas. Bem como a influência massiva do monge beneditino Hildebrando, que antes de se tornar papa em 1073 ocupou os distintos cargos de “cardeal-subdiácono, tesoureiro da Igreja Romana, e abade de S. Paulo”, além de “arcebispo e chanceler da Igreja romana” (HEFELE, 1997, p. 11) a partir de 1059, o que lhe permitiu adquirir conhecimento e experiência nos assuntos referentes à política eclesiástica. Desde a década de quarenta do século XI, é possível perceber a presença do religioso de Soana, incentivando e participando da trajetória de papas reformistas, como o bispo de Toul, Bruno, que foi sagrado pontífice em 21 de fevereiro de 1049, recebendo o nome de Leão IX (STROLL, 2012, p. 34), e que, apesar de continuar se mantendo leal ao império germânico – dada sua origem – agiu com tenacidade e vigor, pelos cinco anos que duraram seu pontificado, promulgando modificações na Sé romana e servindo de inspiração – ao menos no sentido reformador – aos seus sucessores.

Foi assim, portanto, mesmo com sua flexibilidade e alterações estruturais que os concílios gerais, sobretudo aqueles ocorridos na Idade Média, se configuraram como elementos de fundamental importância e legitimidade para a agenda eclesiástica do Ocidente. Mesmo em vista de todas as mudanças ocorridas no seio da Igreja – e conseqüentemente na vida social – essas assembleias deliberativas se mantiveram como um ponto de referência, que oferecia aos religiosos um ambiente para tomadas de decisões e aos fiéis em geral a licitude das orientações procedentes destas.

### **A movimentação da casa de Canossa**

Por restringirmos aqui, o legado da casa de Canossa substancialmente a quatro personagens – Bonifácio, Godofredo, Beatrice e Matilda – precisamos identificar com certo detalhe as formas como os mesmo estabeleciam suas relações sociais, uma vez que, como veremos, não há uma coesão, tampouco um projeto político tradicionalmente linear entre eles. Sobretudo quando o marquesado se manteve sob as gestões subsequentes de Bonifácio e Godofredo, o que vemos é a presença de uma constante oscilação que ora pende mais para uma parte do clero, ora para outra<sup>24</sup>; ora se desloca, ora se aproxima da corte imperial, deixando claro que quando se trata

---

<sup>24</sup> Por vezes, o trono papal foi ocupado por religiosos que não tinham origem romana, como Leão IX, oriundo da Germânia e que, por isso, era mais próximo ao Imperador; que nessa época contava com o suporte do conde de Canossa, Bonifácio, como seu servo. Ou como o sucessor de seu sucessor, Estevão IX, irmão do duque da Lorena, Godofredo, e que, conseqüentemente, dispunha do suporte de um dos aristocratas com maior concentração fundiária do período. Esses religiosos, antes de serem sagrados pontífices, sendo eles bispos ou abades, formaram uma rede de aliança e apoio, que acabaram por se transformar em sua ‘corte’ papal. No caso de Leão, por exemplo, houve resistência por parte do clero romano em aceitar sua presença e por vezes, as ideias não estavam de acordo. Ou seja, um apoiador do papa, não necessariamente seria um simpatizante dos eclesiásticos de Roma. De acordo com a movimentação social de Bonifácio, e igualmente de Godofredo, entre esses grupos, suas relações se estreitavam ou se afastavam do séquito papal ou imperial (e os usamos aqui apenas como referência a título de ilustração, e não como os dois únicos polos de poder passíveis de associação. Portanto, não consideramos o clero do período como uma unidade coesa, e sim, como detentor de diferentes grupos sob essa denominação.

desses dois senhores, nem sempre uma das opções exclui a outra; nem sempre se está do mesmo 'lado'. Expliquemos:

Bonifácio era vassalo do imperador da Germânia, Conrado II que, morrendo em 1039, deixa o posto de soberano para ser assumido por seu filho, Henrique III. No mesmo ano, tinha se dirigido mais ao norte, em auxílio de Henrique contra o conde de Champagne, Odo (DUFF, 1909 p. 18). Da mesma forma, o marquês da Toscana, pela deferência que desprendia à família imperial, esteve presente na coroação de Henrique como novo regente, em 1046, prestando-lhe juramento. Como a cerimônia ocorreu em Roma, aproveitando a estada na Itália, o soberano se deslocou para a parte setentrional do país, visitando Canossa. Quando retornou para a Germânia, o margrave toscano o acompanhou, assegurando sua proteção e integridade, como forma de manter a cordialidade ao seu senhor. No entanto, por conta da visita à região da Toscana, Henrique pode verificar quão extenso era o poder de Bonifácio nestas paragens e isso o deixou apreensivo, uma vez que um aristocrata dispondo de tão considerável domínio representava uma ameaça. O regente germânico empreendeu algumas ações com a finalidade de diminuir a autonomia do marquês canossano, ou mesmo para conseguir ter maior controle sobre a região. Uma dessas medidas foi a determinação do papa Clemente – sob orientação de Henrique – de que as igrejas da Toscana e da Lombardia não mais se reportariam à Milão; sua 'prestação de contas' deveria remeter à Ravenna, ou se se preferir, onde os olhos do imperador podiam alcançar de maneira mais nítida (RUST, 2011 p. 154).

Clemente II, que havia sido entronizado por Henrique III, morreu subitamente em 1047, mas antes teve tempo de conferir ao imperador o direito de nomear o ocupante do trono papal. Ou seja, qualquer que fosse a origem do religioso a suceder São Pedro, este sempre reportaria ao imperador, não haveria autonomia do líder da Igreja em relação à corte laica germânica. Se valendo desse poder, Henrique entronizou Poppo, bispo de Brixen, então chamado Dámaso II. Contudo, outro religioso ressurgiu de um cisma, anterior à eleição de Clemente II, reivindicando o

posto pontifício: Bento IX. Este último recebera o apoio de Bonifácio de Canossa para ascender ao trono papal. O imperador, desgostoso desse posicionamento apresentado pelo marquês, sob ameaça de invasão, o obrigou a mudar o foco, redirecionar seu apoio e entronizar Dámaso (GOLINELLI, 2004, p. 107). Esses recorrentes desentendimentos entre o margrave toscano e o soberano germânico se desdobraram até a morte de Bonifácio, em 1052.

Foi durante o pontificado deste papa [Vitor] que o glorioso duque e margrave Bonifácio morreu, deixando as crianças como seus herdeiros. Não muito depois, no entanto, Duque Godofredo, um homem magnífico, mais ativo nos assuntos militares, veio à Itália e tomou sua viúva como esposa. (SUTRI, 2004, p. 194)

Como dito anteriormente, a relação entre o gestor da casa de Canossa e o imperador Henrique nos anos anteriores à morte do marquês não era das mais tranquilas. São dois representantes de espaços de poder suficientemente significativos, que quando aliados, entendem a extensão do suporte mútuo, mas que, quando em situação de conflito de interesses, na mesma proporção, representam ameaça bilateral. Não se trata de relação de forças entre pessoas e sim, entre o lugar social que estas ocupam. Não é contenda pessoal. O que se coloca em questão é disputa entre o que eles simbolizavam politicamente e não quem eram. Prova disso é o fato de que, após a morte de Bonifácio, o ímpeto de Henrique III em se beneficiar dos rendimentos de seu oponente, o fizeram suspender todos os privilégios de jurisdição desse marquesado.

Com a morte de Bonifácio, o imperador Henrique III não vislumbrava mais nenhum significativo obstáculo entre ele e a fortuna da casa de Canossa, sendo questão de tempo até que ele conseguisse integrar esse considerável patrimônio à corte germânica. A viúva Beatrice não representava uma ameaça, uma vez que essa não figurava como alguém que compactuasse com as ações de Bonifácio, tampouco aparentava o menor indício de que daria continuidade à política do falecido marido. Porém, apenas dois anos depois, em 1054, o soberano recebe a notícia de que esta

sua prima de descendência germânica e lorenense, se casou – sem o seu consentimento – com o também duque da Lorena, Godofredo. Talvez se Beatrice tivesse se casado com algum aliado político ou vassalo leal de Henrique, o problema, para ele, pudesse ser de menor incidência, ou mesmo poderia facilitar seu acesso à riqueza canossana. No entanto, assim como acontecera com Bonifácio, o imperador, por algumas vezes, havia entrado em desentendimento com Godofredo que, potencializado pela realização do casamento, nessa ocasião, havia se tornado *persona non grata* aos olhos do rei.

A principal preocupação do império não era os Normandos, mas a segurança de meia Itália contra a combinada casa de Lorena e Canossa. Dos ducados, Lorena era o perigo mais sério. Ao contrário dos outros, não foi um território tribal, mas uma coleção de senhorios sob Duque Gozelo até sua morte em 1044. Seu filho, Godofredo o Barbudo, co-duce da Alta Lorena, queria ser investido com os territórios de seu pai, mas Henrique III não toleraria sua afirmação a uma reivindicação de direito hereditário, e eles entraram em confronto. (STROLL, 2012, p. 55)

Apesar de fazer, como seu antecessor, uma política de enfrentamento à corte imperial, o que diferencia Godofredo de Bonifácio não é a motivação; mas sim, o direcionamento desta. O pai de Matilda, empreendia esforços no sentido de estabilizar e cravar de vez a relevância e o legado da casa de Canossa, que vinha sendo galgado ao longo dos anos por seus antepassados. Já o duque da Lorena advogava em causa própria, uma causa que não deixou de ser lorenense nem mesmo quando este assumiu o marquesado da Toscana por conta de seu casamento com Beatrice. Numa primeira e genérica análise, poderíamos colocar os dois senhores em pé de igualdade quanto ao propósito de suas empresas: a fixação e expansão dos espaços de poder por eles ocupados. Porém, se esse exame tem como ponto de partida o marquesado toscano, é certo que o duque lorenense pode ser disposto em uma posição divergente daquela intencionada por Bonifácio. Todas as ações executadas por Godofredo remetiam à Lorena; jamais à Canossa. Para ele, todo o patrimônio existente no norte da Itália, que fora somado ao seu, representava apenas um apêndice do seu desejo de expansão de

domínios. E ainda aqui, não há o apoio ou a participação conjunta e concorde de Beatrice. São vozes destoante dentro de uma mesma casa. Godofredo se envolve tanto com o papado quanto com o império. Não podemos perder de vista, no entanto, que em nenhum dos dois casos – nem mesmo quando nenhuma das opções acima é escolhida – o duque age como um agente auxiliar, colocando os domínios tanto da Lorena como de Canossa à disposição de forças maiores. O que acontece é o inverso: a aliança, ou apoio, se estabelece no sentido de beneficiá-lo. A dita “Alta Política” é acionada quando há a possibilidade de que seus integrantes, ou sua influência, de alguma forma cooperem e sigam de encontro com os anseios dessa casa.

Beatrice, quando casada com Bonifácio, não aparece muito na historiografia à frente de grandes empresas. Sua presença é relatada em concílios, entronizações, cerimônias de diferentes naturezas, mas não há a evidenciação de uma política que a represente, ou que a coloque como um agente político da casa de Canossa. Durante seu casamento com Godofredo, sua conduta não recebe grande destaque. O motivo, porém, não é uma inércia consciente ou falta de interesse no que tange a gestão dos domínios; a presença do esposo lorenense é que não lhe concede espaço para articular as experiências políticas do consolidado e respeitado marquesado da Toscana da forma que pretendia. É possível perceber Beatrice começando a se articular de forma gradual, no sentido de retomar o controle sobre suas possessões e voltar a imprimir a marca canossana ao seu patrimônio, no período que envolve o concílio de Mântua.

Identificamos esses quatro personagens como desempenhando quatro tipos de governo, que, apesar de sucessivos<sup>25</sup>, se apresentam de maneira distinta. Temos, primeiramente, Bonifácio, que por mais que definitivamente realizasse uma política

---

<sup>25</sup> Não nos pautamos apenas em descendência e parentesco por consanguinidade, uma vez que, na data do concílio de Mântua, quem respondia pelo marquesado da Toscana era a duquesa Beatrice, viúva do marquês Bonifácio e que não tinha ‘sangue’ canossano e seu marido atual, o duque da Lorena, Godofredo. Se estabelecêssemos parâmetros de descendência direta para assegurar a legitimidade do governante, esse período poderia ser visto então, como uma entressafra entre a terceira e quarta geração, o que para essa reflexão não se aplica, uma vez que a quantidade de significativos episódios que tiveram seu marco nessa época e que contou com a ampla participação da casa de Canossa, não podem ser ignorados.

canossana, apresenta um *modus operandi* diferente até mesmo daquele efetivado por sua esposa – que havia convivido por um tempo considerável com ele – e de sua filha. O marquês oscila não somente entre aproximações e distanciamentos com corte imperial e papado; suas ações também, por vezes, beiravam a heresia (DONIZONE, 2008, p. 101). Godofredo, como já dissemos, passeia pelas relações que alguém com sua fortuna e posição normalmente estabelece com seus interlocutores, sempre no sentido de angariar benefícios para seu governo lorenense e para a preservação e expansão de sua fortuna. O marquês toscano, consolida o nome e a posição de poder local de sua linhagem. O duque da Lorena age no sentido de transformar o notável marquesado em sua colônia; não como fusão ou sincretismo, e sim, como mais um polo de incorporação e reprodução da política lorenense.

Beatrice, por sua vez, governou sozinha por muito pouco tempo e em ocasiões espaçadas. A primeira delas se deu após o falecimento do primeiro marido, que menos de dois anos depois teve sua posição ocupada por Godofredo da Lorena. O fato aqui é a incongruência de proposições. Como já tomamos ciência do tipo de política que o duque quisera aplicar à casa toscana, seguimos afirmando que a viúva de Bonifácio não compactuava com esse direcionamento, uma vez que o mesmo descaracterizaria o legado que fora construído pelos antepassados canossanos. Para evitar que isso se efetivasse, Beatrice se empenhou não em retomar completamente o que havia sido deixado e efetivado por Bonifácio, mas em impedir que a posição de poder local que a casa de Canossa galgara no norte da Itália fosse consumida por uma política exterior. Quando fica viúva novamente, em 1069, já conta com o auxílio de Matilda na gestão dos domínios, porém estes ainda se encontram ameaçados pela sombra lorenense, uma vez que a morte de Godofredo abriu espaço para uma dupla investida simultânea por parte de seu filho e herdeiro homônimo: Godofredo, o esposo de Matilda, com a morte do pai, assume o ducado da Alta e Baixa Lorena e conseqüentemente, assumiria o marquesado da Toscana. Não podemos precisar se seu intuito era dar continuidade à política do seu genitor, mas certamente não se empenharia em seguir o governo característico de sua sogra e/ou esposa.

Por fim temos Matilda, que apesar de governar com a mãe por certo tempo, após a morte desta, em 1076, dá início a uma individual e longa gestão de trinta e nove anos, sendo caracterizada por sua tenacidade e poder de decisão frente a diversas adversidades e infortúnios ocorridos nesse período. Por isso identificamos os quatro governos como diferentes. Ainda que Matilda estivesse em conformidade com a política aplicada por Beatrice em vida, o fato de ter comandado os domínios canossanos sem nenhuma interferência interna a partir de 1076 até sua morte, em 1115, nos permite visualizar de maneira mais aberta as nuances de sua gestão à frente de uma das maiores fortunas fundiárias do norte da Itália medieval.

### **Pontificados reformistas e a proximidade da casa de Canossa**

Em determinada ocasião, voltando de Verdun, passando por Liège, o papa Leão IX conheceu o arcebispo de Saint-Laurent, Frederico. A empatia entre eles foi imediata e motivo mais do que suficiente para que o pontífice levasse o religioso consigo para a Itália em 1051 (GLAESNER, 1947, p. 379). Leão foi considerado um homem piedoso, apesar de ser um papa combativo militarmente; sobretudo porque foi no tempo em que permaneceu sob a coroa papal que se deu uma maior incidência de Normandos no sul da Itália, ocupando principalmente a Calábria e Cápua. Durante seu pontificado, diversos sínodos foram realizados; não só na Itália, mas em países como a França e a Alemanha. Estes discutiam a simonia e o nicolaísmo praticado no interior da Igreja. Em 1053, o papa realizou também um concílio em Mântua, (ROBINSON, 2004, p. 145) ‘capital’ dos domínios canossanos. No entanto, nem o peso social que tem um concílio ou a presença de um papa, por si só, garantiam o bom andamento, tampouco a finalização desta assembleia.

O ano de 1054 não fora marcado somente pela morte de Leão IX, mas também, pela cisão definitiva – e até agora irrevogável – entre a igreja latina e a igreja

ortodoxa oriental (ALBERIGO, 1993, p. 159). Depois de sua morte, mais um bispo germânico ascendeu ao trono papal: o prelado Gebhard de Eichstädt, recebendo, em 1055, o nome de Vitor II. Apesar de também empunhar a bandeira reformista, seu pontificado de dois anos não lhe permitiu grandes realizações. Em 1057, no entanto, eis que o pontífice escolhido é o abade de Montecassino, Frederico da Lorena – aquele que havia se encontrado com Leão IX –, então chamado de Estevão IX. Este religioso, diferindo dos papas anteriores de origem germânica ou mesmo romana, era lorenense, irmão do duque Godofredo da Lorena, segundo esposo de Beatrice da Toscana. Por ser bem próximo do papa Leão e seu chanceler, além de cardeal romano, dispunha de distinta reputação. Porém, sua eleição ocorreu de maneira apressada, sem que a corte germânica pudesse ser avisada de antemão, ou mesmo consultada. Ou seja, não foi uma escolha realizada nos moldes tradicionais, com o aval do império (CANTARELLA, 2008, p. 60).

A entronização de Estevão IX que tinha ocorrido, como dissemos, em condições muito excepcionais, havia revelado com uma nova luz o prelado que muitos dos italianos tinham inicialmente considerado como um apoiante ou apoio do imperialismo. Ele havia criado em torno dele uma corrente de simpatia que incluía Godofredo, irmão do pontífice, por sua vez beneficiado; começamos a olhar para ele, também, como um instrumento que pudesse utilmente servir para enfraquecer a autoridade gradualmente imperial. (GLAESENER, 1947, p. 403)

Apesar de todas as promessas embutidas na eleição de Estevão – tanto por sua origem aristocrática, quanto por ter sido abade da notável Montecassino – seu pontificado foi curto: teve fim com sua morte, em 29 de março de 1058. Porém, como papa “reforçou a esfera de influência papal controlando Montecassino e a *terra sancti Benedicti*, e também os arcebispados de Benevento e Salerno” (STROLL, 2012, p. 65); além de, como seu irmão Godofredo, afirmar seu posicionamento contra os Normandos. Realizou a nomeação de Pedro Damiano como “bispo cardeal de Óstia”, além de ter decretado que não deveria “haver nenhuma eleição até Hildebrando retornar. Estevão sabia que Hildebrando não permitiria a nobreza romana controlar

a eleição de seu sucessor, e que ele daria a Godofredo uma voz forte” (STROLL, 2012, p. 66). Além de conferir à Hildebrando honras e responsabilidades de um ‘sucessor’ temporário do trono pontifício, ainda pensou em como colaborar com a política do irmão. No entanto, podemos considerar que Estevão foi o último papa eleito que não concorreu ao trono papal com outro reclamante simultâneo. O sucessor de Estevão foi escolhido a partir de uma disputa com outro papa, abrindo caminho para uma série de cismas ocorridos ao longo das eleições papais.

Outros personagens contemporâneos precisam ser igualmente mencionados para que se compreenda a situação social do período. Quando o abade Frederico, de Montecassino é eleito papa, seu irmão já se encontra casado com uma marquesa e duquesa do norte da Itália e, portanto, está em vias de implantação da política da Alta e Baixa Lorena nessa localidade. A escolha de Frederico como Sumo Pontífice romano – no interior da Itália – invariavelmente seria útil para os projetos de Godofredo. É um particular e bem definido ponto de ligação entre papado e a casa de Canossa. Talvez seja seu início. Porém veremos que essa relação perdura por muitos anos e pontificados.

Não menos importante é o fato de que os dois sucessores subsequentes de Estevão também são originários de dioceses localizadas no interior das possessões canossanas. Não entendamos esse vínculo, porém, como uma situação que coloca a casa de Canossa à serviço do papado, tal qual apresentam alguns autores; É o trono pontifício, nas pessoas de seus ocupantes, que dependem do marquesado toscano, sua influência, gerência e subsídio. As colocações dão margem para interpretação contrária, é verdade. Mas os domínios de Beatrice não se apresentam como uma espécie de vassalo do trono papal. Os movimentos executados por essa família aristocrata e que beneficiam o papado tem, por finalidade, atender a seus próprios interesses, inseridos na dinâmica de manutenção da ordem das dependências dessa circunscrição administrativa. O elo se inicia com Godofredo/política lorenense e Estevão IX/papado. Canossa é incluída por tabela. Porém, com o passar do tempo e

a dissociação do governo toscano do de Godofredo, poderemos perceber que a relação com a família de Matilda se manteve ainda bem próxima.

No início do ano (1059) após a morte de Estevão, um Concílio geral para analisar a nomeação de seu sucessor foi convocada em Siena, que estava incluída no Marquesado de Beatrice.

A Condessa e sua filha estavam presentes nas deliberações, que eram de mais harmoniosa natureza. A nomeação do Bispo de Florença proposta por Hildebrando, e que tinha recebido a aprovação do Governo Imperial, foi saudada com entusiasmo, e ele foi aceito sem um voto de discordância. (HUDDY, 1906, p. 67-8)

Vemos aqui, uma assembleia da importância de um concílio geral, convocada para decidir a escolha de um novo pontífice, ser realizada no interior do território canossano. Dois pontos aqui, de fato, são importantes: a relevância de um concílio para a prática cristã e, igualmente, a pertinência do lugar escolhido para o acontecimento. Já em 1059, o destaque da família do norte da Itália se mostra presente. Se quisermos apresentar o argumento de que a escolha do local, como sendo de propriedade da casa de Canossa, se deu por configurar em um território ‘neutro’, daí podemos chegar, basicamente, a duas conclusões: a primeira, a de que, mesmo que representasse um domínio isento de influência, fosse do papado romano ou da corte imperial germânica, esta família aristocrática desempenhava um terceiro poder, autônomo. Em segundo lugar, se a primeira opção – excluindo propriedades eclesiásticas e imperiais – para receber um evento dessa natureza fazia parte do marquesado toscano, podemos supor que, para as pessoas envolvidas na organização e na deliberação do concílio, os Canossa não tinham ‘concorrentes’ equivalentes para o poder e a influência que exerciam. O concílio não teve como finalidade apenas destacar um nome para sucessor de Estevão IX; esta assembleia, realizada em Siena também o elegeu. Não foi Roma o berço da sua nomeação, como era de se esperar, foram os domínios canossanos os escolhidos para recepcionar tal decisão. Nem

mesmo outras localidades foram citadas como possibilidades; a escolha de Siena parecia ser a mais conveniente.

O sucessor de Estevão IX, Nicolau II, apesar de ter permanecido também por pouco tempo como sumo pontífice – até 1061 – têm, em sua trajetória, marcos de alguns acontecimentos significativos para a realidade da época. Sua própria eleição não se deu de maneira tranquila, pois, seu nome não era um consenso entre os fiéis e religiosos, que foram deixados ‘órfãos’ quando seu antecessor morrera no ano de 1058. Houve uma perturbação causada por um grupo formado por uma parcela do povo romano e encabeçado pelos condes de Galeria e de Túsculo, que elegeram o cardeal de Velletri, chamado João, atribuindo-lhe o nome pontifício de Bento X. No entanto, o futuro Nicolau II contava com a simpatia e apoio de personagens que igualmente desfrutavam de poder de convencimento e imposição tanto quanto os aristocratas citados acima. O bispo de Florença foi o escolhido de Hildebrando de Soana, de Godofredo de Lorena – nesse período também detentor do título de margrave da Toscana, por conta de seu matrimônio com Beatrice, em 1054 e que, portanto, era o senhor sobre os domínios dos quais o episcopado dele fazia parte – e dos Normandos representados por seu príncipe Ricardo de Cápua (RUST, 2011, p. 170). Notemos aqui que os Normandos, que não contavam com a simpatia de Estevão IX, tampouco de seus antecessores, agora figuravam do mesmo ‘lado’ que seu irmão, Godofredo. Uma demonstração de que, as relações que se estabelecem, os acordos firmados ou as parcerias não são vitalícias. Cada personagem se movimenta entre seu círculo social da maneira que mais lhe favorece política e socialmente. Foi inclusive durante o pontificado de Nicolau que um tratado com os Normandos, sabidos inimigos dos Romanos, foi firmada.

O fato de Nicolau ter sido o escolhido para o trono papal não significou aceitação dos personagens que se opuseram anteriormente à escolha de seu nome. Seu pontificado não seguiu em tranquilidade, tendo ele que lidar, até o fim da vida, com tenazes investidas e ameaças dos romanos inimigos, por exemplo. Para tornar

sua permanência no papado um pouco mais tranquila e para fazer frente a seus opositores, o papa toma a decisão de se aliar com os Normandos, conhecidos inimigos da Santa Sé. Essa aliança se estabeleceu a partir do enfeudamento dado por Nicolau a dois de seus príncipes (Ricardo de Cápua e Roberto Guiscardo) sobre terras que eles tinham conquistados:

A cabeça da cristandade uniu forças com a maior potência militar da época. Simultaneamente, a reforma papal adquiriu suserania ao longo de todo o sul da Itália e jurisdição eclesiástica, e sobre aqueles territórios Árábico e Bizantino que já tinha sido atribuído à igreja Oriental. (WEINFURTER, 1999, p. 117)

Essa parceria estabelecida com os Normandos foi o que deu segurança ao papa para tomar uma atitude tão brusca em relação ao grupo de famílias aristocratas romanas que sempre se envolveram com questões eclesiásticas. Vejamos. Não houve um perdão concedido aos Normandos por tudo<sup>26</sup> que eles fizeram contra o papado e parte dos sulistas italianos no passado; é um claro acordo de conveniência. Enquanto o papa permite que eles se apropriem formalmente das terras que haviam pilhado, recebe, em contrapartida promessa de fidelidade e proteção. Aqui, o papado – mais representativo símbolo da Cristandade ocidental da época – recorre ao auxílio de um grupo de laicos, que nem comungavam da fé cristã, até então, para lhe ajudar. Esse grupo, por sua vez não pode receber bens materiais em troca, mas sabe que ter uma legitimidade conferida pelo sumo pontífice tem um grande peso social.

---

<sup>26</sup> A partir da primeira década do século XI, os normandos passaram a habitar o sul da península. Inicialmente sua presença era bem quista pelos habitantes dessas paragens, já que um grupo de peregrinos havia ajudado os moradores de Salerno contra os sarracenos. Com o passar do tempo, os normandos foram expandindo seu lugar de ocupação, nem sempre de maneira pacífica. Em 1027, receberam a autorização do imperador Conrado de se instalarem no sul da Itália, uma vez que sua presença era vista pelo soberano como um possível contrapeso à presença bizantina. Durante o século XI, a existência desse grupo é sempre mencionada por estar ligada às questões políticas e personagens fundamentais do período. Alguns senhores normandos foram investidos pelo imperador Henrique III com possessões e terras, um dos fatores que aumentaram seu poder e influência, já se aliaram com Bonifácio, ou mesmo com Godofredo. Entraram em conflito com Leão IX, posteriormente ganharam a antipatia de Frederico da Lorena. Num outro momento o Papa Nicolau II recorreu ao auxílio desses. Enfim, são só alguns exemplos úteis para ilustrar a participação normanda no medievo italiano do século XI.

No concílio de Latrão, realizado em abril de 1059 e convocado com a finalidade de estabelecer uma normativa quanto as futuras eleições papais – tomando como exemplo a sua própria conturbada nomeação; sabendo poder contar com o respaldo dos Normandos, Nicolau promulga a *In Nomine Domini* (RUST, 2011, p. 172); uma bula papal que conferia a um colégio de cardeais a decisão sobre a escolha dos ocupantes do posto pontifício: “Entrementes Nicolau II, que agia em pleno acordo com o [...] movimento reformador sempre mais forte, no curso de um concílio havia emitido um decreto sobre a eleição dos papas, que, [...] excluía no modo mais absoluto os laicos deste ato” (GOLINELLI, 2004, p. 146).

Os laicos ‘excluídos’ da participação de tão importante escolha, certamente não englobavam todos aqueles que não seguiam uma carreira religiosa. Há que se prestar atenção nos recortes que as colocações permitem: esses laicos diziam respeito àquela parcela de aristocratas romanos que por muito tempo se envolvia e interferia nesse tipo de decisão. O imperador da Germânia, contudo, não fazia parte desses excluídos. Se assim fosse, os acontecimentos seguintes não teriam se apresentado com as configurações que conhecemos. Expliquemos: se houve uma “crise” durante um determinado período no seio da regência imperial, ela se deu, sobretudo, pelos ajustes que foram feitos por conta das mudanças que sucederam a morte de Henrique III – como o episódio de Kaiserswerth (WEINFURTER, 1999, p. 118-9), onde o herdeiro do trono imperial, sem idade necessária para ocupar o posto, é sequestrado dessa ilha pelo arcebispo Anno de Colônia – e não porque a cúria romana não mais reconhecia a legitimidade do poder da corte germânica.

### **Dois corpos não ocupam o mesmo espaço**

Quando Nicolau II morre, em 27 de junho de 1061, depois de um curto, porém marcante pontificado de dois anos, novamente o lugar de sucessor de São Pedro

precisa ser ocupado. Os grupos mais uma vez se apressam a fim de escolherem o melhor titular. Sua morte deu início a uma “corrida” pela sucessão que resultou num dos mais emblemáticos episódios do período, que, além de definir os rumos seguintes do pontificado, ainda nos serve de painel, para que possamos observar as articulações executadas por nossas personagens Lorenenses/Canossanas; a saber: Matilda, Beatrice e Godofredo.

Seguindo a decretal deixada por Nicolau II, os bispos componentes do grupo formado com a finalidade de escolher o Sumo Sacerdote, prontamente pinçaram um nome e elegeram-no papa: o bispo de Lucca, Anselmo da Baggio, sob a denominação de Alexandre II. Esta escolha contou com a aprovação e apoio, por exemplo, da casa de Canossa, uma vez que pertencia a uma diocese localizada nos domínios canossanos – e sua proximidade com Beatrice era já bastante conhecida – e dos Normandos, agora aliados dos reformadores. No entanto:

Em Roma depois da morte do Papa Nicolau em 27 de Julho, os Romanos enviaram uma coroa e outros presentes para Rei Henrique e apelaram para ele sobre a eleição do supremo pontífice. Ele realizou um concílio geral em Basiléia, colocou a coroa enviada pelos Romanos e foi chamado patrício dos Romanos. Em seguida, com o consentimento comum de todos eles de acordo à eleição dos enviados dos Romanos em 26 de Outubro Bispo Cádalo de Parma foi eleito papa por um ato de simonia, uma vez que (é dito) muitos subornos foram dados a certas pessoas. Ele foi chamado Honório, mas ele nunca foi destinado a possuir o papado. Vinte e sete dias antes da sua nomeação, entretanto, o bispo de Lucca, chamado Anselmo, foi ordenado como o 157º papa pelos Normandos e por certos Romanos e foi chamado Alexandre. (ROBINSON, 2008, p. 116-7).

Se a posição de Beatrice já era mais clara, a de seu esposo, nessa época, ainda não. Por dois anos, após uma invasão de tropas germânicas e Roma, o desenrolar de uma guerra civil desgastou a população, seus recursos e suas forças. Após esse período de conflito armado próximo aos domínios canossanos, Godofredo se fez

contemporizador entre as partes envolvidas, orientando-os que retornassem para seus bispados até que o rei decidisse por escolher um deles. Como nesse período quem governava o Império era o arcebispo de Colônia, este convocou um concílio em outubro de 1062 em Augsburg, poucos meses depois do sequestro do menino imperador do castelo de Kaiserswerth, a pedido de Pedro Damiano, a fim de que a questão do cisma que havia se instaurado entre Cádalo de Parma, dito papa Honório II e Anselmo de Lucca, chamado papa Alexandre II pudesse ser resolvida. Dentre os integrantes da assembleia havia representantes das igrejas romana, lombarda e germânica. Após muita discussão e divergência nas opiniões, os bispos da Itália afirmaram que nenhuma decisão poderia ser conclusiva sem que os arcebispos de Milão e Ravenna estivessem participando da deliberação. Foi então que, sem uma sentença final e sem conseguir controlar a reunião, Anno atesta que o julgamento deveria ser postergado para outro concílio (STROLL, 2012, p. 172-3).

O fato de um concílio, convocado pelo representante do império, não obter sucesso, adiando seu resultado para uma data e um evento posterior, demonstra um enfraquecimento da realeza germânica, uma vez que não parece ter traquejo, poder ou influência suficiente para fazer valer sua autoridade sobre todos os outros integrantes, que apesar de estarem separados por grupos das igrejas de origem, mantinham em comum os ânimos exaltados. E igualmente destaca a intensidade e gravidade do conflito anunciado.

Pedro Damiano envia uma carta para Anno de Colônia onde reforça o argumento de que outra reunião deve ser convocada para que a decisão – que nessa época já não era tão incerta assim – seja de fato decretada. O religioso não deixa de demonstrar a aversão que tem pelo bispo de Parma, fazendo uso de ‘adjetivos’ com um apelo ofensivo bastante significativo. O fato do monge avelanita demonstrar oposição à Cádalo, não diminui, em nenhum momento, o grau de ameaça que este representava para a campanha de Alexandre. A escolha do bispo de Parma contava

com o consentimento da imperatriz Agnes, e o apoio dos bispos do norte da Itália e da aristocracia Romana.

Além disso, tua excelência estendeu vossa mão para o sacerdócio no qual tu trabalhaste para cortar o pescoço escamoso da ‘besta de Parma’ com a espada do rigor evangélico e para reinstalar o bispo da Sé Apostólica no trono de sua dignidade. Mas, uma vez começada a tarefa, a menos que realizeis o gesto final e aproveites a oportunidade que se permanece, o edifício sagrado sobre o qual pousaste vossa mão encontrar-se-á sob o risco de desabar. Pois o infame Cádalo, o perturbador da Santa Igreja, o sublevador da disciplina apostólica, o inimigo da salvação humana; ele, eu digo, que é o caminho para o pecado, o arauto do diabo, o apóstolo do Anticristo, a flecha disparada do tremor de Satã, o bastão da Assíria, o filho de Belial, o filho da perdição que afirma ser maior do que tudo que os homens chamam de Deus, muito maior do que tudo o que é adorado, ainda respira fogo como um hediondo dragão, e com as imundícies de seu dinheiro envenenado causa um fedor nas narinas dos homens, e pelo sopro de suas perdição, como um novo heresiarca, perturba a vacilante fé dos homens (PEDRO DAMIANO. Epistola 99. MGH Briefe 3: 99).

Não temos conhecimento da réplica de Hildebrando e Alexandre II para essa epístola; no entanto, a carta seguinte, escrita por Pedro Damiano e que descreve as possíveis reações dos religiosos, mostram o descontentamento destes com a possibilidade da realização de um novo concílio para eleger aquele que de fato ascenderia ao trono papal.

Ao Pai e o Filho, o papa e o arqui-diácono, o pecador monge Pedro oferece seus préstimos. (...) Eu invoco Jesus e seus santos anjos como testemunhas de que não menti oferecendo-vos esta explicação. E então, se eu tiver que morrer por esta carta, eu vos ofereço meu pescoço, perfurem-me com vossa adaga. (...)

Mas agora conterei meu espírito, segurarei meus lábios e, embora tardiamente, ainda peço misericórdia(...) Enviando-me esta santa mensagem, entretanto, cada um de vós parece agir de modo distinto. Um,

parece-me, é cuidadoso e amigável com um interesse paternal, enquanto o outro ameaça um ataque hostil e terrível. Um de vós, como o sol, banha-me com o calor de seu esplendor brilhante, mas o outro, como o tempestuoso vento, sopra como uma violenta tormenta. (PEDRO DAMIANO. Epistola 107. MGH Briefe 3: 186-187)

O tom alarmante da epistola de Pedro Damiano, oferece mostras de quão indesejável e a desconfortável era a possibilidade de um novo concílio. E a fúria ostensiva tem um destinatário: Cádalo de Parma. Não tivesse este se arvorado a estampar simultaneamente o título de papa, a questão estaria resolvida. Fosse ele um oponente desprezível, sem apoiadores relevantes, também. Aquele que se posicionou quanto à realização de um novo concílio de forma furiosa foi Hildebrando, e mesmo que apresentasse um comportamento mais contido, Alexandre II compactuava com esse se posicionando de forma contrária a essa solução. Para Hildebrando, a questão da eleição papal poderia ter se findado em Augsburg; não porque o episódio fora hábil em resolver a contenda, mas justamente pelo fato de que uma nova assembleia daria margem para uma possível articulação do lado oposto e faria com que ele precisasse empreender esforços novamente na campanha de Alexandre. E o fato do monge avelanita se referir a Hildebrando e Alexandre como pai e filho, somente reforça a relação próxima mantida pelos dois (STROLL, 2012, p. 193) e como esse primeiro poderia influenciar as ações do bispo de Lucca.

Vejamos, o cardeal bispo de Óstia recorreu ao representante do reino da Germânia, ou seja, ainda que fosse um membro do *sacerdotium*, Damiano não reconhecia o decreto papal de Nicolau II que conferia ao colégio de cardeais autonomia para decidir acerca dos eleitos a ocuparem a cadeira de São Pedro, como suficientemente capaz de pôr um fim à questão. Para ele, ainda deveria ser da alçada do *regnum* a decisão sobre o pontífice escolhido. Ficou decidido que o concílio se realizaria “em Mântua uma cidade controlada por Godofredo, e convenientemente entre a Germânia e a Itália, onde cada lado poderia apresentar seu caso” (STROLL, 2012, p. 195). Contudo, o concílio poderia ter sido realizado em alguma localidade da

Germânia, ou mesmo em outra região mais ‘neutra’, haja vista que Anselmo era bispo de Lucca, de propriedade dos canossanos tanto quanto Mântua. Acontece que, nessa ocasião, Godofredo ainda não se decidira sobre quais dos dois papas apoiaria, porém mantinha relações com o império que já tinha se posicionado favoravelmente à Cádalo: “Com Honório II haviam se aliado o imperador, o patriciado romano e os poderosos bispos da Itália setentrional; com Alexandre II o “partido” reformador, os Normandos e uma outra parte dos Romanos” (GOLINELLI, 2004, p. 148). O bispo de Parma parecia contar com apoio da Imperatriz Agnes e de parte da corte germânica, mas não de Anno, que apesar de não fazer campanha declarada, tendia a aceitar melhor a escolha do nome de Alexandre II. No entanto, como a escolha deste não tinha contado com a sua presença, tampouco com o seu consentimento, ele não poderia simplesmente acatar essa decisão sozinho. Ainda que advogasse em causa própria, nesse momento, o arcebispo de Colônia ocupa o topo do governo imperial. Mas para que pudesse manter seu nome vinculado à causa imperial, não podia mostrar contrariedade à decisão do rei, que por sua vez, preferia a escolha de Cádalo.

No período que antecedeu a assembleia em Mântua, já era possível encontrar o arcebispo de Colônia se articulando, sobretudo panfletando de maneira contrária à Alexandre II:

Anno começou transmitindo queixas formais do rei e dos príncipes contra Alexandre: que ele tinha alcançado seu ofício através da heresia de simonia; que ele tinha conseguido o apoio e a amizade dos Normandos, inimigos do Império, e que por sua ajuda, e contra regulações eclesiásticas e a vontade do rei, ele manteve este poder. Anno afirmou que ele foi autorizado pelo rei para determinar o que era verdade. (STROLL, 2012, p. 197)

Portanto, para se desvencilhar da responsabilidade de, mais uma vez, ser responsável por colocar um ponto final no cisma papal e não conseguir, além de saber não possuir credibilidade suficiente – por conta da incapacidade de resolver a questão, aliada à falta, nesse momento, de um posicionamento de Godofredo – para que sua

escolha fosse acatada de maneira unânime, Anno, com a orientação de algumas figuras importante, decide por realizar o concílio em Mântua.

## **Mântua e a casa de Canossa**

Como vimos em oportunidades anteriores, a localidade de Mântua ocupava uma posição central para os domínios canossanos; mas sua relevância também atingira outras esferas, como os interesses e assuntos eclesiásticos, recebendo em seu interior, por exemplo, assembleias da magnitude de um concílio geral, haja vista a utilização dos espaços canossanos pelo papa Leão IX. Esse destaque datava desde a época de Bonifácio que havia a escolhido:

É notável, pois, que os Canossanos tinham jurisdição sobre Mântua e seu condado, e que esta cidade por um certo tempo foi de fato considerada como o centro de seus domínios. Finalmente deve ser lembrado que Bonifácio queria na catedral mantuana a sua tumba e dos seus próprios filhos. (FALCE, 1927, p. 274)

Esse polo de poder que tinha sido eleita, anteriormente, para ocupar tão destacada posição, pelo marquês Bonifácio, volta a ser utilizada durante a gestão deste e, sobretudo, anos depois de sua morte, por razões que incluem, mas vão além daquela que foi o motivo crucial de predileção do marquês: sua localização geográfica

(...) se Canossa é a fortaleza apeninica legada à origem da família, Mântua representa o ponto de referência do período talvez mais esplendido desta dinastia, aquela do governo do marquês Bonifácio.

Bonifácio muda para Mântua a sua residência, provavelmente por estar mais perto à maior via de comunicação do momento: a estrada que da França ou da Germânia levava a Roma (GOLINELLI, 2004, p. 109)

Quando Bonifácio fez aí sua morada, provavelmente não imaginou que anos após sua morte, ela seria palco da resolução de um conflito dos mais significativos e que afetou não só os participantes, mas também aqueles que não estavam presentes na ocasião. Uma vez que sua convocação foi feita contando com a presença das mais importantes figuras clericais e do laicado, que juntas, de uma forma ou de outra, respondiam pela administração de um raio territorial que extrapolava os limites territoriais do norte da Itália em muito. Para nós, esse acontecimento carrega significados mais profundos: demonstra que os canossanos tinham condições de deter o controle sobre a tomada de decisões envolvendo relações de poder consideradas pela historiografia como maiores; como se o fato de ter sido Mântua a sede de um concílio que tinha como pauta a resolução de um caso onde duas pessoas reivindicavam para si o posto pontifício, demonstrasse a influência exercida por essa família.

Em 31 de maio de 1064, depois de ser definida em uma reunião no mês anterior que contou com a presença de alguns legados de Roma, Mântua é escolhida e recebe o concílio para definir qual dos dois proponentes seria considerado o sucessor legítimo de Nicolau II. Como havia esperado por um auxílio prometido por Henrique sem obter sucesso, Cádalo viu no concílio uma oportunidade de expor seus argumentos e, quem sabe, assim convencer os interlocutores de seu merecimento. Vale lembrar que o esposo de Beatrice, Godofredo, não se encontrava presente em Mântua durante a realização do concílio. Ou seja, qualquer atitude tomada pelas senhoras de Canossa não estavam relacionadas ao posicionamento do duque da Lorena. Mesmo que tenha permanecido por alguns anos em uma posição mais discreta, Beatrice da Lorena, em dado momento, compreendeu que de seus esforços dependia a continuação do legado que fora deixado para sua filha e que, por ser grandioso e próspero, não poderia ser conferido aos cuidados de outros. E no Concílio de Mântua, a duquesa e marquesa já começaram a perceber quão arraigadas nos seus domínios estavam as características da política aplicada por Godofredo.

Godofredo, em virtude de seu casamento com Beatriz de Toscana, tinha sido reconhecido tanto Marquês da Toscana e o Duque de Espoleto.

(...) Como o marido de Beatrice, Godofredo realmente sucede Marquês Bonifácio. Tomando o título de marquês, ele se tornou o proprietário de todos os feudos da casa de Canossa (Reggio, Modena, Mântua, Brescia, Verona, Parma, o condado de Ferrara). Como é também apontado, está em Mântua ou pelo menos em um dos domínios do Norte que Bonifácio de preferência residia; ele foi visto muito raramente em Florença ou nas proximidades. Também foi a esta cidade que Godofredo orienta agora sua esfera de ação; ele fez Florença a capital e se esforçou para dar-lhe toda a glória e todo o esplendor que era apropriado para o grande papel que ele ocupou. (GLAESNER, 1947, p. 404)

Podem se perguntar o motivo pelo qual, não podendo contar com a legitimidade dada pelo papa, uma vez que sua convocação tinha se dado justamente para que este fosse escolhido, o concílio de Mântua é considerado como um concílio geral. O fato é que, a oposição simultânea de dois papas é uma das premissas para a realização de tal assembleia, que, nesse caso, se ocuparia da resolução do embate. Assim também, alguma grande heresia interna ou externa à comunidade cristã, ou quando há a necessidade da execução de algum tipo de reforma estrutural na Igreja, são alguns dos motivos que levavam os bispos a se reunirem em concílios gerais (HEFELE, 1997, p. 13-4).

O fato de o concílio ter sido realizado em Mântua, certamente foi pelo consentimento de Godofredo, não de Beatrice, pois esta já apresentara seu descontentamento com a figura de Cádalo, tanto que tentou impedi-lo de passar por suas terras, retardou o acesso deste a Roma fazendo-o cavar uma vala na estrada de Modena (DONIZONE, 2008, p. 107-9). A ausência do duque lorenense nas imediações da assembleia permitiu, portanto, à Beatrice que efetuasse um posicionamento menos incerto. E, sendo ela contrária à nomeação de Cádalo, esse perdera a força apoiadora que Godofredo poderia representar. Isso significa que o Concílio em Mântua foi uma demonstração de como forças imperiais se submeteram

à casa de Canossa, conferindo a esta, o protagonismo na recepção de um acontecimento com a importância que os concílios já tinham adquirido nesse tempo. Mas por forças imperiais não nos referimos aqui à corte imperial, ou a liderança do arcebispo de Colônia; essa potência estrangeira é personificada por Godofredo, o que torna sua exclusão mais complicada, pois não é uma visita, é uma presença entranhada no cerne do poder toscano. Contudo, isso se deu porque a pessoa que personificava a gestão da casa de Canossa, nesse momento, para Anno de Colônia, era Godofredo; que para esse contexto era um aliado do arcebispo. Mas ele não incorporava tal ‘responsabilidade’ da mesma forma, pois, se visse a si próprio como o senhor da Toscana, estaria ao menos presente quando da realização do concílio. Essa ausência representa mais um indício de que, mesmo de forma contida, o concílio foi cenário para a articulação individual de Beatrice. E, ainda que o duque lorenense tenha ocupado o lugar de Bonifácio quando se casou com Beatrice em aquisição de bens e estirpe e prestígio e não como representante do marquesado, ele não fez uma campanha pró-papal durante o contexto do concílio; tanto que tinha ressalvas a Hildebrando, que vinha promovendo a reforma e acompanhando de perto sucessivos pontífices e por que este, na opinião de Godofredo “tinha jogado o papado nas mãos dos normandos, que ele detestava, provocando uma aliança parecia ameaçar a posição predominante de Godofredo na Itália Central, mas sua defesa enérgica de Alexandre demonstrava que ele ainda era necessário pelas reformas” (STROLL, 2012, p. 203).

Tivesse Godofredo assumido a posição de senhor de Canossa no concílio de Mântua, poderia ter transformado essa ocasião em um momento de apogeu para a casa, mas não o fez. Em vez disso, quis manter uma política lorenense, quando todos o viam como marquês da Toscana e teve uma possibilidade de ascensão vultuosa de afirmação de poder escapando por suas mãos. Até sua morte, não houve outra ocasião que pudesse substituir a glória que o envolvimento com o concílio lhe daria. Enquanto isso, temos Beatrice que, anseia por aplicar a política que julga ser característica de sua família, mas ainda tem a sombra, que existência e o significado social de Godofredo, indo em direção diferente, faz pairar sobre sua cabeça. Seu posicionamento não é

claro. Como poderia? A duquesa apresenta um comportamento confuso e secundário, afinal, aqui, para todos, ela não é a senhora de Canossa, é a esposa do senhor. É por conta dessa falta de definição de um único propósito do poder canossano que o cronista presente no concílio, Benzo de Alba, tem margem para produzir uma narrativa tão confusa, onde nem mesmo os envolvidos parecem ter clareza sobre suas ações.<sup>27</sup>

Mas o motivo que possibilitou a realização de um concílio, com a incumbência de resolver um cisma papal que o representante do poder imperial germânico não conseguira dar fim, em Mântua, tem uma razão: sendo os dois candidatos oriundos das dependências dos condes de Canossa (Cádalo, de Parma e Anselmo, de Lucca); era a essa casa que eles reportavam. Um exemplo de que a casa de Canossa configurava a representação do poder naquela localidade. E o concílio em Mântua é uma clara demonstração de como essa família já era uma presença consolidada no seio da sociedade.

Posteriormente, Godofredo assumiu sua escolha pelo nome de Alexandre, mas isso gerou certo rancor em Pedro Damiano que, em uma carta, solicitou que os duques da casa Canossa/Lorena pedissem perdão de forma pública. O papa Alexandre II, indo um pouco mais adiante, separou-os alegando extrema proximidade de parentesco. “Segundo um relato, em seu leito de morte, Godofredo revelou que como punição Alexandre tinha forçado-o a se separar de sua esposa até ele demonstrar sua contrição por fundar um monastério” (STROLL, 2012, p. 229). Beatrice parece ter aceitado a “oferta” e fundou um monastério em nome dos dois além de se posicionar acerca da tomada de determinadas decisões de uma maneira que aprovesse à Alexandre II, com a finalidade de voltar a contar com a simpatia do pontífice. Ainda que durante todo este trabalho tenhamos associado a edificação de bens patrimoniais à benesses ou à intenção às almas, esses não são os únicos

---

<sup>27</sup> Ver: BENZO DE ALBA. *Ad Heinricum*. MGH SS rer. Germ. 65: 348-352.

‘sentimentos’ que promovem o ato de construí-los; aqui, a edificação de um mosteiro foi estabelecida como a condição para a reaproximação dos cônjuges.

O papa Alexandre retomou a cathedra com veneração;  
Aquele [Cádalo] em fuga a Parma retornou, agora esgotado.  
Conservou o nome de papa, aquele nome que em vão havia assumido;  
Justamente ridicularizado, morreu com seu crime em Parma.  
Feliz reinou o papa Alexandre; com amor paterno  
Se esforçou como antes a conduzir ao curral o desviado soberano,  
Mas ele traiçoeiro desprezou os conselhos do papa,  
E apenas ao ímpio e orgulhoso preferiu dar ouvidos;  
Continuando a errar na iniquidade, vendeu os bispados,  
E não parou de fazer tanto mal para aquilo que o papa disse.  
Muito triste por isso, Beatrice e Matilda  
Se alinharam com papa Alexandre, que veneravam.  
Mas o papa, depois de ter sofrido tais coisas,  
Morreu nove dias depois do final do perfumado Maio.  
No jardim do céu ele em paz repousou. Amém.  
Então corria o ano mil e setenta e três de Deus. (DONIZONE, 2008, p. 109).

Aqui podemos observar duas situações importantes: o fato de o então, agora legitimado, papa Alexandre II ter seguido seu pontificado ‘com amor paterno’, fazendo-nos remeter ao assunto do primeiro capítulo: estaria o religioso aplicando um amor de pai ao seu rebanho? À sua família? Não deixa de ser o Sumo Pontífice, o pai na terra da família cristã. Outro ponto que merece destaque é a mudança dos personagens centrais no cenário sócio-político que sucedeu o concílio. De acordo com o relato de Donizo, Cádalo terminou esse episódio desmoralizado, pois, além de

continuar usando o título pontifício – sem credibilidade nenhuma – saiu de Mântua fugido, em retorno para seu bispado. Aqui a presença de Godofredo não é sequer mencionada; em contrapartida, Beatrice e Matilda aparecem como o anúncio de uma nova configuração de governo, onde, além de apoiarem claramente o pontífice, a pessoa do duque lorenense, que já havia enfrentado a resistência de Alexandre II quando este impôs sua separação de Beatrice, não tem relevância, como também não tem mais relevância a participação, tampouco o governo de Anno de Colônia. Ele que não havia conseguido resolver o cisma, precisa se recolher agora a uma posição secundária, já que o imperador Henrique IV já dispõe de condições de assumir o posto que lhe pertence e que havia sido alvo da rapinagem do arcebispo.

A questão de Anno vai além de um esquecimento por parte dos agentes sociais presentes no concílio. O arcebispo, que no tempo da assembleia era quem respondia pelo trono imperial germânico, teve uma participação irrisória, se comparada, por exemplo, com a do requerente da cadeira de São Pedro, Alexandre II. Retornando para a Germânia, constatou que o Adalberto, arcebispo de Hamburgo-Bremen dispunha da simpatia e confiança de Henrique IV, que ainda nutria antipatia por Anno. Agnes retorna para a corte de seu afastamento compulsório (ROTONDO-McCORD, 1996, p.310). Ou seja, mesmo tendo aplicado esforços no sentido de desestabilizar, ou mesmo afrontar o imperador – como no caso do resgate das relíquias de Conradoo – o arcebispo de Colônia já não representava uma força capaz de fazer frente à família imperial.

## Conclusão

O Concílio de Mântua somente apresentou tal configuração – ter personagens que se moviam de maneira incerta; um governo que começava a ser caracterizado por duas vertentes diferentes; a presença de uma política externa aos domínios canossanos

esforçando-se por imprimir-lhe um perfil diferente; a fraqueza da soberania imperial causada pela intervenção do arcebispo que não conseguira manter a tenacidade na gestão – por ter acontecido em 1064. Toda a conjuntura ao seu redor dava esse tom de incerteza e instabilidade que pudemos perceber em seus integrantes. Não somente nos dois personagens-foco: Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, mas igualmente em Anno de Colônia, Godofredo, Matilda e Beatrice. Os interesses pessoais de Godofredo não correspondiam àqueles que Beatrice vislumbrava para designar seu marquesado. Assim, vemos uma casa extremamente rica e importante, com influência tanto dentre os laicos aristocratas quanto entre os religiosos, mas que não apresenta uma posição de política local. Durante todo o tempo que durou o casamento de Godofredo e Beatrice, vemos não uma coesão, mas em muitas ocasiões uma estratégia de governo que se sobrepõe à outra, ou mesmo forças que se dirigem para lados completamente opostos.

Um dos objetivos desse trabalho foi mostrar que a casa de Canossa era solicitada pela possibilidade que tinha de reunir tamanha força militar suficientemente capaz de proporcionar, por exemplo, segurança para o eleito de Deus. Mas não somente isso. Esse legado do norte da Itália era a manifestação de um poder – muito bem estruturado que, apesar de todas as intempéries, não encontrou oponente com recursos ou arbítrio para lhe dizimar – alicerçado sobre uma lógica de política local, que expandia para os espaços exteriores à sua localidade, os reflexos de sua organização.

O governo de Beatrice e de Matilda, tal qual nos empenhamos em apresentar somente teve início após um período de reinstauração da política canossana, ocorrida ainda antes da morte de Godofredo. O fato é que ela se inicia com Beatrice, que por descendência era também lorena, como o esposo. Isso significa dizer que a duquesa se integrou à casa de Canossa e, que ser casada com alguém que mantinha as mesmas ligações parentais com sua terra natal, não foi premissa suficiente para fazê-la alterar seu posicionamento. Temos, assim, uma lorenaense trabalhando no sentido de manter

a jurisdição e o poder de uma casa localizada na Itália setentrional. Porém, é somente quando o duque da Alta e Baixa Lorena falece que as canossanas conseguem, enfim, retomar o controle do patrimônio e administrá-lo da forma como gostariam.

Instável, como o papado da época por conta das sucessivas eleições pontifícias em curto espaço de tempo, intercaladas por conturbados cismas, era a corte imperial depois da morte de Henrique III. Por um período de quatro anos, até que seu filho pudesse assumir a sucessão, o que vimos foi um festival de acontecimentos que escaparam do controle dessa autoridade justamente por não ser enxergada dessa forma. O afastamento compulsório da imperatriz regente Agnes, o rapto do menino imperador, a ascensão de Anno de Colônia que, após estar estabilizado no cargo, não conseguiu atender minimamente às expectativas que tinham sido colocadas sobre seus ombros, sentiu sua credibilidade e influência despencar numa queda vertiginosa. O arcebispo não conseguira dar cabo da questão do cisma que se estabeleceu em 1061 entre Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, por sinal, ambos pertencentes a dioceses inseridas nos domínios canossanos. Coube à casa de Canossa, com sua autoridade política e dimensão geográfica favorável resolver essa questão e coroar um papa. Esses acontecimentos contribuíram para que o marquesado da Toscana, que então já era uma potência no norte da Itália, se estabelecesse com um papel central nos acontecimentos que se desenrolaram. Ter recebido um concílio tão significativo, como foi o de Mântua, no interior de suas possessões, permitiu à condessa vislumbrar a dimensão que o peso do apoio de sua casa tinha para líderes espirituais e aristocratas laicos.

## Referências

ALBERIGO, Giuseppe. **História de los concílios ecumênicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

BENZO DE ALBA. **Ad Heinricum**. MGH SS rer. Germ. 65.

CANTARELLA, Glauco M. L'imortale Matilde di Canossa. In: CALZONA, Arturo. **Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città**. Milano: Silvana Editoriale, 2008 p. 50-67.

DONIZONE. **Vita di Matilda di Canossa**. Milano: Jaca Book, 2008.

DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany: La Gran Donna D'Italia**. London: Methuen & CO, 1909.

FALCE, Antonio. **Documenti inediti dei duchi e marchesi di Tuscia**: (secc. VII-XII). In: *Archivio storico italiano*. Firenze: Leo S. Olschki Ed., 1927.

FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. Roma e Leone IX. In: CANTARELLA, Arturo Calzona e Glauco Maria. **La reliquia del sangue di Cristo: Mantova, l'Italia e l'Europa al tempo di Leone IX**. Mantova: Scripta Edizioni, 2012 p. 324-39.

GLAESENER, Henri. Un mariage fertile en consequences: (Godefroid le Barbu et Béatrice de Toscane). **Revue d'histoire ecclésiastique**. Louvain, v. 52, p. 379-416, 1947.

GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**. Milão: Mursia, 2004.

HEFELE, Charles. **History of the councils of the church**. Oregon, USA: Books for the ages, vol. 1, 1997.

HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**, Londres: Jonh Long, 1906.

PEDRO DAMIANO. **Epistulae**. MGH Briefe 3: 99

ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century:** Lives of Pope Leo IX and Pope Gregory VII. USA: Manchester University Press, 2004.

ROTONDO-McCORD, Jonathan. Body snatching and episcopal power: Archbishop Anno II of Cologne (1056-75), burials in St Mary's *ad gradus*, and the minority of King Henry IV. **Journal of medieval history**. vol. 22, n. 3, p. 297-312, dez. 1996.

RUST, Leandro Duarte. **'Colunas de São Pedro':** a política papal na Idade Média Central. São Paulo: Annablume, 2011.

STROLL, Mary. **Popes and antipopes:** The politics of eleventh century church reform. Leiden, Boston: Brill, 2012.

SUTRI, Bonizo of. "Book to a friend". Book V. In: ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century:** Lives of Pope Leo IX and Pope Gregory VII. USA: Manchester University Press, 2004.

WEINFURTER, Stefan. **The salian century:** Main currents in an age of transition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

# CONFLITOS JUDICIAIS, ESPAÇOS DE JURISDIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA JUSTIÇA NA CAPITANIA DO RIO GRANDE (COMARCA DA PARAÍBA/RIO GRANDE DO NORTE, 1789-1821)<sup>28</sup>

Antonio Filipe Pereira Caetano<sup>29</sup>

Artigo recebido em: 04/06/2016.

Artigo aceito em: 26/06/2016.

## **Resumo:**

A malha judicial da colonização portuguesa na América, que se difundiu de maneira mais enfática a partir da segunda metade do século XVII, sofreu diferentes intervenções e configurações de acordo com as localidades em que eram instituídas. Nas “Capitanias do Norte” houve circunstâncias em que determinadas localidades sem o estatuto de capitania possuíam uma jurisdição de justiça, caso da Comarca das Alagoas; por outro lado, localidades em condições de capitania poderiam não ter um desenho comarcã, caso da Capitania do Rio Grande. O presente artigo pretende discutir os conflitos de jurisdições e os problemas administrativos oriundos dessa especificidade na Capitania do Rio Grande (do Norte) entre 1789-1821.

---

<sup>28</sup> Este artigo é resultado da pesquisa de pós-doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Fernanda Baptista Bicalho.

<sup>29</sup> Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É coordenador do Grupo de Estudos América Colonial (GEAC).

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4710919A6>

**Palavras-chave:** Justiça – Conflitos – Capitania do Rio Grande – Poder régio.

**Abstract:**

Judicial mesh of Portuguese colonization in America, which spread more emphatically from the second half of the seventeenth century, has undergone various interventions and settings according to the locations where they were instituted. In "North's Captaincies" were circumstances in which certain locations without the Captaincy status had a justice of jurisdiction if the District of Alagoas; on the other hand, locations Captaincy conditions could not have a Comarca design if the Captaincy of Rio Grande. This article discusses the conflicts of jurisdictions and administrative problems arising from that specific in the Captaincy of Rio Grande (north) between 1789-1821.

**Keywords:** Justice – Conflicts – Captaincy of Rio Grande – Kingly power.

\* \* \*

Os índios da Capitania do Rio Grande queriam ser súditos, ou melhor, queriam ter o direito de poderem usufruir das condições que qualquer homem que reconhecesse a autoridade régia no ultramar tinha: participar da vida pública e política dos espaços coloniais em que estavam inseridos. Foi tentando contemplar esse grupo que em alvará de 7 de junho de 1755, D. José I, através de seu primeiro ministro, Marquês de Pombal, permitia nas Capitânicas do Brasil que os nativos pudessem ser eleitos para vereadores e juízes ordinários nas câmaras locais. Esse conjunto de determinações nada mais era do que o Diretório dos Índios, criado para regulamentar o relacionamento dos súditos luso-americanos com os nativos, bem como evitar a intervenção de missionários no trato com aquela população.

Ao mesmo tempo, o novo código de conduta no trato indígena deixava mais evidente àqueles grupos que passaram por um processo de conversão ao cristianismo pelas mãos dos missionários e começaram a reivindicar direitos de súditos, principalmente aqueles que foram “aldeados” promovendo uma mudança de *status* na sociedade colonial (ALMEIDA, 2003). Porém, na Capitania do Rio Grande<sup>30</sup>, os nativos, ainda no início do século XIX, enfrentavam resistência dos súditos locais e dos agentes régios enviados para atuarem naquelas bandas. O capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paiva Cavalcante, era um desses personagens que, insatisfeitos e/ou inconformados com essa situação escrevia ao Príncipe Regente, D. João VI, em 3 de Setembro de 1806, solicitando alterações nessas determinações (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 608).

Ciente do conjunto de leis, o funcionário régio escrevia:

(...) tenho observado, que não só se não tira o fruto desejado por este meio, mas encontram-se infinitas irregularidades e indecências a aqueles empregos, tanto pelo atrasamento [sic] em que estão os índios ditos, por falta de educação, com por lhes ser próprio o deboche e má fé (...) (Idem, fl. 1.)<sup>31</sup>

A principal justificativa encontrada pelo agente do monarca era os problemas educacionais existentes naquela população, esquecendo o mesmo que a América portuguesa, ainda no século XIX, tinha sua população pouco afeita às letras e, praticamente, composta por analfabetos (VILALTA, 1997; ALGRANTI, MEGIANI,

---

<sup>30</sup> A capitania do Rio Grande foi doada em donataria em 1535, tornando-se régia em 1598. Segundo Carmen Alveal, na documentação sobre a localidade, o termo “do Norte” só passou a se fazer presente por volta de 1751 quando a mesma deveria ser diferenciada da Capitania do Rio Grande de São Pedro (do sul). A localidade tornou-se subordinada à capitania de Pernambuco em 1701 se emancipando, e tornando-se Província do Rio Grande do Norte, em 1815. Cf. ALVEAL, 2016 (no prelo), pp. 133-158.

<sup>31</sup> Para melhor compreensão dos leitores das fontes documentais, as mesmas serão transcritas com as adaptações de linguagem e escrita do português contemporâneo.

2009). Além disso, manifestava que esses problemas de formação ocasionavam uma conduta irônica, sem idoneidade e regada à maledicência. Por isso, continuava:

para tanto julgo-me na necessidade de representar a Vossa Alteza Real que a benefício dos povos, e decoro a justiça, haja determinar aos corregedores<sup>32</sup> desta comarca, não admitam para lugar de juiz a índio das vilas deste termo, podendo sim ser contemplado um das sobreditas para vereadores, havendo com este mesmo escrupulosa escolha (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Op. Cit., Documento 608, fl. 1)

Tentando encontrar um equilíbrio para não fugir de contemplar às leis régias, José Francisco de Paula Cavalcante, propunha uma admissão nos quadros da vereança no âmbito mais administrativo do que judicial. Tal postura, reforçava o possível (des)conhecimento dos ameríndios de condições de letramento necessários ao ofício de juízes ordinários, homens eleitos dentre os membros da câmara para o exercício de um triênio, e que haviam de atuar e corrigir nas instâncias jurídicas. Segundo Graça Salgado, uma das mais importantes atribuições dadas a esses homens de justiça local era a de “*proceder contra os que cometerem crimes no termo (município) de sua jurisdição*”, mas, ao mesmo tempo, tinham por atribuições executar prisões, tirar devassas, auxiliar na escolha de juízes de vintena, gerenciar as audiências da câmara e fiscalizar outros ofícios administrativos (SALGADO, 1985, p. 130).

---

<sup>32</sup> Apesar de na documentação que envolvem os magistrados na América portuguesa aparecerem, recorrentemente, a expressão “corregedores” de comarca, há de se mencionar que este ofício da magistratura não fora transferido no aparelhamento da justiça no Atlântico, sendo os “ouvidores de comarca” o termo apropriado para sua compreensão. Isto se deveu ao fato do governo luso evitar custos em sua malha judicial e ao invés de nomear corregedores e ouvidores para atuação em comarcas, como acontecia no reino, optou-se por somente instituir as estruturas comarcãs com seus ouvidores na América Lusa; estes tinham as mesmas atribuições dos corregedores e ouvidores do reino. Na prática eram dois ofícios em um só o que fora adaptado nas conquistas americanas. (MELLO, 2012).

A preocupação do Capitão-mor do Rio Grande do Norte se tornava ainda mais delicada tendo em vista que a localidade não possuía, na altura em que escrevia ao monarca, uma comarca própria, autônoma, estando ainda subordinada à Comarca da Paraíba, criada em 1688. Esta condição, só vai ser alterada a partir de um alvará de 18 de março de 1818 que instituía a Comarca do Rio Grande do Norte em virtude das grandes “distâncias” espaciais que os ouvidores de Paraíba deveriam percorrer e agraciando os povos do Rio Grande do Norte com a aplicação da justiça em localidades ainda gerenciada por “juízes leigos” (Lei 18 de Março de 1818). Logo, por aquelas bandas, até 1818, grande parte das decisões judiciais passavam pela mão do juiz ordinário, seja pela inexistência de um ouvidor e/ou juiz de fora, seja pela pouca intervenção do ouvidor da Comarca da Paraíba na localidade. Assim, para José Francisco Cavalcante a nomeação de um índio como vereador era até possível, mesmo alegando escolha “inescrupulosa”, mas para juiz ordinário, que poderia impor o poder da vara enquanto prestígio social, era uma situação, no mínimo delicada.

Subindo para as considerações do Conselho Ultramarino, o processo do Capitão-mor, como de costume foi recomendado vistas do Procurador da Fazenda, do Procurador da Coroa e do Governador da Capitania de Pernambuco, este último sugerindo que enviasse pedido de informação do Ouvidor da Capitania, já em 28 fevereiro de 1807, para que se posicionasse também sobre a celeuma. Na lateral do documento encontram-se dois despachos apenas, dos quatro que, supostamente, deveriam haver. Acreditamos que o primeiro tenha sido do Procurador da Fazenda ou do Procurador da Coroa, visto que só recomendava a consulta do Governador de Pernambuco e do Ouvidor da Comarca. No entanto, o mais substancial dos posicionamentos, foi feito pelo Governador da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que dizia:

Já em outras ocasiões tenho dito que o caráter natural dos índios ilude toda a filosofia; não tem ambição, não estimam a propriedade, que sendo as mais preciosas do Brasil, a dos escravos; não há lembrança que algum índio a tenha tido; por estas razões, e por outras, que emito, tem incapacidade

natural para governo político, e a civilização que se lhe pode propor é um efeito da necessidade para subsistirem; se parecer notória informação para consultar a dispensa do alvará, deve mandar-se tornar pelo ouvidor (Arquivo Histórico Ultramarino, Op. Cit., Documento 608, fl. 1.)

O parecer foi duro, repleto de juízo de valor e confirmando a suposta incapacidade dos nativos não só de atuarem no âmbito da justiça como no “governo político”. As linhas revelam um lugar destinado ainda à ingenuidade e a submissão dos grupos ameríndios locais à população branca que administrava a capitania, mesmo que já enquadrados nas práticas e nos costumes do Antigo Regime português. Por outro lado, o pedido do Capitão-mor do Rio Grande de Norte, ainda que inconcluso, porque o prosseguimento do processo não se encontra nos autos, revela uma fragilidade do sistema judicial na antiga capitania donatária de João de Barros e Aires da Cunha, ainda na mão, em grande parte, dos juízes ordinários. Essas histórias podem apontar para os conflitos de jurisdição e uma configuração espacial própria decisória de justiça na Capitania do Rio Grande. Este artigo tem o propósito de discutir essas questões, especialmente entre 1789 e 1821, quando a malha judicial das “Capitania do Norte” havia se consolidado enquanto nomeação de agentes, mas as peculiaridades locais podem descortinar falhas e rachaduras nessa estrutura vigente.

### **Capitania de Pernambuco, Comarca da Paraíba.... Rio Grande do Norte**

A grande mudança no aparelho judicial português em relação às suas conquistas americanas se deu na transição do século XVII para o século XVIII. Segundo Nuno Camarinhas, a principal motivação para esta situação, no reino, fora o processo de centralização monárquica; e nas conquistas, a difusão da economia aurífera que trouxe uma maior necessidade de controle sobre suas possessões do Atlântico (CAMARINHAS, 2009). Porém, na América portuguesa o caráter de autonomia da

estrutura judicial foi uma característica importante que a diferenciava de outras localidades. Entretanto, de acordo com Mafalda Soares da Cunha e António Castro Nunes, a territorialização da justiça na América foi assolada por um ritmo lento, se comparado com a estrutura vigente na América espanhola (SOARES; NUNES, 2016).

Assim, primeiro se observou a implementação de ouvidores donatários, não letrados, indicados pelos capitães donatários e subordinados às suas decisões, contribuindo para o estabelecimento e fortalecimento de um direito costumeiro<sup>33</sup> (HESPANHA, 2010). Com o fracasso das capitanias hereditárias se iniciou um processo de criação de comarcas, a partir da instituição de ouvidores letrados, formados nos quadros da Universidade de direito, em Coimbra, e habilitados na prática de justiça à serviço de representação régia. Neste interim, para a ampliação da capacidade decisória das conquistas foram criados os Tribunais da Relação (primeiro na Bahia – 1652; em seguida no Rio de Janeiro – 1751 ) ao mesmo tempo que as câmaras municipais de maior importância recebiam os juízes de fora, funcionários para atuarem mais nas causas criminais e gerenciando as atividades do fórum político local.

A capitania de Pernambuco vivera uma condição especial neste desenvolvimento judicial, visto que sua condição de donatária se perpetuou até 1716, quando a família Albuquerque, segundo Virgínia Assis, havia desistido do processo de retomada de controle da capitania pela coroa portuguesa (ASSIS, 2001). Tal conjuntura levou ao capitão-donatário de Pernambuco, durante um bom tempo ainda continuar escolhendo seus ouvidores e, mesmo quando a monarquia portuguesa alterou o eixo de nomeação de seus agentes de justiça, exigindo que fossem letrados, os monarcas ainda autorizavam os Albuquerques a escolherem seus magistrados,

---

<sup>33</sup> Entende-se como direito costumeiro aquele que fora forjado nas localidades em detrimento das circunstâncias, a partir das brechas das leis régias. Antonio Manuel Hespanha também a denominou de “direito das gentes”, fruto das práticas de conquistas e das regras do cotidiano impostas pelos moradores do lugar.

desde que fossem letrados e chancelados pelo Tribunal da Relação da Bahia (SILVA, 2010, p. 47). Assim, a Capitania de Pernambuco teve sua comarca instaurada em 1653, seguida da comarca da Paraíba (1688), das Alagoas (1712), do Ceará (1723), de Goiana (1789), de Crato (1815), do Rio Grande do Norte (1818) e a Comarca do Rio São Francisco (1820). Todas essas localidades estavam subordinadas, até 1821, ao Tribunal da Relação da Bahia enquanto instância de apelação e agravos de sentenças emitidas pelos juízes ordinários, juízes de fora e ouvidores espalhados pelas vilas e comarcas das Capitanias do Norte. O Tribunal da Relação de Pernambuco só irá ser criado em 1821.

No período que estamos propondo para análise nesse artigo (1789-1821) percebe-se que toda essa tessitura judicial já estava instaurada e plenamente em funcionamento, proporcionando aos súditos locais a possibilidade de “sensação” de serem atendidos pelos agentes de justiça no momento em que fossem prejudicados em negócios e/ou circunstâncias pessoais. Não se pode esquecer que o aparelhamento judicial não só servia para o abrigo dos interesses régios, como também da concessão aos súditos da ideia de proteção, do governo para o bem público e comum (HESPANHA, 1994). Por conta disso, não deve ser visto com estranhamento o fato de que eram muitas localidades no mundo colonial que solicitavam a criação e a presença de magistrados régios em seus espaços, não só por garantir que seus direitos fossem atendidos, mas, sobretudo, para agregar valor e *status* às regiões que, quando tinham esses funcionários, eram dotadas de prestígio em relação às demais.

O grande empecilho na análise da *práxis* judicial destes agentes ainda esbarra na questão documental. O acervo do Tribunal da Relação da Bahia, lotados no Arquivo Público do Estado da Bahia, não preservou os processos judiciais, restando apenas as sentenças, ainda com lacunas temporais e problemas de conservação, impedindo uma configuração efetiva do desenvolvimento judicial, dos acordos realizados, dos funcionários/personagens envolvidos e do léxico do direito utilizado na aquisição das

necessidades dos súditos. Por ora, o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e suas correspondências que circulavam pelas conquistas ainda permite rastrear e mapear, ainda que de maneira pueril, o funcionamento da justiça nas “Capitanias do Norte”. Nessas comunicações, que vão muito além das questões políticas, podiam ser direcionadas a vários rumos (instâncias, pessoas ou agentes monárquicos), além de, também, garantir a possibilidade de quaisquer indivíduos, inclusive os particulares, de gastarem tintas, papéis e letras para reivindicarem serem contemplados pela justiça régia. Afinal de contas, apesar da atuação dos magistrados, a aplicação da justiça nas localidades ultramarinas era uma prerrogativa do monarca (WEHLING & WEHLING, 2004).

Assim, após uma investigação dos magistrados régios, dos auxiliares de justiça e dos assuntos concernentes ao direito presentes, entre 1789-1821, nas correspondências do Arquivo Histórico Ultramarino referente às “Capitanias do Norte” podemos apontar que da ou para a Capitania de Pernambuco foram encaminhados 7611 documentos onde apenas 667 (8,73%) referem-se à temática de justiça; para a Comarca das Alagoas foram 226 documentos sendo 45 (17,17%); para a Capitania da Paraíba foram 1250 documentos sendo 166 (13,28%); na Capitania do Ceará foram 671 sendo 71(10,68%) e para a Capitania do Rio Grande encaminhados 216 sendo 16 (6,48%) voltados para os assuntos judiciais.

De todas as localidades a que concentra a maior quantidade de comunicações jurídicas foi a Comarca das Alagoas. Essa situação pode ser inferida pelo fato da região não possuir o estatuto de capitania, estando ainda subordinada à Capitania de Pernambuco. É com a condição de Comarca, em 1712, que um novo contorno geográfico foi feito no território, deixando mais explícito o que era Pernambuco do que seria depois Alagoas. Além disso, o ouvidor da Comarca das Alagoas, pela ausência da figura do Governador de Capitania, poderia receber mais demandas das instituições régias, dos agentes monárquicos e dos particulares. Não é difícil imaginar, nesse caso, como os raios de ação dos magistrados direcionados para Alagoas era bem

alargados, podendo corrigir e atuar para mundos além do direito e da justiça (CAETANO, 2014).

Enquanto isso, a Capitania do Rio Grande (do Norte) dentre as localidades foi aquela que apresentou o menor índice de correspondência no corte cronológico proposto, 16 documentos. Uma justificativa para essa circunstância pode estar relacionada à sua tardia instalação da estrutura comarcã, em 1818. Enquanto subordinada à comarca da Paraíba, se poderia inferir que o fluxo de correspondência ao reino, à Capitania de Pernambuco ou à Comarca da Paraíba eram elevados<sup>34</sup>, quando na verdade não o eram. Se de um lado isso pode apontar para uma “falha” na estrutura judicial da região, por outro lado não se pode perder de vista, exatamente, a autonomia da capitania para resolver seus próprios problemas de justiça, pouco acionando os magistrados subordinados ou vizinhos. Além do mais, também não se deve esquecer a presença dos juízes ordinários nas câmaras das vilas da Capitania do Rio Grande, agentes que tinham um papel importante na manutenção da justiça em casos de inexistência e/ou ausência de magistrados régios (vide a luta do Capitão-mor que abriu esse artigo visando impedir que indígenas ocupassem tal posto). Ora, isso descortina, quem sabe, mais a utilização do direito costumeiro do que as leis oriundas do reino.

Sendo assim, no fluxo de correspondência judicial presentes no Conselho Ultramarino da Capitania do Rio Grande assim pode ser apresentado:

---

<sup>34</sup> Isto pode ter ocorrido na correspondência anterior a este período (1535-1789), mas como esse levantamento não foi feito porque foge do corte cronológico proposto para a pesquisa, assim, esta afirmação ainda se perfilará na condição de suposição.

**Tabela 1 – Correspondência sobre Justiça da Capitania do Rio Grande do Norte no Arquivo Histórico Ultramarino (1789-1821)**

<b>Assuntos dos Documentos</b>	<b>Nº de Documentos</b>
Justiça: Civil	03
Justiça: Administração	04
Justiça: Criminal	03
Ouvidor de Pernambuco	01
Ouvidor da Paraíba	02
Ouvidor do RN	02
Junta da Fazenda RN	01
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Norte Avulsos, Documentos 447 a 663.

O conjunto revela uma maior incidência na correspondência envolvendo os magistrados régios, sejam os da Paraíba (2), Pernambuco (1) ou da própria capitania do Rio Grande do Norte (2), demonstrando que no período muitas decisões supostamente passavam esse personagem (veremos essa questão a seguir). Além disso, os assuntos de *justiça administração*<sup>35</sup>, somaram quatro incidências levando a posicionamento régio, institucional ou de agentes sobre assuntos variados no trâmite administrativo. A *Justiça Criminal* e a *Justiça Civil*<sup>36</sup> apresentaram o mesmo número de

<sup>35</sup> Estamos denominando de *Justiça: Administração* os documentos que tratassem sobre conflitos de jurisdição, nomeação de funcionários, queixas de atuação, solicitação de recursos ou ajudas de custos.

<sup>36</sup> Enquanto isso, *Justiça: Criminal* foram agregados os documentos referentes à prisões, cartas de seguro, assassinatos, roubos e todos os tipos de violência; já *Justiça: civil* os conjuntos que revelassem problemas de reconhecimento de paternidade, distribuição de herança, demarcação de sesmarias e questões com a escravaria.

correspondência, três cada uma, descaracterizando um estereótipo da localidade como violenta, marcada pelo banditismo social e por tumultos populacionais. É curioso notar que a figura central da tessitura judicial da região, os juízes ordinários não aparecem em nenhuma correspondência da região, quem sabe por que suas atuações estariam melhor registradas e com maior intensidade nas atas das câmaras municipais. Por fim, também se identificou um documento sobre a Junta da Fazenda que, inclusive, pode ser considerada como uma instância decisória de justiça por deliberar com base no direito.

Como essa documentação, agentes e súditos se emaranhavam na conjuntura judicial da Capitania do Rio Grande do Norte que estaremos vislumbrando a partir deste momento.

## Os Magistrados Régios na Capitania do Rio Grande

O sargento-mor e governador interino da Capitania do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Sanches, não perdeu tempo! Em 3 de junho de 1791 escrevia ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para se queixar do ouvidor da comarca da Paraíba, Antonio Felipe Soares Brederode<sup>37</sup>. Segundo Yamê Paiva, Brederode fora um dos ouvidores mais longevos que atuaram na Comarca da Paraíba. Envolvido em vários conflitos, dentro e fora da Capitania da Paraíba, o magistrado, por sua proteção na administração lusitana, saíria ileso de muitas queixas que os súditos lhe direcionavam (PAIVA, 2012, p. 115). Dentre os

---

<sup>37</sup> Antonio Felipe Soares Brederode nasceu em Coimbra e graduou-se em 1781. Passou pelo juizado de fora do Bairro de Mocambo (1782) e chegou à Comarca da Paraíba em 1786. Reconduzido em 1790, tornou-se Desembargador da Relação do Porto, Juiz Conservador das Matas de Alagoas e Conselheiro de D. João VI (1818), já com 63 anos. (PAIVA, 2012, p. 111). Sobre a recondução, Cf. **Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Liv. 25, fl. 331, 30 de outubro de 1790 – Carta – Lugar de Ouvidor da Paraíba.

principais questionamentos, o abuso de poder e as práticas mercantis ilegais se faziam mais presentes.

E, foi sobre esse último item que Caetano Sanches tomou como pauta para criticar o ouvidor Antonio Brederode, por realizar abusos no momento da arrematação dos contratos na Capitania do Rio Grande. Segundo ele,

(...) atravessando os sures e todos os gêneros de negócios e agora vexar apoiando lhe o preço na carne, ordenando-se cumpre por toda esta capitania a 320 por arrobas, e pondo um tão mais isento que há de custar a tirar (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8, Documento 485, fl. 1).

Em virtude da grande corrosão do documento não conseguimos identificar o desfecho do episódio, nem muito menos o despacho do Conselho Ultramarino sobre a situação. No entanto, fica explícita as insatisfações que os ouvidores da Paraíba causavam nos espaços em que corrigiam. Cabe mencionar a figura do ouvidor Cristóvão Soares Reimão, que mesmo estando fora de nosso corte cronológico, causou um verdadeiro estrago pelos termos em que atuou no final do século XVII. Patrícia Dias o denominou como um tirano, se envolvendo em inúmeros conflitos locais com a população (DIAS, 2012). Logo, como as atividades mercantis eram proibitivas nos regimentos dos magistrados, mesmo que fossem burlados no cotidiano, os súditos locais não permitiam qualquer tipo de intromissão de funcionários régios nos comércios, principalmente quando estes ao invés de se transformarem em aliados se posicionavam como concorrentes. Não é difícil detectar que alguns magistrados tiveram muitos ganhos financeiros depois que passaram por comarcas brasílicas, sobretudo levando em consideração os baixos emolumentos que recebiam para a tarefa perigosa de atravessar o Atlântico.

Quem requisitou os serviços da ouvidoria foi o sargento-mor do Regimento da Divisão Sul da Capitania do Rio Grande do Norte, Antonio de Barros Passos, mas não a da Paraíba e sim a de Pernambuco. Em 7 de fevereiro de 1804, o militar pedia

os autos de serviços de sua atuação no referido regimento à João de Freitas de Albuquerque<sup>38</sup>. O seu objetivo era garantir o pagamento dos rendimentos pelos serviços prestados à coroa lusitana que só seriam pagos após a referida concessão da papelada (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 563).

O único ouvidor da Comarca do Rio Grande do Norte que apareceu no conjunto foi Mariano José de Brito de Lima. Provavelmente fora o primeiro magistrado daquela ouvidoria, já que em 14 de junho de 1821 ainda estava por aquelas bandas e escrevia duas cartas ao monarca D. João VI. A primeira congratulava-o pela permanência como Príncipe Regente no Brasil (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 10, Documento 653), enquanto a segunda, parabenizando-o por ter chegado em Lisboa (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 10, Documento 654). Em suas linhas dizia que suplicava “*humildemente a Vossa Majestade a graça de acertar esses votos (...) e que tenha fidelidade*” (Idem, fl. 1)

Mariano José de Brito de Lima restabeleceu a criação da alfândega do Rio Grande do Norte, em 6 de fevereiro de 1822, que estava suspensa desde do século XVIII e um ano depois, o mesmo monarca, ordenava que a Junta Provisória instaurada no Rio Grande do Norte, informasse ao ouvidor que se recolhesse imediatamente ao seu lugar de que se retirou por sua conta, em 3 de julho de 1822. Além disso, pedia que o desrespeito e reprovação do ato constasse registrada nas atas da câmara (**Anais da Biblioteca Nacional**, 98, 1978, fl. 176).

Críticas e elogios, bajulações e reprovações, o comportamento do primeiro magistrado local era marcado por oscilações. Também pudera, o contexto não era

---

<sup>38</sup> O ouvidor João de Freitas de Albuquerque assumiu a ouvidoria de Pernambuco em 1800. Havia passado pelo juizado de fora da Vila de Monte Mor Novo (1792). **Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Livro 29, fl. 374, 22 de outubro de 1800 – Carta – Ouvidor de Pernambuco; **Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Livro 22, fl. 117v, 05 de dezembro de 1792 – Carta – Juiz de Fora de Monte Mor Novo.

nada favorável tendo em vista a instituição de Juntas Provisórias pelas capitanias brasílicas para demarcação da transição de governo, o retorno da família real ao reino para sufocar a rebelião do Porto (1821), os efeitos positivos e negativos da Insurreição Pernambucana (1817)<sup>39</sup> que culminou, inclusive, no desmembramento de territórios da Capitania de Pernambuco e gerava uma instabilidade local de tensão. Os acontecimentos de Pernambuco fizeram emergir capitanias autônomas de Pernambuco, e pode ter sido a razão para a criação da comarca do Rio Grande do Norte, de modo que corrigisse os possíveis danos populacionais e insubordinações dos súditos.

Assim, retirando o papel que o sargento mor necessitou do ouvidor de Pernambuco, percebe-se que o aparecimento dos magistrados na documentação do Conselho Ultramarino não demonstrava suas atuações enquanto agentes de justiça. Se Antonio Brederode era repreendido pela população, Mariano Brito de Lima fazia a “social” com o magistrado talvez pela felicidade de ter sido recém empossado em uma comarca nova. A ausência de relatos de suas *práxis* judicial e/ou intervenções no uso do direito apontam para uma estabilidade local, uma estruturação sólida que pouco trazia a necessidade desses agentes. Talvez isso explique a tardia configuração comarcã do Rio Grande do Norte, visto ser uma localidade menor e fácil de ser visitada pelos ouvidores da Paraíba ou Ceará nos tempos anteriores.

Por isso, cabe mencionar a inferência feita no conjunto do “juiz da terra” pelo Capitão-mor da Vila de Porto Alegre, Antonio Ferreira Cavalcante. Em 12 de novembro de 1803, escrevia ao Príncipe Regente, dizendo que

(...) tem muitas fazendas nos sertões daquele continente, sendo igualmente incumbido de mandar diligência do Real Serviço por sítios mui desertos e do perigo dado pelos salteadores que há naquele continente (...) (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8, Documento 558, fl. 1).

---

<sup>39</sup> Para os episódios da Insurreição Pernambucana, Cf. MALERBA, 2006; MELLO, 1997.

Por isso, pedia autorização para portar armas de fogo, permissão concedida aos “juízes da terra”. Esse funcionário no qual se referia era, nada mais nada menos que o ouvidor da Paraíba, que para deferimento do pedido, foi recomendado pelo Conselho Ultramarino que emitisse seu parecer. João Severiano Maciel da Costa, ouvidor da Paraíba, afirmava em 16 de novembro de 1806 que:

(...) prova-se a necessidade que o suplicante tem de viajar por estes sertões em razão das fazendas que tem nelas e não menor o perigo que pode correr em diligências de seu posto. Unido a isso ao bom caráter do mesmo, a sua conhecida mansidão, parece justo o seu requerimento. (Idem, fl. 3)

Uma das atribuições dos magistrados era conter a criminalidade que se alastrava pelos sertões e confins desconhecidos pelos agentes administrativos. A presença de capitães, sargentos e suas referidas tropas auxiliavam na garantia do controle, da autoridade e da presença de representantes régios por aquelas paragens (SILVA, 2010b). Os homens de defesa, se trabalhassem em conjunto com os magistrados, tornaram-se peças importantes para expansão territorial e avanço das fronteiras das conquistas ultramarinas. Provavelmente foi tendo esses elementos como pressupostos que João Severiano da Costa autorizava o porte de armas por Antonio Ferreira Cavalcante. Sua índole, demonstrada nas linhas, era um ponto a favor, mas o lugar que ocupava na defesa dos interesses régios e dos homens de justiça pode ter pesado mais na balança das decisões.

Logo, os magistrados que estavam, passavam ou atuavam no final do século XVIII e início do século XIX na capitania do Rio Grande do Norte tiveram, ao que tudo indica, pouco trabalho para corrigir a justiça e aplicar o direito. Talvez por isso que o ouvidor Mariano José de Brito Lima tenha deixado o seu posto e fora repreendido por D. João VI como uma postura indesejada. Poderia ele se embrenhar, como muitos magistrados, no cotidiano local, a partir de negócios mercantis, da aquisição de escravaria e de tomada de propriedade de terras. O único cuidado era não ferir os ânimos dos súditos que por lá habitavam, nem muito menos tornar-se concorrente dos homens de negócio das localidades. Sem conseguir queixas, críticas

e acusações dos vassallos régios as possibilidades de crescimento e ascensão na carreira da magistratura aumentavam. E mesmo que elas ocorressem, conforme apontou Nuno Camarinhas, existia uma infinita rede de autoproteção deste grupo evitando que as reclamações mais graves chegassem aos ouvidos régios, até porque os homens de justiça fiscalizam uns aos outros (CAMARINHAS, 2010).

### **Agentes régios, Particulares e a demanda judicial**

Dois militares e administradores régios na Capitania do Rio Grande do Norte concentram a circulação da *justiça administrativa* nas correspondências Atlânticas do Conselho Ultramarino: Caetano da Silva Sanches e José Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque.

Caetano da Silva Sanches, sargento mor e governador interino da Capitania do Rio Grande do Norte, era um personagem recorrente na documentação ultramarina. Mas, em 29 de abril de 1791, o representante monárquico fazia cumprir com suas obrigações e escrevia um ofício a Martinho de Melo e Castro, Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, fazendo uma descrição detalhada do estado em que se encontrava aquela localidade (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8, Documento 483).

Segundo ele a capitania, no momento de sua posse, vivia uma epidemia de bexigas; estava prejudicada pela escassez de carne, farinha e peixe; não possuía um grupo militar estruturado, nem mesmo armado e fardado; apresentava as dificuldades do contrato das carnes; e, o que mais nos interessa, queixava-se da falta de autoridade de justiça e jurisdição de justiça e fazenda. Por isso, uma das suas principais reivindicações era ter a chance de poder demarcar terras dos proprietários locais,

tarefa, normalmente entregue aos magistrados, habilitados nas leis e cientes das irregularidades possíveis nestas práticas<sup>40</sup>.

O assunto era tão importante para o funcionário que algum tempo depois, em 28 de abril de 1799, o problema ainda se fazia presente em sua administração, levando-o a gastar mais papéis para ter sua necessidade atendida. Assim, pedia a Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado de Marinha e Ultramar, a transferência da possibilidade de nomear postos militares e ofícios de justiça na região que haviam passado para o controle dos governadores de Pernambuco, gerando uma infinidade de problemas. Estes, podem ser assinalados como a escolha de apaziguados dos agentes em Pernambuco, a demora na indicação de nomes e as poucas visitas à Capitania do Rio Grande.

Esta ordem foi emitida em 22 de dezembro de 1715, demonstrando que já na correspondência anterior o problema era intimamente relacionado à subordinação política-administrativa da localidade à Capitania de Pernambuco. Na tessitura militar (pequenos escalões) e de justiça (ofícios auxiliares), mas das vezes, passava por uma indicação do Governador da Capitania para ser chancelada pelo monarca português. Era uma espécie de transferência de direitos de nomeação tendo em vista as melhores condições desses funcionários de escolherem peças importantes na manutenção do poder régio, no controle dos interesses de governança e apaziguando as necessidades dos grupos locais (HESPANHA, 2009).

Segundo Caetano Sanches a transferência destas escolhas aos governadores de Pernambuco ocasionou uma evasão de rendimentos para Recife, bem como os constantes atrasos nas decisões e nas averiguações de circunstâncias de gestão e práticas de defesa. Explicitamente apontava “prejuízo das partes e deste governo” (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8,

---

<sup>40</sup> A título de comparação cabe mencionar que os ouvidores da Comarca das Alagoas, neste mesmo período, tinham a demarcação de terras como uma das atividades em que mais eram requisitados. Cf. CAETANO, 2016 (no prelo).

Documento 504, fl. 1). No despacho, o Conselho Ultramarino recomendava o posicionamento do ouvidor da Capitania de Pernambuco que, mesmo não havendo resposta, podemos aviltar a hipótese de que ele daria causa ganha ao seu congênere local.

Os problemas descortinados pelo sargento-mor da Capitania do Rio Grande do Norte demonstram as complicadas delimitações de espaços de poder na América portuguesa, sobretudo em uma localidade em uma condição especial naquele período (sem comarca, como capitania, mas subordinada politicamente a Pernambuco e judicialmente à Paraíba). Era um emaranhado de jurisdições que os súditos e os agentes que por lá passavam tinham que dar conta e buscar acordos para sobreviver nessa tessitura. Logo, as histórias revelam como a ausência de uma estruturação judicial gerava contendas delicadas, que podiam, quem sabe, pôr em xeque determinadas autoridades monárquicas no Ultramar.

Ainda no quesito administrativo, acompanhamos, no início destas páginas como o capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante tentava evitar com que os índios locais pudessem fazer parte da câmara municipal, especialmente nas funções de juízes ordinários. Mas, essa questão das delimitações judiciais, militares e políticas também se fizeram presentes em sua governança. Desta feita, em 2 de outubro de 1806, o mesmo escrevia ao reino sobre a ordem do Governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que havia lhe tirado a jurisdição de passar cartas de sesmarias, cartas patentes e ofícios de justiça (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 617).

Ou seja, a pendenga ainda circulava no troca-troca de correspondências ultramarinas. Em um dos despachos finais do Conselho Ultramarino, após consulta ao Procurador da Coroa e Procurador da Fazenda, recomendava que:

As razões que dou o Governador e Capitão general de Pernambuco o ofício que se juntou por cópia são atender as quando se considere

conveniente ao Real Serviço ao meter-se a autoridade do Capitão-mor Governador a organização dos corpos de milícias a ordenanças do distrito, assim como a permitir-se que ele possa prover os ofícios de justiça, em conceder sesmarias, o que por ora não consta lhe seja outorgado por Regimento ou alguma outra determinação Régia por não se julgar próprio do objeto de sua criação e dos demais capitães mores governadores convém notar que o dito capitão general não era lícito das partes esperar a Régia Resolução de Vossa Alteza Real, reconhecendo o feito ao mesmo agosto senhor este negócio. (Idem, fls. 1v-2)

Ou seja, em nenhuma hipótese o Sargento-mor ou Capitão-mor da Capitania do Rio Grande do norte podia se intrometer em questões de nomeações judiciais ou de defesa, essas eram atribuições dos governadores de Capitánias e dos ouvidores de Comarca. Desta feita, podemos dizer que essa contenda só será resolvida em 1815, quando a região foi elevada à Província, e, em 1818, quando se institui a comarca local.

No que se refere às *questões civis*, destaca-se a carta encaminhada pelos oficiais da câmara de Natal, em 20 de fevereiro de 1806, acusando o vigário da matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Natal, Feliciano José Dornelas, de cometer desordens e tumultuar as localidades. De acordo com os camarários, que escreviam ao Príncipe Regente, D. João VI, o “*primeiro de nosso dever é o sossego público, procurando desterro da sociedade tudo quanto a perturba e arruína*” (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 595, fl. 1). Sobre o religioso o descreviam como “*o maior perturbador que jamais aqui se viu, pois sendo antes dele este povo o mais sossegado, e menos rixoso destas capitánias*” (Idem, fl. 1v). Apontavam, do mesmo modo, suas intrigas, falsidades e animosidades que sofriam, sem descrever de maneira detalhada como esse comportamento se processava. Isto porque, já alegavam que Feliciano Dornelas havia fugido do Recife a partir de um conflito com a irmandade do Santíssimo Sacramento.

Em despacho, o Conselho Ultramarino pedia para se fosse informado, separadamente ao Governador de Pernambuco e Bispo de Pernambuco sobre o comportamento do religioso. Porém, o conflito foi parar na mão do ouvidor da Comarca da Paraíba, João Severiano Maciel da Costa, que constatava:

Delas nasce o terror, a ambição de entrar nas graças destes homens poderosos, segue-se a intriga baixa, própria de terras tão pequenas, onde tudo se vê, tudo se mede e tudo se sabe, e uma anátema contra os miseráveis que foram apenas lhe dar com displicência. Esta a origem das perseguições do vigário. Os povoadores a tudo se prestam, para tudo estão sempre prontos com a bengala nas mãos, porque do contrário, ficam em absoluta nulidade, por não terem que governar e nem de que passar dependência (Idem, fl. 5v).

A estratégia do magistrado foi desqualificar o lugar e a população da Vila de Natal, demonstrando a região como pouco afeita a problemas, por isso buscava atingir pessoas que estavam à seu serviço para apenas dar sentido ao seu cotidiano. Sem desfecho, o conflito alerta como os homens do reino tendiam a se proteger das acusações dos súditos locais. Na grande parte de vezes, com exceção dos momentos em que se tornavam entraves para ganhos particulares, governadores, ouvidores, provedores e religiosos se acobertavam, impondo um lugar social específico de autoridade e representação régia em contraposição aos grupos locais que lhe deviam respeitabilidade à coroa portuguesa.

Um bom exemplo da contenda entre os grupos pode ser observado na disputa pelo escravo pardo Francisco. A propriedade do escravo gerou uma rixa entre o Capitão da Companhia de Ordenança do Rio Grande do Norte, Francisco Xavier das Chagas, e o Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Lopo Joaquim de Almeida Henriques. O primeiro escrevia a D. João VI, em 7 de maio de 1805, alegando opressão e vexação por parte de Lopo Henriques com Francisco, de sua propriedade há 25 anos, adquirido através de um trato feito com o tenente coronel Meliciano João Batista da Costa, morador no Ceará Grande (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio

Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 582). No entanto, o escravo fora arrendado por Lopo Henriques que, ao invés de devolvê-lo ao proprietário, o encarcerou por mau comportamento. Problemas como este eram da alçada dos juízes ordinários ou ouvidores de comarca que, em nenhum momento, aparecem listados na documentação. Sendo assim, não se sabe ao certo o desfecho desse processo que, podia muito bem ter subido para o Tribunal da Relação da Bahia.

O magistrado da Paraíba, também foi requisitado para a instauração de uma devassa de um bergantim inglês denominado Mariana, pertencente a Thiago Welotonest, que havia atracado em Caiçara, distrito de Entremoz. Quem fez o pedido foi o sargento-mor do Rio Grande do Norte, Caetano da Silva Sanches, em 13 de abril de 1792 (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8, Documento 487). A primeira atitude do agente régio foi enviar uma tropa para a localidade no intuito de evitar que negócios pudessem ser realizados com a tripulação, bem como identificar a causa desta situação, informada pelo comandante que ocorrera por conta da quebra do mastro da embarcação. Com dificuldades de ajuste, o sargento mor concedeu a entrada dos tripulantes na Capitania do Rio Grande e, com receio que pudesse ser mau interpretado, solicitava a realização de uma devassa para apurar todos os procedimentos e acontecimentos realizados. Em 27 de junho de 1792, o Procurador da Coroa despachava declarando que o administrador régio agiu bem em proteger a embarcação e proporcionar os cuidados necessários, recomendando que procedesse da mesma forma em situações vindouras.

Os casos civis reforçam que, por conta da ausência de um magistrado local, as resoluções eram tomadas com acordos e procedimentos desencadeadas, especialmente pelos sargentos-mores da Capitania do Rio Grande. Com o poder decisório nas mãos, podiam pedir chancelas ao Conselho Ultramarino, que recomendariam o posicionamento de demais personagens para colaborar nas decisões. Entretanto, a ausência do ouvidor da Paraíba é latente nas páginas documentais que corriam pelos corredores administrativos. Percebe-se que, nos casos

administrativos, os conflitos de jurisdição naquela localidade e naquele momento, não ocorreram. A ausência dos ouvidores da Paraíba pode ser a explicação para o fato de que as complicações judiciais fossem ajustadas intramuros.

No *aspecto criminal*, apenas um homem canalizou toda a atenção da correspondência jurídica, o próprio ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Lopo Joaquim de Almeida. O mesmo escreveu três cartas ao monarca D. João VI em momentos distintos, mas em se tratando do mesmo problema: sua prisão. Tudo iniciara a partir das queixas que o administrador sofreu de várias instâncias da localidade, proporcionando a instauração de um devassa. Em 25 de outubro de 1805, pedia para permanecer na Capitania de Pernambuco para poder responder às críticas que recebera, mas fora recomendado que deixasse as conquistas americanas em oito dias (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documento 590). Mas, pelo que parece, não cumpriu com a determinação, sendo preso, levando-o a, em 5 de março de 1807, solicitar sua soltura para poder provar a sua inocência das acusações feitas contra ele na Capitania do Rio Grande do Norte (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 10, Documento 625). Mais uma vez não contemplado, foi despachado para Lisboa, culminando em seu último pedido, em 11 de março de 1807, para que pudesse permanecer no navio que o transportou da Capitania de Pernambuco para o reino para responder as queixas e não fosse encaminhado para a prisão pública. Segundo o agente régio seus inimigos e desafetos na Capitania do Rio Grande não estavam satisfeitos com seus procedimentos porque tudo que mais almejava era fazer justiça. Além disso, fazia questão de mencionar que, em nenhum momento do processo, fora ouvido, um equívoco no ritual de qualquer devassa. Desta feita, conseguiu deferimento do pedido (**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 10, Documento 626).

Curioso é notar que poucos assuntos criminais apareciam nas cartas do Conselho Ultramarino e, quando aparecera, envolvia, justamente, um representante

da coroa portuguesa na Capitania do Rio Grande do Norte. A conjuntura era da pré-transferência da família real para o Rio de Janeiro, o que provavelmente deve ter levado ao agente a um bate-volta! Mas, a devassa instaurada contra Lopo Henriques (o mesmo que aprisionara o escravo de Francisco Xavier), demonstra uma consciência reinol de que os personagens que não estivessem afinados com a manutenção da ordem nas regiões que foram destinados poderiam ser sacados das funções e serem investigados como qualquer um. A justiça régia era para todos, mesmo sabendo que os resultados podiam ser diferenciados de acordo com o grupo social ao qual o réu estivesse sendo investigado ou criminalizado. A trajetória posterior de Lopo Henrique nos foge das mãos, mas serve como exemplo de que em terras “ditas como violentas” quem mais podiam sofrer eram os próprios representantes régios.

### **Impressões e Conclusões Preliminares...**

Evitar que um ameríndio tomasse o lugar de juiz ordinário era um dentre os vários conflitos de jurisdição administrativa, política e judicial que a Capitania do Rio Grande vivenciou na transição do Setecentos para o Oitocentos. Por durante muito tempo não ter em seus quadros um ouvidor próprio, entregava ao Capitão-mor ou Sargento-mor grande parte das decisões concernentes à justiça, seja pela distância do ouvidor da Comarca da Paraíba (a quem estavam subordinados) ou por não confiarem na possibilidade de um nativo ameríndio se transformar, do dia para a noite, em juiz ordinário, mesmo que sendo autorizado pelas leis régias. Logo, o direito régio era corrigido no cotidiano local, fazendo com que o direito costumeiro, das gentes e da conquista se valesse na tomada de decisões.

A importância política e judicial que os capitães-mores exerceram durante o período punha em xeque a hegemonia do Governador da Capitania de Pernambuco na região que, por conta de sua condição de anexa até 1815, podia gerar entreveros

em disputas por espaços de poder e controles econômicos. Os casos da restrição de nomeação de funcionários judiciais, emissão de cartas patentes e demarcação de sesmarias eram exemplos destas limitações impostas pelos governadores da Capitania de Pernambuco aos agentes que estavam em Natal e demais vilas da Capitania do Rio Grande.

O baixo fluxo de correspondência, de demandas de justiça, pode explicar a demora em autorizar a delimitação de uma comarca no Rio Grande do Norte, sendo melhor atendida com seus magistrados vizinhos, mesmo que a população pudesse apontar que estes não atuavam como deveriam ou não estavam presentes quando necessitavam. Os acontecimentos em Pernambuco, em 1817, podem ter acelerado a criação da Comarca, em 1818, mas, já era tarde para a implementação de uma submissão à um direito reinol. Quem sabe, na Capitania do Rio Grande do Norte fora aonde o direito costumeiro se fez mais presente dentre as várias conquistas espalhadas pelos territórios Américo-lusitanos. Exemplo disso, é o impedimento dos índios serem cidadãos político da *Res Publica* local. A ordem imposta pelos conquistadores se sobrepujava as determinações régias e o cotidiano era ditado por aqueles que moravam no lugar. Para que um ouvidor então? Sem necessidade! Era alguém que poderia mais atrapalhar do que ajudar!

## Referências

### Fontes:

**Anais da Biblioteca Nacional**, Volume 98: 1-207, 1978, p. 176.

**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 8, Documentos 483, 487, 485 e 504.

**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 9, Documentos 590, 608, 558, 563, 582 e 595.

**Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio Grande do Norte Avulsos, Caixa 10, Documento 653 e 654.

ALVARÁ pelo qual Vossa Majestade Há por bem Criar a Nova Comarca do Rio Grande do Norte, desanexando-a da Comarca da Paraíba, 18 de Março de 1818. Disponível em <  
[http://www.mprn.mp.br/memorial/pdf/alvara\\_regio\\_de\\_criacao\\_da\\_Comarca\\_de\\_Natal\\_1818.pdf](http://www.mprn.mp.br/memorial/pdf/alvara_regio_de_criacao_da_Comarca_de_Natal_1818.pdf)> Acessado em 01 jun 2016 às 10:15.

**Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Liv. 25, fl. 331, 30 de outubro de 1790 – Carta – Lugar de Ouvidor da Paraíba.

**Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Livro 29, fl. 374, 22 de outubro de 1800 – Carta – Ouvidor de Pernambuco.

**Arquivo Nacional/Torre do Tombo**, Registro Geral de Mercês, D. Maria I, Livro 22, fl. 117v, 05 de dezembro de 1792 – Carta – Juiz de Fora de Monte Mor Novo

## Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. **O Império por Escrito: Formas de Transmissão da Cultura Letrada no Mundo Ibérico, Século XVI-XIX.** São Paulo: Alameda, 2009.

ALMEIDA, Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas – Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmen. “A Anexação da Capitania do Rio Grande em 1701: Estratégia da Coroa ou Interesse de Grupo da Capitania de Pernambuco?” In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.) **Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX)**, 2016 (no prelo), pp. 133-158.

ASSIS, Virgínia Almôedo de. **Palavra de Rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco.** Tese (Doutorado em História), 2001.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Comunicações Jurídicas, Circulações Judiciais e Redes Governativas na Comarca das Alagoas (1789-1821)” In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX).** (no prelo).

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Quando Conflitos Geram Delimitações Jurídico-Administrativas: a Criação da Comarca das Alagoas (1706-1712)” In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.) **Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa**, Volume 2. Maceió: Edufal, 2014.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime – Portugal e o Império Colonial, Século XVII e XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

CAMARINHAS, Nuno. “O Aparelho Judicial Ultramarino Português – O Caso do Brasil (1620-1800)” In: **Almanack Brasiliense**, N° 9, maio, 2009, pp. 84-102.

CUNHA, Mafalda Soares & NUNES, António Castro. “Territorialização e Poder na América Portuguesa: a Criação das Comarcas, Séculos XVI-XVIII” In: **Revista Tempo**. Volume 21, Nº 39, 2016, p. 1-30.

DIAS, Patrícia de Oliveira. “O Tirano e Digno Cristóvão Soares Reimão: Conflito de Interesses Locais e Centrais nas Capitânicas de Itamaracá, Ceará, Paraíba e Rio Grande no final do Século XVII e início do Século XVIII” In: **Revista Ultramares**. Maceió: GEAC, Vol. 1, Nº 1, jan-jul, 2012.

HESPANHA, António Manuel. **Às Vésperas do Leviatã**. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas** – As Bem Aventuranças da Inferioridade nas Sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? Ou revisionismo nos Trópicos” In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista & SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.) **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

MALERBA, Jurandir (Org.) **A Independência do Brasil**: Novas Dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Outra Independência** – O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 1997.

MELLO, Isabelle de Matos Pereira de. **Magistrados a Serviço do Rei**: Administração e Justiça e os Ouvidores Gerais na Comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). Tese (Doutorado em História), UFF, 2012.

PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à Sombra das Leis**: Antonio Felipe Brederode entre a Justiça e a Criminalidade, Capitania da Paraíba (1787-1802). Dissertação (Mestrado em História), UFPB, 2012.

SALGADO, Graça (Dir.) **Fiscais e Meirinhos** – A Administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Evandro Marques Bezerra de. **Mandos e Desmandos**: Os Ouvidores da Capitania de Pernambuco no reinado de D. João V (1706-1750). Dissertação (Mestrado em História), UFPE, 2010a.

SILVA, Kalina Wanderlei. **As Solidões Vastas e Assustadoras** – Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010b.

VILALTA, Luis Carlos. “O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura” In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial**: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1750-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

## OS RETIRANTES E A MUNICIPALIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A SECA DE 1877

Ana Carolina da Silva Santana

João Fernando Barreto de Brito<sup>41</sup>

Artigo recebido em: 13/04/2016

Artigo aceito em: 06/06/2016

### **Resumo:**

As Comissões de Socorros, instituídas pelos presidentes de províncias, mas administradas pelas câmaras municipais, tornavam-se a face mais visível do Estado durante a seca de 1877 para os retirantes que invadiam as principais cidades da província em busca de proteção e soluções para seus problemas imediatos. Tais comissões tinham de atender ao apelo dos membros da elite local acerca do controle dos recursos disponíveis e da crescente massa de trabalhadores livres, submetendo-os à disciplina do trabalho, inserindo-os em obras públicas e colônias agrícolas. Para analisar os conflitos entre esses diversos agentes, foram investigados relatórios, discursos e falas de presidência de província do Rio Grande do Norte, bem como dois periódicos locais, o “Brado Conservador” e o “Correio do Norte”.

---

<sup>41</sup> Licenciados em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. João Fernando Barreto de Brito é mestre em História pelo PPGH/UFRN e aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o PPGHIS-UFRJ. Curriculum lattes de João Fernando Barreto de Brito: <http://lattes.cnpq.br/2836123850254834>; Curriculum lattes de Ana Carolina da Silva Santana: <http://lattes.cnpq.br/7161922435879480>.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Norte – Câmaras Municipais – Retirantes.

**Abstract:**

The Commissions of Assistance, ruled by the presidents of the provinces, though managed by municipal chambers, became the most representative face of the State during the 1877 droughts for migrants who intruded the main cities of the province trading protection and resolutions for their actual problems. Such commissions had to assist the claiming of members of local elite upon the control of the increasing of free workers, by yielding them to working discipline and insertion into public constructions and agricultural colonies. For that, presidential reports, speeches and talks of the province of Rio Grande do Norte were investigated, along with two local periodicals – “Brado Conservador” and “Correio do Norte”.

**Keywords:** Rio Grande do Norte – Municipal chambers – Migrants.

\* \* \*

## Introdução

O desenvolvimento da pesquisa em questão foi possível a partir da crítica a uma historiografia que desconsidera a importância da municipalidade no período imperial<sup>42</sup>. Esta produção justifica-se por reconhecê-las como *espaços* fundamentais ao

---

<sup>42</sup> Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008), parte das atribuições exercidas pelas Câmaras Municipais no período colonial foram abolidas com a lei de 1828, a exemplo da autonomia sobre a tributação, das nomeações dos empregos municipais, da organização da força policial e das decisões quanto aos investimentos em áreas vitais para expansão econômica. Em grande medida, foi no ano de 1834, com a implantação do Ato Adicional, que houve uma tentativa de restringir o poder de atuação das câmaras através da instauração das Assembleias Legislativas Provinciais, em detrimento dos potentados locais representados pelos vereadores, restando-lhes a administração do cotidiano cidadão. Tal medida estava inserida na lógica de que as municipalidades deveriam atender aos objetivos e interesses desse Estado normatizador, tornando os vereadores agentes diretos e

atendimento das demandas cotidianas da população, mediadoras entre as formas mais centrais de poder e o povo, especialmente em períodos de crise e carestia, situação enfrentada pelos norte rio-grandenses durante a seca 1877.

Nesta perspectiva, analisaremos a atuação da municipalidade e a ação dos retirantes em momentos de crise. Averiguar-se-á o papel a ser desempenhado pelas comissões de socorros, criadas pela presidência provincial, mas administrada por membros de uma elite local, quanto às invasões em massa dos retirantes a cidades como Natal e Mossoró, para onde afluíram grande parte da população sertaneja no ano de 1877.

Utilizaremos fontes como os relatórios de presidentes de província do Rio Grande do Norte, que contribuíram com dados e informações referentes à seca de 1877, assim como periódicos locais, os quais forneceram descrições e relatos acerca dos problemas decorrentes das referidas secas. O nosso método de análise consiste no cruzamento de tais fontes, considerando as especificidades dos diferentes locais de fala em documentos tanto oficiais institucionais (relatórios presidenciais) quanto oficiais não-institucionais (os jornais), forma encontrada para compreender os processos aos quais estiveram inseridos tanto os retirantes quanto às instituições

---

subordinados ao governo central. (HOLANDA, 1976, p. 24) Em função desse discurso historiográfico, o papel administrativo das Câmaras Municipais é visto de forma secundária, devido a sua “pequena” participação nas decisões políticas que vão repercutir na política do governo central, ficando entendido que sua atuação seria restrita ao próprio município. Vale salientar que as linhas interpretativas da nulificação das câmaras municipais durante o período imperial foram adquirindo força, pois foram sendo difundidas e consolidadas ao longo de anos. Neste sentido, a historiadora Juliana Teixeira Souza afirma que “essa visão estigmatizada e pejorativa das autoridades municipais, construída a partir da fala dos políticos que atuavam no centro e na província, tendia a associar essas instituições com os aspectos negativos da herança colonial”. A estudiosa aponta para um discurso por parte destas elites que procurava atrelar o passado às instituições camárias, símbolo do “atraso que se queria superar”. (SOUZA, 2012, p. 232) Os trabalhos de História Social da Cultura, por sua vez, têm outra perspectiva, pois reconhecem a Câmara Municipal como um espaço de demanda, a qual a população recorria para resolver problemas do dia a dia, algo necessário à compreensão do cotidiano das cidades. De tal modo, autores como Sidney Chalhoub vão analisar as transformações urbanas, enfatizando as medidas de cunho modernizador/normatizador adotadas pelas posturas municipais, como as ideias higienistas em voga desde o período imperial, provocando mudanças na forma de ordenamento do espaço urbano. Vale salientar que estas modificações urbanísticas estavam longe de ser um processo linear e sem conflitos entre os órgãos administrativos e a população. (CHALHOUB, 1996, p. 34-35)

camarárias. Neste sentido, discutiremos ao longo do trabalho os conceitos de paternalismo e economia moral, fundamentais à compreensão dos processos que levaram a população sertaneja à reivindicarem seus direitos junto aos governantes locais do RN.

### **A seca, os retirantes e a municipalidade**

Na historiografia tradicional do Rio Grande do Norte, os temas da seca e do banditismo social aparecem associados com grande frequência. Vários trabalhos consideram a seca um fenômeno meramente climático<sup>43</sup>, um dos principais causadores dos problemas das províncias setentrionais do Império do Brasil, sobretudo pela flagelação da população pobre, pelo êxodo, pela inserção de parte dela nos movimentos de banditismo social, e pela proliferação de doenças e grande mortandade dela decorrentes.

Partindo do pressuposto explanado por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990), a seca é um fenômeno político e econômico, cujo estudo seria inviável de ser examinado isoladamente. Seria impossível explicar crises de abastecimento, por exemplo, sem levarmos em consideração seus antecedentes, inviabilizando assim as chances de percebermos suas mudanças e permanências ao longo de um determinado recorte, uma vez que a seca, referindo-nos ao seu caráter climatológico, ocorre geralmente em ciclos<sup>44</sup>. Logo, optamos por trabalhar os problemas decorrentes da seca de maneira a relacioná-la à ordens políticas, econômicas, sociais e climáticas, que resultaram – e que ainda resultam – em severas crises de subsistência.

---

<sup>43</sup> Ver LYRA, 1921; POMBO, 1922; CASCUDO, 1955; SOUZA, 1983; e MARIZ e SUASSUNA, 2002.

<sup>44</sup> Esta lógica foi desenvolvida por Ernest Labrousse na obra **Aspetes de la crise et de la depression de l'economie française** (1956).

De acordo com Frederico de Castro Neves (2000), acreditamos que a seca não pode continuar a ser interpretada apenas como sinônimo da escassez prolongada de chuvas. Tal fenômeno é dotado de caráter social e nele estão intrínsecos problemas estruturais gravíssimos de natureza econômica e política. Partindo desta perspectiva, pensamos que não é apenas a falta de chuvas que assola e castiga os homens do sertão norte rio-grandense, mas a carência de investimentos materiais – demonstrando o abandono das políticas públicas – destinadas a esta parcela da população, que não são contemplados diretamente com os melhoramentos públicos, dificultando a possibilidade dos pequenos lavradores pobres livres resistirem às intempéries climáticas que são previsíveis.<sup>45</sup> (NEVES, 2000, p. 42-46)

A historiadora Maria Verônica Secreto (2011) alerta que “predominou nos estudos sobre a seca uma visão que deu ênfase a suas causas naturais”. A autora denuncia, a partir da pesquisa elaborada por Amartya Sen (1999), que “a fome não pode ser atribuída somente à diminuição de alimentos [já que] uma queda moderada na produção é acompanhada, geralmente, por uma queda brusca na oferta de alimentos.” (SECRETO, 2011, p. 33)

Atentos a esta discussão, podemos inferir que durante o estudo da seca de 1877 na província do Rio Grande do Norte a existência de estratégias de sobrevivência por parte dos emigrantes, de resistir a seca, é também um esforço que nega uma historiografia que atribui a ação destes retirantes motivadas exclusivamente pela fome, como uma espécie de massa desvairada que agia impulsivamente, por conta de “espasmos biológicos”, de forma espontânea<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Ver também Myke Davis em **Holocaustos coloniais: clima, fome, e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. (2002).

<sup>46</sup> O conceito de “espontaneidade” das multidões (tumulto) é problemático, pois constrói uma visão de aglomeração temporária e ocasional, desconsiderando o posicionamento político direto dos retirantes frente às dificuldades impostas pela escassez de alimentos. Para uma abordagem coerente acerca da ação e comportamento das multidões, ver George Rudé em **O padrão dos distúrbios e o comportamento das multidões. In: A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Neste âmbito, não concordamos com a ideia de *turba* que atribui à massa de expropriados flagelados pela seca uma justificativa que relaciona suas ações a certa irracionalidade, como se fossem impulsionados somente pela fome. Ora, se os trabalhadores do campo no sertão do Rio Grande do Norte viam-se ameaçados de não conseguirem alimentos, isto implicava também na consciência de que eles enxergavam a grave possibilidade de não poderem recompor sua força produtiva transformada em capital novamente, tolhendo assim suas expectativas de sobrevivência.

Desta maneira, defendemos que a ida de famílias inteiras do alto sertão para cidades como Natal, Mossoró e Ceará-mirim não representava algo casual ou aleatório. Além disso, a difícil escolha de abandonar suas moradias – expropriando-se das terras em que viviam – e andar muitos quilômetros tivera um fim político: o de reclamar junto às autoridades, principalmente aquelas ligadas às câmaras municipais, meios para a sobrevivência, ora na busca por postos de trabalho e/ou doações de víveres, cobrando e lembrando as autoridades locais de suas obrigações ora ao socorro da população em tempos de flagelo, direito garantido pela legitimidade das práticas e do costume.

Tal migração era resultado não apenas das alterações climáticas, como bem sabemos, mas também da fragilidade econômica das famílias de pequenos agricultores que sobreviviam do consumo e venda de parte de suas colheitas, assim como dos jornais<sup>47</sup> nas fazendas dos senhores proprietários das maiores parcelas de terras. Encontravam grandes dificuldades tanto pela ausência de estradas ou caminhos que possibilitassem o deslocamento aos centros urbanos da província, lugares em que poderiam pedir/cobrar a ajuda dos representantes do governo, mas também um local

---

<sup>47</sup> “Jornal” era o termo utilizado, na maioria das vezes, para referir-se ao trabalho prestado pelo pequeno lavrador ou trabalhador que trocava sua força produtiva por capital, baseando-se, geralmente, em um dia trabalhado ou em um jornal. Aquele que trabalhava neste tipo de serviço era chamado de jornaleiro.

em que os gêneros pudessem ser comercializados (comprados ou até vendido o pouco que lhes restava).

Em virtude de tais fatores muitos desses homens optaram, durante a seca de 1877, pelo deslocamento até as cidades litorâneas ou cortadas por rios perenes, a fim de que suas expectativas e demandas fossem atendidas pelos governantes locais, ou seja, que as autoridades adotassem medidas protetivas no sentido de resolver seus problemas de forma imediata. (NEVES, 2000)

Sobre este aspecto, destacamos um trecho em que fora registrada a migração destas famílias pelo periódico *Correio do Norte*, e a consequente atuação da câmara municipal de Mossoró durante a seca de 1877,

A fome e a nudez, a penúria e a miséria, a desgraça e a morte são quadros aterradores, que se observam e deploram, mas que se não podem descrever. [...] Já tivemos ocasião de dizel-o e repetil-o-hemos, que são incaculáveis os desastres dessa crise medonha.[...] Da cidade de Mossoró se diz que algumas creanças do alto sertão para aquella cidade e que famílias inteiras em completa debandada e confusão vagueiam pelas ruas implorando socorro.[...] Na casa da camara, onde esse se distribue [socorros] por parte do governo, agglomera-se um povo imenso e todos os dias cresce a onda dos infelizes, que ali procuram os meios de salvação.<sup>48</sup>

Observamos que mesmo sendo a seca um fenômeno cíclico e algo “natural” da região, continua a despertar estranhamento ao provocar calamidade entre as pessoas, as quais parecem ser sempre pegas de surpresa, mesmo aquelas que possuíam uma condição financeira suficiente para enfrentar os danos ocasionados pela estiagem prolongada. Há de se considerar que a chegada de famílias inteiras de retirantes transformavam os *espaços* das cidades em *refúgios*, modificando sua estrutura social, econômica e política, fazendo as árvores das vias públicas de moradia, das ruas *espaço* de mendicância e oportunidades fortuitas, e dos armazéns e prédios do governo palco de reivindicações para obtenção de socorros, comida, roupa e medicamentos.

---

<sup>48</sup> *Correio do Norte*, Ano I, N° 4. Rio Grande do Norte, 09 de agosto de 1877.

Neste sentido, na esperança de conseguirem tais benefícios por parte do Estado, muitos destes retirantes migravam para as principais cidades da província norte rio-grandense, reivindicando supostos “direitos”, alguns baseados em antigos regulamentos sobre medidas a serem tomadas em época de escassez e calamidade, previstas na legislação portuguesa<sup>49</sup>. Eles também cobravam a municipalidade em forma de pressão – ação direta da população pobre livre –, ou seja, exigindo das câmaras municipais o cumprimento de “deveres”, por meio de respostas efetivas – como o fornecimento de gêneros alimentícios, medicamentos e roupas – que o corpo governante é responsabilizado frente a esta população carente. Logo, as reivindicações passavam por fora dos canais institucionais da política representativa, efetivando-se pela via direta.<sup>50</sup>

Devemos estar atentos à tentativa da população na província do Rio Grande do Norte em preservar seus direitos durante tempos de crise e carestia, uma vez que eram justificados pelos retirantes por serem praticados há tempos, sendo exigida sua execução às autoridades locais, como, por exemplo, na distribuição por parte do governo dos socorros públicos. Sabendo disso, consideramos que as experiências de lutas e reivindicações vão orientar estes homens pobres livres a se posicionarem frente aos problemas que punham em risco suas formas de viver. Logo, também é preciso saber que as ações das massas não estavam apenas embasadas nas experiências e nos direitos costumeiros, mas também calcados em aparatos legais, como o decreto n. 158 de 7 de maio de 1842, que autorizava os presidentes de províncias a ordenar despesas, entre outras situações, quando fosse preciso prestar “socorro a alguma ou algumas Provincias nos casos do incendio, inundação, fome, epidemia ou outro algum semelhante infortunio”<sup>51</sup>.

Segundo Simone Elias de Souza (2007), a ideia de que competia aos governantes promover os socorros públicos manteve-se no Império, isto porque

---

<sup>49</sup> A respeito da relação de proximidade entre as Ordenações Filipinas e a legislação no Império, especificamente sobre aspectos ligados à municipalidade, ver DIAS, 2011, p. 109-161.

<sup>50</sup> Ver BRITO, 2015; e MACIEL, 2014.

<sup>51</sup> Decreto Imperial n. 158 de 7 de maio de 1842. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-158-7-maio-1842-560939-publicacaooriginal-84214-pe.html>> Acessado em 10 de julho de 2016.

existia uma espécie de contrato social entre o rei/imperador e a população, sendo as câmaras municipais como os tentáculos da majestade imperial, representados pelas autoridades locais, de modo a tentar preservar antes de tudo a ordem social, garantindo a continuidade de direitos gozados pelo povo desde os tempos coloniais. A Constituição de 1824, art. 179, que trata da segurança individual, entre outros direitos dos cidadãos, afirma que “A Constituição também garante os socorros publicos”<sup>52</sup>, sem informar as circunstâncias em que esses socorros seriam prestados. (SOUZA, 2007, p.87)

No Império, as câmaras municipais tinham importante papel relacionado à assistência da população, pois o regimento das câmaras – Lei de 1º de outubro de 1828 – determinava em seu art. 69 que os vereadores “cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido”. Vê-se, no entanto, que as atenções se voltavam para os órfãos e os cuidados com a saúde pública, não havendo qualquer referência aos casos de calamidade pública, como a seca, até o decreto n. 158 de 7 de maio de 1842.

Mediante esta perspectiva, tornou-se evidente o quanto as concepções sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado, por parte dos membros do governo e dos retirantes antes, estavam imbuídas da lógica paternalista<sup>53</sup>, procurando o Estado atender às reivindicações dos seus governados para manter-se no controle, no intuito de preservar a ordem e a subordinação social, utilizando-se da municipalidade, representantes locais do poder imperial, para a execução desta tarefa.

---

<sup>52</sup> Constituição Política do Império do Brasil, 25 de março de 1824, artigo 179, § XXXI Acessado em 08 de julho de 2015, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>

<sup>53</sup> Ver CHALHOUB, 2003.

Neste arranjo, aqueles homens que se tornariam trabalhadores em obras públicas em Natal ou os colonos de núcleos agrícolas<sup>54</sup> fundados na província, tomariam suas decisões ao migrarem do alto sertão para a capital da província do Rio Grande do Norte, conformando suas ações, lidando com expectativas e regras segundo uma “economia moral” estabelecida entre eles (dominados), senhores e membros do poder público (dominantes).

Para entender o que chamamos de “economia moral” dos retirantes, buscamos em Edward P. Thompson compreender que, assim como os motins da fome na Inglaterra no século XVIII, era uma forma altamente complexa da ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros. Acreditamos que a ação da massa de migrantes proveniente do alto sertão da província do Rio Grande do Norte dependia de certo consenso daquilo que consideravam práticas legítimas ou ilegítimas – fossem provenientes dos governantes ou do mercado – baseando-se em uma lógica de normas e obrigações sociais, quanto às funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade, sobretudo no que concerne aos representantes do Estado.

Podemos apontar vários fatores que contribuíram para motivar as ações dessas pessoas, tais como: o desemprego, a fome, os altos impostos, o aumento no preço dos alimentos, os açambarcamentos, as exportações em tempos de carestias entre outros. Desta forma, a economia moral para Thompson esteve relacionada com

---

<sup>54</sup> A criação de colônias agrícolas fez parte de um amplo plano de reformas empreendidas pelo Governo Imperial que ganhou força ao longo da segunda metade do século XIX, que pretendia o fomento da grande lavoura com liberação de linhas de créditos para as atividades ligadas ao campo. No Rio Grande do Norte, iniciariam-se as primeiras tentativas de impulsionar a colonização através da condução de muitos retirantes que chegavam à capital durante seca de 1877-1879 aos vales férteis como os de Assú, Ceará-Mirim e Cajupiranga. Nestas últimas duas localidades foram empreendidas a fundação de núcleos agrícolas onde se estimularia a plantação de alimentos (feijão, mandioca, frutas etc.), como nas colônias agrícolas de Sinimbu e Bom Jesus dos Navegantes, respectivamente. A fundação da Colônia Sinimbu, particularmente, representou a oportunidade para resolver o problema enfrentado durante boa parte da segunda metade do século XIX: o controle sobre a força de trabalho do homem pobre livre. Além disso, a colônia serviu também para dar destino à parte da grande quantidade de retirantes que chegava à capital da província e lotava as ruas em busca de socorros. Para mais informações sobre a Colônia Sinimbu, ver BRITO, 2015.

as formas de sobrevivência da população, a qual agia contra aquilo que considerava ilegítimo. (THOMPSON, 1998, p. 152)

Consideramos, por sua vez, que tal jogo envolvia estratégias de ambas as partes no sentido de serem atendidas as expectativas, havendo disputas para isso. Embora estes embates fossem desiguais, tal subordinação não incidia numa passividade ou dominação completa, já que quando as expectativas de uma população não eram atendidas, em resposta apelavam para motins, revoltas, ações diretas – que implicava na existência de solidariedades horizontais –, o que representava sérios riscos à ordem pública e a propriedade daqueles que detinham o poder, os quais também agiam e seguiam estratégias próprias.

Neste sentido, chamamos atenção para o importante papel desempenhado pelas câmaras municipais frente aos problemas cotidianos. Segundo Gabriela Fernandes de Siqueira, as câmaras continuavam a ter no Império responsabilidades diante da legislação e fiscalização dos processos de aforamento, “arrendamento e aluguel de bens, bem como mediando os processos de venda e de troca. Os rendimentos obtidos com essas transações eram utilizados para melhorias urbanas e pagamentos de custos administrativos” (SIQUEIRA, 2014, p. 209), o que implicava diretamente na organização do espaço urbano das cidades norte-rio-grandenses<sup>55</sup>.

Além disso, vale ressaltar que o funcionamento de mecanismos institucionais, como as comissões de socorros, reafirmava a importância das câmaras quanto às resoluções das demandas de diferentes localidades em tempos de crise e carestia, verificando-se, deste modo, que parte de suas atribuições, como regular a economia local, supervisionar as instituições de caridade e assistência (Regimento das Câmaras de 1828), eram herdadas dos tempos da colônia, o que nos permite reafirmar sua relevância enquanto instituição medidora dos problemas entre o povo e as

---

<sup>55</sup> Ver também os livros do arquiteto e urbanista Rubenilson Brazão Teixeira, que trata da relação entre a Câmara Municipal no Rio Grande do Norte e as transformações no espaço urbano na Cidade do Natal. TEIXEIRA, 2009; e TEIXEIRA, 2012.

autoridades provinciais e centrais.<sup>56</sup> Diante disso, vale lembrar que a incumbência “[d]a Camara Municipal [de]velar pela limpeza, formoseamento e saneamento de seu município<sup>57</sup>, dizia respeito às obrigações antes atribuídas ao almotacés<sup>58</sup>. Para compreendermos um pouco mais da municipalidade, analisaremos a seguir as tensões entre retirantes e membros nomeados pela presidência da província para compor as comissões de socorros, os quais compunham cargos de nível local, de vereadores, autoridades policiais e religiosas, cujas relações mostravam-se mais estreitas com a população.

### **Farinha ou Revolução: as comissões de socorros e os flagelados de 1877**

Em meio a tensão de uma possível explosão das massas, escrevia o vice-presidente da província do Rio Grande do Norte em 1878, Manoel Januário Montenegro.

Ali [em Mossoró] tudo fez crer, que a explosão será inevitável, se não continuarem as remessas de socorro em grande escala. [...] O povo não acredita nas ordens ultimamente remetidas, e diz alto e bom som, ou farinha ou revolução! [...] Que, sendo hoje aquela cidade o receptáculo maior das diversas torrentes de miseráveis, que vem do centro, contem uma população nunca inferior a 80 mil almas.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Acerca das atribuições desempenhadas pelas câmaras municipais, vitais à regulação da vida da população nos centros urbanos do Império, ver SOUZA, 2007. A respeito de outras informações acerca das comissões de socorros, ver BRITO, 2015, p. 83-131.

<sup>57</sup> Relatório com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 1879, p. 80.

<sup>58</sup> Segundo Magnus Pereira os oficiais camarários ainda no Brasil colonial exerciam o poder sobre a regulação dos preços dos produtos negociados nos mercados, fiscalizavam as construções da cidade e a condição sanitária de ruas e estabelecimentos. Para o autor, a atuação das câmaras municipais, a exemplo das atribuições conferidas aos almotacés, contribuía para o “controle do abastecimento urbano por parte da municipalidade [...] servindo [inclusive] de mediadores nos conflitos” entre negociantes e os consumidores. Então, tais elementos nos leva a afirmar que as câmaras municipais naquele período tinham grande influência no cotidiano das pessoas. (PEREIRA, 2001, p. 365-395)

<sup>59</sup> Relatório com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 1879, p. 18.

Na citação acima, Manuel Januário Montenegro evidencia o temor de um levante contra os representantes e os membros mais abastados da província, caso não fossem remetidas grandes remessas de socorros àqueles “miseráveis” que gritavam pelas ruas “farinha ou revolução”, no intuito de pressionarem as autoridades a não cessarem a distribuição dos gêneros de primeira necessidade, a exemplo da farinha. Esta, por sua vez, era utilizada como moeda de troca, sendo, além disso, a principal fonte de alimento destes homens, muitas vezes utilizadas como pagamento pelo trabalho nas obras públicas, que eram organizadas pelas comissões de socorros compostas por pessoas ligadas à municipalidade durante os períodos de seca.

É preciso sublinhar que as primeiras comissões de socorros foram criadas na seca posterior à promulgação da lei de número 2.884 de 1º de fevereiro de 1862<sup>60</sup> – ou seja, 1877 –, que permitia, e de certa forma designava, a abertura de créditos especiais pelo presidente de província. Isso representava para o governante a chance de obter verbas que normalmente não estariam inclusas no orçamento anual da província, principalmente nas regiões em que a economia era incipiente, lugares que recebiam menos investimentos do Estado Imperial, como o Rio Grande do Norte.

A pesquisa em alguns periódicos locais e a maneira como se pronunciavam os presidentes de província em seus relatórios nos ajudou a montar parte da estrutura das comissões, de como estavam divididas e que serviços desempenhavam. Já sabemos que o presidente Nicolau Tolentino de Carvalho havia nomeado para as primeiras comissões de socorros do Rio Grande do Norte pessoas que ocupassem cargos públicos. A edição do *Brado Conservador* de 22 de junho de 1877 divulgou a

---

<sup>60</sup> Nos casos de calamidade, os presidentes de província poderiam evocar a lei de número 2.884 de 1º de fevereiro de 1862, particularmente o § 1º, que autorizava a abertura de créditos e se houvesse “necessidade de prompto socorro a qualquer parte da população da província, por motivo de incendio, inundação, fome, epidemia ou outra calamidade semelhante”. Essa lei possibilitava a abertura de créditos por parte dos presidentes de província, que tinham a responsabilidade de socorrer a população, protegendo-a da escassez, assegurando-lhe o acesso aos gêneros de primeira necessidade

nomeação das pessoas que compuseram a primeira Comissão de Socorros da província do Rio Grande do Norte. Assim:

foi nomeada uma comissão central de socorros às vítimas da seca, composta dos Srs. drs. Francisco Gomes da Silva, Tarquínio Bráulio de Souza Amarantho, Daniel Pedro Ferro Cardoso, Marcos Bezerra Cavalcanti, José Leão Ferreira Souto e Evaristo Galvão<sup>61</sup>.

Apesar de as primeiras comissões de socorros públicos instaladas na província do Rio Grande do Norte tenham sido nomeadas pelo presidente Nicolau Tolentino no ano de 1877, sua relação logo passou a ser estreita com a municipalidade. Esta era responsável pela administração dos silos locais, que além de armazenar, tinha a função de transportar e distribuir os gêneros alimentícios à população flagelada. De acordo com a citada folha, no dia 22 de junho do mesmo ano

Foram nomeadas pelo Exm. Sr. Presidente da Província as seguintes comissões, a quem incumbiu da distribuição dos socorros publicos que se destinam ás vítimas da seca nos respectivos municípios: Assú: Vigário da freguesia, drs. juiz de direito, juiz municipal, presidente da camara e delegado de policia; Páu dos Ferros, Imperatriz, Príncipe e Mossoró :vigario da freguesia, drs. juiz de direto , juiz municipal, presidente da camara, em cada uma das localidades; Sant'Anna do Mattos: Viagario da freguesia, presidente da camara, delegado de policia, major João Antonio de Sousa e capm. João Francisco Uchôa e Costa; Angicos: Vigario da freguesia, 1º suplente do juiz municipal, presidente da camara, delegado de policia e collecter José Victaliano Teixeira de Sousa; Acary: Vigario da freguesia, 1º suplente do juiz municipal, presidente da camara, delegado de policia e corl. Joaquim Pereira de Araújo<sup>62</sup>.

As nomeações dos membros das comissões de socorros públicos como podemos reparar, atendiam a certos critérios. Percebamos a escolha de certos cargos oficiais para compor as comissões, sendo imprescindíveis representantes do clero, do judiciário, da polícia, das forças armadas (não foi possível saber se do exército ou da Guarda Nacional) e da câmara municipal. Esta estrutura compreendia cargos de diferentes instâncias, em que as autoridades locais assumiam o papel de organizar as distribuições de gêneros aos flagelados.

---

<sup>61</sup> Brado Conservador, ano II, nº 33, Assú, 8 de junho de 1877, p. 3.

<sup>62</sup> **Brado Conservador**, ano II, nº 37, Assú, 22 de junho de 1877, p. 2.

De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, podemos tentar entender que os diferentes tipos de ofícios presentes entre os nomeados para as comissões nos remete ao projeto da classe senhorial (constituída de proprietários de terras, burocratas e negociantes, detentores do governo do controle do Estado Imperial da segunda metade do século XIX), compreendia a uma direção estatal que se pretendia moral e intelectual<sup>63</sup>. De acordo com Ilmar de Mattos, as classes dirigentes não se limitavam aos “‘empregados públicos’ encarregados da administração do Estado nos seus diferentes níveis”, quer dizer, refere-se tanto a alta burocracia imperial (desde senadores, ministros do império, bispos, conselheiros) quanto aos proprietários rurais dos diferentes pontos das províncias em todo Império – além de médicos, jornalistas, professores etc. –, os quais “orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais”, aderindo e difundido princípios de Ordem e Civilização. (MATTOS, 1987, p.3-4)

Ademais, as primeiras comissões nomeadas por presidente de província Nicolau Tolentino de Carvalho foram criadas com o intento de levar às regiões mais castigadas pela seca os indispensáveis socorros, com os carregamentos partindo de Natal, lugar em que estava instalado o porto da cidade, ainda que acanhado. Entretanto, a execução deste projeto enfrentou grandes dificuldades em virtude das barreiras impostas pela natureza, como os morros que cercavam a capital da província, a falta de boas estradas – e às vezes até a ausência delas –, impossibilitava o comércio, limitando o recebimento e distribuição de mercadorias, gêneros e socorros médicos a lugares mais afastados.<sup>64</sup>

A seca, por sua vez, também representava uma oportunidade para as autoridades locais utilizarem-se da grande oferta de mão de obra que estava concentrada nestas cidades em troca de víveres ou pagamentos muito abaixo do que

---

<sup>63</sup> Ver GRAMSCI, 1982.

<sup>64</sup> Relatório com que installou a Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1.º vice-presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1879.

anteriormente era cobrado. Isto porque, antes da seca de 1877, havia por parte dos fazendeiros a reclamação de que tais trabalhadores haviam aumentado o valor de sua jornada de trabalho, tornando os “custos elevados”. Essa valorização foi particularmente sentida na época do crescimento da economia açucareira no RN e sua consequente necessidade de obter braços para suprir os novos postos de trabalhos abertos por tal expansão econômica, discussão problematizada em trabalho anterior. (BRITO, 2015, p. 60-61)

Diante das informações apresentadas, entendemos o posicionamento de João Carlos Wanderley, um influente político local, que inclusive ocupou o cargo de presidência da província em 1847-1848, que pressionava a presidência do RN por políticas de socorros aos indigentes baseadas não na doação de alimentos, mas na “permuta do pão pelo trabalho”. João C. Wanderley acreditava que o trabalho, meio pelo qual se estimularia a “força productôra”, acabaria com o “pessimo systema” de assistir estes homens sem que ao menos fossem empregados em algum tipo de trabalho. <sup>65</sup>

Tencionava-se o uso do flagelado como força de trabalho para construção de calçadas, ruas, pontes, modificação de barras de rios entre outros<sup>66</sup> –, bem como na construção de espaços institucionais, tais como cadeias, hospitais e colônias agrícolas, em que se produziriam gêneros alimentícios pelos trabalhadores da seca e os produtos

---

<sup>65</sup> **Correio do Natal**, Rio Grande do Norte, Natal, 9 de novembro de 1878, anno I, n. 4, p. 1.

<sup>66</sup> No que tange as tais modificações, adentrando na discussão pertinente as transformações destes espaços, por meio da mobilização dos retirantes e sob o olhar racionalizante dos funcionários da municipalidade, quer dizer, representantes do Estado, apropriamo-nos das ideias do geógrafo David Harvey (2005). Segundo Harvey, o capitalismo é uma força dinâmica criadora de espaços capazes de reformar o mundo conforme suas demandas, a fim de resolver certas tensões internas (mão-de-obra, meios de produção, destinação de produtos), por meio da relação nítida entre produção e consumo, os quais funcionam como força motriz para se criar, modificar, gerenciar, e excluir espaços para a ação do capital. As crises, por sua vez, impõem certa ordem e racionalidade na expansão dos espaços e fronteiras alcançadas pelo capital. Assim, o Estado é o agente fundamental dessa reespecialização, regulando-o conforme a noção de valor de cada um deles, atuando como um elemento da constituição espacial, mas também das práticas que agem sobre estes. (HARVEY, 2005, p. 41-74)

destinados ao pagamento dos mesmos. Segundo este jornal, era dever do governo dar ao

povo o que tem; o braço para o trabalho, e a seu turno o governo dará o que é preciso; a força para o braço. [...] Falta em que empregar tantos operarios que por ahi andão, também mortos de tédio, por não acharem o que fazer? Não falta: e o Exm. Sr. Dr. Montenegro, possuído destas idéas, trata com actividade de po-las em pratica. Há contractado já algumas obras proporcionando meios de se effectuarem outras, reclamadas pela utilidade publica, para que o povo tenha uma occupação diaria. [...] Eis finalmente o nosso modo de pensar nesta emergencia; substituir a esmola pelo salario; dar ao doente a encherça, o caldo e a poção; dar ao são a alavanca, a força e o estímulo.<sup>67</sup>

A notícia em destaque também chama atenção para necessidade de se empregar os retirantes em obras públicas, colocando-os em favor do “bem público”, como elencado no *Correio do Natal*. Contudo, a chegada de muitos deles às cidades ou vilas como Mossoró, Natal, Assú, Ceará-Mirim, Macau entre outras, deixava os governantes em alerta, pois os migrantes nem sempre conseguiam os socorros junto às autoridades públicas, o que gerava o descontentamento da população e, conseqüentemente, a tensão e a ameaça de uma ação em massa por parte dos não contemplados pelas medidas de proteção e socorro promovidas pelo governo.

Diante deste quadro, uma das medidas tomadas pelas autoridades do Rio Grande do Norte frente ao grande número de migrantes que ocupavam as calçadas, ruas e praças das cidades onde o acesso à água era garantido pela existência de grandes rios, foi a mudança nos critérios para a distribuição dos víveres administrados pelas comissões de socorros. Esta decisão fez cessar a entrega dos socorros para os “ociosos”, ou seja, para aqueles que não estivessem empregados em qualquer tipo de atividade, fossem em colônias agrícolas ou em obras públicas, sendo os víveres reservados exclusivamente para cegos, aleijados, crianças e doentes, aqueles que não tinham como trabalhar.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> *Correio do Natal*, Rio Grande do Norte, Natal, 9 de novembro de 1878, anno I, n. 4, p. 1.

<sup>68</sup> Sabemos que as reivindicações dos populares quanto à obrigatoriedade dos representantes camarários em garantir-lhes o acesso aos gêneros alimentícios, fosse pelo controle dos preços dos produtos locais por meio de fiscalização ou pela própria doação de alimentos em tempos de seca ou

Neste sentido, cabe ressaltar que as comissões de socorros eram organizadas pelas câmaras municipais, as quais eram responsáveis por receber, armazenar e distribuir gêneros alimentícios – como a carne seca e a farinha –, roupas e medicamentos. Por conta disto, as câmaras eram muitas vezes o alvo dos migrantes, especialmente quando se sabia da notícia de distribuição destes víveres. Por outro lado, quando a distribuição cessava, as câmaras e armazéns – alguns destes sob a tutela das comissões de socorros – eram pressionados e até mesmo invadidos como em Mossoró, em 1878. A respeito deste caso, o presidente de província Manoel Januário Bezerra Montenegro entendeu que a ação dos retirantes esteve ligada à sua determinação em restringir o acesso aos gêneros à determinada parcela da população como vimos acima, por isso Montenegro afirmou que sua

deliberação foi acompanhada de outra em favor dos emigrantes que se achassem em condições de trabalhar mandando que se lhes desse ocupação útil como fosse a abertura ou melhoramento do rio, em cujo serviço seriam pagos com aqueles gêneros, o que por certo não agradou a quem os recebia generosa e profusamente, sem trabalhar.

Chegado ali por ultimo um carregamento de farinha, milho e arroz, o povo em massa apoderou-se daquela e apesar de alguma resistência, empregada por cidadãos mais ou menos importantes, cometeu os maiores excessos, levando seu furor ao ponto de destruir quase completamente um grande armazém ali existente e destinado as distribuições.<sup>69</sup>

Avaliamos que a ação descrita acima fora senão uma resposta às medidas tomadas pela presidência do Rio Grande do Norte, que limitou o acesso aos víveres a uma grande parte dos retirantes. Assim, a tomada dos víveres pelo povo não deve ser entendida como algo aleatório, uma vez que fica latente a existência de um senso de justiça da população sabedora a população de que o decreto 2.884, artigo 5º §1º, 1

---

carestia, era uma prática costumeira desde os tempos coloniais no Rio Grande do Norte. O trabalho realizado em conjunto por Thiago Alves Dias, Paulo César Possamai e Fátima Martins Lopes, com o título de **O abastecimento de gêneros alimentícios na Capitania do Rio Grande do Norte** (2006), exemplifica as estratégias utilizadas pelos membros da câmara de Natal, que ainda era subordinada a comarca da Paraíba, a qual pertencia o governo Geral de Pernambuco, para assegurar o abastecimento de víveres à sua população. Ver DIAS, T. A. ; POSSAMAI, P. C. ; LOPES, F. M. , 2006.

<sup>69</sup> Relatório com que installou a Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1.º vice-presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1879, p. 5.

de fevereiro de 1862, que determinava que o Estado tinha a obrigação de protegê-la e ampará-las em momentos de epidemia, crise, catástrofe natural entre outros – que quando impossibilitada de conseguir os gêneros que têm por direito – já que pagavam impostos para o Império –, age por compreender que a medida das autoridades constituídas não fora legítima, apoderando-se dos alimentos, subvertendo a ordem pública.

Averiguamos que na província do Rio Grande do Norte do século XIX os ritos do paternalismo<sup>70</sup>, como os de deferência e subordinação, tanto no reconhecimento da legitimidade do poder a quem os retirantes procuravam medidas protetivas, quanto da cobrança do cumprimento de suas expectativas por meio da pressão, respectivamente, estão relacionados com a negociação entre as partes envolvidas. As ações desses homens livres e das autoridades públicas são, por sua vez, reflexo da continuidade de práticas tidas como costumeiras, cuja finalidade era a de conferir sentido de legitimidade, não de legalidade.

Assim, sopesamos que os atos de cunho paternalista são refletidos, de certo modo, pela permanência de alguns aspectos instituídos ainda nas Ordenações Filipinas, as quais tinham como fim a organização dos parâmetros de cunho econômico, social e político, voltados para a regulação da prestação de serviços, como no armazenamento e na distribuição dos gêneros alimentícios, bem como no controle dos preços destes produtos ainda durante o período colonial. A regulação dos preços e distribuição dos gêneros alimentícios era de fundamental importância para os homens pobres livres, uma vez que as intervenções das autoridades camarárias visavam garantir a manutenção dos preços sobre tais produtos, diminuindo a especulação dos comerciantes sobre os produtos. Tais medidas de proteção do

---

<sup>70</sup> O conceito de paternalismo tem como referência os trabalhos do historiador Sidney Chalhoub, que afirmou ser um campo de conflitos travados entre dominantes e dominados, num jogo de concessões e favores. (CHALHOUB, 2003, p. 27-30)

mercado favoreciam ao acesso dos alimentos. A este respeito, o inciso 62 do Código Filipino, livro 11 estabelece que

7. Quando o Almotacé Mór vir que he necessário, fará vir os mantimentos per seus Alvarás dos termos dos lugares, onde estivermos, e assim das comarcas de redor, não passando de oito legoas. E a cada vintena (3) dará certidão do que trouxerem, feita pelo Scrivão de seu cargo. E se alguma pessoa em particular quiser certidão do que trouxe, lha dará. E das ditas certidões não levará o Scrivão cousa alguma, por quanto por esse respeito lhe foi accrecentado o mantimento.<sup>71</sup>

Portanto, a sua atuação pode ser vista como um mecanismo de afirmação do vínculo político entre “vassalos ultramarinos” (população) e o “soberano português” (Estado Imperial), já que permaneceram, em certa medida, presentes no agir e pensar dos governantes e dos homens pobres livres no sentido de preservar uma política baseada no paternalismo (ressaltando que mesmo não estando mais em vigor, as Ordenações Filipinas vão continuar a pautar uma determinada noção de costume, orientando, de certa forma, a população, que recorria as mesmas para justificar suas demandas). Nossa afirmação se baseia no fato do citado inciso deixar claro que era uma medida a ser tomada pelo almotacé, que poderia julgar necessária a vinda de socorros, que acreditamos serem requeridos ao governo local, o qual ficaria recebendo do governo central verbas a fim de que fossem atendidas às demandas da população, ao tempo que se evitaria uma possível revolta destes contra o Estado.

Desta maneira, fica evidente a preocupação por parte dos grupos dominantes em legitimar seus ideais através de uma relação de barganha, mesmo que não fossem recíprocas, ambas as partes se beneficiavam destes arranjos. Os homens pobres buscam minimizar suas dificuldades em tempos de carestia, ao tempo que as autoridades se mantinham no poder evitando revoltas da massa.

Logo, entendemos que o paternalismo é um jogo de habilidades entre dominantes e dominados, que objetivam conservar costumes e tradições, seja no interesse na manutenção do poder dos primeiros ou na persistência dos últimos em

---

<sup>71</sup> Ordenações Filipinas, livro. 1 l. 15 § 62.

conservarem as antigas “obrigações” do Estado para com os menos abastados. No entanto, essa suposta relação paternal pode ser facilmente rompida quando as expectativas destes homens pobres não são respeitadas.

### **Considerações finais**

Concluimos este trabalho ressaltando sua relevância para os estudos dos sujeitos e instituições do século XIX na província do Rio Grande do Norte, levando em consideração o fato de a municipalidade atuar junto à sociedade, visto que são estas instituições responsáveis pela intermediação entre a população e os órgãos públicos de maior instância – como a Assembleia Legislativa e o presidente de província –, que (re)criavam espaços em cidades como Natal e Mossoró, como exemplificado durante a seca de 1877, assumindo certa relevância na organização do espaço da cidade não apenas em tempos de crise, como afirmara Gabriela Fernandes de Siqueira.

Há de se destacar certa expectativa dos retirantes quanto às resoluções dos problemas que os afetavam em decorrência da seca ao procurarem as câmaras municipais, fruto muitas vezes da experiência adquirida ao longo dos anos e que reforça a permanência de expectativas de direitos tidos como costumeiros, pelos quais se reivindicava junto às autoridades medidas efetivas como a distribuição de víveres e medicamentos, bem como a criação de postos de trabalho. Segundo Juliana Teixeira Souza, o povo reconhecia a câmara municipal como um importante espaço de negociação e de lutas pelo exercício da cidadania, na qual buscavam reivindicar o cumprimento da lei e o alargamento de algumas conquistas como forma de consolidarem seus direitos. (SOUZA, 2004, p. 194)

Logo, a proteção dos pobres se torna assunto do Estado, o qual era responsabilizado pelas ações assistencialistas a estes homens pobres livres, que

reivindicavam soluções aos problemas decorridos não só da seca, mas também de uma má administração, exerciam pressão sobre as autoridades públicas locais, barganhando melhorias nas condições de vida. Nesta perspectiva, Maria Verônica Secreto aponta que “o paternalismo pode ser um componente importante não só da ideologia, mas também das mediações das relações sociais”. (SECRETO, 2011, p. 29)

## Referências

**Brado Conservador** - Anno IV, Número 67. Rio Grande do Norte, Cidade do Assú, 24 de março de 1879.

**Brado Conservador**, Ano II. Nº 19. Rio Grande do Norte, cidade do Assú, 23 de fevereiro de 1877.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto. Rio de Janeiro: Achiamé.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**Correio do Norte**, Anno I N. 10. Rio Grande do Norte, Domingo, 30 de Setembro de 1877.

**Correio do Norte**, Ano I, Nº 4. Rio Grande do Norte, 09 de agosto de 1877.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIAS, T. A. ; POSSAMAI, P. C. ; LOPES, F. M. . O abastecimento de gêneros alimentícios na Capitania do Rio Grande do Norte: interesses, usos e abusos de poder na Câmara de Natal no século XVIII. **Publica (UFRN)**, v. 2, p. 17-28, 2006.

DIAS, Tiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2011.

Discurso pronunciado pelo excelentíssimo do Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento presidente d'esta província do Rio Grande do Norte, abriu a 1º sessão da 6º legislatura

da Assembleia Legislativa Provincial, anno de 1846, Pernambuco, na typographia de M. F. de Faria.

Discurso pronunciado pelo excelentíssimo presidente da província do Rio Grande do Norte na abertura da sessão ordinária da quinta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1845, Pernambuco, na typographia de M. F. de Faria.

DOLHNIKOFF, Mirian. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6º ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S. A., 1982.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A herança colonial – sua desagregação. In: \_\_\_\_ (Org.). **O Brasil monárquico I: O processo de emancipação**. São Paulo: DIFEL. 1976.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1921.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. **A produção de flagelo: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN, 2013.

MARIZ, Marlene Mariz da Silva, SUASSUNA. Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIYASAKA, Cristiane Regina. Na mira dos funcionários municipais: considerações acerca das infrações de postura nos distritos suburbanos do Rio de Janeiro no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 5, n. 9, janeiro-junho de 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

**Ordenações Filipinas**. M. – liv. 1 l. 15 § 62.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Almuthasib — Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº42, p. 365-395. 2001.

POPINIGIS, Fabiane. **Operários de casaca?** Relações de trabalho e lazer no comércio carioca na virada dos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: Unicamp/IFCH, 2003.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela de. **Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia**. Revista de História, n. 135. FFLCH – USP, 1996.

Relatório com que instalou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife 47 – Rua do Imperador – 1879.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX**. Natal: clima, 1985.

SECRETO, María Verónica. **(Des)medidos** – A revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Senado Federal. **Constituição do Brasil**. Brasília, 1996.

SILVA, Karla Maria da. **O papel das Câmaras Municipais no Brasil Colonial: novas possibilidades de análise**. Anais da ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma “Cidade Nova”: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, 2014.

SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. **Os degradados filhos da seca**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, Juliana Teixeira. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na corte imperial (1870 - 1880). In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **Trabalhadores na cidade**. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. As municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). **SAECULUM – Revista de História** [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Deveres do Estado em tempos de carestia (Rio de Janeiro, 1850-1860). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. N.6, 2012, p.61-78.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. **A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos Homens: secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder municipal e as casas de câmara e cadeia:** semelhanças e especificidades do caso potiguar. Natal: EDUFRN, 2012.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores:** cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense/UFF, 2012.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. In: Patrícios e Plebeus. São Paulo: CIA. Das Letras, 1998.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, José Geraldo. **Subsídios para o estudo da História do Rio Grande do Norte.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

# OS ENGARRAFADORES DOS ESPAÇOS OU A DISPUTA PELA PRODUÇÃO ESPACIAL NORTE- RIO-GRANDENSE E CEARENSE DURANTE NA RETOMADA DA QUESTÃO DE LIMITES ENTRE OS SÓCIOS DO IHGA-CE E O IHG-RN

Saul Estevam Fernandes<sup>72</sup>

Artigo recebido em: 06/06/2016.

Artigo aceito em: 17/08/2016.

## **Resumo:**

O presente trabalho discute como a retomada da Questão de Limites entre os estados brasileiros do Rio Grande do Norte e Ceará condicionou a produção territorial por meio dos intelectuais que compunham o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN). Problematizo as tentativas dos intelectuais cearenses e potiguares em dizerem os territórios dos dois estados por meios de cronistas, memórias, descrições, comemorações e mapas.

---

<sup>72</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História /UFRN (2009) e Mestre em História pelo PPGH/UFRN (2012). Atualmente é doutorando em História pelo PPGH/PUC-RS. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4276474A4>

**Palavras-chave:** Fronteiras – Discursos – Questões de limites – Brasil Republicano – Ceará – Rio Grande do Norte.

**Abstract:**

This work discuss how the retaken of Limit Questions between the brazilian states of Rio Grande do Norte and Ceará conditions the territorial production for the intellectuals of the Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE) and the intellectuals of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN). It is discussed the cearenses and potiguares intellectuals attempts in delimit the territories for the chroniclers, memories, descriptions, commemorations and maps speeches.

**Key-words:** Frontiers – Speechs – Limits Question – Brazil Republican – Ceará – Rio Grande do Norte.

**Historiadores e Espaço: de cenário a ator principal**

A noção de espaço desnaturalizado pelo saber historiográfico apareceu somente com a primeira geração da Escola dos Annales. O Reno: história, mitos e realidades é um clássico historiográfico do co-fundador dos Annales, Lucien Febvre. Na obra, o Reno deixa de ser um rio cheio de mitos, um limite natural, para se tornar o traço da união. A análise denunciava como os mitos, inclusive o de naturalização de fronteiras, criado desde a antiguidade pelos romanos serviram para fins políticos e culturais. Assim, o Reno unia e separava conforme os interesses vigentes em cada época. Tal tese, embora hoje pareça inocente e óbvia, revolucionou o saber historiográfico na época, embora por muito tempo fosse engavetada e esquecida pelos historiadores (FEBVRE, 2000, p. 18).

A junção de Geografia e História foi mantida pelos Annales mesmo após a morte de Febvre e o começo da “Era Braudel”, que analisou o Mediterrâneo no tempo de Felipe II. No entanto, embora seja ator principal na obra, o mediterrâneo de Braudel muitas vezes se torna natural. Entre cenas, cenários e pequenas aparições, o espaço após a Escola dos Annales se tornou fator preponderante nas análises historiográficas, ao menos no que diz respeito a uma delimitação espacial, haja vista que a partir de então não só o tempo tornou-se ponto importante na análise historiográfica, mas também como ele se imbrica em outros fatores, como o espaço, por exemplo. Nesse sentido, podemos perceber o tempo a ganhar materialidade no espaço e a temporalizá-lo (REIS, 2000, p. 15).

No entanto, somente após a década de 1960 com os avanços da física quântica foi que a nova noção de ciência modificou a percepção de espaço enquanto fixo em meio a ciclos estabelecidos pela natureza (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 45). Paralelamente a noção de história foi enriquecida pela psicanálise, linguística e semiótica. Foucault e suas análises arqueológicas muito nos treina sobre as fabricações humanas e o poder da linguagem para tanto (SAID, 2007, p. 27). Logo, nós historiadores hoje partilhamos uma nova maneira de analisar os espaços, que não podem ser mais entendidos como naturais. Mas, segundo Renato Amado Peixoto, como construções humanas e lutas de representações. Nessa perspectiva, os espaços devem ser vistos como imaginados, como esforços das relações humanas, como produtos da linguagem, como produtos da razão (PEIXOTO, 2011, p. 10).

O presente trabalho discute como a retomada de uma questão de limites entre os estados brasileiros do Rio Grande do Norte e o Ceará (1894-1920) condicionou a produção territorial dos dois estados por meio dos intelectuais que compunham o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN). Em um primeiro momento tentamos resumir o desenrolar da questão de limites desde a época do Brasil Colônia até sua retomada na República. Logo em seguida problematizamos as

tentativas dos intelectuais cearenses e potiguares em dizerem os territórios dos dois estados por meios de cronistas, escritos historiográficos, memórias, descrições, comemorações e mapas. O título, assim como toda a problemática do artigo, é sugerir que os territórios são produtos dos interesses de um período e dos discursos que os legitimaram.

### **Um Resumo da questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará**

Em dezembro de 2011 os eleitores paraenses foram às urnas e decidiram contra a divisão do estado brasileiro do Pará. Porém, há pouco mais de 100 anos, a população brasileira não tinha participação nessas decisões, pois as divisões e demarcações territoriais ficaram restritas à argumentação dos juristas brasileiros.

Com a Proclamação da República, o Rio Grande do Norte e o Ceará voltaram a disputar uma importante região salineira no Supremo Tribunal Federal (STF). O conflito havia se iniciado na época do Brasil Colônia. Em meados do século XVIII, as autoridades cearenses solicitaram à Coroa Portuguesa o aumento de seu termo. A intenção era ficar com parte das salinas do rio Mossoró, pois uma lei, chamada de estanco do sal<sup>73</sup>, proibia a venda do produto ao Ceará.

A coroa portuguesa garantiu o pedido por meio de uma Carta Régia, em 1793. Para só em 1801 o novo território ser demarcado. Porém, como o documento não indicava a altura do rio que serviria de fronteira entre as duas capitanias, foi necessária uma nova demarcação. Nessa segunda oportunidade as autoridades utilizaram como ponto de referência um marco à margem rio Mossoró, chamado de Pau Infincado. O

---

<sup>73</sup> O estanco do sal é o nome dado aos Alvarás de 10 de outubro de 1755 e de 7 de março de 1758. As Ordens Régias tentavam garantir o tombamento das salinas existentes em Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande. No prazo de seis anos, cada alvará garantia a compra pela colônia do sal oriundo dos portos de Lisboa, Cidade do Porto e Vila de Viana. Somente as capitanias que tivessem salinas não precisariam respeitar os estancos, sendo proibido à compra e venda entre as produtoras e as demais. Publicados na Colônia, os Alvarás asseguravam que o desvio seria condenado em dois mil cruzados ao rendimento do contrato, haveria ainda a perda da embarcação e a extinção das salinas de onde se explorava o sal apreendido.

que gerou o protesto de autoridades do Rio Grande junto as autoridades lusitanas, que não se posicionaram.

Curiosamente, o terreno foi explorado sem conflitos por mais de 80 anos. Entretanto, a aprovação da primeira Constituição republicana, em 1891, fez com que o conflito despertasse do seu sono. Fortemente inspirada na Constituição dos Estados Unidos, a nova Carta Magna brasileira deu autonomia aos estados para criarem e gerirem seus impostos. Baseado no documento de 1793 e interessado em gerir os impostos do sal, o Ceará passou a denunciar a invasão norte-rio-grandense e deu entrada em um processo no STF, em 1894.

A justiça brasileira se posicionou 4 anos depois, afirmando que não seria competência do poder judiciário, mas do legislativo. Mesmo assim o Ceará não recorreu ao Congresso Nacional, mas à sua Assembleia estadual. E o projeto foi apresentado e aprovado no prazo recorde de 7 dias. A lei estadual nº 639, de 19 de julho de 1901, elevava a localidade de Grossos a Vila. Por esse motivo o conflito ficou conhecido como “Caso ou Questão de Grossos”.

Como o Rio Grande do Norte pagava as despesas de duas escolas nessa localidade, contestou a atitude do vizinho. Em março de 1902 acordaram que o caso seria resolvido por um Tribunal Arbitral. Nele se chegou à conclusão de que o Ceará estava com a razão. O Rio Grande do Norte contestou o posicionamento e alegou diversos erros no laudo elaborado. Por esse motivo, justificou que não cumpriria o acordo.

O Ceará levou o conflito para ser resolvido na Câmara Federal. O projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa cearense, em 1901, foi apresentado ao Congresso Nacional e passava a contestar além de Grossos, grande parte das fronteiras com o Rio Grande do Norte. Como todo projeto apresentado, as intenções cearenses deviam passar pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. O Ceará não quis esperar esse posicionamento e com o intuito de garantir o território para o Ceará, o governador Pedro Borges resolveu tomar posse de Grossos.

Para tentar barrar a posse cearense, o governador potiguar resolve enviar até Grossos 150 praças. Na ocasião quase houve um conflito armado entre os dois comandos. O que levou ao Presidente brasileiro Rodrigues Alves solicitar aos governadores que esperassem o parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. O Congresso Nacional posicionou-se desfavorável ao projeto de lei, o que fez com que a responsabilidade da questão voltasse ao STF. Diante da lentidão e dos diversos caminhos da justiça brasileira, o judiciário se posicionou somente em 1908. Porém, necessitou ainda de mais dois julgamentos, os chamados Acórdãos, em 1915 e 1920, para se posicionar que o território **ficasse com o Rio Grande do Norte**.

### **A escrita dos territórios do Ceará e o do Rio Grande do Norte na retomada da questão de limites**

A produção dos intelectuais do IHGA-CE<sup>74</sup> e do IHG-RN<sup>75</sup> estiveram ligadas durante a retomada da questão de limites nas tentativas de delimitarem uma história e uma geografia comum aos territórios de cada estado. Os sócios das instituições congêneres se dedicaram em produzir os espaços dos seus estados por meio das mais diversas narrativas. Já na primeira edição da *Revista do IHGA-CE*, em 1887, o sócio Perdigão de Oliveira começou o trabalho de dizer o território cearense ao narrar, na seção *Notas para o estado do Ceará*, a fundação d'*A Primeira Villa da Província*. E seguindo o seu exemplo, a narrativa sobre o estabelecimento das diversas localidades cearenses se manteria nos anos seguintes.

---

<sup>74</sup> Para um maior aprofundamento sobre a criação e as regras de produção do IHGA-CE conferir OLIVEIRA (2001).

<sup>75</sup> Para um maior aprofundamento sobre a criação e as regras de produção do IHG-RN conferir FERNANDES (2012).

Por sua vez, Guilherme de Studart inaugurou uma nova seção da revista com sua *Descrição do Município de Barbalha*, em 1888. Antônio Augusto ainda descreveu o município de Pereiro. Em 1895, foi a vez da descrição de Fortaleza por Antônio Bezzerra de Menezes. Nessas descrições, os sócios do IHGA-CE atentavam a história dos municípios e das vilas cearenses desde sua fundação até aquele momento. Ainda eram explicitadas informações sobre o clima, as medidas, a localização, os limites, as riquezas naturais, a população, a produção industrial e agrícola, as suas pequenas comunidades, seus principais prédios públicos e os seus jornais. Era uma maneira de delimitar os territórios que compunham o Ceará.

Além de analisada e descrita cada localidade (vilas e municípios), havia as descrições do todo (capitania/província/estado). Essas narrativas se constituíam muitas vezes por meio de cronistas que tinham passado pelo Ceará descrevendo suas paisagens. Em 1903, por exemplo, a edição da *Revista do IHGA-CE* trouxe uma tradução do sócio Capistrano de Abreu do texto de Fried Katzer sobre as *Paizagens do Ceará*. Entre eles, a narrativa que mais se estende é a das dunas e da barra de rios nas cercanias do Aracati, que produziam, segundo o cronista, uma grande quantidade de sal.

Ainda foram impressas as memórias descritivas do território cearense pelo engenheiro Antônio José da Silva Paulet, responsável pela confecção da Carta Paulet, como uma tentativa de dizer o território do Ceará<sup>76</sup>. Organizado pelo sócio Guilherme de Studart, com o título *Descrição Abreviada da Capitania do Ceará*, o documento era apresentado como importante argumento que o território do estado, ainda no período colonial, tinha o seu delineamento fronteiriço bem definido. Por sua vez, outro sócio do IHGA-CE trouxe um importante trabalho sobre o espaço cearense e sua

---

<sup>76</sup> A Carta Paulet foi uma cartografia produzida pelo engenheiro no ano de 1818. O documento foi utilizado pelos advogados cearenses em diversos momentos do processo com a justificativa que já em 1818 o engenheiro já havia utilizado o rio Mossoró como a fronteira entre as duas capitanias.

delimitação fronteiriça naquele momento através de cartografias e construído a partir do seu espelho, do outro. Ou seja, o território potiguar.

O Barão Homem de Mello, antigo presidente de província e então sócio do IHGA-CE, fez uso do saber cartográfico para ajudar seus colegas cearenses na tentativa de argumentar e dizer os limites do estado. Na apresentação do seu *Atlas do Brazil*, publicado em 1909, o antigo presidente de província afirmava que seu trabalho era de extrema importância naquele momento, pois os estados brasileiros tinham esquecido o amor aos seus irmãos, buscando confrontos e utilizando muitas vezes da má-fé nos conflitos territoriais.

É claro que tais assertivas julgavam as atitudes dos políticos potiguares em estender o litígio no STF, mesmo diante do parecer favorável ao Ceará no Tribunal Arbitral. E, embora não faça nenhuma defesa explícita, é perceptível que os mapas cearense e potiguar elaborados por Homem de Mello estavam inteiramente ligados aos interesses do estado que ele havia governado e que mantinha responsabilidade como sócio de seu Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico.

Enquanto na representação cartográfica do território cearense Homem de Mello traça as fronteiras sem explicitar que o conflito ainda não tinha sido resolvido definitivamente, no mapa do Rio Grande do Norte ele expõe a discórdia entre os dois estados. A cartografia do Ceará mostra um território completo, fechado (destaque em vermelho/Imagem1). Por sua vez, o território norte-rio-grandense é representado como um espaço inconstante, fluído, com limites ainda indefinidos. Um território que ainda poderia mudar (destaque em verde/Imagem1).

Os sócios do IHG-RN também mantiveram uma produção na revista da instituição para demonstrar uma história e uma geografia comum ao território potiguar. E com esse intuito passaram a narrar os limites do estado, sobretudo aqueles ligados a zona conflituosa com o Ceará e a Paraíba. Na primeira edição da revista do Instituto potiguar, em 1903, Felisbello Freire deu início a tentativa de dizer o território norte-rio-grandense. Para tanto, no artigo *Limites do Rio Grande do Norte – Síntese*

*Histórica*, utilizou das memórias de antigas autoridades e de outros documentos administrativos que comprovariam os limites da capitania/província/estado ao longo do tempo. Segundo ele, deveríamos compreender que suas palavras se referiam a uma extensão territorial cujos limites estavam traçados até mesmo por cartografias. Dentre as quais, ele cita o mapeamento feito naquele ano pelo deputado do Rio Grande do Norte, Manuel Pereira Reis<sup>77</sup>. Isso nos faz perceber mais uma vez o uso do saber cartográfico para validar os argumentos dos intelectuais dos dois estados.

---

<sup>77</sup> A produção cartográfica foi encomendada pelo governo do estado em que o produtor era representante legislativo com o intuito de somar provas para demarcar ao seu favor o território contestado pelo governo do estado vizinho. A Carta Topographica era um esforço em historicizar a disputa e buscar em possíveis erros do passado a chave de resolução do litígio. Essa busca funcionava com uma resposta contrária do produtor às pretensões cearenses em justificar a posse legal da espacialidade em disputa. Conferir FERNANDES(2012).

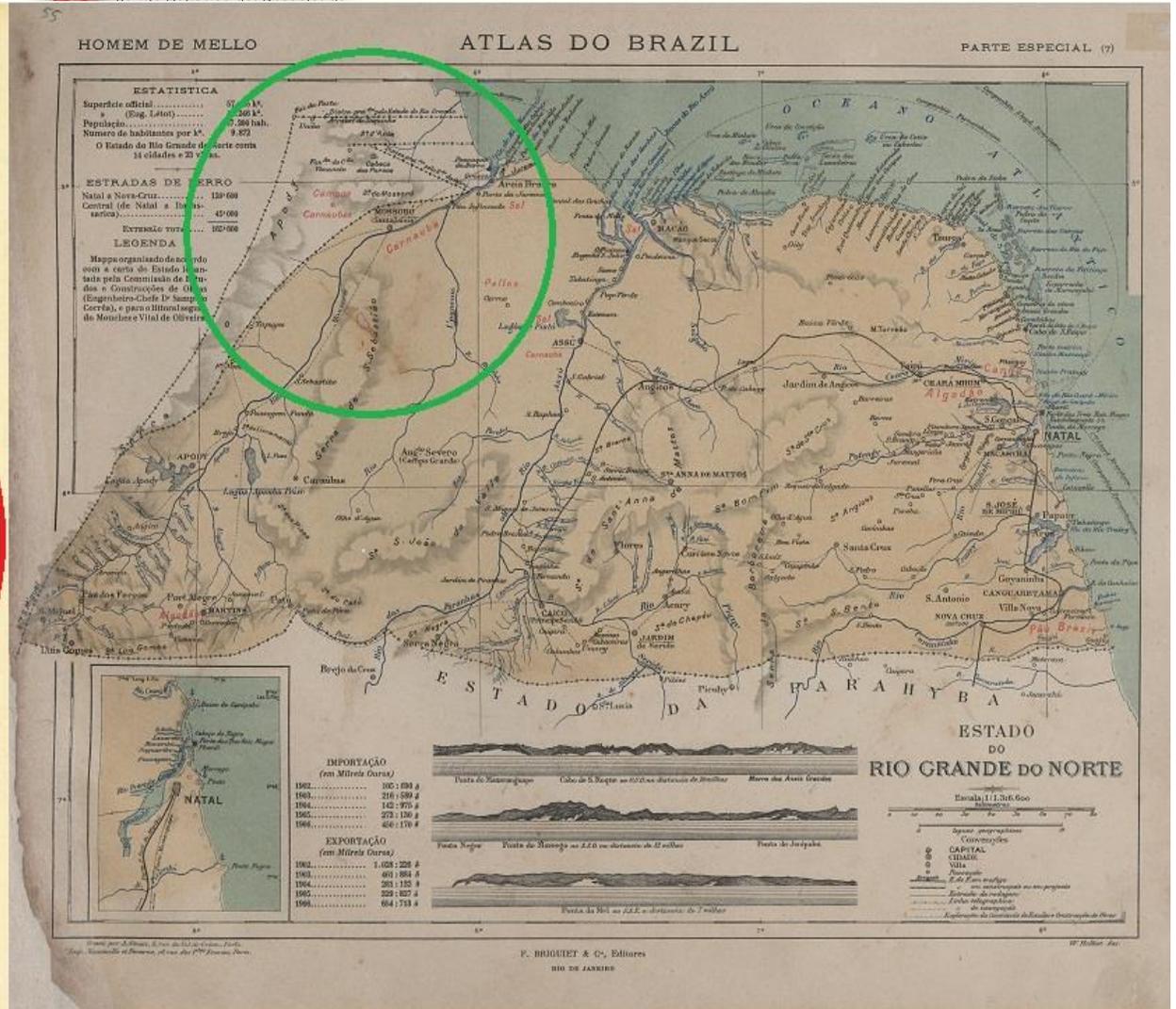
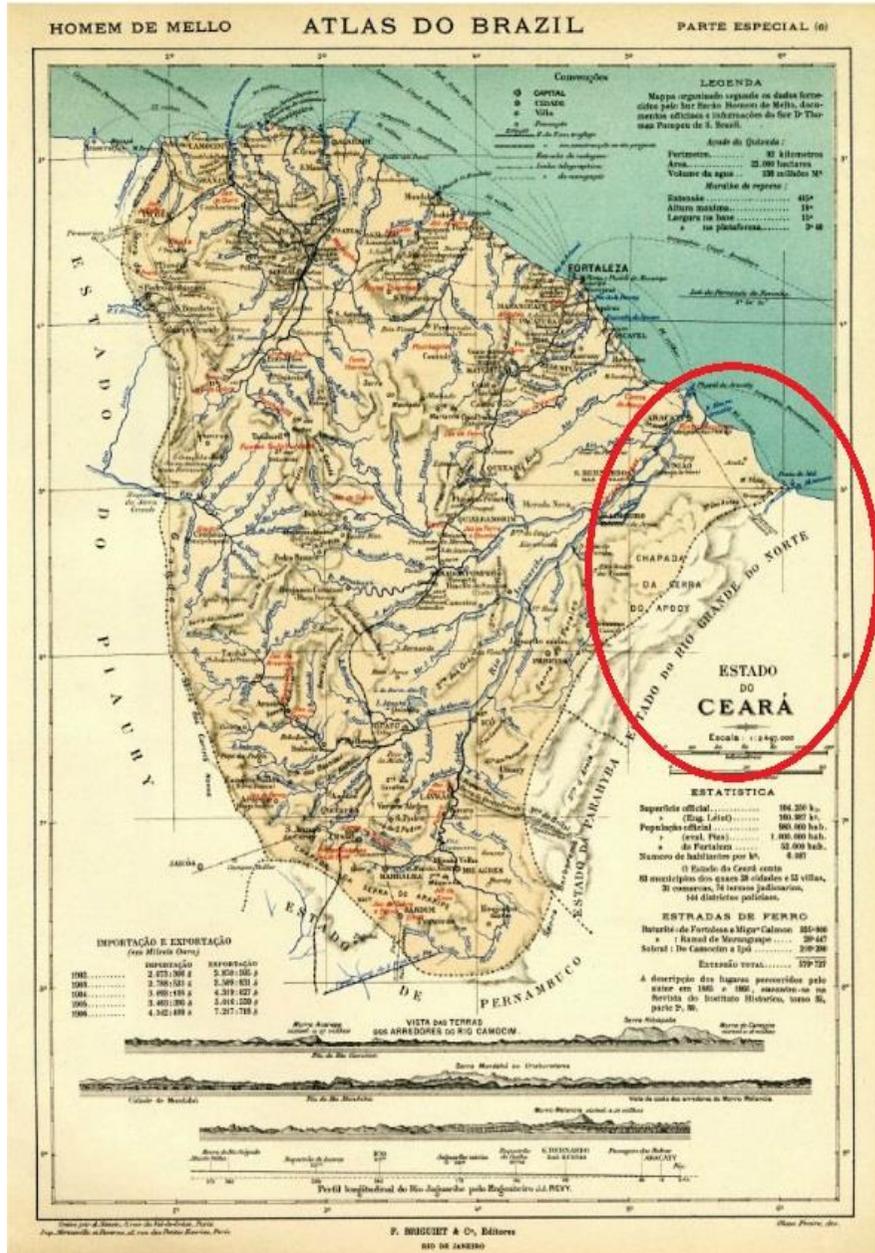


Imagem 1: “Mapas do Rio Grande do Norte e do Ceará”, *Atlas do Brazil*, de Barão Homem de Mello, 1909. Biblioteca Nacional.

A narrativa sobre a questão de limites com o Ceará foi somada uma questão de limites mantida com a Paraíba. Para tanto, foi publicado um documento que comprovaria a cobrança de impostos 100 anos antes em benefício da capitania do Rio Grande em parte do território disputado naquele momento com o estado paraibano. O que nos demonstra a tentativa de racionalizar e dizer o território potiguar a partir dos conflitos territoriais com os estados vizinhos, ditando, assim, os seus limites.

A exemplo das constantes descrições feitas pelos sócios do IHGA-CE, em 1911 foi publicado na *Revista do IHG-RN* um texto produzido por Domingos Barros, delegado do estado na *Exposição Nacional de 1908*<sup>78</sup>. Na narrativa ele realiza uma densa descrição do território norte-rio-grandense a fim de torná-lo conhecido. Inicialmente o autor relata o largo contato do espaço potiguar com o oceano. Ele ainda narra suas passagens compostas por praias, coqueiros, palmeiras e carnaúbas. Descreve as chuvas, a estiagem, o solo, o sal, os rios e serras que dividiam, segundo ele, o território norte-rio-grandense através do *divortium aquarum* com a Paraíba e com o Ceará. Era, portanto, mais uma maneira de dizer o que seria o território potiguar, de limitá-lo e de ligá-lo por meio de uma história e de uma geografia comum. Logo, a exemplo do que vinha sendo feito com o Ceará, o território do Rio Grande do Norte tornava-se um espaço racionalizado e dito pelos intelectuais do *IHG-RN* e por sua revista.

Para Benedict Anderson (2009, p. 15), a racionalização do espaço parte da tentativa de se criar uma comunidade imaginada através de diversos esforços e meios. Apesar dos membros de uma comunidade imaginada jamais se encontrarem e jamais ouvirem falar uns dos outros, há em mente uma imagem viva de comunhão entre eles. É claro que isso não ocorre naturalmente. Para tanto, a história, a geografia, o censo,

---

<sup>78</sup> A exposição foi promovida pelo Governo Federal em comemoração ao 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas. O evento ocorreu na Urca, Rio de Janeiro, entre os dias 28 de janeiro e 15 de novembro de 1908. Segundo Alda Heizer (2007, p. 26) era uma tentativa de inventariar a economia do país e de expor aos visitantes as grandes transformações urbanísticas que o Rio de Janeiro vinha passando. Os estados e países presentes construíram cada um o seu pavilhão a fim de exibir os produtos fabricados e suas riquezas naturais. Na oportunidade Domingos Barros também expôs seu texto para os visitantes do pavilhão do Rio Grande do Norte.

o mapa, o museu e a imprensa são importantes no chamamento dos indivíduos para o sentimento de autoconsciência. Logo, podemos perceber a necessidade dos dois Institutos em narrar a história, em limitar a geografia, em utilizar mapas e descrições como uma maneira de estabelecer o território dos seus estados e de fazer ver os seus limites através das narrativas de suas áreas, da disposição dos rios, das serras, das histórias e descrições dos municípios, das paisagens de suas praias e da evolução de sua população.

Essas diversas narrativas ainda podem ser somadas aos festejos cívicos, que também foram bastante utilizados pelas duas instituições para fazer com que a população se sentisse mais pertencente a cada estado, que se imaginasse portadora de uma história, de uma geografia e de um território comum. Segundo Paul Connerton (1999, p. 81), as festas, a exemplo das diversas narrativas já apresentadas, também são formas de criar imagens do passado, de criar uma memória coletiva. Enfim, fatores que são importantes na constituição de uma comunidade imaginada.

O IHG-RN utilizou muito dos festejos cívicos para fazer com que os potiguares passassem por essa autoconsciência. As homenagens aos heróis locais eram constantes por meio da escrita de artigos em sua revista e preenchiam as seções dos *Capitães-mores* e dos *Índios Célebres*. Por meios dessas narrativas, os sócios uniam os heróis à formação espacial do estado e aos conflitos territoriais que tentavam acabar com essa suposta coerência espacial.

No entanto, embora fôssemos levados a pensar que esses artigos só ficassem restritos às páginas do periódico, posso aferir que eles eram publicitados por meio das festas cívicas. Tais comemorações faziam com que a população tomasse conhecimento desses feitos através das exposições museológicas, dos discursos dos sócios e da inauguração de monumentos, por exemplo.

Com esse intuito, em 1906, o IHG-RN iniciou a comemoração do aniversário de 90 anos da morte de Frei Miguelinho e de sua participação na Revolução de 1817<sup>79</sup>. Nesse dia, 37 senhoritas estiveram presentes em Natal para representar cada um dos municípios do estado e cantar o hino feito em homenagem ao religioso/mártir. Em meio a tantas bandas de música, o estandarte de Miguelinho foi levado pelo sócio Padre José Calazans, que foi seguido pelas 37 senhoritas. Cada uma portava um estandarte e o nome do seu município bordado em suas vestias. O festejo, que andou pelas principais ruas, foi, segundo a revista do Instituto, saudado pelos habitantes da cidade do Natal com vivas ao bom e generoso povo da *pátria* de Miguelinho, que respeitava a religião sublime do *patriotismo* e da *República*.

Mas essa *pátria* não era aquela buscada pelo Frei na Revolução de 1817 junto as outras províncias que também lutaram. Era uma *pátria potiguar*. Ela também não era a República instituída pelos insurgentes, mas a República Federativa de 1889, em que cada estado fez com que os interesses locais centrassem e se fechassem em si, ocupando o lugar do centralismo do Estado monárquico tão criticado em 1817. 100 anos depois, nas comemorações do primeiro centenário da revolução, a centralização em cada estado vem à tona até mesmo pela maneira de nomear aquela que tinha ficado conhecida na época por Insurreição dos Padres. Para os potiguares, era a Revolução de 1817, já os pernambucanos a chamavam de Revolução Pernambucana.

---

<sup>79</sup> Segundo Luíz da Câmara Cascudo (1984, p. 137) a Revolução de 1817 é também conhecida como Revolução Pernambucana e Revolução dos Padres, devido ao número expressivo de clérigos que participaram da revolta, como Frei Caneca. Entre os religiosos também estava o potiguar Frei Miguelinho, que morava em Olinda. Combatidos por forças militares enviadas da Bahia, os revoltosos foram presos e levados para a província baiana, onde Miguelinho foi morto. O revolucionário foi transformado em mártir da revolução em sua terra natal. Influenciados por ideias iluministas, os revolucionários declararam-se independentes de Portugal. A Revolução eclodiu em 6 de março de 1817, na então província de Pernambuco e logo teve apoio das províncias alagoana, paraibana, cearense e rio-grandense, que também se declaram libertas do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. No Rio Grande, embora o governador da José Inácio tenha orientado o Coronel André de Albuquerque Maranhão a deter a onda revolucionária, o mesmo tornou-se líder do movimento na província. A exemplo de Miguelinho, foi morto por forças do governo central e tornou-se mártir local, sobretudo após a Proclamação da República, em 1889.

11 anos depois, a fim de comemorar o centenário da morte de Miguelinho, os sócios do IHG-RN organizaram mais uma festa cívica. Na comemoração, vestida de República em um carro alegórico (Imagem 2), uma moça, talvez uma das 37 senhoritas que representou um dos municípios potiguares onze anos antes – o que faria dessa alegoria literalmente uma *pátria potiguar* – trazia em seus pés um globo com os mapas de algumas províncias que tinham participado da Insurreição dos Padres, em 1817. A frente da pátria/mulher estaria o Rio Grande do Norte, a terra de Miguelinho; ao seu lado direito estava Pernambuco, terra que o acolheu; ao seu lado esquerdo a Paraíba, estado conflitante por parte dos limites com o Rio Grande do Norte naquele momento; e nas suas costas o Ceará, o suposto invasor de Grossos.

Isso nos faz perceber que a festa de 1906 e 1917 trazia muitas simbologias relacionadas ao espaço potiguar. Seja pela participação das 37 senhoritas, simbolizando com seu corpo o território de cada município norte-rio-grandense; ou nas disposições em que os mapas das antigas províncias foram dispostos na alegoria da *pátria potiguar*. Quanto à disposição e a relação estabelecida com o corpo da própria pátria, ou seja, com o espaço potiguar em forma de mulher, podemos afirmar com base em Yu-Fu Tuan (1983, p. 18) que o corpo da pátria/mulher tornou-se ponto central na valoração e localização em esferas maiores. Assim, essa escala menor, o corpo, transformou-se no espaço potiguar, que é valorado através das relações hierárquicas estabelecidas por esse próprio lócus. Logo, era valorado frente e atrás, direito e esquerdo, como positivo ou negativo, sagrado ou profano. Não é a toa que Pernambuco, que não disputava nenhuma região fronteiriça com o Rio Grande do Norte, estivesse ao lado direito da pátria/mulher potiguar. O lado oposto, o esquerdo, estava a Paraíba. Essa relação espacial demonstra o que na nossa cultural é posto como superior e inferior, respectivamente.

Segundo Tuan (1983, p. 18), o lado direito é considerado superior ao esquerdo. O direito significa o sagrado, o bom, o legítimo, o lugar de honra, o anfitrião. Era o lugar de quem tinha recebido Miguelinho. Já à esquerda, a Paraíba, era

a antítese, era o profano, o impuro, ambivalente, o débil, o maléfico, o que deve ser temido, o que não é confiável. Por sua vez, os espaços da frente e de trás, atribuídos ao Rio Grande do Norte e ao Ceará, simultaneamente, também foram dispostos através de valores. O espaço frontal significa em nossa cultura o futuro, o progresso, a dignidade. Em sentido oposto, a parte de trás da pátria/mulher, o mapa do Ceará, significava o passado, o profano, os seres inferiores ou aquilo que deveria ser esquecido.



**Imagem 2:** Comemoração dos 100 anos da Insurreição dos Padres, 1917.  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Finalizada as comemorações do centenário de morte de Miguelinho, em 1917, e o processo no STF, em 1920, as comemorações do centenário da Independência talvez fosse o evento mais oportuno para que a disputa entre os sócios

dos IHG-RN e do IHGA-CE se encerrasse. Afinal, com o intuito de comemorar o primeiro centenário do brado do Ipiranga sem nenhum conflito territorial entre os estados, o presidente brasileiro da época, Epitácio Pessoa, exerceu pressão para que as partes e o STF chegassem à comum acordo.

A fim de homenagear os 100 anos da Independência, instituições como a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propuseram que os intelectuais de todos os estados escrevessem obras que analisassem a história e a geografia local. Os sócios do IHGA-CE e do IHG-RN partiram cada um para a produção de um campo de conhecimento diferente sobre seus territórios. Enquanto o IHGA-CE optou pela escrita da *Geografia do Ceará* pelo Barão de Studart, o IHG-RN optaria pela confecção de uma *História do Rio Grande do Norte* por Rocha Pombo, que foi arregimentado pelo governador do estado. Tal encomenda tinha por intuito excluir a eminente figura de outrora do articulador potiguar na resolução da questão de limites, o político Augusto Tavares de Lira, posto no ostracismo pelos seus opositores. No entanto, mesmo eliminado, seu texto serviu de base para a narrativa de Rocha Pombo e foi inserida no *Dicionário* organizado pelo IHGB com o intuito de comemorar o centenário da Independência<sup>80</sup>.

Mesmo diante do reconhecimento da posse do Rio Grande do Norte pelo STF no território contestado e da tentativa do presidente em mostrar um país unido nas comemorações do centenário, é notório que o Barão cearense e o político potiguar ainda carregavam em seus trabalhos o conflito de outrora. Em ambas as narrativas os dois intelectuais se esforçam para inserirem as imediações de Grossos nos territórios dos estados que eles tinham a responsabilidade de narrar. Foi, então, ao menos no plano da escrita, a volta da questão de limites.

---

<sup>80</sup> Essa escolha nos demonstra a importância atribuída ao trabalho naquele período, o que me faz optar em analisar o texto de Tavares de Lira e não o de Rocha Pombo, pois acredito que sua narrativa foi fortemente influenciada por suas pesquisas sobre a questão de limites, assim como o texto do Barão de Studart. Então acredito que as duas narrativas foram produzidas com regras de produção parecidas.

Barão de Studart vincula o território disputado outrora ao Ceará. Somente em uma passagem de sua obra ele faz referência à suposta injustiça cometida pelo judiciário brasileiro. Mas isso não o impede de ao narrar os limites do seu estado, inserir as imediações de Grossos no território que considerava ter sido delimitado pela natureza. Para tanto, sua narrativa descreve o espaço cearense a partir de limites naturais: ao norte e noroeste com o Oceano Atlântico; a leste e sudeste com o estado de Pernambuco; a oeste com o estado de Piauí. E como pontos extremos: norte e sul, a barra do Timonia e as cabeceiras do Jardim; a leste e oeste, a barra do rio Mossoró e a Serra da Ibiapina, respectivamente.

Na *Geografia do Ceará*, Guilherme de Studart ainda insere uma lista dos principais mapas sobre seu estado, elencando produções cartográficas das mais diversas épocas. Entre elas, destaca várias que demonstrariam o rio Mossoró como o limite com Rio Grande do Norte. Já ao final de sua obra, quando o autor cita as diversas vilas cearenses, ele insere nessa listagem a localidade de Grossos, informando ainda ao leitor o ano de sua criação, em 1902<sup>81</sup>. Ou seja, embora reconhecendo a vitória no judiciário, Studart insere a região disputada outrora no território cearense, que, dito pela natureza, não a tinha esquecido.

Por sua vez, Tavares de Lira narra a conquista e a colonização da capitania como a continuidade de uma história portuguesa no novo mundo a partir do reconhecimento do território, ainda no século XVI, por D. João III. Porém, ele atrela o sucesso dessa jornada à família Albuquerque, haja vista que, segundo ele, os esforços anteriores de João de Barros, Antônio Cardoso de Barro, Álvares de Andrade e Aires da Cunha não obtiveram êxito. Esse quadro só teria mudado com os esforços de Manuel Mascarenhas e Jerônimo de Albuquerque na construção do Forte dos Reis.

---

<sup>81</sup> Neste ano a Câmara Legislativa do Ceará aprovou um projeto de lei que elevou a localidade de Grossos à Vila.

Era como se esses dois últimos colonizadores fossem portadores de um destino manifesto<sup>82</sup>.

Para Tavares de Lira, com a finalização do Forte é que teria se iniciado efetivamente o Rio Grande, que possuía uma personalidade: a de expulsar os intrusos progressivamente pelo ardor e irresistível amor à sua *pátria*. Segundo ele, o Rio Grande do Norte era uma terra gloriosa, onde um dia nasceu Filipe Camarão e onde os invasores eram reduzidos ao extremo, caso optassem a adentrarem os limites impostos pela Carta de Doação. No entanto, ele confessa que não havia a possibilidade de precisar o ponto que se findaria de fato a soma das 225 léguas doadas aos seus primeiros exploradores.

Tavares cita que alguns estudiosos defendiam os limites entre os dois estados como o rio Jaguaribe ou a cordilheira do Apodi. Porém, ele não registra a opção do rio Mossoró, como tinha sido proposto pelos cearenses durante toda a questão de limites. Logo, percebemos que na tentativa de narrar o espaço potiguar, Tavares de Lira dita os limites entre os dois estados além do rio Mossoró, inserindo, assim, as imediações de Grossos dentro das fronteiras do Rio Grande do Norte.

Ao exemplo do trabalho de Guilherme de Studart, o texto de Tavares de Lira também apresenta a tentativa de descrever o que é o território potiguar não somente ao longo do tempo, com sua colonização, mas, também, naquele período. E, se no

---

<sup>82</sup> O termo destino manifesto foi muito utilizado para tentar explicar o sucesso do processo de colonização da América inglesa. Segundo Leandro Karnal (2007, p. 28), os trabalhos do século XIX já utilizavam a ideia do destino manifesto para explicar o êxito norte-americano diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa. Para essas explicações, o sucesso devia-se a uma vocação dada por Deus aos norte-americanos. Era um caminho claro de êxito em função de ser um povo escolhido. Embora **Augusto Tavares de Lira (1998, p. 22)**, não utilize o termo destino manifesto, ele simplifica o sucesso da tentativa de colonização de Manuel Mascarenhas e Jerônimo Albuquerque pela vontade divina. Segundo ele, assim como tinha ocorrido nas duas tentativas anteriores, os potiguares resistiram a chegada de Manuel Mascarenhas e seus homens. Em uma das passagens ele relata a emboscada dos nativos e franceses contra os batéis do português. Tavares também explica que possivelmente a providência divina intercedeu, pois, segundo ele, quis Deus que os homens conseguissem sair da emboscada e dar o aviso a Mascarenhas, que recebeu ajuda de Pernambuco. Isso fez com que tivessem, ao contrário dos conquistadores anteriores, sucesso na posse.

começo da obra ele fala do todo, em seu final ele esclarece sobre todas as partes que constituíam o estado. Para tanto, analisa a história das freguesias, dos municípios e das comarcas que formavam a história e o território do Rio Grande do Norte.

Em face do exposto, devemos perceber as intenções das narrativas dos intelectuais ligados aos dois Institutos como uma tentativa de racionalizar os espaços de cada estado e de ditar uma geografia e uma história comum, definindo, assim, seus limites. No entanto, embora pudéssemos pensar que até mesmo o Ceará, que optou por levar em seu nome a responsabilidade de analisar o humano, o seu Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico não o levou a prática. Dessa forma, os territórios narrados pelos dois Institutos não eram compreendidos como humanos. O território cearense era natural, foi ditado por sua geografia, sua natureza. O potiguar era (a)histórico. Era a conquista e colonização dada pelo destino e pelas leis de uma história inumana, não decidida pelos homens.

Nesse sentido, os trabalhos realizados pelos sócios dos dois Institutos nos revelam o que de fato são os espaços. Eles são produtos das escolhas de quem o narra, de quem o dita, percebendo-os não como natural ou (a)histórico, mas fazendo assim parecer conforme seu interesse. Logo, o espaço é produto da linguagem de uma época, de uma história sem leis da natureza, sem destino predisposto. Ele é produto de uma história humana.

Partindo por essas assertivas, o que foi constituído pelos sócios dos IHGA-CE e IHG-RN em suas narrativas sobre a geografia e história dos dois estados pode ser comparado ao artesanato inventado pela família cearense de Manoel de Jesus, ainda no limiar do século XX, que, posteriormente, se tornou símbolo da Praia de Tibau. Segundo Vingt-Un Rosado e José Lacerda Felipe (1980, p. 43), Manoel de Jesus e toda a sua família se mudaram de Tremembé, no Ceará, para morar em cima do Morro do Tibau. Joana, uma de suas filhas, nascida no Ceará e criada no território em disputa, em 1921 - momento em que Barão de Studart e Tavares de Lira produziam

suas narrativas -, passou a engarrafar as areias coloridas do morro que sua família se tornou guardiã.

Talvez essa atitude possa ser entendida como sua maneira de inventar e dizer seu próprio espaço, sem identidade dada, mas própria, adquirida. Uma espacialidade sob sua posse. Um território da família Jesus, com seus próprios cenários. Talvez o fato de engarrafar suas paisagens, fosse uma forma de lutar contra a história e a geografia oficial dos dois estados e dos seus intelectuais, criando, assim, imagens diferentes. Seria uma outra visão sobre aquele espaço e o registro de outras paisagens.

Para Simon Schama, a palavra paisagem significava tanto uma unidade de ocupação humana, como uma jurisdição, uma verdade, uma coisa que pudesse ser aprazível pela pintura ou uma representação humana com seus interesses<sup>83</sup>. Com base nesse significado, podemos entender o motivo pelo qual o território em disputa foi representado de formas diferentes tanto pelos dois Institutos, quanto pelos moradores locais. As representações dos artesãos de Tibau possuem cenários bem distantes daquelas ditas várias vezes pelos cronistas e historiadores que tentaram descrever e dizer o território dos dois estados em livros, revistas, mapas e comemorações.

---

<sup>83</sup> Simon Schama, *Paisagem e Memória* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996). 20.



**Imagem 3:** Garrafas de Areia Colorida de Tibau – RN. Disponível em: [www.tibaunoticias.blogspot.com.br](http://www.tibaunoticias.blogspot.com.br) (2012).

Com base nas narrativas que disseram os territórios dos dois estados, podemos concluir que a exemplo das paisagens da região representadas por alguns dos seus habitantes, os territórios cearense e potiguar também foram engarrafados por meio dos discursos de seus intelectuais/artesãos. Se a arte elaborada pela família de Manoel de Jesus ganhava definição a partir da escolha das mais diversas cores das areias do disputado Morro do Tibau, a arte da persuasão, a retórica dos sócios dos Institutos, fazia sentido quando suas narrativas eram escritas nas revistas e nas obras sobre a história e a geografia dos dois estados. E, sobretudo, no momento que foram inscritas quando traçaram os limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte com base nas narrativas dos intelectuais e no último Acórdão do STF, em 1920.

Por conseguinte, esses intelectuais engarrafaram os espaços potiguar e cearense como os moradores de Tibau engarrafavam suas visões sobre o território. Espaço por eles eternizado nas representações de suas lembranças. Recordações materializadas e moldadas pelas formas das garrafas e pelas cores escolhidas para representar suas visões sobre o território em disputa. Transformando-o em um espaço só seu. Não cearense, nem tampouco potiguar.

## Referências

ABREU, Francisco Pinto de. Padre Miguelinho (Festa Cívica). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, 1906, pp. 308-324.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AUGUSTO, Antônio. Município de Pereiro. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, 1888, pp. 103-108.

BARROS, Domingos. **Aspectos Norte-riograndenses**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, 1911, pp. 5-41.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta Editora, 1999.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. **Revista de História Social** 22/23 (2012): 295-306.

FERNANDES, Saul Estevam. Inscrever (n)o espaço, mapear e historicizar fronteiras: uma análise sobre a Carta Topographica dos pontos importantes do territórios em litígio na questão de limites entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Estado do Ceará. **Revista Opsi**, 11 (2012): 1-16.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na primeira República (1894-1920). Dissertação de Mestrado em História, UFRN, 2012.**

FREIRE, Felisbello. Limites do Rio Grande do Norte – Síntese Histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, 1903, pp. 3-51.

HEIZER, Aida. **O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineral, negócios e publicações. Dissertação de Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra, UNICAMP, 2007.**

KARNAL, Leandro. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2007.

KATZER, Fried. Paizagens do Ceará. Tradução de Capistrano de Abreu. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, 1903, pp. 292-298.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte. 3. ed. Natal, 1998.**

MELLO, Barão Homem de. **Atlas do Brazil.** Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1909.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Descrição da cidade de Fortaleza. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, 1895, pp. 148-221.

Oliveira, Almir Leal de. **O Instituto do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social.** Tese de Doutorado em História, PUC-SP, 2001.

OLIVEIRA, Perdigão de. **A Primeira Villa da Província.** Revista Trimensal do Instituto do Ceará, 188, pp. 103-200.

PAULET, Antonio Jozé da Silva. Descrição Geografica Abreviada da Capitania do Ceará. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, 1898, pp. 6-33.

- PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e Espaços. Natal: EDUFRN, 2011.
- POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editores Anuario do Brasil, 1922.
- REIS, Jose Carlos. **Escola dos Annales**: A Inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROSADO, Vingt-un; FELIPE, José Lacerda. **Tibau**: espaço e tempo. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1980.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- STUDART, Barão. **Geografia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.
- STUDART, Guilherme de. Descrição do Município de Barbalha. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, 1888, pp. 10-13.
- TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

# BANDITISMO E MODERNIZAÇÃO: CANGACEIROS, MALFEITORES, LADRÕES DE CAVALOS E SUAS REDES DE SOLIDARIEDADE AVESSAS AO PODER POLICIAL (PARAÍBA, 1930-1950)

Luiz Mário Dantas Burity<sup>84</sup>

Artigo recebido em: 10/06/2016.

Artigo aceito em: 25/07/2016.

## Resumo:

A população rural compreendia os sertões nordestinos como um mundo que de tão vasto seria difícil de dominar pelas leis públicas. Essa concepção fez daqueles lugares *habitat* dos bandidos, que serviam à manutenção de uma ordem política tradicional, alheia, portanto, às disposições das instituições modernas. De acordo com Eric Hobsbawm (2010), o banditismo se tornou endêmico quando da modernização, àquela circunstância já havia um corpo legal que definia o que não era aceito pelas normas públicas, mas não havia força estatal suficiente para combatê-lo. O objetivo desse artigo foi discorrer da decadência do banditismo, apontando para as mudanças e permanências que se deram naquelas sociedades. O banditismo ainda existiu por muito tempo, mas a liberdade dos cangaceiros deu lugar aos disfarces da quadrilha de ladrões de cavalos.

**Palavras-chave:** Banditismo – Modernização – Mundo Rural – Quadrilha de

---

<sup>84</sup>Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com a orientação da professora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ladrões de cavalos – Cangaceirismo.

**Abstract:**

The rural population was representing the countryside like an extensive world which would be difficult for the power of the public laws. This conception did that places a good way for the bandits, who was important for keeping a traditional politician order, far from the modern institutions. In according with Eric Hobsbawm (2010), the banditry had been endemic when the modernization happens, in that moment it was a legal instrument, which defended that it wasn't accepted for the public rules, but it wasn't state power strong enough for to combat the banditry. It shows the changes and the continues which happened in this societies. The banditry still exists for a longtime, but the liberty of the cangaceiros changed and in its place appears the disguise of the thieves of horses.

**Key-words:** Banditry – Modernization – Rural World; Thieves of Horses – Cangaceiros.

\* \* \*

Constava nos autos de um processo sentenciado na comarca de Souza que João Marques dos Santos, natural do município de Teixeira, com 28 anos e soldado da força pública, no dia 28 de setembro de 1931 foi às casas onde moravam Maria Regina da Conceição e Maria Joaquina da Conceição, casada a primeira e viúva a segunda, e sob ameaças e violências procurou manter relações carnais com as duas. Acontecera que, em companhia de outros soldados, esse sujeito havia partido em diligência para os lados do lugar Canto, no termo da qual ficaram pelo povoado à espera da passagem de um caminhão que os transportasse de volta para a cidade. O

denunciado, no entanto, desviou-se de seus companheiros e foi à casa de Maria Regina, tendo perguntado pelo seu marido, Francisco Ventura, que estava no roçado.

Eis que, então, o sumariado alegou ser cabra de Lampião e disse que a rua estava cercada, prometendo prender o esposo da vítima em questão caso ela não tivesse relações sexuais com ele, ameaçou-a ainda com uma faca em punho, abraçando-a na frente dos dois filhos pequenos. Apenas com a chegada do menor Francisco, o indiciado se amedrontou, largando a vítima e fugindo. Ao sair da casa daquela senhora, o denunciado seguiu para a residência de Maria Joaquina, com quem dispôs da mesma violência, mas que também não se concebeu plenamente em razão da chegada do cabo João Luis Vieira, que o retirou do quarto da casa da segunda mulher ofendida. Em conclusão do processo, o juiz de Direito, Braz Baracuhy, expediu-lhe a pena e conseqüente mandado de prisão<sup>85</sup>.

O que significava para um soldado de polícia se valer do mito de um cangaceiro famoso para amedrontar duas senhoras no propósito de ter relações sexuais com elas? O valor do argumento utilizado poderia residir na possibilidade do disfarce que o título autorizava. Um crime que se acreditasse cometido por um ladrão do bando de Lampião tinha maiores chances de resultar na impunidade do agressor, afinal, encontrá-lo na sequência da denúncia seria bem mais difícil do que identificar um soldado da força policial. Mas o atentado em questão também poderia fazer referência à superioridade do poder dos ladrões e de que tipo de receio eles provocavam na população camponesa. Que diferenças, afinal, guardavam entre si a armada policial e o bando de cangaceiros, ou antes, por que o primeiro recebeu a alcunha de armada e o segundo de bando? As respostas, situada a década de 1920, poderiam ser bem mais fluidas se considerada a experiência camponesa do que era de se esperar tomando por referência os propósitos institucionais que os dois estabeleceram. Como termômetro das interpenetrações desses dois universos,

---

<sup>85</sup>O processo em questão correspondeu ao *acórdão* n.139, referente aos meses de março e abril de 1933. Consultado na Revista do Fôro, v.XXVII, fascículo 3º e 4º, março e abril/1933, p.143-144.

observava-se que o soldado desgarrado de sua tropa estava armado apenas de uma faca, artefato inferior ao que muitos camponeses e camponesas possuíam em suas casas, apontando para as limitações da segurança pública, ainda marcada por recursos muito limitados.

O banditismo é um fenômeno recorrente na história. Ele se define, conforme Eric Hobsbawm (2010) pelas ações de sujeitos que desafiam a ordem econômica, social e política, ao desafiar os que tem ou desejam ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Em alguns momentos particulares da história dessas sociedades, mais especificamente quando da ascensão do Estado Democrático de Direito, esse fenômeno costumava se tornar endêmico. Isso aconteceria porque na intersecção de um regime político alheio ao poder estatal, no qual a força bélica definia os rumos dos conflitos, com a emergência do Estado-Nação, já existia um corpo legal legítimo, tornando o seu descumprimento em série um fenômeno grave, mas não havia força institucional suficiente para reprimir os desvios nas atitudes daqueles sujeitos. O objetivo desse texto foi discutir o declínio do banditismo na Paraíba a partir das circunstâncias históricas nas quais a modernização se deu no estado.

Pelos sertões nordestinos, o banditismo encontrou as condições favoráveis ao seu aparecimento com o apagar das luzes do século XIX, e perdeu significativamente a sua força após meados da década de 1930. Falava-se de um momento no qual a manutenção da ordem social ainda dependia das alianças políticas que eram feitas, de modo que o cangaço, uma das faces do banditismo que se alastrou pelo Nordeste, dependeu bastante da descentralização do poder que imperava pelos sertões nordestinos: dizia Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) que àquele momento esses espaços estavam retalhados das parentelas, ora aliadas ora inimigas, que viviam um povoamento disperso e disputavam poder entre si, de forma que o cangaço se constituía ora como mais uma ferramenta a favor de um ou outro grupo político ora como uma forma de regulação social.

Quando da ascensão de Antonio Silvino a líder do bando de ladrões, outros

grupos já viviam aquela vida errante, contudo, lembrava a autora, foi ele que inaugurou a fase das lutas contra a polícia e as autoridades locais. Já naquele momento, o cangaço se alimentava dos signos do moderno, falava-se muito da vaidade dos chefes dos bandos, que se valiam da movimentação dos caixeiros viajantes, profissão que dava bem a medida desse período de transições, para se valer dos enfeites e a partir deles estabelecer marcadores sociais das diferenças. Era esse mesmo bandido<sup>86</sup>, aliás, que desafia o poder do moderno que se investia sobre o estado atacando os operários que construíam a estrada de ferro Great Western e obstruindo as partes que já estavam prontas (QUEIROZ, 1997).

Apesar disso, o momento que o afamado bandido vivera fora vertiginosamente distinto daquele que Lampião estava experimentando por volta dos anos 1930, o segundo cangaceiro decerto acumulou mais força e prestígio do que o líder que em certo momento inaugurara o conflito, o que expunha melhor o poder dessa etapa de mudanças, na qual ele possivelmente capitalizara apoio de um número ainda maior de coronéis enfraquecidos pela tomada dos novos ventos, o movimento dito revolucionário de 1930 havia quebrado algum dos privilégios dos quais dispunham alguns daqueles chefes políticos no poder público.

A rede tradicional de ordenamento político e social que tomava os pretensos sertões nordestinos se fragmentava e na esteira desse processo também o banditismo experimentava os seus limites. Há que se tomar mais uma vez, portanto, a régua segundo a qual os maiores rompantes de um regime político anunciavam a sua decadência. Ao passo que o cangaço mostrava com maior vigor as suas forças, também o Estado se fortalecia contra ele. A conclusão da história é famosa e não poderia ser mais trágica, nem pela brutalidade com a qual o extermínio do bando foi levado a cabo, nem pelo peso simbólico que ela incorporou: na sequência do fuzilamento do grupo pelas forças policiais, que aconteceu em 1938, as cabeças dos

---

<sup>86</sup>O termo bandido foi apropriado nesse trabalho com o mesmo sentido político usado por Eric Hobsbawm (2010[2000]) no livro *Bandidos*. O autor destitui certa imagem pejorativa que pairava sobre esses sujeitos, marcando-os antes como questionadores da ordem pública hegemônica.

cangaceiros mortos foram expostas em algumas cidades, observe-se Frederico Pernambucano de Melo (2012).

A história do “valente bandoleiro”, vencido pelo poder do Estado, marcou a derrocada do cangaço, mas isso não significa que os cangaceiros tenha sido extintos das terras sertanejas, quanto mais o banditismo. O cenário, no entanto, era declaradamente outro, com o investimento em segurança pública os ladrões viveram ainda mais sornateiramente, evitando o enfrentamento com as tropas estatais e não dispendo já da mesma rede de alianças que conduziram os tempos de outrora. Observe-se o processo que teve vez na comarca de Ingá e alcançou o Tribunal de Justiça da Paraíba em meados de 1940. Àquela ocasião, Leonel Monteiro de Albuquerque, acusado de ter contribuído com o grupo de cangaceiros chefiado por José de Totô, foi sentenciado como cúmplice do grupo por ter consentido um pote e fabricado borneais para os mesmos quando da compra de sua fazenda. O réu negou os fatos apresentandos, em detrimento das evidências narradas pelas testemunhas, e alegou o império da coação sobre o caso, considerando os magistrados que “não se deve ter como cúmplice o indivíduo que, sob o império de coação, presta auxílio a um grupo de cangaceiros; o justo temos de represálias e a impossibilidade de receber qualquer socorro justificam o procedimento do denunciado, que, nas circunstâncias em que se encontrou, agiu como teria feito o comum dos homens”<sup>87</sup>.

O processo seguiu informando que mesmo a polícia local não tinha conhecimento da influência do referido bando, e que ante o desinteresse de tais autoridades foi aprovado o provimento do recurso. O *acórdão*, portanto, dava notícia das circunstâncias de convivência que o Estado nacional e a ordem política tradicional moveram quando da emergência da modernização tomava conta daqueles espaços: o bando de cangaceiros já não possuía força suficiente para enfrentar a estratégia policial, movida por códigos modernos de perseguição e encurralamento. O grupo

---

<sup>87</sup>O processo em questão correspondeu à apelação criminal n.81 da comarca de Ingá, referente ao mês de maio de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.35, maio/1940, p.48-49.

provavelmente sobrevivia escondido pelas trilhas misteriosas do mundo rural, aparecendo vez por outra em alguma propriedade para saquear ou capitalizar apoio, no entanto sem o despudor com o qual se movimentara outrora. Porém, mesmo essas redes de solidariedade já estavam estirpando-se: àquela altura dos acontecimentos, como se pode observar, o proprietário do sítio que se sujeitara a amparar os criminosos estava sob vigilância do sistema judiciário, tendo sido condenado na primeira instância e absolvido na segunda, mas se valendo para isso de valores democráticos e não mais do poderio bélico ou de influências pessoais.

Mas também os policiais, se isoladas as corporações municipais, não tinham o poder necessário para vencer os bandidos. As instâncias locais do poder estatal ainda careciam de muito aperfeiçoamento para alcançar as tradicionais redes de influência política que contornavam coronéis, ladrões e padres. É possível que, mesmo que houvesse vontade política para tornar aquela instância mais eficiente, o problema acabasse, não raro, esbarrando na falta de recursos e pessoal capacitado para desempenhar as funções burocráticas, dotando o serviço público de vícios que atropelavam o republicanismo que era pregado pela ideologia estatal. Foi o que possivelmente aconteceu em Alagoa de Monteiro no início dos anos 1930, quando João Ribeiro de Lima, vulgo José Passarinho, foi apelado pelo promotor público como chefe de um bando de cangaceiros que roubaram e agrediram o agricultor João Francisco da Silva, na residência deste, que ficava no lugar Mocós. Disseram os autos que estavam todos armados, levando dinheiro e os objetos que foram encontrados, capitalizando mais de 500\$000 (quinhentos mil réis) em prata, papel e níquel que estavam escondidos em uma das malas da vítima, além de três animais selados. Do acontecido resultou a morte de Francisco Sebastião dos Santos e alguns ferimentos em em João Francisco, Manuel Pereira de Souza e José Francisco da Silva.

Constava nos autos que os réus confessaram o crime em seus interrogatórios, não havendo dúvidas quanto à sua veracidade. No entanto, o juri teria condenado-o a apenas sete anos de reclusão de prisão simples. Chegado ao Tribunal de Justiça da

Paraíba, a apelação foi julgada precedente e o caso foi exposto a outro julgamento<sup>88</sup>. Ao que parece, as instituições municipais não estavam preparadas para julgar casos com tamanha grandiosidade e nível de comprometimento político. Porém, diante de tais acontecimentos é preciso problematizar os propósitos racionais e emocionais que moveram a população camponesa quando da ocorrência de casos como aqueles. Os bandos de cangaceiros e a notícia da passagem destes decerto provocava medo naquela gente, mas esse sentimento também se combinava com um senso de justiça social próprio à lógica dos valores e regras de convivência que habitaram os costumes que imperavam pelo mundo rural.

Essa ambivalência corporificava em seu interior uma agenda de significados que levaram o júri a abrandar a pena daquele bandido. Mas e a polícia? O que se notou é que a relação com a armada estatal, apesar de dispor de uma agenda diametralmente oposta àquela, com um compromisso institucional democratizador, não foi diferente, em parte pela representação camponesa quanto a essa institucionalidade fugidia que só alcançava as suas vidas de modo tangencial e não raro em favor dos sujeitos de maior poder, mas também pelas atitudes dos policiais que não incorporavam a deferência pública como valor, ainda se valendo do posto, ou de outra circunstância qualquer, em benefício privado, a exemplo do que levava o personagem supracitado ao assédio daquelas duas senhoras, à ameaça da liberdade do marido agricultor de uma delas e à fuga pelas trilhas da mata.

Em meio a esse cenário, a justiça pública corporificava em suas reiteradas ações públicas de combate aos cangaceiros uma agenda política de Estado que ultrapassava os limites daquela instituição. Agia-se em nome de uma República, na qual um grupo cada vez maior de pessoas passou a demandar maior espaço nas lides do poder público, expandindo os limites nos quais a cidadania era exercida até então. O exercício da cidadania, a propósito, costumava combinar opinião com

---

<sup>88</sup>O processo em questão correspondeu ao *acórdão* n.276, referente aos meses de maio e junho de 1933. Consultado na Revista do Fôro, v.XXVIII, fascículo 1º e 2º, maio e junho/1933, p.27-29.

responsabilidade, levando à emergência de regras mais estritas de ordenamento social. Nesse sentido, é possível afirmar que o combate ao banditismo não foi resultado das ações exclusivas dos órgãos de segurança pública, tendo alcançado também a imprensa, que fazia a cobertura jornalística de cada confronto dos policiais com os cangaceiros, mas também dos investimentos do poder executivo para que o enfrentamento ficasse mais ostensivo.

SALVADOR, 16 (A.N.) – O conhecido cangaceiro “Volta Sêca” e seu companheiro de cela Manuel Porfírio fugiram, na madrugada de hoje, com o auxílio de uma serra, arrombaram a grade de ferro do cubículo e, improvisando uma escada de sarrafos, escalaram o muro eletrificado. A polícia foi informada do fato e iniciou a perseguição dos fugitivos. “Volta Sêca” é antigo lugar-tenente do bando de Lampeão, responsável por vários crimes cometidos friamente. A sua conduta na Penitenciária, entretanto, era exemplar e deu margem a obter permissão do Conselho Penitenciário para afastar-se do cubículo, indo sozinho ao referido Conselho (A UNIÃO, 18 fev.1941, p.5).

A perseguição aos cangaceiros, que por muito tempo havia se configurado como uma demanda local ou privada, de alguns fazendeiros que tiveram sua propriedade saqueada ou de um município que tentava se proteger dos ataques dos bandos, se tornou uma causa nacional, contra o qual o poder público com toda a sua força se investiria. A notícia, contudo, falava de um ato isolado de um sujeito, que apesar das pessoas que possivelmente possam ter facilitado aquela fuga, já não trazia consigo o poder de um bando como havia tido outrora. Em grande medida, isso tudo era retrato das instituições que se fortaleciam contra os possíveis desvios de conduta dos sujeitos que estavam sob suas jurisdições.

Mas nem só de cangaceiros vivia o banditismo. Em primórdios da década de 1930, já fazia alguns anos que uma “poderosa quadrilha de ladrões de cavalos” operava no município de Umbuzeiro, onde provavelmente constituíram sua primeira sede, estendendo sua rede de atuação para além das fronteiras do estado. Os integrantes do referido grupo mantinham entre si os mais sérios compromissos de

solidariedade e sigilo, cujo descumprimento era punido com bastante severidade. Mas as redes de influência não se esgotavam por aí, quando algum dos comparsas era preso, os demais com destacada solicitude cuidavam da sua defesa, arranjando advogados cujos honorários eram pagos com os dividendos da quadrilha ou por intermédio dos proprietários que não ficavam estranhos às atividades corriqueiras do bando. Quando das queixas policiais, os senhores dos animais furtados não costumavam dar grande esclarecimento sobre quem eram os ladrões e nem as autoridades policiais se empenhavam deveras na execução dos flagrantes em questão. O poder da quadrilha ameaçava denúncias mais graves e obrigava a população camponesa a colaborar consigo<sup>89</sup>.

Com o passar do tempo, os donos dos animais furtados já não apresentavam queixa, era preferível atender aos expedientes de gratificações e tão logo o cavalo ou burro aparecia no cercado de algum vizinho ou conhecido. Possivelmente foi o que aconteceu com Antonio Vitorino de Souza, proprietário do engenho Primavera, termo de Alagoa Grande, do fábrica de rapaduras, acusado de ter sido cúmplice da quadrilha. Disseram as testemunhas que o referido paciente teria emprestado a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) a Julio Grande para soltar um indivíduo conhecido como José Magro, que escondia ladrões em sua propriedade, permitindo que fizessem reuniões para ajuste de planos e partilha de mercadorias, além de oferecer garapa e rapadura aos sujeitos que passavam por aquelas localidades. Disposto em prisão preventiva, foi negado o pedido de *habeas-corpus*, sob argumentação de que se tratava de um homem poderoso, que poderia atrapalhar as investigações da quadrilha em questão<sup>90</sup>.

Também Aureliano Granja do Rego, Manuel Juvino da Silva e Antonio Paz de Souza pleitearam a reforma da sentença na qual foram acusados de cúmplices dos

---

<sup>89</sup>O processo em questão correspondeu ao juízo singular da comarca de Alagoa Grande, referente aos meses de novembro e dezembro de 1933. Consultado na Revista do Fôro, v.XXIX, fascículo 3º e 4º, novembro e dezembro/1933, p.204-216.

<sup>90</sup>O processo em questão correspondeu ao *acórdão* n.262, referente aos meses de julho e agosto de 1933. Consultado na Revista do Fôro, v.XXVIII, fascículo 3º e 4º, julho e agosto/1933, p.140-144.

ladrões de cavalos. Conforme a acusação, o último teria comprado um animal furtado no lugar Jundiá do Rio Grande do Norte, o qual foi absolvido pelo Tribunal de Justiça. Os outros dois solicitantes, no entanto, em se alegando ter sido provado o delito não tiveram suas penas revisadas ou abrandadas<sup>91</sup>. Mesmo as autoridades policiais estavam envolvidas com os crimes cometidos pelo referido grupo de saqueadores: dizia-se que não era necessário mais que 1\$000 (mil réis) para que um dos criminosos fosse libertado. Em maio de 1945, José Simplicio de Araujo, conhecido por José João, residente em Manguape do município de Campina Grande ofereceu uma queixa contra José Felix da Silva, tenente da força pública do estado e ex-delegado de polícia alegando que o referido sujeito era “chefe de ladrão de cavalos”. O processo alcançou o Ministério Público e o acusado processou o seu querelante por calúnia, mas sendo conhecida a péssima reputação do injuriado e o seu passado, quando era afeito ao roubo de animais, isso implicou na negação da calúnia<sup>92</sup>.

As redes de influência da quadrilha se estendiam por um vasto perímetro e eram consolidadas pela frequência e simultaneidade de ataques que protagonizavam. Observe-se com que intensidade tais furtos aconteciam, considerados os registros do processo julgado na comarca de Alagoa Grande em 1933. Àquela ocasião, o bando fora chefiado por Manuel Zito, cuja morte implicou na transferência do posto a Alpino de Carvalho. Dizia-se que na segunda metade de 1931, Augusto Secundino Pessoa da Silva, vulgo Barbante, e José Maria da Silva, furtaram um cavalo pertencente à família Azevedo no lugar João Pereira, daquela comarca, e que em seguida venderam o mesmo animal em Floresta dos Leões pela quantia de 70\$000 (setenta mil réis), repartindo a quantia entre eles. Contava-se também que José Maria Silva acoitou em sua casa na cidade e na caatinga toda sorte de malfeitores, subtraindo, ainda, junto com Severino Carnaúba, da passagem daquele ano para 1932, um burro e um cavalo

---

<sup>91</sup>O processo em questão correspondeu à apelação criminal n.9 da comarca de Mamanguape, referente aos meses de março de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.34, fascículo 3º, março/1940, p.282-283.

<sup>92</sup>O processo em questão correspondeu à sentença da comarca de Laranjeiras, referente ao mês de julho de 1943. Consultado na Revista do Fôro, n.58, julho/1943, p.103-105.

do cidadão Antonio Mendonça, ambos vendidos no Rio Grande do Norte. O acusado era encarregado ainda de vender por aquelas localidades os animais roubados pelo seu comparsa em outros estados.

Julio Pereira da Silva, vulgo Julio Grande, descrito como individuo de péssimos procedentes, e já condenado por ter emprestado a sua casa para reunião de ladrões, teria mandado, no final do ano de 1932, que Severino Carnaúba furtasse um burro pertencente a João Luiz na feira da cidade de Alagoa Grande. Teria ele confessado diversos negócios com a quadrilha, obtendo por troca e compra uns dez animais, e que também se encarregara de arrecadar dinheiro entre os comparsas para as despesas com a liberdade dos sujeitos presos. Ainda Altino Gomes da Silva, que havia sido convidado a fazer parte da quadrilha por José Maria Silva, denunciou diversos crimes praticados em Itabaiana, na Capital, mas também em Sapé, Umbuzeiro, Alagoa Nova e Campina Grande. Seu primeiro furto ocorrera em 1931, na companhia de Luiz dos Prazeres no lugar Lagoa da Serra. Mas o referido acusado também disse ter subtraído em companhia de Manuel Aquilino, por volta do final de 1932, no lugar Quirino, três animais, e junto a José Francisco Silva, conhecido por José Magro, outros dois.

O chefe da dita perigosa malta, Alpino de Carvalho, foi apontado como autor da morte de Julio Delmiro no termo de Pilar, dizendo que esse fora falso com o bando, mas também respondera pelo roubo da propriedade Caxeiro e pelo furto de duas burras pertencentes ao senhor de engenho José Guerra, em 1932, no lugar Serrotinho, no qual tivera apoio de Manuel Zito. Já em 1933, o referido réu sequestrou um burro de Manuel Raimundo em Lagoa da Serra, bem como dois burros e um cavalo de João Antonio Correia Filho, em Riacho de Areia. José Francisco da Silva, vulgo José Magro, por sua vez, outrora condenado por ligação a fatos criminosos, era sentenciado por furtos que ocorreram na Capital, em Pilar e Umbuzeiro. Teria ele ainda, em fins de 1932, furtado dois burros no lugar Quirino e vendido um deles a Pedro Vicente, vulgo Pedro Maduro, como também uma burra pertencente a

Francisco Bezerra, em 1932, no lugar Gindiroba, dessa vez na companhia de Luiz dos Prazeres.

João Luiz da Silva, vulgo João do Norte, João Lulu ou João das Moças, que já havia sido condenado naquela mesma comarca por crimes de roubo e estupro, citado como “um dos elementos mais perigosos dessa sociedade criminosa”, teria subtraído para si contra a vontade do dono um cavalo da fazenda Pimentel, propriedade do cidadão Francisco Luiz, e no ano de 1932 em Alagoa Nova, furtado outros cinco animais, que foram vendidos em Pernambuco. Enquanto isso, Pedro Vicente, ou Pedro Matuto, junto a seu irmão Manuel Vicente, roubou no engenho Mandibú, município de Goiana, Pernambuco, e outro no lugar Geraldo, do termo de Campina ou Alagoa Nova, do qual levou ainda outros animais. Constava também que Manuel da Rede, em companhia de Alpino de Carvalho e José Magro, no final de 1932, havia furtado dois burros e outros animais da fazenda Gregório, pertencente a Olavo Lemos no lugar Serra Grande.

Manuel Vicente, conhecido por Manuel do Boi em razão de um furto que certa vez praticara, sequestrou animais em Guarita, do termo de Itabaiana, e em Cobé, no lugar Maraú, do termo de Sapé. Dizia-se ter ainda subtraído um burro do engenho Maribú, de Pernambuco, propriedade de Gedeão Amorim, e três outros muares no lugar João Pereira. Por aquela ocasião, Francisco Belo, conhecido por Canário, furtou por volta de 1931 e 1932, entre outros animais, um cavalo pertencente a Telesforo Onofre, e João Higino, vulgo João Gino, com Alpino de Carvalho e Manuel Zito, subtraiu da fazenda Capim três animais do padre João Onofre e dois burros do senhor Sergio Mota, no lugar Várzea da Cruz, bem como um cavalo pertencente a Severino Honorio. Já Manuel dos Prazeres, também citado como Antonio do Carmo ou Antonio Grande, denunciado como pessoas distintas, teria furtado em 1931 uma burra no lugar Jacú e entregue para que José de Souza vendesse pela importância de 180\$000 (cento e oitenta mil réis). Informavam os autos que, na companhia de Altino Gomes, Manuel Aquilino Filho teria tirado, no mês de maio de 1933, três animais do

termo de Alagoa Grande, e que Olimpio da Costa Neiva, vulgo Macaco, havia furtado do cercado de João Sobral, próximo à cidade, em dias de 1932, dois burros e uma burra, bem como outros três equídeos do lugar Jacú, cujos nomes não se teve notícia.

Constavam igualmente na lista de processados o nome dos cúmplices daquela quadrilha, sem o apoio dos quais por certa não haveria tão destaca eficiência. José Francisco de Souza permitiu que Alpino, João Luiz, Julio Grande e outros se reunissem em sua residência, no lugar Jaçú, e comprou por volta de dez animais furtados em 1931, confessando também ter apanhado alguns dos equídeos furtados quando encontrou com os ladrões na cidade, tendo se dignado a vender alguns burros furtados por Manuel dos Prazeres e Antonio Grande. Enquanto isso, João Luiz e Altino Gomes encontraram guarida na propriedade de Joaquim Morais da Silva, o qual também comprou animais roubados em Pilar. Francisco Soares Pereira recebeu em sua residência Severino Guerra, Alpino, Manuel Zito e Manuel Vicente, e adquiriu animais furtados, já Severino Pereira de Almeida Guerra comprou a João Luiz, em Alagoa Grande, dois animais sabendo que tinham sido roubados, permitindo ainda o pouso e a reunião da quadrilha em sua casa.

Manuel Malaquias de Carvalho adquiriu a Luiz dos Prazeres uma burra roubada pela quantia de 40\$000 (quarenta mil réis) e João Soares da Costa, sogro de Alpino de Carvalho, o acoitava desde 1931 em sua casa, ocultando ladrões e cavalos furtados em uma gruta próximo à sua residência. Noticiava o processo que laços fortes de solidariedade uniam Severino Cezario, conhecido por Severino Venerando, aos membros da quadrilha, a ponto de tal sujeito fornecer recursos para a soltura dos comparsas presos pela polícia. Enfim, Fernando José Rosa, cujos antecedentes eram ditos reprováveis, comprou uma burra castanha do gatuno João Luiz ou João do Norte no lugar Gindiroba pelo preço de 70\$000 (setenta mil réis). O processo findou sentenciando todos à cadeia pública, mantendo os que já estavam presos no cárcere e expedindo mandatos aos demais<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup>O processo em questão correspondeu ao juízo singular da comarca de Alagoa Grande, referente

Alcançada a década seguinte, o poder da famigerada quadrilha de ladrões de cavalos começou a se esvaír. Em primeiro de agosto de 1940, Oliveiro José Barbosa, vulgo Oliveiro Figueiredo, conduzia, na companhia de um primo menor de 18 anos, um cavalo que havia furtado de José Gonçalves, no lugar Ingá, da comarca de Guarabira, para Sapé. Contudo, no meio do caminho, os dois bandidos encontraram o menor Severino Gonçalves da Silva, de 15 anos, que ia transportando uma carga de galinhas para vender. Acontecia que o referido garoto era sobrinho de José Gonçalves e não demorou a reconhecer o animal de seu tio. Certos de que o encontro havia de causar-lhes sérias consequências, os dois sequestradores puseram termo à vida do vendedor de poedeiras.

A consumação do assassinato se deu algumas léguas mais adiante, quando passavam pelo lugar Fundo do Vale, no qual a estrada se apresentava erma e deserta, desfechando-se alguns tiros contra a vítima que morreu de imediato, tendo sido ainda furtado na quantia de 3\$000 (três mil réis) e escondido no mato. A polícia só conseguiu encontrar o corpo três dias depois, já em avançado estado de decomposição, mas decerto não conseguiria chegar adiante nas investigações caso as coincidências não estivessem presentes à cena do crime. Poucos dias depois do acontecido, um dos membros da quadrilha de ladrões de cavalos, João da Monta, desfechou contra Oliveiro um tiro no rosto por questões de pequena importância, provocando a revolta do ofendido que decidiu confessar à autoridade policial todos os crimes que havia cometido com a indicação dos companheiros, historiando os pormenores dos assassinatos e furtos que ocorreram na região, a exemplo do casal de burros roubados no lugar Aerial, da comarca de Itabaiana, e um outro pertencente a João Meireles em Sapé. Na sequência do julgamento, o réu confesso foi condenado à prisão simples por trinta anos, acrescida de uma multa de 20% sobre o valor dos animais e da taxa penitenciária de 20\$000 (vinte mil réis) <sup>94</sup>.

---

aos meses de novembro e dezembro de 1933. Consultado na Revista do Fôro, v.XXIX, fascículo 3º e 4º, novembro e dezembro/1933, p.204-216.

<sup>94</sup>O processo em questão correspondeu à apelação criminal n.176, referente aos meses de agosto a

A força da quadrilha de ladrões de cavalos tomou tais proporções que ainda em 1949 um crime teve sua autoria atribuída a ela. Foi sentenciado na comarca de Mamanguape, sob apelação da Justiça Pública, o tenente Sebastião Salustiano Serpa, que na companhia de terceiros teria assassinado Nicoláu Avelino de Araújo, conhecido pelas alcunhas de Nico e Zezinho, e José Hermínio de Andrade, chamado José Janoca, fato que teria acontecido na segunda quinzena do mês de agosto no lugar Capim Azul. Submetido a julgamento, o júri absolveu os réus. Ao que indicam os autos, o crime fora recebido com revolta na tribuna e na imprensa tanto no estado como fora dele, alegada a barbárie com a qual este fora cometido a julgar pela forma como foram encontrados os cadáveres *a posteriori*, em um dos quais um testículo fora extirpado e o outro esmagado, não restando dúvida da participação da polícia na sua execução. Chegado ao Tribunal de Justiça da Paraíba, o processo teve como desfecho o provimento do recurso pela reavaliação da sentença<sup>95</sup>.

O *métier* do grupo de ladrões se espraiava sobre o mundo rural com todas as ferramentas conhecidas da tradição camponesa ou apresentadas pela modernização que se anunciava na medida em que elas estavam disponíveis. Observe-se a mercadoria preferida do bando: os cavalos, as éguas e os muares. Em certo sentido, o furto de tais equídeos constituiu uma marca da quadrilha, espalhando a sua fama pelos confins do mundo rural e autorizando a identificação dos crimes de sua autoria tão logo do desaparecimento de quadrúpedes como aqueles. A frequência com a qual animais eram furtados das propriedades decerto era bem maior do que as possibilidades da referida gangue dominavam. Esse aspecto, no entanto, conferia ainda maior vulto à ação dos ladrões, permitindo a incorporação de um capital simbólico ainda maior do que aquele que de fato eles teriam alcançado.

Os homens e as mulheres que habitaram o mundo rural quando daquela temporalidade bem sabiam o valor que possuía um mito, era ele que espalhava o medo

---

setembro de 1941. Consultado na Revista do Fôro, n.46, agosto a setembro/1941, p.186-188.

<sup>95</sup>O processo em questão correspondeu à apelação criminal n.3.632, referente aos meses de janeiro a dezembro de 1957. Consultado na Revista do Fôro, n.65, janeiro a dezembro/1957, p.221-223.

em toda a população alcançando o respeito de proprietários de terra e moradores. É possível inferir que os chefes políticos possuíam considerável poder para barrar a ação de sujeitos como aqueles, dados os rastros dos seus conhecimentos e a sua força de articulação de exércitos particulares e do efetivo estadual. Um empreendimento como aquele, no entanto, não só dispenderia muito mais energia do que valia a pena levar adiante como também corporificava uma história conhecida daqueles sujeitos e própria à economia de suas relações, que se alastrava pelas matas, fazendo parte do cenário cultural dos moradores do campo.

As razões que levaram cavalos, éguas, burros e burras à preferência do bando, porém, decerto ultrapassam os limites daquela marca. Os referidos mamíferos possuíam a destreza de encampar longas distâncias em considerável velocidade, valiosa entre aqueles que traziam por deferência as longas campanhas pela vastidão do mundo rural. Os equídeos em tudo interessavam aos ladrões, eles possuíam considerável procura da clientela clandestina e favoreciam a fuga, facilitando o deslocamento do grupo pelas matas afora e seus consequentes esconderijos, propósito que o gado dificultaria enormemente vista a sua lentidão, o menor controle sobre a rota que ele estabelecia e a clientela mais abastada que em geral ele capitalizava.

Apesar de estabelecido esse cenário, tratava-se de uma quadrilha de ladrões de cavalos. A todo o tempo foi essa a denominação que a documentação usou para descrever os bandidos em questão. Resta saber por que razão os equinos foram favorecidos em relação aos muares, que atendiam às preferências da quadrilha nas mesmas proporções. O conceito dos cavalos possivelmente colocava-o acima dos burros em razão de seus atributos físicos. Contudo, há que se questionar a tradução desse valor simbólico em termos de utilidade. Mais valoroso no imaginário popular, o cavalo perdia feio em funcionalidade, vista a habilidade dos muares para levar cargas, o que era destacadamente mais importante para os camponeses e as camponesas, *vide* os preços que ambos possuíam nas feiras: um cavalo de sela poderia ser comprado por 500\$000 (quinhentos mil réis) enquanto o burro de sela poderia variar de 400\$000

(quatrocentos mil réis) a 900\$000 (novecentos mil réis), já o burro de carga chegaria a 300\$000 (trezentos mil réis), números referentes ao município de Cajazeiras (PARAHYBA-AGRICOLA, out.1922, p.25). O cavalo era um animal nobre e para nobres, ele servia mais como transporte rápido de pessoas que como apoio no trabalho agrícola. Não restava dúvida, porém, que cavalos, éguas e muares estavam no topo dos valores que um animal domesticado no universo agrário conseguia alcançar, depois deles viria o gado, cuja variação de atividade mais cara alcançaria o teto de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis).

A propriedade dos animais era atestada pelas marcas dos seus donos, feitas no pelo dos animais pelo ferro em brasa. O gado era criado solto pelos sertões nordestinos, e, lembrava Euclides da Cunha (2009, p.102), “ferrados em junho, os garrotes novos perdem-se nas caatingas, com o resto das malhadas”. Caso se perdessem em campo, completava o autor, os vizinhos também saíam à procura, até que o boi, o touro ou a vaca fosse encontrado e levado de volta aos domínios de seu senhor. Conhecidas ao largo daqueles mundos misteriosos, portanto, as marcas possivelmente foram um problema para os ladrões e os compradores. Mas é provável que essa lógica, traída pela cumplicidade dos senhores e moradores da região, atendessem a algum princípio de justiça social que de alguma forma o grupo permitia.

Os salários dos trabalhadores rurais sem qualificação profissional específica alcançavam, em 1922, conforme quadros dispostos em vários números da revista *Parahyba-Agrícola*, valores que variavam de 1\$000 (mil réis) a 3\$000 (três mil réis) por dia. Com esse saldo, seria necessário trabalhar quase metade do ano, desconsiderando todas as outras despesas, para alcançar o valor de um burro ou de um cavalo. Ponderado que o valor mal dava para comprar o necessário para a alimentação, tornava-se muito difícil que um agricultor ou agricultora comuns conseguissem comprar um daqueles animais por vias legais. Nesse sentido, os animais vendidos por 70\$000 (setenta mil réis) ou 180\$000 (cento e oitenta mil réis) pela quadrilha viabilizariam a democratização dessa propriedade, apregoando um senso de justiça

que superava a lógica inscrita pela instituição estatal.

A longevidade da quadrilha de ladrões de cavalos disse muito do momento no qual ela se estabeleceu, e da lógica social dos tempos sobre os quais ela se espalhou. A fragmentação do grupo favorecia a sua sobrevivência em um cenário no qual a força policial mostrava maior eficiência. Os sequestradores de animais, afinal, vez por outra eram presos, mesmo que diante de circunstâncias que permitissem a facilitada libertação dos mesmos indivíduos *a posteriori*. Essa mesma fragmentação, contudo, não seria possível algumas décadas antes. Em certo sentido, ela dependia de algumas das facilidades de comunicação que a modernização autorizava. Não há dúvida que em outros momentos as redes de solidariedade que perpassavam aquelas regiões existiram com força possivelmente superior à que se observou na sequência dos anos 1930, mas eles decerto não contavam com a velocidade por meio da qual estavam se dando àquelas novas circunstâncias, com a agilidade em angariar recursos e soltar os companheiros presos que antecederse a publicização dos casos.

Em razão da decadência do coronelismo, a década de 1930 foi um dos momentos mais profícuos à aquisição de recursos para os bandidos. Àquela oportunidade, os coronéis agiam clandestinamente pela manutenção do seu poder político nas vias institucionais, mas também naqueles tradicionais domínios que representavam a manutenção da velha ordem. A quadrilha de ladrões de cavalos não estava exatamente a favor daqueles chefes políticos como o cangaço em certa medida esteve, ela não ameaçava a ascensão do moderno, não servia à vitória de uma família sobre a outra e nem reforçava o poder de mando daqueles homens quando da invasão de uma cidade. A ação dos sequestradores de animais era uma afronta aos próprios proprietários de terras e criadores de bichos. Mas em certa medida, aquele bando se alimentava do esfacelamento do poder desses sujeitos, que em se valendo dos benefícios de comprar um ou outro equino mais barato autorizavam a ação de uma quadrilha. A propósito, a existência de canais recorrentes de furtos de cavalos e burros não faria sentido se também não houvesse uma clientela ávida por tais semoventes.

Apesar de articulados, cada ladrão do bando respondia pelos crimes de determinadas localidades, definindo certos limites de atuação onde possivelmente era conhecido dos coronéis e temido pela população geral. Contudo, a natureza dos laços que os estabelecia em espacialidades mais específicas não roubava as trilhas misteriosas de um universo paralelo ao poder público, espreado pela vastidão do mundo rural, no qual tais sujeitos se escondiam e encontravam as forças para continuar na clandestinidade. Mas também esse dispositivo foi se esvaindo com o passar do tempo. No ano de 1933, a força policial e a justiça pública já dispunham de informações consideráveis sobre as articulações do grupo, mostrando destacado serviço de inteligência e integração de informações, dispositivo que com o passar do tempo foi fechando o cerco, a começar pelas denúncias aos proprietários cúmplices, que mesmo não sendo condenados eram postos em alerta e consequente vigilância das autoridades locais, os quais já àquela altura dispunham de melhores condições para a averiguação de crimes e maior acesso ao efetivo estadual para casos de maior complexidade.

Observadas tais circunstâncias, a excepcionalidade do caso do réu confesso também deu notícia de uma quadrilha que perdia a sua força para a institucionalidade que lhe cercava. Ao denunciar o grupo, Oliveiro Figueiredo tinha ciência de sua vulnerabilidade, se ele já havia tido problemas anteriores com os outros membros do grupo, aspecto que ameaçava a sua sobrevivência quando do tiro que levou no rosto, depois das informações concedidas à autoridade policial, isso se agravava significativamente. Mas aquela aposta não foi de todo um tiro no escuro, ao se entregar para a polícia o ladrão ficava mais protegido de possíveis emboscadas. Dessa vez, a instituição judiciária contava a seu favor, como uma forma de escapar dos conflitos internos à horda. A atitude, no entanto, decerto não foi completamente planejada pelo sujeito que decidiu toma-la, ela deve ter tido a sua quota de sangue quente de quem vivera uma humilhação no seu circuito de relações. Em parte, conferida pelas condições do momento da história social, em parte pelas combinações de atitudes individuais e coletivas, o certo é que a quadrilha de ladrões de cavalos foi

perdendo força até ser levada à extinção.

Outros grupos, no entanto, subsistiram no banditismo, incorporando outras formas de agir, mas cada vez dotados de menor força e amplitude de atuação. Era o caso da quadrilha de saqueadores “Caras Sujas”. Em 1940, se tinha notícia de que já a três anos o bando atuava pelas regiões de Cariri da Paraíba e de Pernambuco, apesar de algumas acusações falarem de crimes que tiveram vez mais de uma década antes. Os ladrões tinham por hábito o uso de máscaras quando da realização dos saques. Dentre eles, os que se teve notícia foram João Pessoa da Silva, vulgo João Carneiro, condenado por ter furtado uma burra em 1937 e alguns objetos em 1935, contra José Campos e Francisco Martins dos Santos nos lugares Jardim e Mata Verde da comarca de Umbuzeiro<sup>96</sup>; Manuel Soares de Lima, Manuel Pedro da Silva e Yoyô de José Galdino, acusados de, conforme o processo em 1924, data estranha às demais evidências, podendo ser resultado de algum erro de escrita ou digitação, terem assaltado as residências de Manuel de Brito Lira e José Pereira Leôncio no lugar Olho d’Água Doce, onde com toda sorte de violência teriam roubado diversos objetos, sendo flagrados *a posteriori* na casa do velho Valdevino<sup>97</sup>; Antonio Rodrigues da Silva, vulgo Relâmpago, Pedro Vieira Filho, vulgo Pedro do Algodão, João Verissimo Filho e Antonio Xavier, vulgo Gato Preto<sup>98</sup>; bem como Manuel Valdevino de Santana, Francisco Valdevino de Santana, José Valdevino de Albuquerque e Francisco Joaquim de Santana, cujos nomes sugerem vínculos de parentesco, que foram acusados de terem saqueado diversas fazendas da região. Diziam os autos que depois da prisão de Manuel Soares de Lima em flagrante ficou mais fácil elucidar os fatos em razão da apreensão dos instrumentos do crime, dentre os quais as máscaras, os rifles e os

---

<sup>96</sup>O processo em questão correspondeu à revisão criminal n.10 da comarca de João Pessoa, referente ao mês de abril de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.34, fascículo 4º, abril/1940, p.411-412.

<sup>97</sup>O processo em questão correspondeu à revisão criminal n.21 da comarca de João Pessoa, referente ao mês junho de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.36, junho/1940, p.23-24.

<sup>98</sup>O processo em questão correspondeu à revisão criminal n.74 da comarca de João Pessoa, referente aos meses de agosto e setembro de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.38, agosto e setembro/1940, p.116.

objetos roubados<sup>99</sup>.

As estratégias das quais os Caras Sujas se valiam em seus saques traziam diferenças significativas em relação às práticas da quadrilha de ladrões de cavalos. A máscara utilizada pelos ladrões possivelmente tinha uma serventia cuja ambivalência marcava o sinal dos novos tempos: ela escondia a identidade dos indivíduos, mas expunha a marca do grupo. Mas as diferenças não paravam por aí, elas também diziam de um bando cuja ação era concentrada em uma região de dimensões mais limitadas, inscrevia a sua atividade com o apoio de um número possivelmente mais restrito de sujeitos e era levada à frente com o apoio das famílias da região, a julgar pelos sobrenomes Valdevino e Santana dos últimos acusados. Os primeiros, por sua vez, possuíam apelidos comuns aos ladrões profissionais, apresentando sujeitos que possivelmente se associaram aos chefes políticos locais para tentar manter a estrutura de poder tradicional. Enfim, o que se pode concluir é que os tempos eram outros e que a eficiência policial já estava mais destacada na década de 1940, perceba-se a limitada duração da atuação do grupo e de suas redes de solidariedade se postas em perspectiva com a outra horda.

Articulado no propósito de vencer as milícias que asseguravam a manutenção da ordem tradicional, O Estado-Nação tratou de instituir um valor menor ao seu *outro*. Quando da constituição dos documentos oficiais ou da montagem das notícias que publicavam os feitos desses grupos na imprensa não faltavam nomes e adjetivos como *facínoras, desordeiros, terríveis, agitadores, arruaceiros, delinquentes, malfeitores, marginais*, entre outros, cujo propósito era evidentemente desqualificar e diminuir a importância que possuíam no cenário político da época. Havia ainda conceitos que homogeneizavam os ladrões em torno de uma mesma categoria, como se fossem todos *cangaceiros, jagunços, saqueadores e capangas*. Contudo, nenhum desses termos atendeu tão bem ao propósito global de afirmação da ordem nacional como *bandidos*:

---

<sup>99</sup>O processo em questão correspondeu à revisão criminal n.44 da comarca de João Pessoa, referente ao mês de outubro de 1940. Consultado na Revista do Fôro, n.39, outubro/1940, p.34-35.

seriam assim diagnosticados inimigos do poder público, destruidores da propriedade privada, alheios ao trabalho.

As armadas estatais com certeza serviram bastante para a vitória pública sobre o banditismo, mas nenhuma ferramenta munida desse propósito foi tão importante quanto a imprensa, com a afirmação de outra versão sobre as suas redes de atuação, desmerecendo os mitos que os constituíam e colocando em seu lugar um valor degenerado. Com o passar dos anos, a atuação de quadrilhas como aquelas foram se tornando cada vez mais espaçadas e dotadas de maiores dificuldades de articulação. O banditismo aos poucos ia saindo de cena, mas não sem deixar seus rastros pelo caminho. Um ou outro grupo às vezes ainda se aventurava em crimes como aqueles, mas, antes de tudo, um número crescente de indivíduos começou a aparecer na cena geral cometendo crimes isolados, destituídos de vínculos com chefes políticos, outros ladrões ou qualquer dos canais que moviam aquelas extensas redes de solidariedade. Os ventos eram outros, dados a outra lógica para o estabelecimento da ordem social e, por consequência, de novas formas de burlá-la.

Algumas décadas mais tarde, em princípios do século XXI, espalharam-se pelos jornais nordestinos as notícias dos inúmeros casos de assalto a agências bancárias. Os casos, comumente arquitetados em grupo, tinham por instrumentos carros roubados e armamento pesado, os quais eram usados para invadir os citados estabelecimentos em dias de pagamento dos aposentados ou funcionários das prefeituras das cidades do interior do estado, e terminavam com a fuga pelas estradas do mundo rural, onde os grupos se perdiam por muito tempo, até que a polícia conseguisse alcançá-los ou perdesse definitivamente o seu rastro.

Entre as duas temporalidades, muitas mudanças puderam ser observadas, a começar pela precisão dos passos que os ladrões tiveram de articular para concretizar os assaltos e dos rastros que tiveram de apagar em suas fugas, sem contar os poucos donos de terra que dariam guarida a grupos como esse. Mas muitas permanências também puderam ser observadas, como as oportunidades nas quais os crimes se

estabeleceram e, sobretudo, quanto ao uso desses pretensos vazios demográficos nos quais o mundo rural se deixou representar, constituindo as ferramentas que a gente camponesa usaria em seu cotidiano.

## Referências

- A União*. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1932-1962.
- Parahyba-Agrícola*. Parahyba, PB: Parahyba-Agrícola, jan. 1922 - jul./ago. 1923.
- Parahyba Agrícola*. João Pessoa, PB: Parahyba Agrícola, jul. 1932 - jul./ago. 1932.
- Paraíba Agrícola*. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, jul. 1953 - jan./dez.1959.
- Revista do Fôro*. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, set. 1931 - jan./abr. 1935.
- Revista do Fôro*. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, jan. 1940 - jul. 1943.
- Revista do Fôro*. Recife, PE: Imprensa Industrial, jan./jun. 1944 - jul./dez. 1945.
- Revista do Fôro*, João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1957 - 1961.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. In: CUNHA, Euclides da. **Obra Completa**. Organizado por Paulo Roberto Pereira. 2 ed. São Paulo, SP: Nova Aguilar, 2009[1901]. 2v.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Traduzido por Donaldson M. Garschagen. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **História do Cangaço**. 5 ed. São Paulo, SP: Global, 1997.
- MELO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5 ed. São Paulo, SP: A Girafa, 2012.

# O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E A EUROPA: O ACORDO MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA, UM RETROSPECTO DE UMA NEGOCIAÇÃO AINDA NÃO CONCLUÍDA.

Rodrigo Cássio Marinho da Silva<sup>100</sup>

Artigo recebido em: 23/03/2016

Artigo aceito em: 26/05/2016

## Resumo:

O presente artigo trata das implicações da política de subsídio europeia e as consequências para o Mercosul e seu processo de integração. O texto está assim dividido: em primeiro plano, está a do sentido de integração entre Mercosul e UE, com destaque para os países do Mercosul. A seguir, apresenta um histórico sobre as relações entre o Mercosul e a UE e um comparativo da formação dos dois, assim como as assimetrias quanto ao modelo adotado. Em seguida, concentra-se no destaque desempenhado pelo Brasil como “potência emergente”, nas negociações no mercado de grãos e pelo fim dos subsídios. Ao apontar os cenários que compõem a implementação do acordo, dando atenção ao mercado de grãos, uma vez que a relação

---

<sup>100</sup>Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor do livro “O Mercosul em foco e sua organização jurídico-institucional em seu processo de formação” pela Editora Multifoco. 2011. Atua como professor docente de Filosofia, História e Sociologia na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro, participante do grupo do LIEDH – Núcleo de Linguagem e Estudos da História da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [rodrigomarinho152@gmail.com](mailto:rodrigomarinho152@gmail.com)

“Norte-Sul” tem relevância dentro do desenvolvimento das negociações entre os blocos. Por fim, um breve desenvolvimento do comércio mundial a partir da criação do GATT em 1947 e da Rodada de Doha em 2001, que pode contribuir para a conclusão desse acordo envolvendo blocos regionais ou países em desenvolvimento ou emergentes. O acordo entre os blocos pode se tornar concreto à medida que as assimetrias existentes entre ambos possa ser eliminada no tocante a política de subsídios? Abordando a perspectiva teórica baseada no funcionalismo de David Mitrany, que tem como proposta de integração regional o compartilhamento de soberania e responsabilidades entre os Estados, desenvolvida durante o período entreguerras de 1919-1939, e na interdependência complexa de Joseph Nye e Robert Keohane, desenvolvida em fins da década de 1970, a partir do fundamento de que as relações entre atores estatais e não-estatais seriam de dependência, junto a organizações transnacionais e blocos econômicos.

**Palavras-chave:** Mercosul – Política de subsídios – União Europeia.

**Abstract:**

This paper addresses the implications of European subsidy policy and the consequences for Mercosur and its integration process. The text is divided as well: in the foreground, is the approach towards the integration between Mercosur and the EU, especially the Mercosur countries. The following tables provide a background on relations between Mercosur and the EU and a comparison of the formation of the two, as well as the asymmetries on the model adopted. Then focuses on the prominence played by Brazil as "emerging power" in negotiations in the grain market and by the end of subsidies. Points out the scenarios that make up the implementation of the Agreement by giving attention to the grain market, since the relation "North-South" has relevance in the development of negotiations between the blocks. Finally, a brief development of world trade from the creation of the GATT in 1947 and the Doha Round in 2001, which can contribute to the conclusion of this agreement

involving regional blocs or developing or emerging countries. The agreement between the blocks can become concrete measure that the existing asymmetries between the two can be eliminated with regard to subsidy policy? Approaching the theoretical perspective based on complex interdependence of Joseph Nye and Robert Keohane, developed in the late 1970s, from the foundation of the relations between state and non-state actors would be dependency, along with transnational organizations and economic blocs.

**Key-words:** Mercosur – Subsidy policy – European Union.

\* \* \*

## Introdução

Este trabalho tratará do sentido da integração regional para a Europa e a América Latina, e o contexto em que se deu para ambos, o breve histórico das relações entre os respectivos blocos econômicos, seus respectivos modelos de integração regional, o papel que o Brasil tem desempenhado na qualidade de líder regional na negociação envolvendo a política de grãos Europeia, e por fim, os cenários envolvendo um possível acordo entre o Mercosul e a União Europeia, e os seus desdobres.

A metodologia tem como base o caráter dedutivo, uma vez que a impossibilidade da conclusão do acordo se deve as assimetrias existentes entre os respectivos blocos, tal como foram constituídos e os contextos em que se tornaram efetivos na condição de blocos econômicos atentando as suas limitações como um todo.

## O sentido da integração regional na Europa e América Latina.

A palavra “*integração*” normalmente consegue que se associe o termo, ao estímulo de objetivos e características comuns que levam a estabelecer relações de inclusão, cooperação e participação. Fica difícil, também, não a associar a laços de interdependência, harmonia, adaptabilidade e unidade. Com isso se quer dizer, que pensar em integração unidimensionalmente é se arriscar a simplificar sua complexidade, menosprezando as múltiplas relações e implicações, que ela comporta em seu próprio sentido.

Lançaram-se, então, na aventura de aduzir com benéfica ou maléfica a integração de comunidades e sistemas políticos sem saber, a ciência certa móbil que lhe deu origem é criar polêmicas, que só o tempo tem privilégio de mostrar. Da mesma forma, calcular as conseqüências mediatas e futuras, dos processos de integração nos planos políticos, jurídico, econômico, trabalhista, cultural e ambiental, além de resultar dispendioso, dependerão do prisma de observação utilizado para tal fim, que nem sempre está comprometido a revelar a realidade com veracidade.

A integração será abordada em duas perspectivas: ora enquanto estado, ora enquanto processo, em razão de que estes enfoques estão estreitamente ligados e não se excluem. Igualmente se fará referência a dois modelos de integração regional que têm como base o mercado comum. Por uma parte o Mercosul (integração interestatal) e pela outra a União Europeia (integração supranacional), onde nos dois casos a palavra integração adquiriu significados diferentes, que convertem num enigma. (ARAÚJO et MARTINEZ, 2005, p. 1-2)

O outrora todo poderoso Estado-nação soberano parece não mais responder, enquanto organização política ótima, à entente desejada pelos povos. A revolução telemática do último quartel do século passado precipita o fenômeno de interdependência, que se inicia após a queda das potências do Eixo, em uma dinâmica

cada vez mais complexa. Norbert Elias indica que “parto ut dans le monde, lès tribus perdent leur fonctionauto nome d’unités de survie (...) De nombreux Etats perdent dans la foulée de l’intégration croissante une large part de leurs ouveraineté”.

David Mitrany, em cima do fracasso da Sociedade das Nações, desenvolve o paradigma funcionalista, ancorando-o numa perspectiva utilitarista, onde o político se acha subordinado ao técnico, e onde o Welfare State, sobrecarregado, transfere parcelas limitadas de sua competência a instituições transnacionais. Paul Taylor assim resume o pensamento funcionalista de Mitrany: *“(Man) can be weaned away from his loyal tyto the nation state by the experience of fruit ful international cooperation; international organization arranged according to the requirements of the task (can) increase welfare rewards to individuals beyond the level obtain able within the state. Individuals and groups could begin to learn the benefits of cooperation... creating interdependencias (and) undermining the most important bases of the nation state”*. Mitrany inova, dessa maneira, lançando conjecturas sobre uma nova forma de gerenciamento do poder soberano (MEDEIROS, 2002, p. 4-5)

De acordo com Martínez et Araújo (2005, p. 7):

A complexidade de um processo de integração por implicar custos, tempo e alterações estruturais, exige uma diretriz de planejamento que contemple, amplamente aspectos sociais, além dos econômicos.

Como qualquer empreendimento organizacional é necessário que os objetivos da integração respondam as perguntas como o que, para que, como e quando integrar.

Ter clareza sobre esses aspectos pode fazer uma diferença entre a tênue linha do sucesso e do fracasso de um processo de integração. Integrar unidades estatais diferentes num determinado contexto requer, ademais da vontade de conformar alianças econômicas, ponderar as imensas dificuldades para construir uma ordem jurídica que unifique harmoniosamente as normas sem que o sentido de soberania seja afetado.

Cada etapa do processo requer planejamento e controle, adequações e ajustes de índole política e social que nem sempre as entidades nacionais estão dispostas a ceder. Além do mais, existem as consequências sócio-histórico-culturais que são amplamente afetadas neste processo.

Comparar o processo de integração da União Europeia e do Mercosul é amplamente assimétrico, enfrentar um quadro, tanto nas características, condições e interesses, ou seja, é lidar com diferenças tanto nas dimensões,

como no grau de integração. Contudo, a comparação faz-se necessária, já que foi no modelo europeu, que o Mercado Comum do Sul se inspirou.

No rastro de David Mitrany, Ernst Haas prolonga a reflexão sobre o funcionalismo, introduzindo a necessidade de criação de instituições supranacionais formais, aptas a enquadrar e estimular o *spill over*. Esse estímulo é perpetrado pela ação de um órgão dotado de supranacionalidade representativa, que no caso da União Europeia é incarnado pela Comissão. Além disso, se as instituições comunitárias almejam uma dinâmica eficiente, elas devem aplicar o voto por maioria em seu processo de tomada de decisões.

Haas define a integração como “ *the process where by political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations and political activities towards a new and larger center, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states*”. Uma vez as instituições edificadas e o processo em marcha, a integração induz o declínio da soberania estatal, levando à sedimentação de um novo espaço público, de novas lealdades, de um novo imaginário sociopolítico.

Todavia, o impulso transnacionalista que marca *Les Trente Glorieuses* reduz-se consideravelmente a partir do primeiro choque do petróleo em 1974. Igualmente, o paradigma europeu de integração sofre alguns revezes importantes, como a crise da *chaise vide* e o subsequente *arrangement de Luxembourg*, que salientam as dificuldades de implementação dos princípios de integração. A integração regional não progride mais como imaginado, pois os diferentes Estados nela implicados se encontram atrelados a lógicas que ultrapassam a arena europeia.

Verifica-se, então, um retorno parcial e gradual às premissas realistas, que se galvanizam através da noção de interdependência complexa concebida por Robert Keohane e Joseph Nye. Eles constatam uma multiplicação das interações internacionais mas, ao mesmo tempo, observam que há uma distinção clara entre

relações políticas – que incluem a possibilidade de recurso à força - e transnacionais – onde ao menos um dos atores presentes não é um agente governamental.

Essas interações múltiplas se dividem em quatro categorias: informação, comércio de mercadorias, fluxos financeiros e livre circulação de pessoas e idéias. Introduzindo, posteriormente, os conceitos de *sensitivity* – medida a curto prazo – e *vulnerability* – medida a longo prazo – Keohane e Nye rompem com a dicotomia milenar entre política interna e externa. A interpenetração crescente das atividades transforma a fronteira numa isóbara política mais permeável, onde processos osmóticos violam o hermetis mode outrora. (MEDEIROS, 2002, p. 5)

A integração regional se ergue, então, na intenção de atenuar uma dupla defasagem. Primeiro, aquela entre o econômico e o político, através da constituição de um poder soberano supranacional capaz de impor limites à lógica global, mercantil e financeira do livre mercado. Segundo, a defasagem entre, de um lado, o político-econômico e, de outro, o social, através da criação de um habitus apto a organizar novas práticas, atitudes e anseios do homem do terceiro milênio. Ela se constrói, assim, numa tentativa de interferir na lógica da *international governance*, caracterizada pela imbricação complexa de regimes múltiplos.

Balassa (1973) propõe que se defina integração econômica como um processo e uma situação. Como processo, implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados. Como situação, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais. Contudo, na interpretação dessa definição, deve-se distinguir a integração da cooperação. O processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação, ao passo que o de cooperação inclui uma ação que tende a reduzir a discriminação.

Pode-se afirmar que o principal objetivo dos acordos e processos de integração consiste na criação de mercados maiores, eliminando obstáculos aos fluxos de

mercadorias, fatores e serviços entre países, nos moldes da teoria clássica, onde os mercados maiores operam com maior eficiência que os menores.

De acordo com Ellsworth (1978), entre os mecanismos para efetivar a integração econômica estão: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica.

Na zona de livre comércio, primeira fase de integração entre os países, ocorre à eliminação das tarifas entre os membros, ou seja, é negociada uma zona de livre circulação de bens entre os membros participantes; contudo, deixa que o nível de direito aplicado aos não membros seja determinado individualmente. A união aduaneira, segunda fase da integração econômica, caracteriza-se por adotar uma tarifa uniforme contra o não participante, enquanto elimina todas as restrições comerciais entre seus membros. A terceira forma de integração é o mercado comum, na qual estão incluídas as disposições anteriores, além da abolição das restrições ao investimento interno, ao capital e ao trabalho. Por fim, há a união econômica, que, além das disposições anteriores, implica a adoção de políticas macroeconômicas uniformes com banco central e moeda únicos.

O movimento para atingir a integração econômica mediante a formação de blocos regionais ganhou considerável impacto nas últimas décadas. Os acordos comerciais ganharam força, mas não em níveis mundiais e sim em termos regionais. Além da consolidação da União Europeia, que se constitui na maior experiência de integração já verificada, a criação de outros blocos regionais, como o NAFTA e o MERCOSUL, deixou clara a trajetória que a política comercial internacional vem seguindo.

Entretanto, a opção pela formação desses blocos comerciais regionais vem dando margem a uma série de discussões a respeito dos benefícios e malefícios que acordos dessa natureza podem trazer para o bem-estar mundial. Segundo Södersten (1979), os prováveis ganhos num acordo de liberalização comercial, em termos de

melhoria nas condições de bem-estar, ocorreriam se os parceiros não fossem realmente competitivos, mas potencialmente complementares.

Na ausência de tarifas sobre o comércio entre os membros de um bloco, novas fontes descumprimento abrem-se dentro deste, ocorrendo à substituição de velhas fontes por outras novas.

Essa substituição pode ocorrer de duas formas:

- a) O novo suprimento interno poderia substituir a produção doméstica de alto custo, até então sustentada pela tarifa de um membro. Dessa forma, onde não havia comércio internacional, ele seria criado. Essa criação de comércio resultaria em aumento na eficiência da produção mundial, que seria maior, uma vez que ocorreria crescimento da produção dentro do bloco, sem qualquer diminuição compensatória em outro lugar.
- b) O novo suprimento interno no bloco poderia, entretanto, substituir as importações de uma fonte estrangeira mais barata, desviando o comércio de uma fonte mais barata para uma mais cara. Esse desvio de comércio reduziria a eficiência da produção mundial, visto que, para produzir a mesma quantidade anterior, deveria ser usado maior volume de recursos.

De acordo com Carvalho e Parente (1999), os ganhos de criação de comércio são diretamente relacionados às tarifas antes impostas aos parceiros e ao volume de comércio inicialmente verificado entre esses países. Do mesmo modo, os efeitos de desvio de comércio serão maiores quanto maiores forem às tarifas impostas aos países não membros. Por conseguinte, a possibilidade de substituição entre os produtos domésticos e os importados e entre os produtos importados de diversas procedências irá determinar os efeitos de criação e desvio de comércio, respectivamente.

A abordagem utilizada por David Mitrany levando em consideração a sua perspectiva de teórico funcionalista, ao enquadrar os processos de integração regional

ao instigar a necessidade de instituições supranacionais formais, a exemplo da União Europeia e sua respectiva Comissão, com capacidade de enquadrar, criar e estimular procedimentos para que haja o chamado *spill over*, ou “derramamento” no jargão internacionalista.

No âmbito da abordagem de Keohane e Nye, a questão que envolve a interdependência complexa, há a constatação de que o aumento das diversas formas de manifestações internacionais não podem ser exercidas somente por atores estatais, englobando, atores que não são necessariamente estatal ou governamental no contexto das relações internacionais.

Por fim, é claro e notório que o processo de integração regional pode resultar em um processo custoso para todos aqueles envolvidos por questões que podem variar desde o planejamento até mesmo aspectos que podem mudar com base em iniciativas sociais, econômicas, culturais, ambientais e até mesmo jurídicas.

### **Do GATT a Rodada de Doha: a trajetória do Comércio Internacional na virada do século.**

O comércio internacional vem passando por profundas transformações nos últimos anos. Em 1947, ano em que o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) foi assinado, a fração de mercadorias exportada representava apenas 7% do total da produção mundial. Em 2001, quando a Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC) foi lançada, mais de um quarto da produção mundial era transacionada internacionalmente. Entre 1947 e 2001, o volume de comércio tornou-se aproximadamente 22 vezes maior, englobando serviços além de commodities e produtos manufaturados. Paralelamente ao grande aumento nos fluxos comerciais nas últimas décadas, observou-se a gradual fragmentação e dispersão da produção industrial, gerando novas dinâmicas de trocas internacionais intra e entre empresas.

Durante os dez anos de negociação da Rodada Doha (2001–2011), essas mudanças na estrutura do comércio internacional tornaram-se ainda mais evidentes, impulsionadas pela consolidação de países emergentes como proeminentes atores no cenário de comércio global, com destaque para a China. (CESAR et SATO, 2012, p. 174)

O atual sistema de liberalização do comércio internacional começou logo após a Segunda Guerra Mundial, com a assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), em 1947. Depois do GATT, as negociações multilaterais sobre a liberalização do comércio internacional passaram a ser feitas na forma de “rodadas” [Ver Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio]. Cada rodada durava alguns anos e tinha uma agenda específica para cumprir. A Rodada do Uruguai foi a última do sistema GATT e criou a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. (BADARÓ, 2007, p. 1)

Desde 1995, as negociações da OMC têm aprofundado o tradicional *gap* entre as posições do Primeiro e do Terceiro Mundo. Enquanto o Terceiro Mundo incrementou as pressões para a abertura dos mercados agrícolas, depois das concessões efetuadas no setor industrial no âmbito da Rodada Uruguai do Gatt, o Primeiro apresentou uma nova proposta de liberalização nos moldes da agenda de Cingapura para a abertura de bens e serviços. Em 1999, a Rodada do Milênio deixou bastante clara esta paralisia e o crescimento dos movimentos antiglobalização e suas alianças instrumentais com grupos protecionistas nos países desenvolvidos. A violência dos protestos em Seattle e a ausência de resultados colocou em xeque o futuro da OMC. Porém, em 2001, em Doha, a Rodada do Desenvolvimento veio a substituir a do Milênio.

Realizada sob a sombra dos atentados de 11 de setembro aos EUA, Doha foi caracterizada por uma relativa boa vontade norte-americana em lançar o processo negociador, visando capitalizar apoio para a Guerra Global contra o Terror (GWT). As negociações da OMC, associadas à operação empreendida no Afeganistão (2001),

foram utilizadas pela presidência George W. Bush, que tomara posse em janeiro daquele ano, e pendia ao unilateralismo, como uma demonstração de que não havia abandonado o multilateralismo. O “viés multilateral” foi breve, e somente no segundo mandato (2005 em diante) poderá ser observado uma tentativa de matizar estas ações devido às crises geradas pela Doutrina Bush (2002) e Guerra do Iraque (2003). Em Doha, mais uma vez, os resultados foram escassos. (PERCEQUILO, 2008, p. 140)

Os bens agrícolas não tinham seu comércio regulamentado pelo GATT.

Assim, a Rodada do Uruguai foi uma oportunidade para os países em desenvolvimento conseguirem a liberalização do comércio na agricultura, em que eles são mais competitivos que os países desenvolvidos.

A inclusão do comércio de bens agrícolas no sistema GATT não foi fácil, uma vez que também estavam em pauta dois temas que eram do interesse dos países desenvolvidos: propriedade intelectual e serviços, que também não estavam incluídos no GATT. O comércio de serviços ainda não era significativo na década de 1940, mas à época da rodada eles haviam adquirido uma importância muito maior, sendo que os países desenvolvidos eram, em geral, exportadores de serviços. A questão da propriedade intelectual era importante para os países desenvolvidos porque eles são os maiores produtores de tecnologia, e queriam que existissem mecanismos que protegessem suas inovações tecnológicas. (BADARÓ, 2007, p. 1)

Em estudo publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Bonaglia e Goldstein (2007) fazem referência à existência de “uma nova geografia do comércio internacional” ligada ao rápido avanço da globalização dos processos produtivos por meio das “cadeias de valor globais (CVG)”. A emergência das CVGs tornou-se viável principalmente pelos avanços nas tecnologias da informação, pelo declínio nos custos de transporte e pelo surgimento de novas formas de organizar a produção, fazendo surgir conceitos como “produção modular” e “manufatura flexível”. Para Dicken (2003), a economia global se transformou em uma “estrutura caleidoscópica e altamente complexa”, envolvendo a

fragmentação de processos produtivos e sua realocação geográfica em escala global. (apud CESAR et SATO, 2012, p. 174-175)

Durante a Rodada do Uruguai, esses temas foram usados como moeda de troca entre os negociadores: os países menos desenvolvidos abririam seus mercados para os serviços dos países mais desenvolvidos e incorporariam em suas legislações o sistema de proteção à propriedade intelectual, em troca da diminuição dos subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos.

Assim, ao final da Rodada do Uruguai, foi criada a OMC, tendo como pilares o já existente GATT, o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) e o acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). A agricultura passou a ter seu comércio regulamentado pelo Acordo sobre Agricultura (AA), uma espécie de anexo aos três acordos principais e bem menos abrangentes que os outros novos. (BADARÓ, 2007, p. 1-2)

O impacto deste processo paralisado e a ausência de concessões norte-americanas levou o governo de FHC a abrir uma série de contenciosos contra os EUA na OMC, já tendo sido conquistadas diversas vitórias em painéis referentes à soja e algodão, somente para citar alguns. Apesar disso, os EUA não mudaram suas políticas nestes e outros pontos de atrito no comércio bilateral. Situação similar se repetiu com as nações europeias, em suas políticas individuais e comuns, o que demonstrou as limitações do eixo norte das parcerias estratégicas a despeito do processo de readaptação realizado.

A mesma dinâmica marcou as negociações da Alca, processo de integração controverso tanto nos EUA como no Brasil. Apesar das tentativas de criar formatos “*light*” para o arranjo, não se conseguiu gerar um consenso que desse conta de seus desafios, das obstaculizadas negociações da OMC, dos interesses domésticos dos EUA e da conciliação com acordos regionais pré-existentes (Nafta e Mercosul). (PERCEQUILO, 2008, p. 140-141)

A desagregação e dispersão geográfica da produção gerou profundos impactos no comércio internacional. A gama de produtos e serviços que são comercializados internacionalmente se expandiu de forma considerável acompanhando o movimento de capitais e os investimentos em tecnologias que se tornaram muito mais fluidos e dispersos do que eram anteriormente (Dymond e Hart 2008). Essa dimensão do processo de globalização virtualmente eliminou a tradicional noção de que, no comércio internacional, são transacionados primordialmente commodities e produtos acabados.

Como observamos, em 2001, quando os países-membros da Organização Mundial de Comércio lançaram a Rodada Doha, esse novo cenário do comércio internacional marcado pela globalização econômica já estava em pleno vigor.

No entanto, negociadores acordaram um mandato negociador nos moldes das rodadas anteriores à criação da OMC, não levando em conta os desafios impostos pelas novas dinâmicas do comércio internacional. Dessa forma, a agenda de Doha e seu mandato revelaram-se alheios a essas mudanças e ajudam a explicar por que Doha já nasceu obsoleta. (CESAR et SATO, 2012, p.175)

As mudanças ocorridas na conjuntura do Comércio Internacional trouxeram diversas transformações no período de 1947 a 2011 que resultaram na criação da chamada “Rodada de Doha” que deu início a inclusão temas que se encontravam excluído das negociações em âmbito multilateral do comércio a exemplo da agricultura, o que beneficiou os países em desenvolvimento e os chamados “emergentes” em suas proposições junto aos países desenvolvidos, o que inclui o acordo Mercosul-União Europeia.

As limitações do multilateralismo nas negociações ficaram claras devido ao contexto que abrangia a Rodada de Doha, devido a fatores de ordem unilateral que colocou os Estados Unidos como “epicentro” com um unilateralismo cada vez mais presente em razão dos atentados de 11 de setembro e dos eventos que resultaram na Guerra do Iraque, que coincidiram com o começo das primeiras negociações.

Por fim, a inclusão de temas até então desconsiderados levando-se em questão os interesses dos países em desenvolvimento e emergentes, como a liberalização do comércio agrícola, oportunidade iniciada na Rodada do Uruguai, área que torna esses países mais competitivo do que países desenvolvidos e cria um ambiente de negociação favorável para implementação de acordos entre países e blocos regionais.

### **Um histórico sucinto das relações entre a União Europeia e Mercosul e alguns impedimentos para a conclusão de um acordo.**

A União Europeia tenta cristalizar, a partir da segunda metade do século XX, esforços pioneiros no sentido de se reapropriar da utopia transnacionalista que marca a história das relações internacionais. Com as mentes ainda profundamente impregnadas pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, divisando num horizonte próximo a ameaça da Guerra Fria e desejando estabelecer meios que possam impedir a eclosão de novo conflito bélico, os tomadores de decisão da Europa Ocidental se resignam a conceber um processo institucional de integração regional calcado num exercício de soberania dividida. (MEDEIROS, 2002, p. 6-7)

Na União Europeia, com o Tratado de Roma, previu-se expressamente a necessidade de harmonizar as legislações nacionais, para o funcionamento do mercado comum e o texto do Tratado cria para uma determinada área territorial, as relações jurídicas destinadas à formação comum de cunho econômico. Seu equivalente para o Mercosul é o Tratado de Assunção, que prevê, igualmente, a necessidade de adequar as normas jurídicas dos países membro. Sabe-se, porém, que a procurada harmonização, ainda está por concretizar.

A UE optou por harmonizar as legislações internas dos Estados Membros e apenas, em relação aos pontos fundamentais e sensíveis para o desenvolvimento de um mercado de capitais integrados, com o objetivo, de conseguir a manutenção desse

delicado equilíbrio na interpenetração de sistemas jurídicos superpostos. Onde as empresas pudessem captar recursos em território ampliado e onde o investidor, se visse garantido por regras comuns em suas aplicações além das fronteiras (ARAÚJO et MARTINEZ, 2005, p.8).

A União Europeia possui um modelo de integração bastante específico, que segue um padrão definido desde sua criação, em 1957, e que vem ao longo dos anos ampliando o número de estados membros, que passou de 15 para 25, com a recente entrada de 10 países do Leste Europeu. Com essa ampliação, há perspectivas de maiores dificuldades ainda de acesso do MERCOSUL ao mercado europeu, já que a maioria dos novos membros tem a agricultura como força exportadora. A questão do protecionismo se situa na base de um acordo MERCOSUL/UE, em que os interesses europeus estão além da esfera comercial, estendendo-se para a área dos investimentos diretos e serviços.

Nesse cenário de impasses nas negociações, estudos que possam contribuir na verificação dos efeitos desse processo de integração comercial ganham importância. Estudos como De Negri e Arbache (2003), Cypriano e Teixeira (2003) e Kume et al. (2004) abordaram alguns aspectos dessas questões, especificamente para o MERCOSUL e o Brasil.

Na perspectiva atual de constituição do acordo MERCOSUL/UE, com possibilidade de fortalecimento do comércio entre os blocos, este trabalho procurou determinar os efeitos de criação e desvio de comércio que prevaleceriam nas relações comerciais brasileiras do agronegócio – setor estratégico para o Brasil. (apud VIEIRA et CARVALHO, 2009)

Durante a década de 1970 as relações entre a Comunidade Europeia e América Latina avançaram no campo econômico. Os países europeus buscavam ampliar os mercados para suas exportações e investimentos, assim como garantir as provisões de matérias-primas. Os latino-americanos, por seu turno, implementavam um processo de diversificação de parceiros externos e buscaram estabelecer relações distintas das

mantidas com os Estados Unidos. Contudo, esse tipo de relação não saiu do campo das intenções. Entre outros motivos, muitos governos europeus não viam com bons olhos os governos autoritários da região (SARAIVA, 2004, p.91).

Atualmente, as decisões integrativas permanecem vinculadas às vontades estatais, desprovidas dos interesses comunitários, ficando pendente a permanência e evolução do processo de integração do Mercosul. O modelo de integração por ele adotado, preliminarmente, como forma de controle político do bloco econômico, possibilita o veto de decisões que colocariam em risco a soberania dos países membros. Com a evolução do Mercosul este procedimento está ocasionando sérios obstáculos à eliminação das barreiras, impossibilitando atingir a integração nas dimensões pretendidas, principalmente no concernente ao comércio intrazona.

No que tange ao Mercosul, certamente, há consenso acerca da irreversibilidade do processo de integração regional e quanto à necessidade de estabelecer-se uma estrutura jurídica básica para que a integração possa fluir com mais facilidade e com menos atritos (ARAUJO & MARTINEZ, 2005 p.13-14).

O Mercosul, por sua vez, sofre com a ausência de um orçamento próprio. Somente a Secretaria Administrativa conta com um orçamento, e logística de funcionamento que é financiado em partes iguais por contribuições dos Estados-membros que, aliás quase sempre estão atrasados em suas doações. Porém, numa atitude que pode induzir a se pensar na constituição de um fundo comum voltado para o desenvolvimento, o Protocolo de Ouro Preto, em seu preâmbulo, aponta “para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos no Mercosul”.

Sem embargo, as heterogeneidades no quadro do Cone Sul são gritantes e de duas ordens. Em primeiro lugar, há que se constatar um desnível abissal entre as unidades formadoras do Mercosul, o Brasil representando, *grosso modo*, 2/3 da população, do PIB e do território do conjunto integracionista. Tomando-se o *tandem* Brasil & Argentina a proporção é ainda mais significativa, representando em torno de

95% dos indicadores supracitados. Logo, Paraguai e Uruguai surgem como Estados satélites que gravitam em torno dos interesses do eixo Brasília-Buenos Aires (MEDEIROS, 2002, p.8-9).

Com base nas palavras de Saraiva (2004, p.93):

Em comparação com posições comuns e declarações para outras áreas, poucas referências foram feitas à região. No entanto, os interesses europeus em um novo quadro de economia globalizada e os movimentos da UE em afirmar-se como ator internacional contribuíram para que os diálogos já iniciados fossem mantidos. Como forma de ampliar a presença europeia na região - mesmo não sendo prioritária -, outros contatos foram institucionalizados. Durante os anos 1990 foram estabelecidos diálogos nos marcos da PESC – Política Externa e Segurança Comum - com os países Andinos, México, Mercosul e Chile. No final da década, foi iniciado um diálogo baseado em encontros periódicos entre chefes de Estado e governo da União Europeia, América Latina e Caribe. No entanto, sem tornar-se em nenhum momento tema prioritário para a União, essa prática forma parte da diplomacia europeia de encontros Norte-Sul.

Apesar do descompasso entre expectativas latino-americanas e os resultados dos diálogos, estes tiveram um peso importante para a integração política entre ambas regiões. Suas principais linhas de atuação e temas examinados seguiram orientações gerais do comportamento europeu de caráter inter-regional para países em desenvolvimento: defesa da democracia e proteção de direitos humanos; ajuste com abertura da economia; e apoio aos processos de integração regional e sub-regional. No decorrer da década de 1990, novas questões como estabilidade política, consolidação do estado de direito, luta contra o narcotráfico, tráfico de armas e crime organizado foram incluídas nos diálogos. Essas orientações foram mais evidentes que em relação a outras regiões do mundo em função dos valores políticos e culturais partilhados entre ambas as regiões.

No campo da cooperação econômica, e seguindo os diálogos já em funcionamento, em 1994 o Conselho Europeu aprovou um documento que

estabelecia a dinâmica e objetivos das relações com América Latina. O documento indicava a adoção de diferentes enfoques para países específicos e sub-regiões: manteve uma política de cooperação para o desenvolvimento com os países centro-americanos e andinos, por meio da assinatura de acordos de terceira geração, e negociou acordos de associação inter-regional com México (1997, em vigência a partir de 2000) e Chile (2002). Em relação ao Mercosul, o documento propunha também a assinatura de um acordo de liberalização comercial.

A construção do Mercosul é lançada, pois, numa conjuntura psicológica que não concebe a possibilidade de um exercício de soberania dividida. A supranacionalidade introduzida na arena europeia pela Alta Autoridade da CECA não encontra paralelo no cenário da integração latino-americana, em geral, nem no Mercado Comum do Sul, em particular. O Estado-nação da América meridional parece, devido talvez à sua idade precoce e a um ranço colonialista ainda recente, fortemente ligado à prática clássica da soberania. Assim, o movimento pendular entre a estratégia de integração e a de cooperação identificada ao longo da edificação da UE restringe-se, no Mercosul a uma lógica retilínea que se pode qualificar de enquadramento da cooperação intergovernamental (ARAUJO & MARTINEZ, 2005, p.7).

A assinatura do Tratado de Assunção em 1991 despertou a atenção da Comunidade Europeia, em particular da Comissão. A expectativa criada quanto ao seu desenvolvimento tanto político quanto econômico foi alta. Documentos da Comissão em geral faziam referência ao Mercosul como futuro mercado comum com grande potencial de crescimento. O novo bloco era o principal parceiro comercial da Comunidade Europeia na América Latina, assim como o principal receptor dos investimentos diretos.

Os países do Mercosul, por seu turno, demonstraram um interesse claro pela negociação de um acordo de cooperação com a Comunidade Europeia. Para eles, o bloco havia se tornado o principal mecanismo de interação econômica com terceiros

Estados. Ademais, a Comunidade Europeia era (e segue sendo), no princípio da década, o principal parceiro comercial do Mercosul. (SARAIVA, 2004, p.95)

A supranacionalidade, opção do modelo europeu caracteriza-se pela prevalência de decisões comunitárias sobre o interesse individual dos Estados-membros, contando com uma estrutura institucional autônoma, independente. A integração supranacional é um processo jurídico complexo que, como toda manifestação de soberania externa, tem duas fases: uma interna de formação e aperfeiçoamento da vontade estatal, e outra externa, do acordo de vontades dos entes do Direito Internacional. O poder de integração é um poder constituído, submetido, em consequência, à norma fundamental, e nesse caso, tanto sua atuação como resultado dessa deve ser detalhadamente contemplado.

No Mercosul, a intergovernabilidade adotada pelo processo de integração tem como característica manter atrelada as decisões do bloco econômico à vontade política dos Estados-membros. As decisões resultam exclusivamente dos interesses dos Estados-Parte. Daí, o que pode chamar de limitações ao avanço do bloco (ARAUJO & MARTINEZ, 2005, p. 11).

Na esfera comercial, o relacionamento MERCOSUL/UE é marcado por uma grande assimetria no que se refere à importância de cada bloco para seu parceiro. Em 2005, segundo dados do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT, 2006) a UE foi um dos principais parceiros do MERCOSUL, tendo participado com cerca de 21% nas exportações e 18% nas importações totais desse bloco. Por outro lado, nesse mesmo ano, o MERCOSUL foi responsável por apenas 1,9% das exportações e 2,6% das importações extrabloco da UE. (apud VIEIRA & CARVALHO, 2009)

Contudo a exemplo do processo de reificação do Mercosul que este padece, e de maneira crônica, de chagas relacionadas não somente às assimetrias entre os Estados - nações, mas também às suas respectivas desigualdades intra - regionais. O desafio é, pois, pensar um formato institucional capaz de reger as relações entre

parceiros e, sobretudo, apto a promover a coesão social e o desenvolvimento estrutural das unidades subnacionais que os compõem. É mister implementar uma lógica distributiva que possa aproximar as periferias dos centros e aplainar as divergências de interesses, que quase sempre, marcam suas relações (ARAÚJO & MARTINEZ, 2005, p. 7).

O modelo de integração adotado pelo Mercosul e a União Europeia possuem diferenças marcantes devido ao contexto em que foram implementados, no caso da Europa do pós-guerra, que se ergue a partir da premissa transnacionalista, na perspectiva de evitar um novo conflito, resultando em perdas materiais e humanas significativas, quanto o caso Latino-Americano se deve ao fato do “trauma” resultante da experiência dos regimes autoritários que perduraram durante os anos sessenta aos oitenta do século passado.

A harmonização da legislação dos estados membros por parte da União Europeia é uma realidade por parte do Tratado de Roma, responsável pela consolidação do bloco Europeu e o seu mercado comum, enquanto o Tratado de Assunção que tem a sua equivalência com o Tratado de Roma, tem como pretensão a tão desejada das legislações dos seus estados membros, o que torna o Mercosul um tipo de união aduaneira incompleta.

Por fim, os esforços conduzidos pela União Europeia no sentido de formalizar acordo desde idos da década de 90 devido o cenário de economia globalizada e a necessidade de se firmar como um bloco econômico competitivo, enquanto o caso do Mercosul evidencia uma necessidade de diversificação de parceiros comerciais.

**O papel desempenhado pelo Brasil frente ao acordo Mercosul/União Europeia no mercado de grãos.**

Nas definições sobre o papel desempenhado pelo Brasil ao longo das negociações, segundo Alvim et Walquil (2005, p.704-707)

Em termos gerais, o Brasil tem adotado uma postura de *global trader*, procurando articular diversos acordos comerciais, que consideram diferentes critérios de abrangência espacial, como o maior envolvimento nas negociações multilaterais e o fortalecimento dos acordos regionais e bilaterais. Uma das razões mais importantes para esta postura reside na necessidade de buscar mercados para atender a expansão dos níveis de produção agrícola do país. A ampliação e integração dos mercados é tida como capaz de impulsionar os fluxos comerciais entre os países participantes. Pode também garantir o acesso a uma maior quantidade e variedade de produtos. No entanto, um dos aspectos fundamentais para que os resultados sejam positivos e relevantes para os países envolvidos no processo é a existência de complementaridade entre as economias participantes, o que poderá determinar maiores ganhos agregados.

Entre os acordos negociados pelo Brasil, em conjunto com os demais membros do Mercosul, está o acordo com a União Europeia, acordo este que tem sido apontado por diversos pesquisadores brasileiros como o que apresenta um maior potencial de ganhos para os setores agrícolas dos países do Cone Sul. Por outro lado, também são salientadas as dificuldades para implementar este acordo, principalmente em vista da proteção auferida pelos agricultores europeus, imposta pela Política Agrícola Comum (PAC) da UE e das distorções geradas nos mercados de produtos agrícolas.

Os objetivos traçados no acordo eram de aproximação e cooperação em todas as áreas. Desta forma, a intenção da criação de uma zona de livre comércio, observando a sensibilidade de alguns produtos e respeitando o conjunto de regras e diretrizes junto à Organização Mundial de Comércio (OMC). Em 1999, foi criado o Comitê de Negociações Bi-Regionais (CNB), com a finalidade de reorganizar as relações comerciais e aproximar os dois blocos. Diversas reuniões já foram realizadas, formalizando compromissos que já apresentaram melhorias em suas ofertas.

Contudo, a agricultura ainda é o setor mais crítico nas negociações. A situação torna-se mais complexa com a entrada de dez novos países na UE a partir de 2004. Além de envolver um número maior de países nas negociações, as diferenças estruturais e produtivas se acentuam. Atualmente, poucos estudos avaliam os ganhos ou perdas aos produtores agrícolas do Mercosul frente a estes novos cenários econômicos.

Consideramos, para isto, as variações nos níveis de produção, consumo, fluxos comerciais e preços estimados quatro cenários, que incluem: (a) o acordo Mercosul-UE somente com a remoção das barreiras tarifárias, (b) o acordo com a UE ampliada somente com a remoção das barreiras tarifárias, (c) o acordo Mercosul-UE com a remoção das barreiras tarifárias e dos subsídios, e finalmente (d) o acordo com a UE ampliada com a remoção das barreiras tarifárias e dos subsídios. Analisamos os mercados de quatro produtos: arroz, milho, soja e trigo, que correspondem à maior parcela dos grãos produzidos e comercializados no mundo.

Em 1995 a União Européia (UE) assinou o Acordo Marco Inter-regional de Cooperação com países do Mercosul, que comportava a liberalização comercial, investimentos, cooperação econômica e um diálogo. O Acordo previa negociações para a assinatura posterior de um novo acordo de associação inter-regional. As negociações no sentido da liberalização comercial encontram-se ainda em curso, enquanto o diálogo político tem fluído conforme o esperado, embora sem produzir resultados tangíveis. (SARAIVA, 2004. p.84)

Considerando todos os grãos acima analisados, observamos que existe complementaridade entre os fluxos comerciais dos países do Mercosul e os dos países da UE ampliada, com exceção do trigo, onde ambos os blocos são exportadores. Para o caso do arroz, do milho e da soja existe possibilidade de exportar parte dos excedentes do Mercosul para o mercado europeu. Contudo, a realização destas expectativas irá depender basicamente das negociações em torno das barreiras tarifárias e dos subsídios aplicados pelas regiões mais desenvolvidas. De uma maneira geral, no mercado de grãos as principais barreiras aplicadas pelos países podem ser

divididas em dois grupos: tarifas e quotas-tarifárias. No caso do arroz e do milho, a UE aplica quotas-tarifárias aos produtos de outros mercados. Além destas barreiras aplicadas, os EUA e os países da UE subsidiam a produção de arroz e milho. No caso dos EUA esta estratégia permite aumentar a competitividade das suas exportações no mercado internacional. Para a UE, os subsídios aumentam a renda dos agricultores europeus, diminuindo o impacto negativo dos produtos importados sobre a sua renda (ALVIM & WALQUIL, 2005, p.711).

A maior participação do Brasil no mercado exportador agrícola mundial ainda está em construção. Hoje, o País desenvolve esforços de integração comercial internacional cujos resultados podem ser significativos para os seus diferentes setores produtivos. Uma das prioridades da política externa brasileira – o relacionamento com a Europa Ocidental – caracteriza-se tanto pela intensidade do diálogo político como pelo dinamismo do intercâmbio econômico.

Atualmente, o Brasil é uma importante fonte de importações da UE, bem como a espinha dorsal das futuras relações comerciais entre MERCOSUL e UE. A evolução recente desse comércio bilateral tem mostrado uma tendência de crescimento. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a partir do início dos anos 90, as importações brasileiras provenientes da UE, até então sistematicamente inferiores às suas exportações, apresentaram aumento vigoroso, passando de US\$ 5 bilhões em 1991 para o valor próximo a US\$ 17 bilhões no ano de 1998, chegando a atingir cerca de US\$ 18 bilhões em 2005. Por sua vez, as exportações brasileiras para o bloco apresentaram uma trajetória decréscimo mais uniforme no período de 1990/2003, atingindo US\$ 18,5 bilhões em 2003, porém obtiveram grande impulso nos últimos anos, chegando a US\$ 26,5 bilhões em 2005, sendo o saldo comercial novamente superavitário a partir de 2002.

O acesso restrito ao mercado comunitário, devido às altas tarifas sobre os produtos agrícolas, nos quais os países do MERCOSUL têm vantagem natural,

umenta significativamente os benefícios potenciais de uma área de livre comércio entre europeus e sul-americanos. As características da produção dos dois lados representam ganhos potenciais não desprezíveis no caso da concretização de um processo integrativo. As alterações tarifárias no comércio intraregional, como consequência de um processo de integração, podem gerar benefícios trazidos pelo efeito de criação de comércio entre os blocos. As negociações MERCOSUL/UE estão centralizadas, por parte do MERCOSUL, na questão agrícola e, por parte da União Europeia, no acesso a serviços, investimentos e compras governamentais, além dos produtos industriais (VIEIRA et CARVALHO, 2009).

O papel desempenhado pelo Brasil na qualidade de *global trader* ou “potência emergente” tem sido decisivo na concretização do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, uma vez que este país tem agido como um ator importante no rumo das negociações entre os dois blocos, uma vez que ascendeu a posição de sexta economia mundial.

Embora, haja inúmeros impedimentos para que uma atuação decisiva de encontro com os objetivos mais imediatos, que vão desde a proteção dada aos agricultores europeus no tocante a política agrícola comum da União Europeia tal como as distorções produzidas no mercado de grãos, a posição consolidada do Brasil na mesa de negociações tem sido presente e determinante no andamento das negociações.

Por fim, os avanços alcançados na formação de Comitês Bi - Regionais representam por um lado a prova dessa posição estratégica na mesa de negociações e como a influência brasileira, embora a entrada de novos países no bloco europeu representem um momento que traçou novas estratégias para a conclusão desse acordo.

## Os cenários e o acordo Mercosul-UE no mercado de grãos: quem ganha e quem perde

No caso do arroz, existem ganhos para os países do Mercosul (Argentina, Brasil e Uruguai) em todos os cenários simulados. Com relação ao acordo Mercosul e UE, mantendo os subsídios europeus para a produção de grãos, em termos relativos os principais países ganhadores são Argentina, Brasil e o Uruguai, com acréscimo nos excedentes dos produtores de 23,5%, 10, 4% e 15,8% (ALVIM et WALQUIL 2005, p. 718).

Neste cenário, o processo de criação de comércio propicia um aumento das exportações da Argentina e do Uruguai, redirecionando as exportações de arroz para o mercado europeu. Em termos absolutos o Brasil tem um grande ganho neste cenário, chegando a superar US\$ 310 milhões.

No segundo cenário, Mercosul-UE ampliada (sem eliminação dos subsídios), as variações no excedente do produtor são muito parecidas com o cenário anterior. A diferença fundamental está relacionada com a inclusão dos dez novos países UE, possibilitando um pequeno ganho (2,7%) para estes novos integrantes do bloco. Em ambos os cenários, embora não exista a eliminação dos subsídios, os produtores de arroz no Brasil têm ganhos em função do redirecionamento das exportações argentinas e uruguaias para o mercado europeu, chegando a se tornar também um exportador do produto.

Nos próximos cenários, o Mercosul-UE e Mercosul-UE ampliada com a eliminação dos subsídios, os ganhos dos produtores do Mercosul e as perdas dos produtores europeus aumentam, enquanto os efeitos a terceiros mercados permanecem praticamente inalterados, quando comparados aos cenários anteriores. No cenário Mercosul-UE com a eliminação de subsídios, os produtores dos países do

Mercosul são os maiores beneficiados, refletindo em acréscimos de 26%, 2%, 11% e 7% nos excedentes do produtor.

Assim, os países do Mercosul tomaram a iniciativa de apresentar à Comissão uma proposta de acordo futuro de cooperação entre ambos. A resposta da Comunidade Europeia através da Comissão foi a assinatura de um Acordo de Cooperação Inter-institucional entre ambos, em 1992, com vistas a promover a capacitação das instituições do Mercosul por meio da cooperação técnica.

Nos primeiros anos de funcionamento do Mercosul e a partir da assinatura desse Acordo, iniciou-se um processo de aproximação econômica de fato entre ambos. As exportações de bens da CE/UE para os países do Mercosul aumentaram em 250%, entre 1990 e 1996, enquanto os investimentos deste ano corresponderam a 17% dos investimentos da UE em países considerados emergentes (SARAIWA, 2004, p. 95).

Neste cenário, o Brasil amplia as exportações de arroz para a UE 15 em função da eliminação das tarifas e dos subsídios concedidos a produção pela UE 15.

Com relação ao mercado de milho, observamos que os ganhos e perdas nos diversos cenários são praticamente nulos onde existe eliminação dos subsídios. A questão básica deve-se em parte à política comercial europeia que restringe a entrada de milho em grão através de quotas-tarifárias, acrescido da concessão de subsídios americanos ao milho, permitindo que o produto americano tenha maior facilidade de ser exportado ao mercado europeu. Neste sentido, em nenhum cenário a eliminação das barreiras tarifárias mediante um acordo entre Mercosul e a UE beneficia os países do Mercosul.

Nos cenários em que é considerada a eliminação dos subsídios por parte dos europeus, os maiores beneficiados pelo corte de subsídios são os produtores americanos. De qualquer maneira, os ganhos não são elevados em função da UE 15, os agricultores têm perdas em ambos os cenários, Mercosul-UE e Mercosul-UE

ampliada, equivalentes a US\$ 118,6 e 288,1 milhões por ano, respectivamente (ALVIM et WALQUIL 2005, p.719).

Tanto para o Brasil como para a Argentina, os maiores incrementos no PIB associam-se a uma liberalização com a União Europeia. No caso brasileiro, há ganhos de 0,76 ponto percentual no cenário de liberalização Mercosul-União Europeia em comparação com o cenário Alca. Para a Argentina, a diferença é de quase quatro pontos percentuais a favor do acordo com a União Europeia. Um dos determinantes da variação de renda (PIB) são os termos de troca (preço das exportações/preço das importações). E, estes, apontam maiores ganhos com o acordo Mercosul-União Europeia do que o acordo Alca, para o Brasil e a Argentina.

A análise dos fluxos comerciais mostra que para a Argentina as exportações totais crescem relativamente mais com a liberalização com a União Europeia (diferença de 0,87 ponto percentual em relação ao cenário Alca). Este ganho está claramente associado aos fluxos dos setores agropecuários, que crescem cerca de 33% para o mercado europeu. No caso brasileiro, o mesmo resultado é obtido na comparação dos dois acordos. Destaca-se apenas que no cenário Alca, as variações nas exportações industriais superam as do setor agropecuário.

Quanto ao produto doméstico (valor adicionado), há redução do industrial e aumento no agrícola no Brasil e na Argentina.

Observando-se variações positivas nas exportações acima de 1 por cento e no produto doméstico, qualquer variação positiva no acordo Mercosul-União Europeia, os seguintes setores são selecionados: produtos alimentícios; produtos de couro; açúcar; plantas de fibra; arroz; outros cereais; e, produtos de carne. No caso da Alca, os setores com o mesmo desempenho seriam: vestuário, produtos de couro, açúcar, produtos lácteos, arroz, e outros cereais. (PEREIRA, 2001, p. 4)

Com relação ao mercado de soja, não houve alterações em nenhum cenário alternativo simulado. Isto ocorre em função do Brasil e a Argentina já terem acesso

ao mercado europeu, exportando soja em grão. Os países da UE 15, tradicionais importadores deste produto, não impõem barreiras tarifárias a importações de soja em grão, tampouco concedem aportes significativos de subsídios à produção de soja. Desta forma, quando simulamos o acordo entre os blocos não observamos variações na produção e nos excedentes do produtor. Pode-se esperar que maiores variações seriam observadas se fossem considerados outros cenários como, por exemplo, redução dos subsídios por parte dos EUA. No mercado da soja são aplicadas menores tarifas do que nos mercados dos demais produtos, contudo, o principal fator que contribui para distorcer o mercado internacional são subsídios americanos, que aqui permaneceram mantidos em todos os cenários simulados.

Já no caso do mercado do trigo ocorreram mudanças em todos os cenários analisados. Para os cenários Mercosul-UE e Mercosul-UE ampliada mantendo os subsídios, as mudanças observadas foram devido à eliminação das barreiras tarifárias impostas pelos países do Mercosul à (Argentina, Brasil e Uruguai), já que os países da UE 15 e da UE 10 não impõem barreiras tarifárias à importação de trigo de terceiros mercados. Para ambos os casos, a produção argentina, brasileira e uruguaia sofrem perdas equivalentes a US\$ 46,6, 14, 3 e 0,78 milhões por ano, representando uma redução percentual do excedente do produtor na ordem de 4,0%, 2,1% e 2,5%, respectivamente. Com a redução da produção de trigo nos países do Mercosul, os países da UE 15 são os principais beneficiados, obtendo ganhos de US\$ 28,6 milhões, equivalentes a um aumento de 0,2% no excedente do produtor. Os países da UE 10, novos integrantes do bloco, também são favorecidos com o acordo de livre comércio com os países do Mercosul, com ganhos aos produtores da ordem de US\$ 6 milhões (ALVIM & WALQUIL 2005, p. 719-720).

Entre os mais diversos cenários apresentados, a conclusão de um acordo visando ganhos para o bloco Latino-Americano é uma realidade, embora, as variantes apresentem ganhos para o bloco europeu quando este é ampliado com novos países entre membros oficiais, o que gera certa desvantagem para os países do Mercosul,

embora Brasil e Argentina venham se beneficiar em outros cenários considerando os demais “sócios” em questão.

O fim dos subsídios europeus, por mais difícil que venha ocorrer em uma possível negociação envolvendo ambos os blocos, beneficiaria tanto o Mercosul quanto os Estados Unidos de uma forma indireta ou direta, porque, a maior dificuldade de conclusão e solução de controvérsias por parte dos países envolvidos gira em torno dessa questão.

Por fim, a conclusão do acordo em seus vinte anos de negociação está longe de terminar e ter uma solução satisfatória que agrade a ambos os lados envolvidos, tal como terceiros que venham se beneficiar de forma direta ou indireta a exemplo dos Estados Unidos, embora não tenha tomado partido da questão envolvendo os blocos.

### **Considerações finais**

O modelo de integração regional adotado entre os dois blocos e a trajetória histórica que perpassa cada um deles, passa a ser um dos fatores responsáveis para falta de conclusão do acordo entre as partes envolvidas no processo que envolve as negociações, devido às diferenças assimétricas que envolvem a coordenação dos tomadores de decisão envolvidos nos diálogos feitos até então.

Em segundo lugar, encontramos as políticas que envolvem os subsídios adotadas tanto pelos países da União Europeia quanto pelos Estados Unidos um atenuante para a sua inconclusão, o que torna o acordo de alguma maneira desfavorável para os países que formam o Mercosul quando levado em consideração a “relação Norte-Sul” e o fator que restringe a exportação de poucos produtos de alto valor agregado deste bloco, tornando o acordo restrito a trocas restritas a produtos de baixo valor agregado por parte do “Sul” a exemplo dos grãos, e produtos de alto

valor agregado por parte do “Norte” na troca a exemplo de eletroeletrônicos e automóveis.

Por fim, temos os diversos cenários englobando o mercado de grãos por parte dos países do Mercosul, onde os ganhos reais para Brasil, Argentina e Uruguai são concretos, a medida que os subsídios são eliminados em prejuízo aos produtores da União Europeia, por outro lado os cenários onde o acordo mesmo com a exportação de bens de alto valor agregado por parte da União Europeia trará benefícios concretos para o mercado de grãos europeu em prejuízo aos países do Mercosul, o que evidencia que os países do Mercosul perderiam duas vezes: a primeira no mercado de grãos e a segunda na abertura para produtos de auto valor agregados.

## Referências

ALVIM, A. M e WAQUIL, P.D: Efeitos do acordo entre o Mercosul e a União Européia sobre os mercados de grãos. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº, p. 703-723, out/dez 2005 – Impressa em dezembro de 2005

BADARÓ, Celeste Cristina Machado, OMC reabre a rodada de Doha, Análise Economica & Comércio, Conjuntura Internacional, ano 4, nº 10. 08 a 14/04/07 . ISSN1809-6182

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.

BONAGLIA, F. and GOLDSTEIN, A. “More than T-shirts: The Integration of Developing Country Producers in Global Value Chains“, OECD Development Centre Policy Insights 49, OECD, Development Centre, 2007.

CARVALHO, A.; PARENTE A. **Impactos comerciais da Área de Livre Comércio das Américas**. Brasília: IPEA, 1999. 40p. (Texto para Discussão, n. 635).

CESAR, Susan Elizabeth Martins, SATO, Eiiti, A rodada de Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira, *Rev. Bras. Polít. Int.* 55 (1): 174-193 [2012]

CYPRIANO, L.A.; TEIXEIRA, E.C. Impactos da Alca e do Mercoeuero no agronegócio do MERCOSUL. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, v. 41, n. 2, p. 217-240, 2003.

DE NEGRI, J.A.; ARBACHE, J.S. **O impacto de um acordo entre MERCOSUL e a União européia sobre o potencial exportador brasileiro para o mercado europeu**. Brasília: IPEA,2003. 34p. (Texto para discussão, n. 990).

DICKEN, Peter. “Global Shift: Reshaping the Global Economic Map in the 21st Century”. Fourth edition. London: Sage, 2003.

Dymond, B., and Hart, M. “Navigating new trade routes: the rise of value chains, and the challenges for Canadian Trade Policy”. C.D. Howe Institute Commentary. March 2008. <[http://www.cdhowe.org/pdf/commentary\\_259.pdf](http://www.cdhowe.org/pdf/commentary_259.pdf)>.

ELLSWORTH, P.T. **Economia internacional**. São Paulo: Atlas, 1978. **Gabinete de Estatísticas da União Européia (EUROSTAT)**. 2006. Disponível em: <http://exporthelp.europa.eu/thdapp/comext/ComextServlet?languageId=EN>.

Acesso em: mai. 2013.

KUME, H.; MIRANDA, P.; PIANI, G.; CASTILHO, M.R. **Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL-União Européia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 34p. (Texto para Discussão, n. 1054).

MEDEIROS, Marcelo de A. Um exercício comparativo entre a União Européia e o Mercosul. *Revista de Ciências Sociais* – Departamento de Sociologia – Ano XV/ Nº20 – JUNIO 2002

MARTINEZ, Montana Mônica, ARAUJO, B. E Luis: Análise comparada da integração no Mercosul e União Européia. *Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Integração Latino-Americana* – UFSM – Volume 2 – Número 1 – 2005.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR** (MDIC). Aliceweb. Brasília, 2006. Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp/alice.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu, A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical, *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 136-153 [2008]

PEREIRA, Valls Lia. Impactos da Alca e do Acordo Mercosul-União Européia nas economias brasileira e argentina: um mapeamento preliminar. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2009 p.1-4

SARAIVA, Gomes Miriam: A União Européia como ator internacional e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Junho, ano/vol. 47m número 001 Instituto de Relações Internacionais Brasília, Brasil pp. 84-111.

SÖDESRSTEN, B. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

VIEIRA, Martins Noberto, CARVALHO, Andrade de Fatima Marilia, O setor agroexportador brasileiro no contexto da integração Mercosul/UE, *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.47 no.2 Brasília Apr./June 2009.

Sites consultados:

<<http://scholar.google.com.br/>>

FRONTEIRAS DA MEMÓRIA, IDENTIDADES  
IMAGINADAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E  
CULTURAL DAS FRONTEIRAS DA CARÉLIA NO  
CONTEXTO DA EMANCIPAÇÃO FINLANDESA,  
XIV-XIX

Marcos Saulo de Assis Nóbrega<sup>101</sup>

Artigo recebido em: 30/05/2016.

Artigo aceito em: 21/06/2016.

**Resumo:**

O objetivo deste artigo é analisar questões pertinentes a cultura da região fronteiriça da Carélia desde o século XIV, bem como assim lançar considerações sobre o processo de emancipação da Finlândia e seu processo de formação do ideário nacionalista no século XIX. A partir das considerações de Pentikäinen (1989), realizo uma análise sobre questões pertinentes sobre a cultura balto-fínica e sua influência na região da Carélia, esta que foi desde o século XIV dividida entre Finlandeses e Russos e acabou sendo o principal local de coleta de poemas e cânticos populares pelo etnógrafo Elias Lönnrot, dentro de um movimento de redescoberta da cultura popular, termo usado aqui a partir de Peter Burke (2010). Podemos perceber também a necessidade de ampliar o debate sobre história, literatura e nacionalismo com

---

<sup>101</sup>Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5023217959277520>. Membro do grupo de estudos História, Meio Ambiente e Questões Étnicas – UFCG. Contato: m\_saulo18@hotmail.com

ressonâncias culturais, e neste caso específico a história carélica e finlandesa, algo pouquíssimo estudado na academia brasileira.

**Palavras-chave:** Carélia; Finlândia; Fronteiras; Cultura.

**Abstract:**

The purpose of this article is to analyze issues pertaining to culture the border region of Karelia since the fourteenth century and thus launch considerations about the process of emancipation of Finland and its nationalist ideology formation process in the nineteenth century. From considerations of Pentikäinen (1989), realize an analysis of relevant issues on the Balto-Finnic culture and its influence in the Karelia region, this one was from the fourteenth century divided between Finns and Russians and ended up being the main collection site popular poems and songs by ethnographer Elias Lönnrot, within a rediscovery movement of popular culture, a term used here from Peter Burke (2010). We can also realize the need to broaden the debate on history, literature and nationalism with cultural resonances, and in this particular case the Karelia and Finnish history, something very little studied in the Brazilian academy.

**Keywords:** Karelia; Finland; Border; Culture.

\* \* \*

A construção argumentativa do presente artigo busca analisar questões pertinentes a cultura e identidade finlandesa e dos povos da região fronteira da Carélia. É exatamente a questão fronteira que nos suscita analisar uma série de questões referentes a região da Carélia, esta que foi dividida desde o século XIV, viu posteriormente tornar-se o palco de demandas complexas e históricas tanto para os finlandeses quanto para os russos. Além disso, pretende-se aqui também analisar

questões referentes ao uso da língua e da poesia popular finlandesa no momento que o movimento nacionalista Finlandês arregimentava-se.

No extremo norte da Europa, em especial a sua região setentrional continuava a ser uma fronteira a ser conquistada pelos reis e nobres cristãos. A conversão dos povos escandinavos arrastava-se e nem o declínio pós os anos 1000 das tribos escandinavas e do comércio, pirataria e espólio praticado pelos denominados Vikings melhorou a situação. Na Escandinávia, a Finlândia só irá iniciar de fato seu processo de cristianização a partir do século XIV.

Nos séculos XII e XIII, os exércitos cristãos dos reis francos, ingleses e germânicos etc. já percebiam que as tentativas de controle da longínqua Terra Santa eram impossíveis, enquanto o teatro de operações cristãs fechava as cortinas e seus atores retiravam suas tropas da Palestina, o norte da Europa era varrida por uma nova guerra religiosa, levada a cabo por príncipes suecos e dinamarqueses, além dos já experientes cavaleiros teutônicos para controlar as regiões próximas ao Mar Báltico até adentrar em regiões interioranas da atual Finlândia e dos Estados Bálticos.

A região do Báltico, atualmente compreendida de forma diminuta por Estônia, Letônia e Lituânia, na Idade Média exercia influência para regiões que hoje compreenderiam o oeste da atual Polônia, a Bielorrússia e Ucrânia. Etnicamente variada e multilinguística, também será no Báltico a última região dentro da Europa a ser convertida de fato ao cristianismo, a Lituânia só foi praticamente convertida ao cristianismo no século XIX (SCHAMA, 1996, p. 35), a gigantesca presença de grupos migratórios de judeus fugindo de pogroms da Europa oriental junto com a população originária rural ainda praticante de cultos “pagãos” fez do Báltico a última fronteira cristã dentro da Europa. Diferente da imposição religiosa cristã na Finlândia, que foi desde cedo imposta pelos suecos e mesmo sendo vizinha geograficamente aos Estados Bálticos “pagãos” daquele período, não houve uma resistência objetiva a assimilação do cristianismo na Finlândia.

Desde a metade dos anos de 1100 operações militares eram feitas na região, mas a escalada de violência só aumenta a partir de então, a diversidade étnica e religiosa da região era um foco de problema para a manutenção dos limites da fronteira cristã. Ressalto que parte dos povos que deram origem aos Finlandeses, Estonianos, Lapões e bem como os Carélios, são de origem das migrações oriundas dos Montes Urais, cadeia de montanha que delimita a fronteira entre a Europa e as estepes da Ásia.

O estabelecimento destes povos no entorno do Mar Báltico (Finlandeses e Estonianos) e nos extremos da região norte da Escandinávia (Lapões e Carélios) originou uma identidade étnica muito característica, apesar da imagem romântica contemporânea de englobar todos os povos escandinavos no termo Viking, fato originado a partir de uma série de representações artísticas romantizadas no século XIX da cultura germano-escandinava (LANGER, 2009, p. 137).

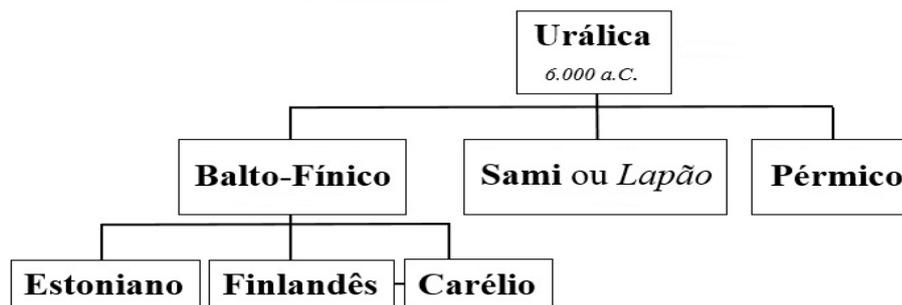
As tentativas de delinear as fronteiras Finlandesas sempre foi um processo complexo e dependente de outros fatores além da arena política e militar. Sendo um fato iniciado no século XIV essas demandas por território e ditos “espaços vitais” vai durar até o fim da segunda guerra mundial. Mesmo atualmente delimitadas essas fronteiras, o custo da imposição oficial de um limite simbólico vai separar uma das regiões mais antigas e ricas culturalmente do nordeste europeu, a Carélia, torna-se um território dividido e que por séculos foi marcada por tentativas de estabelecimento de posse, como guerras entre suecos e russos, posteriormente entre Finlandeses e Russos, e de certa forma também houve tentativas de substituição cultural naquela região de costumes muito originários ainda.

### **Formação étnica e linguística do leste da Escandinávia**

Retornando um pouco no tempo, os povos originários da Finlândia diferem em muito a formação dos povos das demais regiões europeias, a começar pelo o

idioma falado pela maior parte das tribos da região. O Finlandês é um ramo linguístico das línguas Balto-Fínica, seus ramos provem das línguas Balto-Uralicas, e não possui relação com o tronco linguístico Indo-Europeu falado no restante da Europa, no Cáucaso, no Oriente Médio até a Índia. As línguas Urálicas como o nome já antecipa teve sua formação próximo aos Montes Urais na atual Rússia europeia, “fronteira natural” da Europa com a Ásia. Em sua origem não possuía contato com o outro ramo dominante das línguas pelo mundo, o ramo Indo-Europeu, as línguas Urálicas originaram algumas dezenas de línguas ainda faladas hoje e outras centenas de dialetos vivos e extintos, cobrindo das regiões do Mar Báltico até o extremo-leste da atual Rússia, possuindo até possíveis ligações a se comprovar com línguas Mongólicas e dialetos Nipônicos. Diversas migrações alguns milênios antes de Cristo levaram algumas línguas já um pouco desenvolvidas e centenas de dialetos para cada vez mais dirigir-se ao oeste, atravessando assim a cadeia dos Urais para estabelecer-se também no extremo norte da Europa, nas áreas banhadas pelo báltico e regiões centrais da Rússia Europeia. A maioria dos dialetos e línguas Urálicas acabou caindo em desuso por alguns fatores como a assimilação de outras línguas vizinhas e a extinção em parte de povos falantes delas. Quase que no mesmo período temos as expansão e desenvolvimento das línguas Indo-Europeias provavelmente originárias de áreas do Cáucaso, Ucrânia, Turquia e do sul da Rússia chegando a áreas da atual França como também ao vale do Ganges da Índia.

O idioma Finlandês só vai experimentar alguma mistura a partir do século XIII, quando as línguas Germano-Escandinavas e Eslavas começam a dominar a região, até então é uma língua com algum desenvolvimento fonético e simbólico. A datação documental mais precisa da língua Finlandesa gira em torno de 1100-1200 d.C. a partir de uma inscrição encontrada em uma casca de Vidoeiro. A partir de Fuentes (2007, p. 338 apud DÉCSY, 1990, p. 12-13) podemos organizar assim de forma objetiva os principais troncos linguísticos até o ramo Balto-Fínico onde o Finlandês, mesmo que sendo o arcaico origina-se:



**Figura 01** – Estrutura de divisão resumida da Língua Urálica até suas principais subdivisões para o tronco linguístico Balto-Fínico. FONTE: FUENTE, 2007, p. 338 *apud* DÉCSY, 1990, p. 12-13. Figura elaborada pelo o Autor.

O povo Finlandês ou Finês - *Suomalaiset*, no idioma original - origina-se em áreas do sul do atual território da Finlândia - *Suomi* - que são originários das migrações vindas dos Urais, expandem-se aos poucos para as áreas do norte até entrar em contato com outro povo, os Sami ou também conhecidos como Lapões. Essa distribuição espacial influenciará no sentido simbólico de espaço da epopeia da Kalevala<sup>102</sup>, temática que será novamente abordada no decorrer do artigo, onde o povo habitante da mítica *Kaleva*, região sul e lar dos fineses empreende conquistas e aventuras até *Pohjola*, região norte, lar dos Sami e descrita como lugar de maldições, frio e doenças onde só a magia e poder dos seres nascido na sagrada terra de Kaleva é capaz de debelar.

### A delimitação fronteiriça da Finlândia, uma contextualização

<sup>102</sup> Dada a complexidade e tamanho dos fatos narrados na Kalevala, uma descrição total tornar-se-á enfadonha tanto quanto desnecessária. Assim de forma básica a estória da Kalevala gira em torno de quatro personagens principais: Vainamoinen (Bardo e Xamã), Ilmarinen (Ferreiro), Lemminkäinen (Guerreiro) - heróis - e Kullervo, figura trágica e em alguns momentos anti-herói da epopeia, estes dominam de fato praticamente toda a poesia da Kalevala. Há uma vasta quantidade de personagens nos mitos que formaram a Kalevala, mas o bardo Vainamoinen destaca-se em toda a história causada pela sua origem divina e sua poesia, música e uso de magia.

A quantidade de empreitadas militares na Europa setentrional nos anos de 1200 d.C. sob a bandeira da cristianização vai levar a guerra aberta e conflitos localizados entre os exércitos cristãos. Áreas da Finlândia e ao sul da atual Estônia ficam por curtos períodos de tempo sob controle de suecos, dinamarqueses, teutônicos e eslavos que se revezam no controle até que outro exército cristão venha invadir e expulsar áreas já em processo de cristianização. Foi por volta de 1238 d.C. (KLINGE, 1989, p. 12) que a Suécia dá início a segunda cruzada do norte e começa a estabelecer assentamento permanentes para colonos suecos e tribos Finlandeses “amigos” em zonas litorâneas do sul da Finlândia.

Um fato a ser considerado para compreender essa expansão sueca para fronteiras cada vez mais orientais foi a chegada da cavalaria mongol desfraldando bandeiras na Europa oriental. Em abril de 1223, o general mongol Subodei está praticamente dentro dos domínios eslavos, nas proximidades do rio Dnieper, o caos criado pelas lendas já conhecidas na Europa oriental, Ásia Central e Oriente Médio das hordas mongóis vai levar a uma aparente união momentânea na nobreza eslava para repelir o invasor, que na verdade o único motivo para retirar-se da região foi a distância de manter a poderosa cavalaria mongol, a pobreza campesina do local e pouco desenvolvimento urbano-comercial que em nada lembrava os saques volumosos pela Ásia central, na China ou na Índia que fizeram a riqueza de Gengis Khan e seus descendentes por séculos. Por décadas depois a nobreza eslava será tributária ao controle mongol. Os principados eslavos só vão realmente representar alguma força considerável de poder no leste da Europa a partir do século XV e XVI, quando sua unificação prática inicia-se sob a tutela da nobreza moscovita, até a chegada das hordas mongóis e o estabelecimento de principados tributários as cidades livres e principados eslavos são apenas uma força sazonal, com um poder considerável, mas não algo que iniba as pretensões suecas para a fronteiras cada vez mais a leste da Finlândia.

No eclipse criado no mundo eslavo pelos mongóis na invasão da Europa oriental permitiu a Suécia a iniciar outra expansão até as proximidades da atual cidade russa de São Petersburgo (KLINGE, 1989. p. 15), que na era soviética foi chamada de Leningrado, mas foi no período czarista que a cidade de São Petersburgo (ou Petrogrado) desfrutou de ser a sede do império e da complexa nobreza. Em 1240 d.C. na mesma região foi retomada pelo principado de Novgorod e iniciada guerra aberta entre os suecos católicos e os eslavos ortodoxos pelo controle estratégico da Finlândia, que culturalmente estava cada vez mais próxima dos Suecos.

Nas batalhas pelo controle da Finlândia será convocada novamente pela Suécia uma nova cruzada, essa já é a terceira cruzada e partir do ano de 1300 d.C. a Suécia dará início a uma série de edificações militares pelo litoral Finlandês a fim de garantir a posse da terra e facilitar as atividades de guerra de repelir o inimigo eslavo, o principado de Novgorod - futura Rússia - bem como estabelecer também marco de posse religioso católico em meio a regiões já ortodoxas.

O primeiro tratado fronteiriço entres as partes só veio em 1323, no tratado de Pähkinäsaari, a região da Carélia foi partida em duas, a parte oeste sob controle sueco, porém habitada por Finlandeses-católicos, a parte oriental controlada por Novgorod, mas habitada por Carélios e Finlandeses convertidos ao cristianismo ortodoxo, porém ainda inicialmente mantendo fortes laços com os Carélios que habitam a parte oeste da histórica Carélia.

A Suécia fortalecia-se como a potência do extremo norte da Europa, dominava além da Finlândia a Noruega, de certa forma exerce influência na distante Islândia e em muitas regiões da Dinamarca. De Novgorod nasceu o Principado de Moscou que aos poucos e por séculos em diante expandia suas fronteiras de leste a oeste. A União Escandinava - Kalmar - era o centro de comércio no norte da Europa e mantinha as regiões vizinhas da Suécia como dito anteriormente sob sua tutela, nesse período aparente de paz mudanças importantes começam a ocorrer dentro da Finlândia, principalmente nas questões da posse da terra pelos senhores dos feudos e a Reforma

protestante que chega a Suécia e nas áreas que dominava. Os nobres suecos ganhavam além dos prêmios naturais de espólio, o direito a posse de terras na fronteira com a Rússia, isso valia até mesmo aos nobres de título mais baixo, bem como oficiais de destaque. A Finlândia que inicialmente foi habitada por seus povos no sul e esparsamente ao norte, com a chegada definitiva dos suecos torna o sul do país praticamente habitado e conhecido, as regiões do norte - Lapônia - e na fronteira com a Rússia continuava a ser o problema, assim na política de distribuir terras para habitar aquelas planícies geladas da Lapônia e da região fronteira da Carélia surgem os pequenos conflitos com a população originária, pois naturalmente eles habitavam as florestas e terras próximas, elas que ainda não havia sido tocadas pelos finlandeses originários do sul e pelos senhores suecos. Na década de 1440 leis de terra foram promulgadas, até chegar no ano de 1542 onde áreas florestais seriam de controle da coroa sueca (KLINGE, 1989. p. 29) e entregues para favorecidos da coroa para iniciar habitação e utilização das terras.

De 1558 até o início do século XIX a Suécia e a Rússia vão travar oito guerras diretas e outras mais em conflitos indiretos em alianças militares nada claras. Os limites entre russos e a suecos já são uma contenda histórica, apesar de acordos fronteiriços a tensão e desconfianças são mútuas Destaco inicialmente a primeira dessa série de conflitos, a Guerra da Livônia de 1558 até 1582, onde uma aliança militar formada pela Suécia, Noruega-Dinamarca e a Polônia afastam os russos temporariamente da atual região dos Estados Bálticos. A partir de 1700 inicia-se a Guerra do Norte ou a Grande Guerra do Norte que dura até 1721, entre conquistas e perdas, a guerra é mais de movimentação tática e de vitórias curtas, áreas conquistadas são rapidamente perdidas de ambos os lados.

A Grande Guerra do Norte selará o fim do prestígio da Suécia entre as potências da região, além de ser um presságio para novas perdas que a Suécia terá, mesmo o alto custo da guerra para as alianças envolvidas na guerra, a Rússia nesse

período acaba fortalecendo-se a todo custo. A Finlândia estava ali, do outro lado do mar que banhava a capital do czar.

A Guerra Finlandesa de 1808-1809 deve ser compreendida dentro dos conflitos levados a cabo por Napoleão Bonaparte. A Suécia mantinha uma posição neutra, porém a Rússia aproveita-se da situação e invade o reino sueco. Das guerras sueco-russas, a guerra iniciada em 1808 foi uma das mais rápidas em ações e com desfecho não menos rápido. A invasão da Finlândia e a posterior ocupação não foi alvo dos acordos entre as nações inimigas da França nos termos assinados em Viena, a Finlândia na prática desde 1808 já era posse definitiva russa, a Suécia não teria forças para repelir os russos, pois mal garantiria o território original da Suécia. Na passagem dos séculos XVII e XVIII, a corte sueca direcionou importante atenção a Finlândia, instituições de ensino, de cultura, direito foram entregues a aristocracia e burocracia local que crescia, após séculos de dominação, a identidade de elite local, diga-se aristocratas, nobres de patente militar e profissionais a serviço do estado possuíam essa cultura híbrida, sueco-finlandesa, falava-se o idioma do dominador, e por séculos grandes livros em Finlandês caíram em desuso, porém as populações do campo, trabalhadores das cidades e a pequena burguesia resistia com costumes próprios, pouco foi alterado, a religião foi talvez a maior mudança posta em prática pelos conquistadores, mas mesmo assim o julgo sueco foi desfeito, e agora eram os senhores de São Petersburgo que mandavam no território conquistado. O início do século XIX foi a aurora do Império Russo e o crepúsculo do antigo Império da Suécia, estes que foram monarquias que se desenvolveram contemporaneamente acabou sendo o estado russo o algoz dos suecos.

A Finlândia recebe o título de Grão Ducado, isso garantia controle direto aos poderes do Czar e mantinha estrita aliança com a aristocracia e nobreza local. Apesar de oficialmente só estabelecer o controle sobre a Finlândia a partir de 1808, a Rússia nunca negou suas intenções de um controle total ou pelo menos tutelar sobre uma Finlândia independente, já no século XVIII a Rússia oferecia-se para apoio e proteção

(KIRKINEN, 1971, p. 25) de um possível estado livre finlandês quando senão apoiando conspirações de líderes locais finlandeses. Dessa conquista territorial um fator interessante foi a união dos antigos territórios finlandeses que foram perdidos para os eslavos desde o século XIV, quando a Finlândia ainda era uma possessão sueca, como os territórios da Carélia e da Íngria e agora foram reunificados sob a égide do Grão-Ducado da Finlândia, estas mesmas regiões conservavam boa parte as canções e contos populares que formariam a futura Kalevala e por onde Elias Lönnrot os coletou quando por elas viajou.

O pensamento de emancipação também acaba tomando corpo durante a dominação russa. Só havia uma universidade na Finlândia, a elite local era lá formada e as correntes políticas facilitavam opiniões unânimes sobre o destino do país que chamava atenção cada vez mais do Czar, este por fim permitindo o funcionamento de um parlamento local além de instituições burocráticas sendo administrados pela população local. Foi a emergência de novos fatores décadas depois que começou a fomentar os futuros alicerces discursivos em uma autonomia política total. Nessa Rússia de absolutistas e reformadores, a língua era um fator de conflito, Finlandês e em menor número o Sueco era falado pela população mais simples, o Sueco dominava as classes mais altas e o russo era falado a contragosto pelos aristocratas e burocratas, publicações de porte na língua nacional há séculos não eram feitas, mas as transformações que a Finlândia passava terão novos caminhos, um grande tributário nesse longo caminho até a independência foi a publicação da Kalevala em 1835, em Finlandês!

### **Cultura popular ou romantismo nacional?**

Elias Lönnrot nasce em 1802, pouco antes da invasão russa de 1808, na região mais ao sul da Finlândia - Uusimaa - conseqüentemente uma das mais urbanizadas

áreas finlandesas e predominantemente falante de sueco, essas primeiras experiências vão influenciar posteriormente a guinada nos seus estudos na idade adulta. Lönnrot forma-se em medicina em 1832 e logo é enviado para realizar trabalhos pelo interior do da Finlândia, tal fato vai definir de vez as influencias que recebeu ainda no período universitário, pois trabalhando no interior do país finalmente ele terá contato direto com os cânticos populares que levaram a organização da Kalevala. Seu trabalho de campo não resumiu-se apenas a pesquisa no interior original Finlandês, mas as canções mais antigas e que conservavam os aspectos originais dos cânticos Lönnrot só veio de fato encontrar na região da Carélia (OLIVEIRA, 1949, p. 133) que após a independência finlandesa de 1917 e a segunda guerra mundial foi novamente partida entre finlandeses e russos, e muitas das localidades visitadas por Lönnrot ficaram sobre controle soviético, posteriormente russo.

Devemos compreender a busca empreendida por Lönnrot como uma parte de um grande movimento maior que ocorria na Europa, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, como observa Burke (2010, p. 26) “quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o “povo [...] se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus” Burke também traz “Para alguns intelectuais, principalmente no final do século XVIII o povo era interessante de uma certa forma exótica, no início do século XIX, em contraposição, havia um culto ao povo” (Burke, 2010, p.33) assim compreendemos essa redescoberta de práticas culturais foi em suma um projeto de setores sociais mais elevados, que podia ser projetos pessoais de pesquisa ou em grupos. Tais empreendimentos de compreensão de uma *cultura popular* eram ao mesmo tempo uma prática voltada ao mundo social que viviam e que dedicavam suas pesquisas, publicações etc. também influenciava movimentos semelhantes pelo pela Europa principalmente, publicações sobre poesia, contos e canções populares floresciam em alemão, italiano, sérvio, russo etc. todos buscavam compreender as suas raízes culturais que “perdia-se” com a modernidade que se formava, quando fatores como por exemplo a expansão das cidades e dos meios de ligação de transporte e a alfabetização corroíam o sentido quase idílico que

o mundo primitivo e principalmente tradicional tinha assumidos a todos os linguistas, escritores, poetas etc. (BURKE, 2010, p. 42).

A perspectiva empreendida por Elias Lönnrot possuía algumas características básicas, pois diferente de outras línguas desse movimento cultural, que a língua vernácula possuía mais espaço de prática - a exceção do Italiano e seus inúmeros dialetos ainda não formavam uma grande língua vernácula - e espaço de publicação o Finlandês era confinado ao interior e as populações mais pobres, pois mesmo nas cortes que por exemplo assimilaram o francês (e o germânico em menor escala no século XIX) no século XVII e XVIII para obter status entre seus pares, a língua local era muito mais falada e publicada. Esse fator linguístico dispare dialoga com a proposição feita por Peter Burke mais de um século depois, sobre o sentido do que é na prática “cultura popular”, para Burke podemos compreender cultura popular<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> O conceito de *cultura popular* tem atualmente uma vasta série de teóricos que a pesquisaram e lançaram a esse estudo inúmeros objetos até então não trabalhados na amíude da historiografia, além dos objetos de estudo, a temporalidade também varia, dada a complexidade do tema os trabalhos modernos considerados “clássicos” sempre trabalharam com um período histórico definido, como a Idade Média, Renascimento ou o século XIX, bem como também lançando análises sobre a transição entre esses períodos. Talvez a contribuição mais considerável do ponto de vista de levantar discussões posteriores sobre a relação da *cultura popular* e a sociedade veio no trabalho *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* de Mikhail Bakhtin (1987) publicado no início dos anos da década de 1940 e só “descoberta” pelo ocidente décadas depois. Partindo de trabalhos do escritor e religioso Rebelais Bakhtin norteou de como funcionava a relação cultural entre dois grupos sociais diferentes, a “camada popular” e os estratos sociais mais elevados da sociedade e de como esta última apropria-se de práticas e ritos que lhes eram comuns ao cotidiano e a sua mentalidade social, assim essa elite acabava por criar verdadeiras regras que eram apropriadas pelas camadas mais baixas gerando um ambiente de troca cultural. As considerações lançadas por Bakhtin vão influenciar um dos “cânones” da historiografia ocidental moderna, Carlo Ginzburg no seu clássico *O Queijo e os Vermes* (2006) seguindo algumas e essenciais diretrizes metodológicas de Bakhtin, Ginzburg norteia sua análise a partir de uma “circularidade” da cultura pelos grupos de uma sociedade que aparentemente antagônicos mas que na prática experimentam de algumas práticas comuns e realçando o papel de uma oposição popular de forma cultural aos estamentos sociais impostos pela Igreja, a nobreza e a elite letrada rompendo com algumas ideias de uma certa incapacidade dos setores sociais mais baixos de se colocar como agentes ativos da história e da cultura. Essa visão replicada na historiografia de uma dita “incapacidade” dos setores sociais mais simples de serem meros espectadores socioculturais ou mesmo alertando do perigo de uma “cultura classista” - dita superior - de misturar-se demais com aspectos populares só foi realmente combatida na historiografia contemporânea. No século XIX um importante trabalho *A cultura do Renascimento na Itália* de Jacob Burckhardt (2009) que só foi “descoberto” também décadas depois de sua publicação, representa essa antítese dos valores da *cultura popular*. Burckhardt apesar do seu enorme conhecimento sobre a Renascença italiana acabou assim por reafirmar um dito “distanciamento” entre a “cultura clássica”

como um conjunto de costumes, práticas e visões de mundo diferente daquele compreendida como cultura de elite. Essa cultura popular é extremamente vasta em seus sentidos e membros, pois a mesma cultura popular de um vilarejo italiano não é o mesmo dos costumes praticados por exemplo nos camponeses do interior da França ou Inglaterra etc. por ser tão vasta uma definição clara é difícil, porém o que as mantem unidas enquanto conceito ou ideia é a composição do seu mundo camponês ou semiurbano, de pouca educação (alfabetização), de costumes rústicos mas ricamente ornamentada por um folclore popular (do alemão folk) mas principalmente por essa oposição passiva/ativa a uma prática cultural de estratos sociais mais elevados.

Poucas regiões da Europa sofreram com a substituição cultural de forma sistemática como a cultura finlandesa experimentou, a mesma cultura que só desfrutaria de alguma efervescência cultural só a partir da metade do século XIX, contrapondo-se a nova imposição cultural vinda da Rússia. As grandes publicações impressas locais eram praticamente só em Sueco, voltados ao público burguês e aristocrático, as poucas publicações em Finlandês resumiam-se em dicionários primitivos no século XVI e XVIII, pequenos folhetos e mais diminuto ainda os jornais, dessa forma o Finlandês não possuía grandes espaços de leitura para torna-se uma língua comum a todos os setores que formavam a sociedade finlandesa.

A primeira versão publicada da Kalevala em 1835 estabelece um marco importante, pois é a publicação mais considerável em Finlandês em muitos séculos, pois essa língua só encontra espaço para sobreviver na oralidade das canções, poesias e contos populares resistindo a uma sociedade que preferia fazer o uso do Sueco.

O conjunto de poemas épicos organizados por Elias Lönnrot chamado de Kalevala reflete basicamente a simbologia e mentalidade com o sagrado do povo Finês e Carélio mais antigos, junto com as transformações culturais que sofreram por

---

(greco-romana) que renascia e sobrepunha-se as práticas “populares” ou “mundanas” das classes mais baixas que Burckhardt nutria pouca simpatia.

séculos e séculos. A datação mais exata das primeiras canções que deram origem a poesia organizada por Lönnrot não é certo ainda, mas tende a ser de alguns séculos antes de cristo, quando houve os primeiros estabelecimentos humanos consideráveis no sul e leste do atual território da Finlândia, algo próximo a cinco séculos antes de cristo (PENTIKÄINEN, 1989, p. 85). Há de certa forma a necessidade de diferenciar os costumes do povo fínico dos demais da Escandinávia, pois o senso comum há de tachar erroneamente toda a Escandinávia e Germânia como lar original e região totalmente voltada dos cultos Odinísticos, o que não houve na realidade com o povo Finês que possui sua origem mais antiga vinda de migrações dos Montes Urais sem nenhuma origem inicial com as tribos germano-escandinavas do norte da Europa como explicado no primeiro anteriormente, além disso também diferencia-se com os costumes formados e praticados pelos povos eslavos, sendo assim a sua gênese cultural é bastante singular e por muito tempo conservou essa separação cultural com seus vizinhos escandinavos e eslavos já que estes já foram em determinados momentos realizaram trocas culturais com os Godos, Normandos, Saxões, Mongóis etc.

O alcance dos mitos que levaram à publicação da Kalevala não restringe-se somente a cultura finlandesa e da Carélia antiga, dado que a migração para a região báltica é antiquíssima o que levou ao desenvolvimento de cultos religiosos originais e contos populares semelhantes na Estônia, assim esses povos têm nessa migração vinda dos Montes Urais sua origem étnica e por séculos após estabelecimento em torno do Báltico desenvolveram culturas próprias mas com laços e símbolos muito semelhantes. O escritor estoniano Friedrich Reinhold Kreutzwald (1803-1882) organizou, editou e publicou em 1853 o poema épico Kalevipoeg que essencialmente mantém alguns laços com a cosmogonia coletada e apresentada por Elias Lönnrot na Kalevala, porém apresenta contornos diferentes dos contos bem como personagens e lugares, dessa forma a Kalevipoeg é reconhecido como o poema épico nacional estoniano, assim como a Kalevala é para os Finlandeses.

A chegada do cristianismo começou a levar ao desuso os “ritos pagãos” ou mesmo a transforma-los, assimilando-se a personalidades importantes do rito bíblico cristão. Para Pentikäinen (1989, p. 85-86) as transformações mais consideráveis que os mitos presentes na Kalevala vai sofrer é com a conversão ao cristianismo. De aproximadamente 500 d.C. até o estabelecimento do cristianismo de fato na Finlândia algo em torno do século XII temos os mitos da Kalevala bastante maduros e com alguma homogeneização dos mitos, temos assim a “Kalevala Antiga”, com as Cruzadas de reinos teutônicos e escandinavos a partir do século XII até o século XVI temos a “Kalevala Média” com já alguns traços da assimilação do cristianismo e a “Kalevala Tardia” a partir da chegada da Reforma Protestante até a estruturação mais moderna da língua Finlandesa nos séculos XV e XVI com considerável importância dos escritos sobre a língua finlandesa do Bispo Reformista Mikael Agrícola. Estas várias “Kalevalas” tem em comum alguns pontos básicos, erijo assim para o leitor estes pontos, a) homogeneização dos mitos que eram muito díspares em cada região (sul da Finlândia e a região da Carélia), b) assimilação de valores e identidades cristãs para os mitos da Kalevala, c) formatação da língua finlandesa, d) isolamento cada vez maior dos mitos na região da Carélia garantindo assim uma certa manutenção dos mitos e contos já que áreas litorâneas do sul da Finlândia já passaram pela conversão ao cristianismo desde o século XIV.

As viagens de Lönnrot pelo interior finlandês iniciadas em 1832 possuem na prática um caráter etnográfico, pois a necessidade de coletar a grande quantidade de canções, contos e poesias populares o obriga estabelecer alguma permanência pelos locais que visitava, pois além do caráter de coleta dessas canções por exemplo era necessários também observar e coletar os costumes interioranos, com o trato com o campo, com a natureza, padrões familiares etc. que essas observações também foram levadas para os versos da Kalevala. Essa característica de trazer as práticas diárias foi comum a quase todos os propagadores e seguidores desse movimento de redescoberta da cultura popular como traz Peter Burke:

Em contraste com a “cultura erudita” [...] O que há de novo [...] em primeiro lugar, a ênfase no povo, e, em segundo sua crença de que os “usos, costumes, cerimônias, superstições, baladas, provérbios, etc.’ faziam, cada um deles parte de um todo, expressando o espírito de uma nação” (BURKE, 2010, p. 32)

Mas como preservou-se a dita cultura popular? A cultura oral e o idioma originário do povo Finlandês foi o principal meio encontrado para salvaguardar séculos de costumes e ritos tão antigos ao povo Finlandês. Lönnrot sempre buscava por meio de sua narrativa destacar o sentido familiar que essa memória mítica/mágica possuía.

O movimento destes intelectuais na prática não estava livre de críticas ou erros, podemos dizer que quase sempre seus erros estavam em considerar que a cultura, mesmo aquela “primitiva” não foi influenciada por outras, ou seja, não teve um contato cultural direto com nada, porém seu caráter puro estava longe de ser algo real, os contatos entre as culturas sempre levaram a absorção de costumes e valores. Isso é claro na construção dos mitos e costumes antigos presentes na Kalevala, ela é ao mesmo tempo permeada da simbologia cristã mas com forte base nos cultos balto-fínicos.

O processo dessa redescoberta de uma língua local, original e futuramente chamada de nacional foi demorado como inicialmente exposto anteriormente, em muitos casos só finalizado no século XIX como no caso da língua Finlandesa entre outros casos também. Podemos a partir de Anderson (2008, p.73) enumerar alguns fatos preponderantes para o fortalecimento do uso vernáculo da língua e o amadurecimento da consciência nacional de um grupo.

De início podemos citar a transformação que o Latim passou nos séculos XVI ao XVIII quando o interesse por essa língua litúrgica transformou-se em uma língua

de uso mais amplo, pois facilitava o contato com uma cultura pré-cristã (ANDERSON, 2008, p. 73), os clássicos da antiguidade redescobertos pelo Renascimento das cidades mercantis italianas foram aos poucos traduzidos para esse Latim acadêmico e artístico que finalmente tornava-se útil aos pensadores e intelectuais da época que posteriormente também irá atingir outras regiões da Europa.

A Reforma Protestante foi um segundo fator importante a ser considerado para o uso dos idiomas locais e futuramente nas delimitações de espaços físicos (fronteiras) e simbólicos (memória) nacionais (ANDERSON, 2008, p. 73-74). A difusão cada vez mais rápida das máquinas de impressão por corporações editoriais capitalistas fomentou a violência religiosa que duraria mais alguns séculos na Europa, dado que o movimento protestante daquela época fez o uso incessante das línguas vernáculas para arregimentar e unir os fiéis protestante contra Roma. A produção massiva impressa não só foi usada obviamente para a questão religiosa, a partir do século XVI até a Revolução Francesa a literatura humanista, os primeiros tratados iluministas, a confecção de dicionários, a coleta e publicações de contos populares etc. abriu um vasto campo de saberes e ideias sem paralelos com o passado, um dos últimos controles que a Igreja romana possuía foi rompido, pois tal prática custosamente também foi praticada pelos países que mantiveram uma certa fidelidade a papado romano.

Por fim, tivemos uma das mais complexas situações que o nacionalismo ainda que primitivo começou a impor as sociedades, a imposição da língua vernácula (ANDERSON, 2008, p. 75) a essas “nações” nascentes. Esse processo apesar de inerente a todos os projetos nacionalistas foi praticado em diferentes lugares e velocidades de implementação, países como a França, Inglaterra e Espanha foram aqueles que de fato podemos observar na prática como pioneiros. A partir da metade do século XIX em diante o Finlandês começa finalmente despontar como a língua a ser ensinada em escolas e usadas na administração local, a Alemanha e a Itália unificadas realizaram o mesmo no final do século XIX. Do final do século XV até o

final do século XIX diferentes países e povos experimentaram essa prática de uma imposição linguística geral em detrimento dos dialetos regionais que os países porventura tinham.

É importante assim compreender a importância que foi feita da língua finlandesa (ou finesa) no seu uso e simbolismo dentro da Kalevala. Uso aqui a análise de Eric Hobsbawm sobre a diferença de “tradição” e “costume”. No decorrer do texto retomarei a questão da linguística sob o ponto de vista de ser um objeto nacionalista finlandês, mas agora a análise se dará sobre o aspecto cultural do uso da língua e como ela foi usada dentro do limite de “costume” e “tradição”. Hobsbawm traz o seu conceito de “tradição inventada” dessa forma:

“Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9)

Dessa forma “tradição” é algo que foi inventado com aspecto de antigo no tempo desde o seu estabelecimento, por exemplo o ritual da coroação do rei ou rainha da Inglaterra (depois da Grã-Bretanha), o Conclave da escolha papal e até tradições recentes como as homenagens ao “soldado desconhecido” nas comemorações do fim das duas grandes guerras, o importante assim não é a idade que uma certa tradição tem, mas sim a ideologia ou simbologia da repetição a partir da repetição sistemática. “Costume” difere bastante da “tradição”, pois a precede cronologicamente e não é tão sistematizado na sua prática, ou seja é variável como explica Hobsbawm:

“O costume, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede inovações e pode até mudar até certo ponto, embora

evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção de precedente, continuidade histórica e direitos naturais (...) O costume não pode e dar ao luxo de ser invariável. (HOBSBAWM, 1997, p. 10)

Tomando assim as diferenças já estabelecidas por Hobsbawm podemos perceber que na Kalevala organizada por Elias Lönnrot sua intencionalidade que caminha para uma “tradição” a ser estabelecida pelos escritos épicos da Kalevala, o uso sistemático do Finlandês.

É importante deixar claro que a língua finlandesa era falada amplamente pela população interiorana, camponeses, criadores de renas e lenhadores etc., mas não era prática comum na burocracia e mesmo pelos representantes das elites locais era a segunda ou terceira língua, o sueco e o russo eram as línguas de relações sociais e públicas, comércio e de serviço militar. Se o panorama da língua no seu sentido fonético era desolador aos olhos de Lönnrot, a escrita da mesma era trágica e conhecida por muitos poucos.

A questão linguística não era o fator complexo somente na Finlândia, mesmo em outros países da Europa o idioma era permeado por um retalho de dialetos, ou seja, não havia uma língua fonética e de escrita padronizada. O Francês falado em Paris era bastante diferente daquele falado na Normandia ou na Córseica, o Português falado no centro-sul de Portugal era bastante diferente se comparado daquele que era falado no norte do país, em suma, foi só no século XIX que temos a padronização da língua, esta quando foi usada como ideologia política assumiu a alcunha de “língua nacional” e isso era ainda mais complexo quando em vez de dialetos e variações linguísticas existem línguas totalmente estranhas dentro de um território dito nacional, como o Catalão e Basco na Espanha ou o Galês, Escocês e Irlandês na Grã-Bretanha

O idioma Finlandês foi estabelecido aos poucos, a partir de inúmeras revisões, reedições, principalmente após 1850 percebe-se o esforço de fazer a elite do Grão-Ducado da Finlândia a começar a falar e escrever em Finlandês como língua materna, isso perdura até o início do século XX (SAUVAGEOT, 1971, p. 98) quando boa parte da população já fazia o uso da língua vernácula, podendo assim finalmente falar em uma nação Finlandesa aos olhos de seus defensores.

Podemos afirmar que a língua também é um objeto da tradição como foi proposta por Hobsbawm e no caso da Finlândia é uma tradição inventada para um grupo social dominante de elite local, estabelecendo assim uma estrutura sociocultural de semelhança para com as populações economicamente mais simples, porém estas populações menos abastardas já eram foneticamente fluentes em Finlandês - a prática do “costume” explicado por Hobsbawm anteriormente - e de onde Lönnrot retirou as canções populares e as levou a esse estrato social elevado.

Podemos assim lançar com alguma certeza que o “projeto” a cabo por Lönnrot teve no seu fim uma ideia muito clara nos seus contornos finais, de levar a um setor social uma “redescoberta” de sua origem, e de na prática lançar uma contraposição a elitização estrangeira que a cultura burguesa e aristocrática da Finlândia havia construído em torno de si por séculos de dominação. Sabemos que a Kalevala a partir das exposições feitas anteriormente que é uma organização de poesias, canções e contos populares contados a Elias Lönnrot por pessoas do campo, rústica nos costumes e no conhecimento das letras, mas ricamente tinha sua memória preenchida por gerações e gerações desses mantenedores de um cultura mais antiga e oral, dado assim seria até inútil do ponto de vista prático levar as canções da Kalevala de forma escrita para populações simples que já a conheciam com uma outra linguagem, com os aspectos da oralidade.

As imagens construídas sobre o passado são umas das artimanhas mais comuns para facilitar a construção do ideário de uma nação. Quase sempre são imagens do presente sobre o passado e não imagens do passado trazidas para a luz do

presente. A partir disso, podemos perceber que essa era de “redescobertas” que passou a Finlândia a partir da segunda metade do século XIX foi na prática uma reconstrução da memória do grupo, não algo enquanto uma busca de práticas que seriam antiquadas no presente mas sim uma tentativa de descobrir-se o que se tornaram de fato após dezenas de séculos que a cultura local recebeu influências de terceiros. As imagens produzidas na literatura que agora era abertamente realizada em língua finlandesa reafirmavam o caráter que os finlandeses interessadamente queriam erigir em torno da sua comunidade, o romantismo do século XIX é uma das chaves para a compreensão da identidade finlandesa. A Kalevala dessa forma seria o símbolo original de uma nação e uma identidade finlandesa, o grande depósito de imagens construídas através de milênios pelos membros da comunidade, uma pálida imagem poética do que um dia já foram.

### **Considerações Finais**

A partir das análises sobre cultura popular podemos agora nortear que a organização dos contos e canções populares feitas por Elias Lönnrot fez parte de um amplo processo desencadeado por etnógrafos e literatos na busca pela redescoberta das raízes da cultura nas suas características mais originais. Os fenômenos da era moderna aos olhos destes pesquisadores itinerantes da cultura acabaram por prejudicar a cultura popular tradicional, renegando-a a um papel de menosprezo em uma sociedade onde as práticas elitizavam-se e geravam barreiras aos contatos socioculturais entre os diversos estratos sociais que em uma sociedade anterior a era moderna não presenciava uma cisão tão clara nas práticas e mentalidades que formavam a cultura até então.

A partir de Hobsbawm, usando do conceito tradição e costume por ele proposto, lançamos uma análise sobre outra questão básica a Kalevala que foi o uso

do idioma Finlandês. Apesar de ser uma língua vernácula o Finlandês até o século XIX não foi unanimidade enquanto seu uso, fato surgido com a conquista entre os séculos XI e XIII pelos suecos quando o idioma original do povo finês foi sistematicamente substituído pelo Latim e posteriormente pelo Sueco como a língua dos setores abastados da sociedade local, bem como para a produção de livros e jornais locais. A visão criada sobre o Finlandês a denominava como arcaica, gutural senão pagã, só sobreviveu nas classes sociais mais simples que viviam nas poucas cidades e predominava no interior do país, onde seus falantes eram os moradores que viviam nos campos, vilas e florestas. Podemos assim relacionar que o uso do Finlandês foi uma tradição inventada para a elite finlandesa, por diversos movimentos culturais que se espalhavam nos meios intelectuais locais, tal empreendimento foi construído no período de maior efervescência cultural, a partir da metade do século XIX, quando a Finlândia ao mesmo tempo que desfrutava de um certa autonomia em relação ao Moscou também recebia uma forte influência da cultura russa que deseja suplantar as raízes culturais suecas e finlandesas historicamente erigidas por séculos, o Finlandês enquanto língua era de fato costume apenas para as classes mais baixas.

No mesmo século XIX tivemos o florescimento do ideário nacionalista dominando movimentos políticos em diversos lugares do mundo, o termo nação começa a tomar corpo e propõem-se a abarcar as mais diversas classes sociais e movimentos políticos que antes enxergavam-se separados ou mesmo sem nenhum laço de similaridade. O espaço (território) e a língua (vernácula) eram “novidades” que foi astuciosamente absorvido nos movimentos nacionalistas, e isso não foi diferente na Finlândia. O romantismo oitocentista Finlandês foi determinante na construção do arquétipo nacional Finlandês, da sua identidade, e principalmente na compreensão do seu espaço dito nacional. Não ter uma identidade em um século em que as identidades eram construídas no mínimo seria um fenômeno raro. Identidade no caso Finlandês foi uma construção de sentidos para um grupo que aos olhos de uma casta acadêmica esqueceu o que era o ser Finlandês.

A Carélia atual é uma imagem um pouco desalentadora se comparada ao passado, tantos séculos de separação imposta moldou gerações de Carélios estranhos um ao outro, a comunidade Finlandesa estranha os hábitos daqueles que habitam o território russo. Irônico se pensarmos que foi na parte russa da Carélia, que boa parte da poesia presente na Kalevala foi coletada por Elias Lönnrot e está serviu como símbolo de um nacionalismo e identidade que se formava. Hoje, praticamente todo o povo carélio vive na porção russa, e não em todas as áreas do antigo território original.

Imaginar uma nação sem uma memória que explique e realce (ou mesmo crie) momentos históricos obviamente é algo que não existe, nações acima de tudo vivem de memórias e práticas cotidianas que geralmente remontam a primeira. O século XIX é antes de tudo a aurora do nacionalismo, este soube muito bem fazer o uso da memória.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas** - Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BURKER, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FUENTE, José Andrés Alonso de la. Notícias sobre linguística histórica (I). **Anuario del Seminario de filologia Vasca**. Vitoria-Gasteiz, v. 41 n. 1 2007. <<http://www.ehu.eus/ojs/index.php/ASJU/article/view/4325/4415>> Acessado em 15 de maio de 2016. ISSN: 0582-6152.
- HOBSBAWM, Eric. J. RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KLINGE, Matti. **Breve História da Finlândia**. 1989.
- KIRKINEN, Heikki. As relações culturais com o Leste. In.: GALLEN, Jarl et al. (orgs.) **A Finlândia ontem e hoje**. Rio de Janeiro, 1971.
- LANGER, Johnni. **Deuses, monstros, heróis: ensaios de mitologia e religião viking**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- LÖNNROT, Elias. **Kalevala**. Tradução: Orlando Moreira. Lisboa: Ministério dos Livros Editores, 2007.
- OLIVEIRA, J. Gauberto. **Panorama literário e artístico da Finlândia**. São Paulo, 1949.
- PENTIKÄINEN, Juha Y. **Kalevala mythology**. Tradução: Ritva Poom. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAUVAGEOT, Aurélien. A língua Finesa In.: GALLEN, Jarl et al. (orgs.) **A Finlândia ontem e hoje**. Rio de Janeiro, 1971.

# A CÂMARA FAZ A FESTA, “AINDA QUE ESTRANHO SE ACORDACEM TÃO TARDE”: CELEBRAÇÕES POSSÍVEIS NA NATAL SETECENTISTA<sup>104</sup>.

Kleyson Bruno Chaves Barbosa<sup>105</sup>

Artigo recebido em: 03/03/2016.

Artigo aceito em: 30/06/2016.

## **Resumo:**

Este trabalho analisa o papel da Câmara na condução, organização e celebração de festividades que lhe competia, na Natal setecentista, como resposta às intervenções régias sobre essa espacialidade periférica. Buscou-se pensar as especificidades da Câmara da cidade do Natal, e como esta se apresentava como um caso diferente se comparado a outras localidades, a partir do diálogo com a bibliografia que trabalhou com a relação entre câmaras e festividades, destacando-se as cidades com maior vitalidade social.

**Palavras-chave:** Câmaras – Festas coloniais – História Cultural – História e Espaços

## **Resumen:**

---

<sup>104</sup> Artigo produzido na disciplina de História Cultural dos Espaços, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha. Orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal.

<sup>105</sup> Mestrando em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4967062J8>. Membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-RN), coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal.

Este artículo examina el papel de la Cámara en la dirección, organización y celebración de festividades que debería tener, en la Natal del siglo XVIII, en respuesta a las intervenciones reales en esta espacialidad periférica. Tratamos de pensar en los aspectos específicos del Ayuntamiento de Natal, y la forma en que se presentó como un caso diferente en comparación con otros lugares, desde el diálogo con la literatura que trabajó con la relación entre las cámaras y las fiestas, especialmente las ciudades mayor vitalidad social.

**Palabras clave:** Cámara – Fiestas Coloniales – Historia Cultural – Historia y Espacios

\* \* \*

## Introdução

De acordo com as *Ordenações Filipinas (1603)*, como *Ordenações do Reino* e sobre as colônias portuguesas espalhadas no ultramar, os camarários deveriam realizar, necessariamente, três festividades na localidade em que a câmara estivesse instalada: Visitação de Nossa Senhora, Anjo da Guarda e Corpo de Deus. Todo ano, no segundo dia de julho, deveriam organizar a procissão em honra à Visitação de Nossa Senhora. Já no terceiro domingo de julho, dever-se-ia festejar em procissão ao Anjo da Guarda. A lei ainda afirmava que tais festividades deveriam ser celebradas com a mesma comemoração que se realizava a festa do Corpo de Deus<sup>106</sup>. Portanto, a estes conselhos municipais, tanto no reino, como nas colônias, cabia a organização

---

<sup>106</sup> **ORDENAÇÕES Filipinas.** Livro 1 Tit. 66: Dos Vereadores (Conc.). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p152.htm>>. Acesso em: 07 set. 2015.

da procissão de três festividades, tendo sido aumentado o número de festas obrigatórias ao longo do tempo, por meio da expedição de outras ordens régias.

Neste trabalho, pretende-se analisar como a Câmara de Natal, ao longo do século XVIII, recebia as ordenações que eram emanadas por instâncias superiores a ela, com relação às festividades, incorporando essas medidas legais. Parte-se do pressuposto de que as ordenações régias eram tentativas de intervenção e controle em diversas áreas do império.

Aliado a isso, procurar-se-á analisar se estas ordenações eram efetivadas na prática ou não, de acordo com as possibilidades/respostas locais, assim como os mecanismos de integração da periferia pelo centro, e de respostas e absorção da primeira para o último<sup>107</sup>. Pensando nisso, deve-se levar em consideração as discussões apresentadas por Emília Viotti, ao apreender o campo cultural para compreender a rebelião de escravos em Demerara, na Guiana Inglesa, em 1823. Analisando os agentes históricos envolvidos nesse episódio, a autora demonstrou como de acordo com os espaços em que estes indivíduos estavam, eles desenvolviam atitudes diferenciadas, reelaborando sua cultura, frente a novos contextos e realidades. A cultura teria papel preponderante para organizar uma sociedade e aqueles que a compõe (COSTA, 1998). Desse modo, este artigo procurou se desvincular de outros produzidos para outras regiões coloniais e que apresentam distintos resultados para o que aqui se obteve. Embora estes sejam elencados para compreender o tema estudado, reafirma-se o caráter próprio que foi a cidade do Natal, e, que, portanto, por seus camarários articularam-se de forma específica para o contexto que estavam situados, produziram respostas diferenciadas quanto ao aspecto das festividades.

Para compreensão do aspecto de intervenção sobre o espaço da cidade colonial, por meio das festas, deve entender que esta fazia parte também de uma perspectiva mais macro, que se reportava aos mecanismos de integração entre centro e periferias. Desse modo, este trabalho se baseará teoricamente na perspectiva

---

<sup>107</sup> Utilizar-se-á a discussão de centro e periferia desenvolvida por (SHILS, 1974).

elaborada por Edward Shils sobre centro e periferia. Este autor reconheceu que uma sociedade não é homogênea, mas formada por partes, sendo preciso o centro procurar integrar as periferias a todo instante, por meio do *consenso*, para que se possa existir o mínimo de coesão para funcionamento dessa mesma sociedade. A relação entre centro e periferias ocorreria por meio da *integração*, e cada sociedade possui uma escala maior ou menor de integração, variando inclusive entre as várias partes que a compõe (SHILS, 1974, pp. 4-6;35;269).

As fontes utilizadas correspondem à documentação produzida pelos camarários da cidade do Natal, durante o século XVIII: os termos de vereação e os livros de registros de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal; assim como a documentação correspondente ao Arquivo Histórico Ultramarino, que diz respeito à capitania do Rio Grande do Norte. Embora seja uma documentação abundante, as fontes que se referem aos objetivos e problemáticas referentes a este trabalho são parcas. O recorte temporal extenso justifica-se, portanto, pela pouca documentação que se tem disponível, sendo preciso remontar os fragmentos possíveis para se pensar sobre a elaboração dessas celebrações na cidade do Natal, assim como a não recorrência de registros frequentes dessas celebrações nas fontes camarárias. Ressalta-se que não será realizada uma descrição das festividades, visto a limitação das fontes a que se tem acesso, assim como dos próprios objetivos do trabalho elencados. Pensando-se em uma história cultural que se utiliza do paradigma indiciário (GINZBURG, 1992; DARNTON, 1997), quando as fontes são poucas, este artigo também pôde realizar uma tarefa de a partir de fragmentos remontar uma história problematizada, trazendo elementos a se pensar para a discussão sobre as relações espaciais de poder no império ultramarino português. Portanto, as fontes são valorizadas, buscando-se indícios que respondam as perguntas levantadas, e ajudem a compreender a sociedade estudada.

Este trabalho divide-se em três momentos. No primeiro, buscou-se pensar a relação entre câmara e a intervenção sobre os espaços coloniais, por meio das

festividades, a partir de uma rápida discussão bibliográfica, de autores que trabalharam com esta temática; assim como os mecanismos de integração apresentados por Shils e aplicados ao caso estudado. Nas etapas seguintes, por meio da documentação explicitada, o artigo foi dividido em mais dois tópicos, nos quais apresenta-se a percepção de dois momentos distintos da relação entre câmara e festividade, intermediadas pelas intervenções régias, na capitania do Rio Grande. Um na primeira metade do século XVIII, em que o ouvidor da Paraíba, ao qual a Câmara de Natal se reportava, intervém nesse espaço, e outro na segunda metade do século XVIII, resultado de intervenções régias. Percebe-se, então, tentativas do centro de implementar festividades nessa localidade, e respostas dos camarários da cidade do Natal a algo que vinha de outros espaços, e que a estes se submetiam, nas relações centro-periferia do império ultramarino português.

### **A Câmara faz a festa**

Segundo o historiador britânico Charles Boxer, as câmaras localizadas no ultramar despendiam um esforço financeiro enorme para comemorar as festas religiosas obrigatórias e do santo padroeiro da localidade na qual se inseriam, compartilhando, assim, essa característica com as câmaras localizadas no reino. O esbanjamento desses recursos em celebrações, diminuindo consideravelmente as rendas das câmaras, deixavam os camarários várias vezes impedidos de investir seus recursos em atividades como manutenção de estradas, pontes e outras obras públicas. A realização de festas religiosas era uma das várias obrigações que competia aos camarários, e, portanto, pode-se pensar quão difícil era manter um saldo positivo nas rendas da câmara, devido a esses encargos que pesavam sobre si, estando as festas religiosas e as despesas navais e militares com procedência sobre as demais obrigações dessa instituição (BOXER, 2002, p. 295).

Embora a lei afirmasse ser essas festas obrigatórias, deve-se pensar como de fato essas regulamentações se faziam implementar nas cidades periféricas, como a de Natal, por exemplo. Boxer estudou câmaras situadas em locais proeminentes do império e com atividades comerciais mais florescentes, como Salvador, Goa, Luanda e Macau; entretanto, passando-se ao caso de Natal, pode-se pensar justamente conforme ele veio a afirmar, se não seria a falta de recursos localmente, que teria impedido a celebração recorrente dessas festividades pelos camarários de Natal ao longo do XVIII.

Estudando a cidade do Rio de Janeiro, durante o século XVIII, que veio a se tornar a capital do *Estado do Brasil* em 1763, Maria Fernanda Bicalho, assim como Boxer, destacou a importância da celebração de festividades religiosas por parte da câmara. Para ela, as câmaras municipais tinham por mais nobre atribuição a parte organizacional das festividades e celebrações, garantindo visibilidades e honras, de acordo com os códigos do Antigo Regime. Entre essas festas, destacava-se a do Corpo de Deus, enfatizando, assim como Boxer, que considerável parte dos rendimentos camarários eram consumidos nessas atividades (BICALHO, 2003, p. 202).

Em trabalho sobre a festa do Corpo de Deus, Beatriz Catão Santos destacou ser a procissão desta uma dupla ordenação, festa da Monarquia e da Igreja, sendo organizada pela câmara municipal. Uma das maiores, célebres e solenes festividades, a celebração do Corpo de Deus nas diversas conquistas portuguesas representava produção da presença real nessas localidades, conjugando, assim, o aspecto religioso e político, homogeneizando os vassalos de El Rei, sob a mesma fé, rei e lei. A autora destacou ainda a estreita relação dessa festa com a câmara no custeio das despesas, sendo a festa do Corpo de Deus, por excelência, a festa da cidade colonial. Ressalta-se também que Beatriz Santos trabalhou com uma documentação que registrou festas no século XVIII em localidades na América portuguesa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Vila Rica e Belém, que a própria autora argumentou serem cidades com estruturas urbanas mais complexificadas e de maior

vitalidade social (SANTOS, 2005). Assim, espaços bem diferenciados se comparados à cidade do Natal, conforme já exposto, até por essas localidades gastarem grandes somas na realização das cerimônias.

Ainda segundo Santos, cabia à câmara a definição dos percursos da procissão do Corpo de Deus, assim como todo o antecedente que correspondia ao reparo das ruas, definição da data, convocação dos moradores, e custos com a parte material, fossem velas, sermões, altares, entre outros. Portanto, a autora argumentou que o papel das câmaras nessa celebração era a do enquadramento do ritual, ao se recortar um espaço-tempo particular para a procissão, assim como papel da Igreja que também participava dessa solenidade, com fins de elaborar a unidade do reino português (SANTOS, 2005, p. 71;105).

Visto isso, também se considera que a relação da câmara com as elaborações das festividades que lhe cabia e a atuação sobre o espaço no qual participava dessas atividades ocorria por meio de um *enquadramento espaço-temporal*. Tal enquadramento correspondia não somente à elaboração de procissões religiosas, mas na própria função da câmara, que atuava sobre um espaço específico, reelaborando-o e transformando-o a partir das suas atividades cotidianas, assim como regulamentando o tempo dos moradores dessa espacialidade. Este último ocorria por meio das posturas, bandos e regulamentações que competiam às câmaras, referentes às questões fiscais, políticas, econômicas, entre outras, e que, assim, ordenavam, regulamentavam e fiscalizavam o cotidiano colonial, interferindo no espaço e no tempo da vida das pessoas que a essas questões se reportavam.

Sobre esse caráter de intervenção, autores que trabalharam com câmaras específicas destacaram as funções dessa instituição em suas localidades de atuação. Bicalho, conforme já relatado, tendo por objeto de pesquisa a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, argumentou que o espaço urbano setecentista nas cidades coloniais obedecia a códigos impostos pelas autoridades régias e concelhias. À câmara, competia legislar e fiscalizar questões relativas ao cumprimento das ordens emitidas

pelo rei, por meio da criação e emissão de posturas, acórdãos, multas e penas executadas pelos camarários (BICALHO, 2003, p. 240-241). Seguindo essa lógica, Avanete Sousa, pesquisando sobre a Câmara da cidade de Salvador, no século XVIII, concluiu que a função principal desta câmara citada era de controlar a vida cotidiana no termo pertencente a tal instituição, disciplinando, fiscalizando e orientando a vida pública, revelando este caráter interventor no cotidiano da cidade para resolução dos problemas que afetavam a sua população, inclusive nas procissões (SOUSA, 2013, p. 124-125). Para o caso da Câmara do Recife, George de Souza também percebeu a intervenção dessa instituição no cotidiano da vila. Segundo o autor, tais atitudes permitem perceber e também denunciam as condutas da população que eram desviantes do padrão determinado pelas *Ordenações do Reino* (SOUZA, 2003, p. 134-135). A câmara possuía uma função primordial que era gerenciar os aspectos relacionados ao bom funcionamento do cotidiano, realizando um *enquadramento espaço-temporal*, e, entre estes aspectos, a celebração de festividades tinha um papel de destaque.

Transpondo para o caso específico da câmara municipal a discussão de centro e periferia apresentada por Shils, observa-se como esta era instituição configura-se como um mecanismo institucional do centro que procurava integrar as partes dispersas do império ultramarino português, ao se buscar uma unidade administrativa que interligassem essas conquistas ao reino. Portanto, conforme já apresentado anteriormente quando exposto o trabalho de Beatriz Santos, as festas entrariam nessa lógica, especificamente a do Corpo de Deus, ao se buscar inculcar nas mentes os valores do centro sobre as periferias. Sobre isso, Shils afirmou que a sociedade possui um centro, no qual a zonal central interfere na vida das pessoas que a habitam, não sendo a zona central algo fixo localizado no espaço unicamente, mas se relacionando com os valores e crenças que são centrais para o governo da sociedade (1974, p. 53). Shils chamou de *sistema central de valores* os valores que orientam as decisões dos grupos que detém autoridade. Já o *sistema institucional central* constitui-se do conjunto de instituições que exercem autoridade e são legitimadas *pelo sistema central*

*de valores*. A difusão desses valores seria um mecanismo de integrar a sociedade, embora, a integração não ocorra de forma homogênea entre as partes (SHILS, 1974, p. 55-58). Segundo José Eudes Gomes, que trabalhou com as festividades na capitania do Ceará, estas atuavam no “sentido de encenar a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, corroborando a ordem estabelecida por meio da legitimação da monarquia, catolicismo e a lógica de distinções, em uma organização hierárquica e fragmentada”, além do papel pedagógico também em prol da manutenção da ordem social (GOMES, 2008, p. 29).

Portanto, pensa-se aqui como esse *sistema central de valores*, por meio das festas celebradas, teria alcançado a cidade do Natal, região periférica na América portuguesa; assim como essa periferia teria dado suas próprias respostas à integração de acordo com as especificidades desse espaço colonial<sup>108</sup>. Cabe ressaltar ainda que, nas relações de subordinação existentes nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, submetiam-se político-militarmente à capitania de Pernambuco, a capitania do Ceará desde 1656, a capitania do Rio Grande desde 1701, e a da capitania da Paraíba desde 1755. Judicialmente, a Ouvidoria geral da Paraíba foi criada em 1688, estando a capitania do Rio Grande e do Ceará a ela subordinadas, sendo que em 1723 foi criada uma ouvidoria própria para o território do Ceará. Havia ainda a Ouvidoria geral de Pernambuco, que abrangia a comarca de Alagoas e Itamaracá, essa última em meados do século XVIII, quando deixou de se submeter à Ouvidoria da Paraíba (MENEZES, 2006). Isto é de fundamental importância para se compreender essa relação de subordinação no contexto do império ultramarino e sobre esses aspectos de

---

<sup>108</sup> O conceito *centro-periferia* foi aplicado por A. J. R. Russell-Wood para entender a relação entre metrópole e colônia, e também dentro da própria colônia, relações intracolônia. Segundo o autor, o que constitui algo como “centro” e, que portanto, possui uma respectiva “periferia”, é algo subjetivo, e depende do ponto de vista do observador. Sobre a relação centro-periferia da metrópole-colônia, Russell-Wood afirmou que Portugal exercia sobre o Estado do Brasil um imperialismo cultural, refletido, inclusive, quando os colonos entendiam que a metrópole era o modelo de como a colônia deveria agir no que tange aos aspectos mentais, morais ou de saúde espiritual. In: (RUSSELL-WOOD, 1998)

integração de uma região periférica a seu correspondente centro que procurar-se-á analisar a seguir.

## A Câmara e as festas na Natal setencista

### **“Ainda que estranho se acordarem tão tarde”: celebrações possíveis na primeira metade do século XVIII.**

O arquiteto Rubenilson Brazão Teixeira, estudando a secularização do espaço urbano na capitania do Rio Grande, que, teve no início da colonização uma presença forte do sagrado, devido ao fato da Igreja Católica estar vinculada à Monarquia no reino português, afirmou que os usos do espaço urbano de Natal eram marcados ainda por esse componente religioso, no XVIII. Embora o caráter diminuto da aglomeração urbana não permitisse que na cidade do Natal fossem realizados espetáculos faustuosos como os ocorridos em Vila Rica, os rituais, celebrações e costumes característicos de uma teatralidade religiosa estavam presentes no espaço urbano de Natal, sendo as procissões as grandes manifestações públicas e mais constantes da cidade. O autor ainda ressaltou que esta era uma sociedade cujo estado de espírito e mentalidade era guiado por valores religiosos, e, portanto, isto se refletia nos usos que eram feitos do espaço urbano, pois as celebrações religiosas/políticas, muitas vezes entrelaçadas entre si, ocorriam no espaço urbano do lugarejo ou no próprio entorno. (TEIXEIRA, 2009, p. 72;83).

Camila Santiago, estudando as celebrações de *Corpus Christi* em Vila Rica, entre 1720-1750, afirmou o papel das câmaras na promoção de dois tipos de festividades: as ordinárias, que ocorriam anualmente de acordo com o calendário litúrgico; e aquelas extraordinárias, promovidas por ocasião de nascimentos, casamentos e exéquias da família real (2001, p. 489). Paulo Possamai analisou as

celebrações da monarquia portuguesa na Natal setecentista, conferindo destaque àquelas que diziam respeito às festas reais ou extraordinárias. Analisando fontes do século XVIII, como as que serão trabalhadas neste artigo, a conclusão do autor é que a elite local, representada na câmara, pouco teve interesse em realizar celebrações públicas, devido ao fato dos gastos que se realizariam com tais atividades, e o não retorno desses dispêndios, embora ele não tenha demonstrado dados que comprovem isso<sup>109</sup>. A falta de recursos da Câmara de Natal seria um reflexo do estado econômico da cidade, o que não colaborava para que essas demonstrações públicas de poder fossem feitas, se comparadas às outras localidades proeminentes, como Vila Rica. Já por outro lado, Possamai afirmou que as autoridades régias na capitania procuravam celebrar essas datas importantes, pois, assim reforçam seus laços de fidelidade à monarquia, com vistas ao prosseguimento na carreira administrativa no império ultramarino (2013, p. 140).

A celebração que Possamai destacou para essa última afirmação foi os festejos de casamento dos príncipes herdeiros de Portugal e da Espanha, perceptível em carta enviada pelo capitão-mor do Rio Grande, Domingos de Morais Navarro, ao rei, em 1729, apesar das dificuldades da capitania em realizar tal celebração (2013, p. 134). Depois dessa data, o que o autor percebeu no século XVIII foi uma dificuldade financeira em realizar as celebrações monárquicas, como registros nos termos de vereação que enfatizam a falta de recursos para as honras devidas à morte do rei D. José I, em 1777, e em 1786 por casamentos de príncipes (POSSAMAI, 2003, p. 137). Assim, para Possamai, a Câmara de Natal, ao longo do XVIII, isentou-se da responsabilidade de celebrar em nome da monarquia e da religião, tendo por justificativa principal a questão financeira. O autor destacou uma vereação de 1712, em que os camarários registraram a obrigação em se realizar a festa de corpo de Deus, o que demonstraria seu desinteresse até em realizar as festas religiosas. Ressaltou que

---

<sup>109</sup> Neste artigo, também não foi realizada uma busca para perceber os recursos disponíveis pela Câmara de Natal ao longo do século XVIII. Apesar disso, concorda-se com a argumentação utilizada por Possamai acerca dos recursos como um dos fatores para a pouca realização dessas festividades.

parecia haver um interesse maior pelas festas locais, quando em um termo de vereação de 1767, registra-se a deliberação sobre a compra de velas para a festa de Nossa Senhora da Apresentação (2013, p. 138-139).

Conforme exposto, em 26 de abril de 1712, registra-se nos termos de vereação a decisão de se “fazer a festa do Corpo de Deus por ser festa real e ser o Senado obrigado a fazê-la”<sup>110</sup>. Portanto, denota-se disto, que até esse momento os camarários do Natal pareciam não vir realizando a festa do Corpo de Deus, uma das mais solenes do império português. Assim, parece haver uma tomada de consciência da obrigação da realização da festa, por meio de uma jurisdição à qual a câmara se reportava, que era a da ouvidoria na Paraíba<sup>111</sup>. Pode-se fazer um paralelo com os desafios da governança do Rio Grande, identificados por Carmen Alveal, entre a segunda metade do século XVII e as duas primeiras décadas do século XVIII. Destaca-se a dificuldade de algumas câmaras em executar as ordenações, como por exemplo, a Câmara do Natal que não possuía em seu prédio uma cópia dessa legislação, vindo a possuir as Ordenações Filipinas apenas em 1723. A autora indagou como uma instituição que representaria o ordenamento jurídico poderia implementar as decisões régias se as diretrizes impressas não estavam acessíveis (ALVEAL, 2013, p. 39)<sup>112</sup>. Portanto, conjugando estes dois casos, pode-se perceber, adentrando-se o

---

<sup>110</sup> Agradece-se à professora Fátima Martins Lopes, do Departamento de História da UFRN, por ter disponibilizado e cedido o catálogo dos Termos de Vereação da Câmara da Cidade do Natal, para o LEHS-RN (Laboratório de Experimentação em História Social), facilitando e agilizando o desenvolvimento desta pesquisa. In Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documento 0610. fls. 059v.

<sup>111</sup> Deve-se lembrar que a capitania do Rio Grande era subordinada judicialmente à capitania da Paraíba, que era a cabeça da comarca, e, portanto, para que os oficiais assumissem na câmara de Natal, conforme documentação produzida pela vereação, precisavam da emissão das cartas de usança que eram expedidas pelo ouvidor geral, que estava fixado na cidade de Filipeia. Esse funcionário régio também fazia visitas, chamadas de correição, a fim de vistoriar o que era realizado pelos camarários, e era requerido para averiguar o processo do pelouro, embora nem sempre fosse possível estar presente nesse momento, assim como cabia a ele conforme exposto emitir ou não a carta que garantia o acesso a um posto camarário em Natal. Portanto, os oficiais em âmbito local nas câmaras eram fiscalizados quanto às suas ações por outros funcionários régios, como o exemplo do ouvidor, que fazia visitas periódicas; e às ordenações do Reino cabiam o papel da padronização, aproximando o âmbito local com o poder no reino. Ver Herculano; Garcia *apud* (SOUSA, 2013. p. 30).

<sup>112</sup> A autora Carmen Alveal tem por base o caso das ordenações in DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**, p. 119.

século XVIII, a emissão dos direcionamentos do centro sobre essa periferia, como na realização de uma festa obrigatória, como a do Corpo de Deus, e a inexistência de um documento que representava a padronização da legislação reinol.

Foi registrado nos livros de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal, uma carta de 12 de julho de 1712, no qual o bispo de Pernambuco respondia aos camarários sobre a permissão para realizar a procissão do Corpo de Deus. A resposta do bispo interessa, pois ele disse que

...louvo muito a vossas mercês o zello de quererem fazer a procissão do corpo de Deus nessa cidade ainda que estranho se acordarem tão tarde para huma ação de tanta solenidade [para?] o mesmo senhor e de indulgências para os omens para o qual não e o necessário provisão de Sua Majestade nem a minha porque a constituição a manda fazer com toda a solenidade e juntamente a Ordenação do Reino...<sup>113</sup>

Portanto, após receber a ordem do ouvidor, os camarários se reportaram ao bispo de Olinda, a fim de que deste recebessem a autorização para realização da procissão do Corpo de Deus. O mesmo bispo na carta ainda agradece que estes tenham em consideração a sua jurisdição. Percebe-se nisto, que se apenas em 1723, os camarários tiveram em mãos as Ordenações, justifica-se o fato de não saberem da obrigatoriedade de realização dessa festa, o que causou estranheza ao bispo. Algo que parecia usual para o bispo de Pernambuco, não o era para os camarários de Natal, revelando duas espacialidades, e duas formas de integração da periferia ao centro, sendo a primeira em maior escala e a segunda em menor escala. Tanto os bispos, como o ouvidor, representavam instâncias do centro, que procuraram efetivar os valores deste sobre a cidade do Natal.

Embora se tenha registrado ser obrigatório a realização da festa de Corpo de Deus, surpreende que entre 1674 e 1823, anos que se tem documentos dos termos de vereação, essa festa tenha sido realizada apenas no ano de 1713, após o termo de

---

<sup>113</sup> Registro de uma carta do Bispo sobre a procissão de Corpus Christi. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708 – 1713). Fl. 113

vereação de 1712, que ressaltava a necessidade de sua realização<sup>114</sup>. Assim, caberia ao procurador da câmara de 1713, capitão Domingos da Silveira, administrar os custos da realização da festa do Corpo de Deus. Em 13 de fevereiro de 1713, os camarários deliberaram que o procurador “fizesse vir o pendão de chamalote verde ou, em falta deste, de damasco da mesma cor, do mais barato que houver, com sua franja e cordões e rolotês de retrós e uma bola de prata com sua cruz, com as armas reais bordadas no meio do pendão”, conforme o provimento do corregedor Jerônimo Correa do Amaral. Em 10 de junho do mesmo ano, decidiram reunir-se em 14 de junho, para no dia seguinte realizar a festa do Corpo de Deus, também conforme ordem e provimento do mesmo corregedor. Um dia após a festa, os camarários reuniram-se novamente para que o procurador arcasse com as despesas da celebração<sup>115</sup>. Portanto, a mais solene festa realizada pelas câmaras municipais parece ter acontecido na cidade do Natal apenas uma vez, à custa da tentativa de uma autoridade régia, o ouvidor, implementá-la nessa localidade, o que não veio a se efetivar nos anos seguintes.

Ainda no mesmo ano de 1713, foram registradas as únicas festas realizadas pela Câmara da cidade do Natal na primeira metade do século XVIII, também em decorrência de uma tentativa de intervenção mais contumaz do ouvidor da Paraíba. Assim, em janeiro de 1713, realizou-se a “festa ao Glorioso Mártir São Sebastião no valor de 22\$320 réis”<sup>116</sup>. Já em vereação de 16 de julho, após realização da festa do

---

<sup>114</sup> Carlos Alberto Ximenes, explorando os anos de 1644-1692, na cidade de São Luís do Maranhão conseguiu perceber a realização de festividades religiosas ou cívicas frequentes relacionadas ao poder camarário. A documentação sobre festas é mais detalhada do que a de Natal, registrando-se a recorrência das festas do Corpo de Deus, Anjo Custódio e São Sebastião, por exemplo, além das festas régias. (2003, p. 149). Camila Santiago também percebeu a frequência da celebração anual de *Corpus Christi* e de São Sebastião, em Vila Rica, durante os anos de 1720-1750, em que eram despendidas quantias consideráveis na elaboração das mesmas. (2001, p. 493).

<sup>115</sup> Catálogo... Documentos 0637, 0649 e 0650. fls. 073-074, 078v-079.

<sup>116</sup> Segundo Avante Sousa, além das três festividades obrigatórias dispostas nas Ordenações do Reino, outras foram sendo incorporadas na cidade de Salvador ao longo do tempo, correspondendo aos camarários a tarefa de realizar dez procissões ao longo do ano. Comparando-se com a cidade do Natal, em fins do século XVIII, as festas de Corpus Christi, São Francisco Xavier e Santo Antônio, custavam, respectivamente, aos cofres camarários soteropolitanos, 642 mil réis, 248 mil réis e 234 mil réis. Assim, vê-se a recorrência dessas celebrações e o alto dispêndio realizado, algo que não se pode comparar à cidade do Natal. In (SOUSA, 2013, p. 116-117).

Corpo de Deus, foi autorizado o pagamento despendido na festa do Anjo Custódio<sup>117</sup>. Portanto, em um ano foram realizadas despesas com três festividades religiosas, que não ocorreriam novamente na cidade, pelo menos do que se tem registro.

No dia 17 de julho de 1713, após a autorização para pagamento da festa do Anjo Custódio, há o registro no Arquivo Histórico Ultramarino-RN de uma carta enviada pelos camarários ao rei, pedindo permissão para realizar as festas, recebendo propinas por elas, tal como acontecia na capitania da Paraíba. Nesta carta, os oficiais confirmam que o ouvidor da Paraíba, Jerônimo Correa do Amaral esteve realizando correição na capitania, na qual deixou um provimento para que o Senado da Câmara do Natal realizasse as festas de São Sebastião, Corpo de Deus e Anjo Custódio, especificando como deveria ser feita. Assim, percebe-se o porquê da realização dessas festividades em 1713. O objetivo dessa carta ao rei, segundo os camarários era “*para nos conceder o pudermos festejar na mesma forma e solenidade que naquella capitania [da Paraíba] se observa, e para pudermos levar as mesmas propinas*”<sup>118</sup>. Nisto, observa-se, conforme já citado, a intervenção de uma outra autoridade sobre a cidade do Natal; e a busca em se assemelhar a uma capitania que atuava enquanto centro sobre a capitania do Rio Grande, que era a capitania da Paraíba, cabeça da comarca, conforme salientado nas relações de subordinação existentes nas Capitânicas do Norte. Informados da lei, os camarários procuraram se adequar e cumprir o que lhes fora estabelecido. Percebe-se também a busca em receber propinas ao participarem dessas solenidades, que estava previsto em lei, e que segundo a mesma carta os camarários da Paraíba recebiam dois mil reis em propina por cada solenidade em que compareciam<sup>119</sup>.

Essa carta é respondida aos oficiais camarários do ano de 1718, sendo registrada nos livros de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal, entretanto,

---

<sup>117</sup> Catálogo... Documentos 0633, 0633 e 0654. fls. 070-071v, 080-080v.

<sup>118</sup> CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V], pedindo que lhes fosse concedida permissão para fazerem as festas e receberem propinas delas como acontecia na Paraíba. In: AHU-RN, Papeis Avulsos, Caixa 1, Documento 69.

<sup>119</sup> Boxer ressaltou que quando esses camarários assistiam regularmente as procissões, recebiam propinas por isso, destacando a festa de Corpus Christi como a principal, seguida do padroeiro da localidade. (BOXER, 2002, p. 290).

a parte da resposta do rei ao pedido se encontra ilegível<sup>120</sup>. Independente disto, percebe-se que apenas na segunda metade do século XVIII, os camarários voltariam a receber comunicações régias para realizar festividades, sendo outras nesse momento as obrigatórias.

### **“Faço saber a vós oficiais da Câmara da cidade do Natal do Rio Grande”: celebrações possíveis na segunda metade do século XVIII.**

Segundo Rubenilson Brazão Teixeira, o ano de 1759 é um marco para a história do Brasil, pois com a expulsão dos missionários jesuítas, inaugura-se efetivamente uma nova etapa do processo de secularização nas cidades da América portuguesa, e, em especial, à capitania do Rio Grande. O autor entende que a partir deste momento são lançados os fundamentos da *Cidade dos Homens*, entretanto, destaca que a *Cidade de Deus* é uma realidade ao longo de todo o período da segunda metade do século XVIII. Para ele, na chamada “era de Pombal”, a cidade passou a ocupar um papel de extrema importância, assim como as questões urbanas na geopolítica elaborada pelo Marquês (TEIXEIRA, 2009, p. 99-100).

Ressaltando a condição de periferia da capitania do Rio Grande, Hanna Bezerra procurou analisar a importância dos espaços de vivência percebidos nas festividades, especificamente na segunda metade do século XVIII, escolhendo para isso a procissão da Ressurreição. Esta ocorreria durante a semana santa na cidade do Natal. A autora procurou destacar os conflitos que existiam no espaço percorrido pelas festas, revelando relações de poder e disputas entre autoridades pela precedência de certas localidades. Utilizando da documentação das cartas e provisões do Senado

---

<sup>120</sup> Registo de hua carta que escreverão a Sua Magestade que Deus guarde aos officiaes da Camara deste Senado este anno de 1718, sobre as propinas das festas que se costumarão fazer. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720) fl. 78v.

da Câmara do Natal, Hanna Bezerra detectou um conflito entre camarários e o provedor da Fazenda Real, sobre o local atrás do pátio na procissão, registrado em carta de 1758, enviada pelos próprios camarários ao governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Segundo estes, o local atrás do pátio não poderia ser ocupado pelo provedor, pois já lhes pertencia. Para Bezerra, a publicização da procissão, tornando visível o percurso pela cidade, era buscada pelas autoridades locais, querendo legitimar-se perante a sociedade, e, assim, um espaço na procissão, atrás do pátio, visto como de grande importância, era motivo de disputa (BEZERRA, 2015, p. 150-152).

Além deste caso, em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, referente à capitania do Rio Grande, a autora percebeu outro conflito relacionado à disputa de poder por um espaço, desta vez entre autoridades eclesiástica e leiga. Em 1º de fevereiro de 1798, o provedor da Fazenda Real do Rio Grande, António Carneiro de Albuquerque reclamou da retirada de sua cadeira da Igreja matriz da cidade, que segundo o mesmo sempre pertenceu aos provedores que ali assistiam. Essa carta foi endereçada ao Ministro do Reino, D. Tomás Teles da Silva, reclamando do vigário Feliciano José Dornelas. Para Bezerra, a atitude do vigário teria ferido não apenas a autoridade do provedor, mas a instituição que este representava, e também a visibilidade deste em um espaço conforme o caso anterior. Assim, concluiu a autora, por meio dos dois casos, que em uma sociedade hierarquizada, as autoridades buscavam sua legitimação frente às elites locais da cidade, resultando em conflitos de poder. Não era apenas o local a ser ocupado, mas os conflitos por espaço representavam a legitimação da autoridade, e assim, seu *status* perante esta sociedade (BEZERRA, 2015, p. 152-155).

Rubenilson Teixeira já havia explorado tal caso, ao estudar a questão da secularização do espaço urbano na cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII, tendo concluído que tal caso demonstrava “uma mentalidade profundamente marcada pela religiosidade e pela associação intrínseca entre o prestígio político – e

intelectual – e o espaço sagrado, ainda que se trate, nesse caso, do espaço arquitetônico, o interior da igreja matriz”. O autor ainda acrescentou que sobre esse caso, o capitão-mor do Rio Grande chegou a intervir, por ordem do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre as alegações utilizadas pelo capitão-mor, ficou registrado que este era um costume praticado pelos antecessores do Provedor-mor, e a rainha havia emitido uma ordem para que o vigário restituísse a cadeira ao lugar de origem, além de ter repreendido o mesmo. (TEIXEIRA, 2009, p. 104-105).

A segunda metade do século XVIII marcou uma nova obrigatoriedade sobre a relação entre os camarários da cidade do Natal e as festividades. Se na primeira metade do século XVIII, o ouvidor da Paraíba alertou sobre a obrigação em se realizar três festividades, nesse outro momento, foi o próprio rei D. José I que ordenou acerca das festividades em que os camarários deveriam participar. Assim, registrou-se nos livros de cartas e provisões do senado da Câmara de Natal, em 1759, decisão régia de que os oficiais camarários tinham a obrigação de “*assistir as solemnidades de São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora*<sup>121</sup> e *sem vencer propinas e nem fazer outra despesa*”, por despacho de 1758. Segundo o rei, o objetivo disto era evitar dúvidas que haveriam em outras câmaras sobre esta matéria<sup>122</sup>. Além do registro, os camarários enviaram ao rei uma carta afirmando que registraram “*o regimento das ordenanças que Vossa Majestade foi servido mandar a este Senado*”, sem despesas nem propinas<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Festas realizadas em prol da preservação da vida do rei resguardada apesar dos terremotos que abalaram Lisboa, no ano de 1755. (TEIXEIRA, 2009, p. 80).

<sup>122</sup> Registro de uma ordem de Sua Magestade dirigida ao Senado da Camara, explicando que essa corporação só tem obrigação de assistir oficialmente e as festas de São Francisco de Borja de Nossa Senhora do Patrocínio. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 10 (1755-1760). fl. 154v.

<sup>123</sup> Registro de uma carta do Senado da Camara a Sua Magestade, participando que o Senado fez registrar a ordem recebida de dever assistir as festas de São Francisco de Borja e de Nossa Senhora do Patrocínio, sem fazermos despesa nem levarmos propina. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 10 (1755-1760). Fl. 156; CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. José] informando terem recebido a ordem régia sobre a assistência às solemnidades de São João de Borja e do Patrocínio de Nossa Senhora, sem fazer despesas, nem levar propina alguma. AHU-RN, Papeis Avulsos, Caixa 7, Documento 414.

Anteriormente a isto, em 1757, encontra-se registrado no AHU-RN, duas cartas dos oficiais camarários de Natal enviadas também ao rei D. José sobre a recepção de um decreto sobre as festividades anteriores. Na primeira carta, enviada em 1º de março de 1757, os camarários informaram ao rei ter registrado o decreto real para que em novembro, no domingo que se celebra a festa do Patrocínio de Nossa Senhora, fosse realizada uma solene procissão com jejum na sua véspera, rogando à Soberana Rainha dos Anjos. Já na segunda carta, enviada em 1º de maio de 1757, informou-se ao rei sobre o registro do decreto em assistir à festa de São Francisco de Borja<sup>124</sup>. Em vereação de 17 de setembro de 1757, consta que havia 355\$378 réis no cofre da Câmara do Natal, e que para realizar as duas festas ordenadas pelo rei, que fossem todos os anos, seriam necessários 64\$000 réis. Já em 14 de outubro de 1757, os camarários registraram que a festa de São Francisco de Borja havia sido realizada, e que esta deveria ser paga<sup>125</sup>. Portanto, destaca-se que se nos registros de 1757, os oficiais camarários tiveram despesas com as festas citadas, já no registro de 1759, resultado de uma ordem régia de 1758, para a festa de Nossa Senhora do Patrocínio e a de São Francisco de Borja, não seria necessário gastar despesas ou receber propinas, mas apenas a presença destes deveria ser garantida nas celebrações. Assim

---

<sup>124</sup> CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. José] sobre a recepção do decreto real para celebração da festa do Patrocínio de Nossa Senhora com uma procissão solene, e informando que foram feitos os devidos registros. AHU-RN, Papeis Avulsos, Caixa 7, Documento 404; CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. José] informando terem recebido o regimento das ordenanças. AHU-RN, Papeis Avulsos, Caixa 7, Documento 403; Ver também Carta feita a Sua Magestade sobre a festa de São Francisco Borja. Fundo documental do IHGRN. Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 13 (1756-1826). fl. 120.; Registo que da a camara a Sua Magestade de se achar entregue do registro para a festa da Rainha dos Anjos. Fundo documental do IHGRN. Caixa 06 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 13 (1756-1826). Fl. 120v.

<sup>125</sup> Esses documentos não se encontram no Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823), pois correspondem a um período temporal que há lacunas no mesmo catálogo. Entretanto, em pesquisa realizada pelo Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-RN) no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foram encontrados os termos de vereações que correspondem às lacunas do catálogo citado. Dessa forma, foi realizada transcrição paleográfica dessa documentação que aqui foi utilizada. In Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Senado da Câmara do Natal. Livro de posse, juramento e sessões. 1753-1776.

como ocorreu com as festas celebradas em 1713, essas de 1757 não são mais registradas nos anos seguintes nos termos de vereação.

Abordando esse caso, em trabalho já citado, Paulo Possamai conjecturou que os oficiais camarários deveriam ter pedido algum subsídio para o gasto com tais festejos, pois na carta de 1759, diferentemente da de 1757, estes informariam mais uma vez da decisão régia sobre as festas, acrescentando sobre a questão de não ter despesas nem obter propinas. Segundo Possamai, as propinas seriam interessantes como fontes extras de recursos para essas pessoas, compensando gastos e serviços, visto o ofício de camarário não ser remunerado. Entretanto, para o autor, a Câmara de Natal buscou se isentar de financiar as celebrações em honra à monarquia ou à religião, utilizando novamente como argumento a questão financeira. Assim, o autor percebeu também os argumentos dos camarários nos termos de vereação sobre a falta de recursos para honrar a morte de D. José I, em 1777, e em honras aos casamentos dos príncipes, em 1786, conforme já exposto anteriormente (POSSAMAIA, 2013, p. 137-138).

Todavia, Possamai não utilizou a fonte que registrou a ordem régia de 1758, decisão que abordou apenas a obrigatoriedade sobre assistir as solenidades, sem propinas ou despesas, que resultou no envio da carta em 1759, conforme citado. Percebe-se justamente essa mudança entre a decisão régia de 1757 e 1759. Não se observou o envio de cartas dos camarários sobre a questão em si das propinas e despesas, mas se pode pensar também que o alívio do rei sobre essa questão financeira foi de agrado dos camarários, visto ficarem isentos de um encargo que era tão custoso para suas rendas.

Sobre as festas na capitania do Ceará, em 1757-1817, José Eudes Gomes também percebeu a presença da decisão régia sobre a festa do Patrocínio de Nossa Senhora nesta localidade, concomitante à cidade do Natal. Na Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em 30 de março de 1757, em resposta a uma carta régia de 13 de novembro de 1756, informavam à Sua Majestade que mandavam celebrar tal

festividade, em nome da “soberana Rainha dos Anjos”. Segundo o autor, desse modo, os oficiais buscavam ser exemplo para as populações da vila, realizando um paralelo entre o reino dos céus e o reino da terra, governado por Nossa Senhora e seus anjos, e pelo rei e seus vassallos, respectivamente (GOMES, 2008, p. 1-2). Destaca-se como os camarários de Natal estiveram informados ao mesmo tempo que outra região colonial, e, que, portanto, o rei procurava homogeneizar as regiões coloniais, utilizando das festividades, como forma de difundir os valores do centro, tendo sido realizadas as festividades que foram celebradas tanto em Fortaleza quanto em Natal.

Ainda sobre isso, José Eudes Gomes também percebeu a ordenação para comemoração a São Francisco de Borja, da Companhia de Jesus, por ordem régia de 5 de setembro de 1756, citada em carta do capitão-mor do Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henriques, enviada ao rei em 1757. Assim como os camarários de Natal, em 1759, os da vila de Fortaleza enviaram carta ao rei confirmando que receberam a nova ordem real para assistir as solenidades referentes a São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora, entretanto sem propina alguma. Para Gomes, percebe-se como a realização dessas festas estava a cargo das câmaras, promovendo-as e arcando com as despesas (GOMES, 2008, p. 18).

Sendo assim, argumenta-se, por meio dessas duas localidades, Natal e Fortaleza, que a deliberação sobre o não custo com despesas e propinas partiu do rei de Portugal, como forma a uma resposta das situações verificadas pelas câmaras ao longo do século XVIII, sendo oneroso para estas localidades a realização de tais solenidades. Entretanto, deveriam comparecer a elas, provavelmente celebradas por outros órgãos, como a Igreja, e, assim, continuarem a ser exemplo, e difundirem os valores do centro, enquanto instituição, para os moradores dessas localidades. Percebe-se também uma tentativa de intervenção régia mais incisiva no aspecto de festas sobre essas localidades, que obtém respostas diferenciadas. Eudes Gomes conseguiu observar a recorrência de festividades na capitania do Ceará relacionada às celebrações da monarquia, que não foi verificada na cidade do Natal. Usando as

palavras de Eudes Gomes, nas celebrações a monarquia se fazia presente, entretanto, pelo menos, para o caso da cidade do Natal, nesse aspecto, as representações reais pareciam ser bem mais frouxas, e os elos de integração da periferia ao centro mais distantes.

Por fim, registra-se, para o final do século XVIII nos termos de vereação da cidade do Natal, a comemoração da festa da Ressurreição, e da padroeira local, Nossa Senhora da Apresentação, e a contribuição dos camarários para a compra de velas que seriam usadas nessas solenidades. Assim, em 15 de abril de 1775, os camarários ordenaram a compra de seis velas de uma libra de cera branca, que foram utilizadas na festa da Ressurreição, acompanhada da procissão. Já nos dias 17 de novembro de 1792, e em 20 de novembro de 1793, como um costume “antiquíssimo”, se acompanharia à tarde a procissão do Santíssimo Sacramento, acompanhando também a Festa de Nossa Senhora da Apresentação na Matriz da cidade, comprando velas de uma libra (sete no primeiro dia, e seis no segundo dia citado)<sup>126</sup>.

Assim como apontou Possamai, parece haver um interesse maior dos camarários em celebrar as festividades locais, do que aquelas que procuravam o centro ordenar sobre a cidade do Natal. Conforme observado na documentação, a festa de Nossa Senhora da Apresentação e da Ressurreição pareciam ser comemoradas há muito tempo, fazendo parte do cotidiano dos camarários assisti-las, frente aos moradores da região, demonstrando seu prestígio e *status*, cumpridores do seu papel enquanto católicos. Parece haver também pouco dispêndio de recursos dos camarários em tais celebrações. Desse modo, o que para outras regiões parecia uma norma, para o caso da cidade do Natal, conforme visto ao longo do trabalho, era exceção. As festas que exaltavam a figura do rei e da monarquia não se fizeram aqui com frequência, sendo preferidas as festividades locais, que por não serem dispendidos tantos recursos pela câmara, parecem não terem sido registradas na documentação produzida por esta.

---

<sup>126</sup> Catálogo... Documentos 1983, 3028 e 3116. fls. 179v, 186, 010-010v.

## Considerações finais

Por meio de um tema de aspecto cultural, como as festas, pôde-se pensar as relações espaciais, a partir da perspectiva de centro e periferia formulada por Edward Shils, na Natal setecentista, integrada ao contexto do império ultramarino português. Aliás, sobre esse aspecto da integração buscou-se pensar em que medida essa espacialidade, tida por periférica, se relacionava com os mecanismos do centro. Assim, destacou-se dois momentos do século XVIII, primeira metade e segunda metade, nos quais o centro procurou integrar a periferia por meio de ordenações referentes às celebrações. Em um primeiro momento, 1712-1713, coube ao ouvidor da Paraíba, representante régio, e em um segundo momento, coube ao próprio rei, entre 1757-1759, determinar o cumprimento das decisões do centro. Embora os camarários possam ter respondido prontamente essas ordenações, e aparentemente acatado as decisões do centro, o que se observou foi que não ocorreu uma efetividade e frequência, sendo as respostas da periferia repassadas de acordo com as especificidades dessa localidade.

Nisso, diferentemente do que afirmaram trabalhos que pensaram a relação entre câmara e festividades em outras espacialidades, consideradas proeminentes no império ultramarino português, para o caso de Natal, observa-se que a regra não se efetivou, sendo o que era “comum” para outros espaços, uma exceção. Em momentos pontuais, registra-se as atividades de festas célebres como a do Corpo de Deus, Anjo Custódio e São Sebastião, na primeira metade do século XVIII, e São Francisco de Borja e Nossa Senhora do Patrocínio, na segunda metade do mesmo século. Inclusive, registra-se apenas uma vez a celebração dessas festas. A resposta a isso ocorre por meio do aspecto cultural, econômico, social, entre outros, que caracterizam essa espacialidade, considerada periférica, e que por meio dessa conjuntura, oferecia respostas próprias ao centro, que procurava integrá-la. Por isso, afirma-se que a câmara faz a festa, “ainda que estranho se acordarem tão tarde”, referindo-se à

expressão utilizada pelo bispo de Pernambuco, quando questionado pelos camarários de Natal se poderiam realizar a festividade de Corpus Christi no ano de 1713.

Por fim, destacando o que Beatriz Catão Santos afirmou, sobre a festa de Corpo de Deus, haveria uma imbricação entre Monarquia e Igreja, cabendo às câmaras a realização dessas festividades, e na divulgação da fé católica, assim como do rei, diferentemente do que se vivencia atualmente. Buscava-se, a partir dessas celebrações, apresentar um reino homogêneo, Igreja e Monarquia, e a ideia do *consenso*, artifício próprio do centro para integrar as partes de uma sociedade.

## Referências

- ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder; SANTOS, Rosenilson (Orgs.). **Capitania do Rio Grande. Histórias e colonização na América portuguesa**. João Pessoa, Natal: Ideia Editora, EDUFRN, 2013.
- BEZERRA, Hanna Gabrielle Gomes. Lugares solenes, poderes em conflitos: as disputas por espaços na procissão da Ressurreição na cidade de Natal-RN. *Bilros*, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 143-157, jan.-jul. 2015. Seção Artigos.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOXER, Charles. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. In: \_\_\_\_\_. **O Império ultramarino português 1415-1825**. Charles Boxer; tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- GOMES, José Eudes. "Quando o sertão faz a festa, a monarquia se faz presente: festas e representações monárquicas na capitania do Ceará (1757-1817)". In: **Cantareira**, Niterói, v. 13, 2008.
- MENEZES, Mozart Vergetti de. **Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte (1654-1755)**. Saeculum – Revista de História. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006.

POSSAMAI, Paulo. Celebrações da monarquia portuguesa na Natal setecentista. In: MACEDO, Helder; SANTOS, Rosenilson (Orgs.). **Capitania do Rio Grande. Histórias e colonização na América portuguesa.** João Pessoa, Natal: Ideia Editora, EDUFRN, 2013.

RUSSELL-WOOD, A. J. R.. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808.** *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v.18, n.36, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Maio 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Os gastos do Senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para *Corpus Christi* (1720-1750). In: JANCSO, István; Kantor, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América portuguesa.** Vol. II. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa-século XVIII.** São Paulo: Annablube, 2005.

SHILS, Edward. **Centro e periferia.** Lisboa: Difel, 1974.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder política local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Os Homens e os Modos da Governança.** A câmara Municipal do Recife no Século XVIII. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da câmara – Viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)**. São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2003.

# UMA DISCUSSÃO DE CLASSE E UMA HISTÓRIA SOCIAL DO BLUES NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS

André Felipe de Albuquerque Espínola<sup>127</sup>

Artigo recebido em: 23/05/2016.

Artigo aceito em: 14/07/2016.

## **Resumo:**

O presente artigo pretende realizar um estudo através de um diálogo entre a história, o espaço geográfico e a música. Do primeiro, debatemos mais especificamente os conceitos de classe do historiador marxista inglês E. Thompson; do segundo, analisamos alguns traços marcantes do espaço geográfico, mais especificamente o sul dos Estados Unidos no início do século XX, ao redor do Delta do Mississippi, bem como a relação que esse espaço teve com as pessoas que viviam nele; por fim, observamos o estilo musical do blues e buscaremos compreender como a experiência cultural dos trabalhadores da região do Delta do Mississippi contribuiu para dar forma ao estilo entre as décadas de 1920 e 1940.

**Palavra-chave:** Blues – história social – experiência – classe, cultura.

---

<sup>127</sup> Graduando em História na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB  
<http://lattes.cnpq.br/0739723393153478>

**Abstract:**

This article intends to conduct a study through a dialogue between History, geographical space and music. From the first one, we discussed more specifically the concept of class from the English Marxist historian E. Thompson; the second point, we analyzed some striking features of the geographical area, specifically the southern United States in the early twentieth century, around the Mississippi Delta, and the relationship that this space had with the people who lived in it; finally, we observed the musical style of blues and seek to understand how the cultural experience of workers in the Mississippi Delta region helped shape the style, especially between 1920 and 1940.

**Key words:** blues – social history – experience – class – culture.

\* \* \*

**Introdução**

Foi por meio do blues que surgiu e proliferou um canal de comunicação importante para grande parcela dos negros norte-americanos que vivenciavam o momento de transição da primeira metade do século XX.

Antes, no entanto, temos que fazer duas considerações relevantes; a primeira se refere ao reconhecimento do impacto e da influência do blues nas principais formas da música popular do século XX, do jazz ao rock, do gospel ao soul e do funk, através de processos de apropriação, cruzamento e fusão da música com a cultura, identidade, elementos raciais e condições sociais e econômicas; a segunda consideração que devemos fazer trata da própria origem do blues como o conhecemos hoje, como produto da indústria cultural de massa, como um produto para ser vendido e que

fosse atrativo para o grande público consumidor da comunidade negra. Esse blues comercial é apenas a ponta do iceberg, já que certamente sofreu mudanças consideráveis diante da necessidade de adaptar-se às novas tendências e exigências comerciais e deve ter perdido elementos importantes de sua tradição popular mais autêntica e sincera, mas, como é graças a ele que temos os registros mais remotos do blues, toda a esfera musical da análise também é a partir dessas gravações de blues do despontar da indústria fonográfica das décadas de 20 e 30, principalmente, ou, para usar um termo da época, discos de raça (“race records”), para taxar no nome o mercado a que ele era destinado. Portanto, esses blues não vinham carregados de uma intencionalidade histórica, na qual os bluesmen buscavam se eternizar, mas sim como um meio de vida, de onde poderiam conseguir algum dinheiro e também servir de um canal de comunicação entre os membros da comunidade. Ou seja, em uma sociedade bastante segregada racialmente, o blues surge como uma música da comunidade negra para a comunidade negra. “Todo negro, do Norte e Sul, que tivesse o dinheiro comprava um aparelho fonográfico. Todo jovem rapaz, cortejando sua garota no sábado a noite, trazia consigo o último hit da Paramount ao invés de uma caixa de doces” (LOMAX, 1993, p. 441).

Dessa forma, o blues, se constitui numa fonte de grande importância para investigarmos as relações econômicas e sociais entre a população negra do sul dos Estados Unidos, dialogando com elementos da obra do historiador inglês E. Thompson, especialmente em suas contribuições sobre as noções de classe social, experiência, consciência social, teatro de poder, formas de luta, costumes, etc. Utilizando as canções de blues como fontes históricas imprescindíveis, nas quais seus autores lidavam, dialogavam e comunicavam traços da vida individual e em comunidade, podemos problematizá-las e questioná-las acerca de como essas canções de blues, que transitavam com constância nas residências de homens e mulheres negros(as), tanto urbanos(as) quanto rurais, representavam as suas inquietações diante do mundo, um mundo material em transformação e do qual, em muitas ocasiões, eram proibidos de desfrutar; a visão que eles tinham diante da opressão e exploração

de que eram diariamente vítimas numa região extremamente racista e violenta consigo mesmos e com seus pares; as formas de vida e as formas de luta que transpareciam nas letras das canções e de que forma elas transpareciam, ou seja, de forma velada, cheia de mecanismos de autodefesa ou se críticas e percepções do mundo apareciam de forma clara e aberta.

Esse gênero musical expressou brilhantemente a condição contraditória de ser 'livre e cativo ao mesmo tempo'. As letras tocaram nas vicissitudes da exploração econômica e da discriminação racial, da solidão, das preocupações, e, sobretudo, dos desejos de escapar aos confinamentos de raça, classe e gênero. (KARNAL, 2007, p. 157)

No entanto, outras fontes escritas e depoimentos pessoais nos permitem observar características técnicas e recursos culturais bem mais remotos do que isso, movendo o discurso para além das letras e dos grandes cantores de blues e levando-o para o sujeito histórico anônimo, na maioria das vezes invisível, mas que também reflete as relações sociais e econômicas experimentadas pelos notáveis bluesmen. Nessa perspectiva encontram-se os trabalhos desenvolvidos pelos folcloristas e etnomusicólogos John e Alan Lomax nas suas gravações de campo para o Library of Congress, nas décadas de 30 e 40, que serviram de base para a obra de Alan Lomax, *The Land Where The Blues Began*.

O blues, por ser um estilo bastante calcado na improvisação nas performances e na ressignificação das letras, segundo apontou Edward Komara (2006), características profundamente arraigadas na habilidade existente na transmissão oral, das comunidades de negros analfabetos e semianalfabetos no sul rural dos Estados Unidos, pode ser um canal importante para investigarmos a pressão do ser social sobre a consciência social nessas relações, como as congruências, ou seja, “as regras 'necessárias', as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas vivem relações produtivas particulares” (THOMPSON, 2001, 262); as contradições que são reveladas pelos conflitos que afloram daquela comunidade local e ocupacional em relação aos modos de viver; e, por fim, as mudanças involuntárias, traduzidas nas transformações

materiais que advém de avanços tecnológicos da estrutura produtiva, movimentos migratórios e demográficos, etc., que nos fala Thompson (2001, p. 262). É, enfim, fruto de um processo de pressão do ser social sobre a consciência social e que se deve tanto a ação humana desses sujeitos históricos como quanto a condicionamentos sociais. A luta das pessoas que compartilham essas experiências cotidianas é que constrói a consciência de que eles estão juntos diante de um mesmo sistema explorador e injusto. A classe é constituída pelas pessoas comuns em suas ações e relações sociais, ou seja, sujeitos de sua história, e não meramente como resultado de relações deterministas entre os donos dos meios de produção, os opressores, e aqueles que não o são, os oprimidos, como se os trabalhadores fossem apenas vítimas passivas desse processo. Thompson (1987), portanto, acrescentou a dimensão cultural ao materialismo histórico tradicional marxista ao falar que:

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações nas relações humanas (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus). (THOMPSON, 1987, p.9-10)

Então, e enfim, será possível visualizar, a partir desse ritual, o blues, a emergência de uma classe social única e coesa no âmago da população negra no sul dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX? Ou será que os elementos ainda são insuficientes? Se o for, o que significa, então, essa manifestação cultural chamada de blues no processo histórico de formação, de constituição de uma classe social?

Segundo Thompson (2001), "o significado de um ritual só pode ser interpretado quando as fontes (...) deixam de ser olhadas como fragmento folclórico, uma 'sobrevivência', e são reinseridas no seu contexto total". (THOMPSON, 2001, p. 238). Cabe aqui deixar registrado a especificidade de cada evento histórico e por

momentos iremos os mencionar os estudos do historiador marxista Edward Palmer Thompson sobre a classe operária inglesa no século XVIII, no qual desenvolveu importantes noções de classe, experiência, consciência de classe, dentre outros. Como cada evento histórico é único no tempo, sendo moldado por sujeitos históricos que diferem no tempo e no espaço, não trata de tomá-lo como estrutura, como um sistema teórico fixo que consiste no ponto de partida para aplicá-lo na realidade. Portanto, para conseguirmos construir um panorama possível de ser analisado, de um processo histórico vivo, sendo feito por pessoas históricas que viveram naquele contexto específico, vamos primeiro analisar brevemente o ambiente físico onde essas forças atuaram, em relação ao contexto geográfico, histórico, social e econômico do Delta do Mississipi e o Cinturão Negro, no recorte histórico de 1926 até 1942, que é o período em que as canções do blues mantinham tradições mais espontâneas e comunicativas em relação à própria comunidade negra norte-americana. Em seguida, observaremos as relações produtivas e sociais no qual essa comunidade estava inserida, percebendo suas experiências, as formas de exploração e as formas de luta, as contradições e as encenações do teatro de poder que essas relações produziam.

### **A terra onde o blues nasceu: O Delta e as Relações de Produção (1926-1942)**

Para entender a vida desses trabalhadores afro-americanos nos campos de algodão e em outras atividades comuns do sul rural, que criaram e desenvolveram o blues como forma de expressão cultural, vamos, portanto, visualizar como era a configuração histórica, social e econômica do sul dos Estados Unidos, na região do Delta do rio Mississipi e adjacências do já mencionado “Cinturão Negro”, mais especificamente no período de 1926 até 1942. Faremos isso dando voz a sujeitos históricos tradicionalmente marginalizados pela historiografia tradicional. Aqui é onde buscamos perceber as experiências herdadas ou compartilhadas da comunidade negra

e como essa comunidade tratou essa consciência de classe em termos culturais e nos seus sistemas de valores.

São inclusive as gravações de campo realizadas pelo folclorista, etnomusicólogo e historiador oral, Alan Lomax e seu pai, John Lomax, pelos arredores do Delta do Mississipi nas décadas de 30 e 40, relatadas na obra *Where The Blues Began* (1993), que constituem registros da organização social, do cotidiano, da cultura e dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora negra do sul dos Estados Unidos, de cujo seio emergiu o blues. Os relatos constituem informações de relevância incontestável, baseadas em observações do próprio Lomax e de depoimentos diretos de personagens locais a fim de gravar essa música peculiar que vinha dos trabalhadores negros, captando com riqueza de detalhes como era distribuída as relações de poder e as tensões delas decorrentes no seio das plantações, proporcionando um registro até então inédito: "Nunca antes o povo negro, mantido quase incomunicável no Sul, teve a chance de contar sua história de seu próprio modo" (LOMAX, 1993, p. 11).

Dessa forma, conhecemos suas condições de trabalho, as condições de moradia, como era o sistema de pagamento por produção e quanto recebiam, como era a divisão do trabalho e o que faziam como forma de lazer, suas aspirações, seus amores e brigas e como a combinação de todos esses elementos criou uma cultura popular do Delta, fortemente enraizada na tradição afro dos ex-escravos e descendentes de escravos e no lugar material em que estava inserida. Cultura esta que repassada através das letras e das músicas dos artistas que tocavam o blues como forma de externalizar seus sentimentos e suas expectativas, muitas vezes reprimidas pelos proprietários das plantações e chefes dos grupos de trabalho. "Gradualmente, eu passei a perceber a cultura do Delta como um produto de uma reação da poderosa tradição africana para um novo e freqüentemente duro ambiente social." (LOMAX, 1993, p. 13). Essa cultura, uma cultura plebéia, como diria Thompson (1998), é calcada no costume, nas tradições, nas expectativas, nos mecanismos e recursos de

revolta, em alguns momentos, e autodefesa em outros momentos, que adotam para lidar com as influências externas que lhe são impostas, mas que ainda assim apresenta fissuras e contradições dentro da própria cultura.

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante - assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo 'cultura', com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17)

As relações de produção a que os negros estão inseridos determina a experiência que essas pessoas irão ter. “A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p. 10). Portanto, é imprescindível que analisemos as relações produtivas existentes na região do Delta e do Cinturão Negro. As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela intensa colonização da região do Delta do Rio Mississipi e sua transformação de uma terra de grandes árvores e terra lamacenta e pantanosa pelas enchentes periódicas para um cenário como a descrita por Alan Lomax, cheia de: “campos verdes de algodões na altura da cintura espalhados até ao horizonte, sob um céu azul brilhante” (LOMAX, 1993, p. 64)

No entanto, houve um duro e longo processo para que a região do Delta do Mississipi, tomada de florestas subtropicais, pantanosa, com a presença constante de cobras, ursos marrons e mosquitos pudesse se tornar essa grande zona produtiva que se destacou nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Poucas e precárias plantações existiam ali ao fim da Guerra Civil americana, que frequentemente ficavam ilhadas diante das incontroláveis enchentes. Alguns fatores contribuíram para essa transformação total no Delta; primeiro, a construção de diques

que seguravam as águas das enchentes do Mississippi, tornando assim a agricultura viável de forma generalizada, embora causando perdas na riqueza do solo, que era reabastecido nas cheias sazonais do rio. Segundo, através de um pesado trabalho de desmatamento, aumentando assim a área produtiva da região. Foi o suficiente para que colonos do norte fossem atraídos, hipnotizados com as lendas que começaram a se espalhar que “no Delta, o dinheiro crescia em árvores”. (LOMAX, 1993, p. 65).

Junto com os colonos, trabalhadores chegavam aos montes, tanto lenhadores quanto fazendeiros para plantar algodão, que, por sua vez, demandavam de muita mão de obra, preenchida por negros ex-escravos. E foi através da cultura de algodão que proprietários rurais enriqueceram com campos e mais campos plantados com algodão e milhares de negros trabalhando pesadamente neles. “Este tesouro fez seus donos não apenas ricos, mas arrogantes, embora o principal feito deles tenha sido escravizar e explorar os trabalhadores negros que realmente limparam e lavraram a terra”. (LOMAX, 1993, p.64).

Assim foi surgindo plantações de centenas de milhares de acres com verdadeiras estruturas de pequenas cidades, de onde irradiava uma autoridade econômica e social, bem como judiciária através da cooptação dos agentes policiais dos condados, ao estilo do que Thompson (1998, p. 29) identificou nas grandes propriedades rurais da Inglaterra do século XVIII, ou gentry. Algumas se tornaram famosas, como a fazenda Dockery, que teve como moradores os primeiros astros do blues, como Charley Patton, Robert Johnson, Howlin’ Wolf e outros.

Muitas possuíam estradas estaduais cortando a propriedade, como é o caso da Plantação King and Anderson, mas que para utilizá-la era necessário um tipo de passaporte emitido pelo dono, autorizando a circulação, desde que “não interferisse no trabalho” (LOMAX,1993, p. 94). É a autoridade máxima no interior de sua propriedade. Como Alan Lomax testemunha já no início de suas viagens, o poder do proprietário das fazendas era total e tinha a legitimidade inquestionável da lei. Afinal, no Sul “terra é poder e dinheiro”. (LOMAX, 1993, p. 94).

Alan Lomax, na sua visita ao condado de Tunica para gravar e conversar com Son House, testemunhou claramente as relações de poder existentes entre patrões e empregados e tratou de explicar como era a dinâmica no interior dessas grandes propriedades rurais do Sul. “Todo condado no Sul é um pequeno império, com seu próprio e autônomo poder”. (LOMAX, 1993, p. 20). Era assim que poderia ser descrito esse sistema de governo através de condados, que permite a uma pequena área certa autonomia interna, concedendo-a a oportunidade de moldar um estilo de vida próprio, independente da esfera federal e nacional, controlada pelos grandes partidos políticos. Politicamente, essa autonomia pode ser traduzida por uma estrutura específica de poder, formada por funcionários, como oficiais e xerifes, que normalmente estavam ligados diretamente aos interesses dos donos das propriedades, representando uma lei e ordem para a classe dominante, já que era de regra a hostilidade e a segregação dos negros. Dirigindo por algumas estradas no Sul, poderia ser lidas placas como “Negro, não deixe a noite lhe pegar neste distrito. Continue andando”. (LOMAX, 1993, 20). Essa estrutura administrativa, o condado, também possuía seu próprio sistema penal, com suas prisões (*county farm*) e trabalhos grupais forçados (*chain gang*), ocorrendo frequentemente fortes punições físicas, como açoites, recordando os tempos de escravidão. Vários músicos do blues foram presos e cumpriram pena nas fazendas de prisioneiros, como Lead Belly, Son House, Bukka White, a mais conhecida dentre elas certamente foi a Penitenciária Estadual do Mississippi em Parchman; as prisões eram um efervescente caldeirão cultural onde se desenvolviam as “prison songs”, as canções da prisão, várias das quais gravadas e coletadas pelo trabalho de John e Alan Lomax nos presídios do sul. No blues, o clima de trabalho forçado e desolação foi captado por canções especialmente de Bukka White, como “Parchman Farm Blues<sup>128</sup>”:

“(...) Oh you, listen you men

---

<sup>128</sup> WHITE, Bukka. Parchman Farm Blues. In: WHITE. Bukka. The Complete Bukka White. Sony. 1CD. Faixa 7.

I don't mean no harm

Oh-oh listen you men

I don't mean no harm

If you wanna do good

You better stay off old Parchman Farm, yeah

We got to work in the mornin', just at dawn of day

We got to work in the mornin', just at dawn of day

Just at the settin' of the sun, that's when the work is done

I'm down on Parchman Farm, but I sho' wanna go back home

I'm down on Parchman Farm, but I sho' wanna go back home

But I hope some day I will overcome"<sup>129</sup>

Outra música de Bukka White, “When Can I Change My Clothes?<sup>130</sup>”, conta a apreensão para cumprimento de sua pena e a expectativa de sair da prisão de Parchman:

“Never will forget that day when they taken my clothes

Taken my citizen's cloths and throw them away

I wonder how long before I can change my clothes

---

<sup>129</sup> “Ei, vocês homens me escutem / eu não quero fazer nenhum mal / Ei, vocês homens me escutem / não quero fazer nenhum mal / se você quiser fazer o certo / melhor ficar longe da prisão da fazenda de Parchman / Nós vamos trabalhar pela manhã, logo ao amanhecer / Nós vamos trabalhar pela manhã, logo ao amanhecer / até ao pôr do sol, que é quando o trabalho é feito / estou aqui na fazenda Parchman, mas com certeza quero ir embora / estou aqui na fazenda Parchman, mas com certeza quero ir embora / mas espero que algum dia eu possa superar?”. (tradução do autor)

<sup>130</sup>WHITE, Bukka. Parchman. When Can I Change My Clothes?In: WHITE. Bukka.The Complete BukkaWhite.Sony. 1CD. Faixa 5.

I wonder how long 'fore I can change my clothes"<sup>131</sup>

É na plantação também onde se encena os teatros de poder, apenas um dos reflexos da dominação da classe dominante sobre a classe dominada, no qual é evidenciado pela narrativa de Lomax pelos condados do Sul também uma tensão social latente e constante, marcada pela segregação racial, e como se fosse uma bomba prestes a explodir. Segundo Thompson (1998):

E se falamos desse desempenho como teatro, não é para diminuir sua importância. Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral. (THOMPSON, 1998, p. 48)

Há uma passagem que deixa claro o teatro de poder e essa tensão, que é quando Lomax está gravando Son House tocar e cantar, coberto por uma áurea mística, energética, possuído pela música e cego pela música e poesia (1993, p. 19). Entre uma música e outra, eles bebiam, conversavam espontaneamente, explicando as letras de suas músicas. Essa pessoa extrovertida e cheia de vida é imediatamente contrastado com outro Son House que aparece a partir do momento que o patrão entra em cena: um Son House pálido, menor, encolhido, como diante de seu senhor. O chefe, por sua vez, imponente, superior, autoritário e poderoso, intimando ameaçadoramente Lomax para comparecer à sua casa após estiver terminado esse seu negócio com a música dos negros. O impacto da presença do chefe perdurou até depois de sua saída, quando eles tentaram fazer outra gravação, mas os músicos não tinham mais espírito para continuar, como se tivesse sido sugado (1993, p. 20). Ou seja, a imagem de poder e autoridade do “Big Boss” ali no local exerceu um efeito na mentalidade popular de subordinação em Son House.

---

<sup>131</sup>“Nunca irei esquecer o dia quando eles levaram minhas roupas / levaram minhas roupas de civil e jogaram elas fora / eu imagino por quanto tempo antes de eu poder mudar minhas roupas / eu imagino por quanto tempo antes de eu poder mudar minhas roupas” (tradução do autor)

Ali naquele local foi encenado um teatro de poder baseado na presença direta do membro da classe dominante, do próprio chefe da fazenda. O caso excepcional, aquela contradição no sentido thompsoniano, faz com que ele, pessoalmente, sem mediações, fosse àquele lugar conferir a situação.

Muito raramente - e, neste caso, apenas por pouco tempo - uma classe dominante exerce, sem mediações, sua autoridade por meio da força militar e econômica direta. As pessoas vêm ao mundo em uma sociedade cujas formas e relações parecem tão fixas e imutáveis quanto o céu que nos protege. O 'senso comum' de uma época se faz saturado com uma ensurdecidora propaganda do status quo, mas o elemento mais forte dessa propaganda é simplesmente o fato da existência do existente. (THOMPSON, 2001, p. 239)

A sua presença ali abalou profundamente a cena de um contrateatro, no qual o negro tomava a frente e manifestava-se sem a sombra da vigilância ao seu lado. Claro que um branco desconhecido que estava gravando sua música era um fato estranho e mesmo ali ele não poderia demonstrar toda sua subjetividade, seu protesto, sua expressão. Mas ainda assim era um tipo de contrateatro em que as posições estavam trocadas. Son House – o negro – estava numa posição dominante diante de um Alan Lomax – o branco – entusiasmado e registrando o seu talento na gravação.

Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam o seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo. (THOMPSON, 2001, p. 239-240)

Era, certamente, um elemento que permeava toda a relação – o branco dominante e o negro subserviente –, com o papel e posição social de seus sujeitos plenamente definidos. Um branco chegar lá e alterar essa ordem estabelecida das coisas era claramente uma ameaça. Uma situação cujo resultado seria imprevisível e, em ambos os casos, prejudicial para as relações sociais constituídas, tanto nas cidades

quanto na zona rural. Acontece, por exemplo, quando Lomax chama um negro de senhor, simplesmente porque, segundo o próprio xerife, “nós não chamamos os negros de senhores aqui no Distrito de Coahoma”. (LOMAX, 1993, p. 25), ou poderia desencadear uma série de conflitos, ou seja, rupturas entre os papéis das partes nas cenas do teatro de poder, sendo necessária uma intervenção coercitiva do diretor da peça para reajustá-las aos seus devidos lugares sociais. “Esse é um mundo de patrícios e plebeus” (THOMPSON, 1998, p. 56). A segregação racial institucional fazia com que, de fato, não se considerassem membros da mesma espécie. Quem, por sua vez, tivesse a ousadia de considerar, automaticamente era tido por alguém que estava jogando o jogo por regras diferentes.

Nas relações econômicas os trabalhadores negros das plantações e das demais atividades correntes no sul rural das décadas de 20 e 30 também passavam experiências de injustiças e explorações diárias. Em suas viagens, especialmente na Plantação King and Anderson, onde conseguiu um “passaporte de duas semanas” para andar pela propriedade, Lomax (1993) relata o sentimento das famílias de sharecroopers e suas esperanças de vida. Como já foi dito, as famílias arrendavam um pedaço de terra para poder plantar. Em contrapartida, eles deveriam pagar uma parte da sua colheita como forma de aluguel pelo uso da terra, muitas vezes em contratos duros e muito desiguais, favorecendo sempre o proprietário. Esse sistema injusto fazia com que ficassem sem opções e presos à terra e ao contrato.

A maioria é arrendatário (sharecropper). Isso significa que o dono da terra provê a terra e a casa, talvez as ferramentas, o inquilino e sua família provê o trabalho. Na primavera, as duas partes dividem a colheita, meio a meio. Normalmente, o dono vende o algodão e aí paga ao arrendatário o que quiser. (LOMAX, 1993, p. 94)

Esse meio a meio, na maioria das vezes, é ilusório. No pagamento, o dono da terra deduz o que ele quiser, alegando que são descontos do mobiliário, às vezes alimentação e vestimentas, e ao agricultor não resta outra opção senão aceitar o seu pagamento, sem acesso ao livro de registro nem ao que exatamente deve e quanto

deve. Com essa quantia recebida o inquilino pode economizar aos poucos e investir para comprar uma mula, arados, etc., processo que leva anos. No caso do inquilino Jim Cephas, que mostrou para Lomax seu recibo de pagamento, as deduções efetuadas pelo proprietário para Jim Cephas, descritas como “Adiantamento ao Inquilino”, fazendo com que, ao invés dos U\$ 317,09 o inquilino era descontado de U\$ 222,25, no qual ele não identifica claramente o que foi adiantado e pelo que o inquilino está pagando exatamente. Ao final dos descontos, o inquilino recebe apenas U\$ 84,84, ou seja, apenas 26,75% do que realmente lhe é devido e apenas 13,37% do que ele colheu e do que foi vendido, subtraindo-se as taxas.

A possibilidade de questionar o proprietário sobre o valor do pagamento é uma decisão bastante arriscada e evidencia mais um ato do teatro de poder. Além de não conseguir nenhum esclarecimento, há ameaças reais de retaliações como espancamentos e mesmo assassinatos, sendo o proprietário sempre protegido pelo sistema judicial.

Se o agricultor questionar algo eles ficam insultados, chamam-no de um mau Negro e os expulsa do lugar antes que ele contamine os outros. Temos ouvido falar de agricultores com pelotões que andam pela noite para bater naqueles que chamam de “imprudentes”. (LOMAX, 1993, p. 96)

Essa era a realidade diária do sistema de sharecropping, tão comum a comunidade negra diante do sistema de castas do sul dos Estados Unidos: um racismo avassalador e uma exploração descarada, cuja solução que vários deles vislumbraram era apenas uma, ir embora para o norte em busca de melhores condições de vida e de trabalho ou “em qualquer lugar em que eu seja tratado como homem”. (LOMAX, 1993, p. 12).

Mas o trabalho como sharecropper, apesar de ser o mais comum entre as famílias afro-americanas sulistas, não era a única atividade que exerciam. Muitos dos que não conseguiam suportar esse duro e injusto ambiente de trabalho, saíam em busca de outras oportunidades, normalmente em acampamentos de madeireiros, na

construção de barragens ou na construção de ferrovias, produzindo outras formas de experiências nas suas relações de produção. Desde o século XIX os madeireiros extraíram as árvores e limparam a região pantanosa para a agricultura; os negros compunham uma parcela significativa dessa mão de obra. Ao mesmo tempo em que vivenciavam uma liberdade relativamente maior do que nas plantações de algodão, o trabalho duro e um ambiente extremamente violento faziam parte do cotidiano desses trabalhadores que viviam em acampamentos controlados pelas madeireiras com sua família ou acompanhantes. Os negros ficavam com o trabalho pesado de carregar e reparar a ferrovia da empresa, carregar as madeiras extraídas para transporte, limpar a área de exploração e carregar água. Sofriam com manobras semelhantes às dos inquilinos nas fazendas com os patrões descontando do pagamento preços exorbitantes dos produtos consumidos e muitos ficavam presos por débito.

As condições de vida nos campos de madeira, no entanto, foram separadas e desiguais. As empresas pagaram trabalhadores negros menos do que os trabalhadores brancos e às famílias negras eram fornecidas habitações inferiores. Tensões raciais, hostilidades e violência, muitas vezes entravam em erupção entre os dois grupos. O chefe do bairro da empresa impunha a paz no campo, na maioria dos casos, em vez que a aplicação da lei local (GRAVES, 2006, p. 639).

Assim como a extração de madeira foi tanto uma importante atividade econômica quanto ajudou a desenhar o cenário geográfico do sul, a construção de barragens teve um papel fundamental também na moldagem da paisagem Delta do Mississipi, porque foi através delas que conseguiram domar as enchentes periódicas do Velho Rio e assim aumentar as terras cultiváveis para o algodão. “O século de trabalho que ele custou, o abrigo que forneceu e o rico e cruel sistema que promoveu moldaram a história da região”. (LOMAX, 1993, p. 212). Novamente, a maior parte (também eram utilizados imigrantes irlandeses) do trabalho foi executada pelos negros, muitos deles condenados a trabalho forçado e emprestados pela justiça. Organizados em times com a ajuda de suas mulas de carga e impulsionados pelas suas

as canções de trabalho, os trabalhadores transportavam a terra, árvores e rochas para colocá-los nos diques. Muitos trabalharam até a morte.

Com certeza era o ambiente mais violento de todo o sul dos Estados Unidos. “Eles sobrecarregavam e eram mal pagos, regulando-os com pistolas e chicotadas e sempre com a presente ameaça de linchamento, contra o qual os negros não tinha estatuto jurídico no Mississippi do Jim Crow”. (LOMAX, 1993, p. 217). A linha para controlar essa irascível mão de obra negra era bem mais dura e tinha que ser controlada por chicotes e diversão em clubes, nos quais a vida imprudente de jogatina, brigas, disputas por mulheres e tiroteios era o mais comum.

Apesar das vilanias que acabamos de descrever, o trabalho de diques era atraente para os homens da Delta. Anos de arar lhes tinha dado as habilidades necessárias para começar o trabalho de uma equipe de mula em qualquer tempo. No rio, o pagamento vinha uma vez a cada semana ou duas, ao invés de uma vez por ano, e em um mês um homem poderia embolsar mais dinheiro jogando e bebendo do que ele poderia ganhar em uma temporada na fazenda (LOMAX, 1993, p. 230)

Ou seja, a violência era de fato uma experiência vivida em comum pela população negra no sul dos Estados Unidos nas suas mais diversas formas e possibilidades, simbólicas ou físicas. Desde o século XIX, com a ascensão de movimentos como a Ku Klux Klan, a violência contra os negros cresceu exponencialmente.

A kkk colocava-se como uma entidade moralizante, de defesa da honra, dos costumes e da moral cristã. A prática pavorosa dos linchamentos era justificada por seus membros a partir de acusações de supostos estupros de mulheres brancas por negros (numa clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser “inferior e bestial”, que precisava ser combatido pelos protetores dos “bons costumes”, os cavaleiros brancos da Klan). (KARNAL, 2007, p. 126)

Apesar da retração dos ataques, as ações de grupos como a Ku Klux Klan ainda continuou presente durante as primeiras décadas do século XX e os linchamentos e enforcamentos de negros foram temas em algumas canções do blues. Tais linchamentos e enforcamentos eram o ápice do teatro demonstrando seu poder sobre a instância máxima do ser humano, a sua vida. “O ritual de execução pública era um acessório necessário a um sistema de disciplina social dependente, em grande parte, do teatro”. (THOMPSON, 2001, p 49). A mais famosa e tocante canção que representa essa cena é “Strange Fruit<sup>132</sup>”, poema cantado por Billie Holiday em 1939 e escrito por Abel Meeropolem 1937, sobre o chocante cenário de um enforcamento.

“Southern trees bear a strange fruit,  
Blood on the leaves and blood at the root,  
Black bodies swinging in the southern breeze,  
Strange fruit hanging from the poplar trees.

Pastoral scene of the gallant south,  
The bulging eyes and the twisted mouth,  
Scent of magnolias, sweet and fresh,  
Then the sudden smell of burning flesh.

Here is fruit for the crows to pluck,  
For the rain to gather, for the wind to suck,  
For the sun to rot, for the trees to drop,  
Here is a strange and bitter crop.”<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> MEEROPOL, Abel. Strange Fruit. IN: HOLIDAY, Billie. Strange Fruit. Javelin. 1999. 1 CD. Faixa 20.

<sup>133</sup> “Árvores do sul suportam uma fruta estranha, / sangue nas folhas e sangue na raiz, / corpos negros balançando na brisa do sul, / Frutas estranhas penduradas nas árvores de álamo. / Cena pastoral do galante sul, / Os olhos arregalados e a boca torcida, / Perfume de magnólias, doce e fresco, / Em seguida, o cheiro de carne queima súbita. / Aqui estão frutos para os corvos arrancarem, / Para a chuva recolher, porque o vento para sugar, / Para que o sol apodrecer, para as árvores a cair, / Aqui está uma estranha e amarga colheita.” (tradução do autor)

Por vezes o teatro e o contrateatro entravam em conflito: eram os motins urbanos. Como reação ao recrudescimento dos ataques racistas, os negros reagiam contra os brancos. O mais grave motim urbano foi o de Chicago, de 1919, que teve início após a morte de um jovem negro. Depois de uma semana, 23 negros e 15 brancos morreram, além de outras centenas de pessoas feridas. Foi o primeiro que os negros não só apanharam, mas também se defenderam. A violência de Estado e do próprio sistema social vigente contra os negros e negras era tão grande que temos que considerar as ações de protesto e resistência desses negros e negras no critério do politicamente possível. A morte era uma condição muito próxima para quem resolvesse se rebelar além do socialmente aceitável.

Um movimento populacional interno também foi muito importante durante o período de desenvolvimento industrial: a grande migração de afro-americanos. A grande oferta de trabalho no Norte e a esperança de se ver livre do racismo, da violência, do Jim Crow e das precárias condições de vida, fizeram com que os negros do Sul partissem para o Norte. Em termos numéricos, Karnal (2007) aponta que “entre 1910 e 1920, a população negra de Detroit subiu de 5 mil para 41 mil pessoas; (...) em Chicago, de 44 mil para 110 mil e, em Nova York, de 91,7 mil para 152 mil”. (KARNAL, 2007, p. 156). Foi a chamada Grande Migração:

Uma migração rural-urbana que encarnou elementos de conflitos culturais enquanto geralmente pobres e negros rurais seguiram caminho rumo aos centros do norte metropolitano em números que afetaram as condições econômicas e as relações sociais nesses lugares, bem como as relações de trabalho agrícola em grande parte do Extremo Sul. (JAKUBS, 2006, p. 374)

Atraídos pelos empregos industriais do norte e sendo substituídos aos montes pelo processo de mecanização agrícola no Sul, os negros viam a migração como a oportunidade de melhorar de vida tanto economicamente como socialmente. O sonho de dignidade e ascensão social, no entanto, raramente se concretizou, já que a lógica da supremacia branca era inerente à sociedade norte-americana, seja nortista ou sulista, e os negros ficavam confinados em bairros e regiões periféricas das cidades,

sofrendo uma segregação informal e trabalhando em serviços domésticos ou trabalhos braçais em condições precárias. “Black, Brown & White<sup>134</sup>”, canção de Big Bill Broonzy, com uma crítica muito mais direta do que a maioria das composições do blues, normalmente cheia de duplos significados e mensagens indiretas, composta na década de 1920 logo após a sua chegada em Chicago mostra a realidade do mercado de trabalho racista:

“This little song that I'm singin' about  
People you know it's true  
If you're black and gotta work for a living now  
This is what they will say to you

They said if you was white should be all right  
If you was brown stick around  
But as you black, oh brother  
Get back, get back, get back

I went to an employment office  
Got a number 'n' I got in line  
They called everybody's number  
But they never did call mine

Me and a man was workin' side by side  
This is what it meant  
They was paying him a dollar an hour  
And they was paying me fifty cent”<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup>BROONZY, Big Bill. Black, Brown & White. IN: Broonzy, Big Bill. Big Bill Blues. Black & Blue. 1993. 1 CD. Faixa 1.

<sup>135</sup> “Esta pequena música que estou cantando / As pessoas vão saber que é verdade / Se você é negro e tem que trabalhar para viver / Isso é o que eles dirão pra você / Se você for branco, tudo bem / Se você for moreno, fique por perto / Mas se você é negro, oh irmão, / Se afaste, se afaste / Eu fui a uma agência de emprego / Peguei o número e entrei na fila / Eles chamaram o número de todos / Mas nunca chamaram o meu / Eu e um homem estávamos trabalhando juntos / Isso é o que significa

Já a crise de 1929 ampliou a experiência de penúria coletiva da população negra nos Estados Unidos. Os números apresentados por Karnal (2007, p. 175) impressionam e dão conta da dimensão da crise: na zona rural, a renda nas pequenas propriedades caiu 60% e um terço dos pequenos proprietários perdeu suas terras entre 1929 e 1932. A catástrofe era geral e epidêmica. Se o desemprego e a miséria advindos da crise atingiram inclusive as massas anteriormente protegidas, pode-se imaginar a situação desesperadora que os negros (sua taxa de desemprego nas cidades nortistas era de 50%), mulheres e imigrantes vivenciaram nos primeiros anos da década de 30. A Grande Depressão bateu forte na comunidade negra. A música de Skip James, “Hard Time Killin’ Floor<sup>136</sup>”, gravada em fevereiro de 1931, nos fornece uma desoladora ideia do cenário de miséria que os assolou nesse momento.

“Hard time's is here  
An ev'rywhere you go  
Times are harder  
Than th'ever been befo'

You know that people  
They are driftin' from do' to do'  
But they can't find no heaven  
I don't care where they go

People, if I ever can get up  
Off a-this old hard killin' flo'  
Lord, I'll never get down

---

/ Eles estavam pagando a ele um dólar por hora / e estavam pagando a mim cinquenta centavos”  
(tradução do autor)

<sup>136</sup> JAMES, Skip. Hard Times Killin’ Floor. In: JAMES, Skip. *Complete 1931 Recordings In Chronological Order*. Document. 1994. 1CD. Faixa 7.

Por fim, a utilização de mão de obra negra e, mais uma vez, utilizando-se de presidiários negros, foi a base para a construção da rede de ferrovias por todo o sul dos Estados Unidos desde o século XIX e foi um desenvolvimento fundamental para escoar a produção das commodities (até então o Rio Mississippi era a principal via) e transformar o país de uma sociedade agrícola em uma industrial. Bill Graves (2006) apresenta alguns números interessantes que demonstram o tamanho da expansão: “Entre 1865 e 1914, a população do país triplicou e o número de milhas de ferrovias cresceu sete vezes mais. Em 1920, quase toda a população do país vivia a vinte e cinco milhas de uma linha ferroviária” (GRAVES, 2006, p. 800).

Além disso, era o principal cano de escape para os negros sulistas migrarem para os estados do norte. E foram os próprios negros, organizados em times de trabalho, que colocaram as trilhas e realizaram a manutenção de reparos. Por isso a ferrovia teve tanta importância simbólica no imaginário da comunidade negra, e com profundo impacto naturalmente no blues.

Alan Lomax observou de perto o duro trabalho nas linhas ferroviárias. Entre o carregamento de uma pilha e outra de ferro, os trabalhadores cantavam junto várias melodias, na tradicional forma de “call and response”, cantadas para aliviar o peso do trabalho, batendo seus martelos de forma sincronizada e cada música para cada atividade específica. “Eu percebi que isso era como o trabalho pesado do Extremo Sul sempre foi feito – pelo trabalho negro, não força bruta em qualquer senso, mas por hábeis artífices prosperando no calor semitropical” (LOMAX, 1993, p. 169). Mesmo com o trabalho pesado e cansativo, horas e horas colocando milhas e milhas de trilhas novas, era o emprego mais desejável disponível para os negros.

---

<sup>137</sup> “Os tempos difíceis estão aqui / e onde quer que você vá / os tempos estão mais difíceis / do que já estive antes / Sabe, as pessoas / estão indo de porta em porta / mas não acham nenhum paraíso / não importa aonde eles vão / Pessoal, se eu consegui sair / desse abatedouro / Senhor, eu nunca mais cheguei tão baixo.” (tradução do autor)

O trabalho nas ferrovias era o melhor emprego disponível para os negros no Extremo Sul. Eles tinham algum respeito de seus chefes, que precisavam de habilidosos homens e um grupo feliz para ter o trabalho feito para que os trens possam chegar a tempo. O dinheiro era firme e melhor do que em qualquer outro trabalho e uma mulher se consideraria sortuda se seu homem trabalhasse numa ferrovia. (LOMAX, 1993, p. 170)

O desenvolvimento do Delta está intrinsecamente ligado às atividades da mão de obra negra na região. Seja limpando a floresta da região pantanosa, na construção das represas para segurar as enchentes sazonais do Mississipi, seja na construção das ferrovias, seja em gangues de trabalho compulsório das penitenciárias, seja nas plantações de algodão como sharecroppers, a mão de obra negra construiu o Sul do Jim Crow, esse Sul que os oprimia, violentava e os renegava uma vida igualitária em sociedade. Essa heterogênea classe trabalhadora, cuja ascendência africana - e as condições de vida degradante, injustiças e violências a que essa ascendência estava sujeita - os unia e aproximava-os, desenvolveu mecanismos culturais de defesa e resistência baseados em características herdadas de seus antepassados africanos, nos quais podiam descarregar e lidar com a tristeza e a frustração cotidianas de suas vidas e assim tratá-las e enfrentá-las diretamente, a fim de seguir – e desejar seguir – em frente, apesar de tudo. Qualquer que seja o trabalho desenvolvido pela mão de obra negra, a tradição africana permanecia viva nas canções de trabalho, como, por exemplo, “Take This Hammer<sup>138</sup>”, gravada em 1942 por Leadbelly, que mostra a sarcasmo e malícia dos trabalhadores diante da presença sempre ameaçadora do capitão, uma demonstração do contrateatro impregnado de simbolismo.

“Take this hammer, carry it to the captain

Take this hammer, carry it to the captain

Take this hammer, carry it to the captain

---

<sup>138</sup>LEADBELLY. Take This Hammer. IN: LEADBELLY. The Smithsonian Folkways Collection. Smithsonian Folkways. 2015. 1CD. Faixa 8.

Tell him I'm gone  
Tell him I'm gone  
If he asks you was I runnin'  
If he asks you was I runnin'  
If he asks you was I runnin'  
Tell him I was flyin'  
Tell him I was flyin'  
If he asks you was I laughin'  
If he asks you was I laughin'  
If he asks you was I laughin'  
Tell him I was cryin'  
Tell him I was cryin'  
They wanna feed me cornbread and molasses  
They wanna feed me cornbread and molasses  
They wanna feed me cornbread and molasses  
But I thurts my pride  
Well, It hurts my pride<sup>139</sup>

Essas demonstrações não são fatos isolados e independentes entre si, muito pelo contrário, visam dar conta de um processo vivo, intenso e orgânico em termos de experiência, identidade e consciência, dando cor à cultura, aos valores e ao pensamento.

Não se trata da observação de fatos isolados em série, mas de conjuntos de fatos com suas regularidades próprias; da repetição de certos tipos de acontecimento; da congruência de certos tipos de comportamento em diferentes contextos – em suma, das evidências de formações sociais

---

<sup>139</sup>“Pegue este martelo e leve-o ao capitão / Diga a ele que eu vou embora / Se ele lhe pergunta se eu estava correndo / diga a ele que eu estava voando / Se ele lhe pergunta se eu estava rindo / Diga a ele que eu estava chorando / Eles querem me alimentar pão de milho e melão / Mas eu fere o meu orgulho”. (tradução do autor)

sistemáticas e de uma lógica comum ao processo. (THOMPSON, 1981, p. 58).

Dessa forma, cada vez mais o blues vem aparecendo como frações das experiências resultantes do diálogo entre o ser social e a consciência social; situações, tratadas em termos culturais, em que comunica uma parte da consciência compartilhada entre os membros da comunidade, da situação em que os indivíduos se encontram, não livres, mas que sempre vivem sob certas condições e relações produtivas determinadas.

### **A terra onde o blues nasceu: O Delta e as Relações Sociais (1926-1942)**

Para compreendermos o impacto da experiência da classe trabalhadora no blues, após termos analisados as experiências decorridas dos aspectos de destaque nas relações entre as estruturas produtivas, é necessário agora nos determos nos costumes e nas relações sociais da comunidade negra consigo mesma e como esse grupo social passou a ter consciência do que significava as relações em que estavam inseridos. Como já foi visto, a violência era algo sempre presente na vida deles, mesmo quando não acontecia, a própria ameaça dela era constante. Além da violência que os afro-americanos sofriam no presente, não se pode ignorar que estas eram gerações que provavelmente tinha alguém ou ouvido histórias de alguém da família do tempo da escravidão.

Suprematistas brancos eram implacáveis em seu terror. Eles linchavam, atiravam, afogavam, bombardeavam, incendiavam, batiam, e enterravam qualquer um que ameaçasse sua opinião de uma sociedade racialmente dividida. Ninguém estava a salvo de homens esta ameaça – eles violentamente matavam homens, mulheres e crianças de todas as faixas da vida. Eles matavam porque os negros se atreviam a votar, ir à igreja, pregar contra a injustiça, a vestir o uniforme militar dos Estados Unidos, caminhar por uma rua, ou usar um banheiro público (GRAVES, 2006, p. 795)

Então a violência é um traço marcante nas relações sociais da comunidade negra do Sul dos Estados Unidos, seja na relação conjugal entre homem-mulher, entre pais e filhos, entre crianças ou entre pares adultos. Replicavam a violência que recebiam diariamente, talvez como um processo inconsciente de proteção, de preparação para a vida lá fora, tanto em termos de branco contra negros quanto negros contra negros. Thompson disse que "a vida 'pública' emerge de dentro das densas determinações da vida 'doméstica'". (2001, p. 235), mas o contrário também pode ser verdadeiro. Em via de mão dupla, a vida doméstica é influenciada pela vida pública. É um paradoxo de uma cultura tradicional que é ao mesmo tempo rebelde, como Thompson observou também na Inglaterra do século XVIII (1998, p. 19).

Outro traço marcante dessas relações sem dúvida é o trato com a sexualidade de uma forma totalmente despudorada, que aí demonstra o choque entre patrícios e plebeus. Ao mesmo tempo em que a relação dos “plebeus” com a sexualidade era aberta, baseada numa enraizada tradição africana que tem o prazer sexual como um presente divino, a comunidade negra tinha que criar códigos, caso contrário eram repreendidos pelos senhorios brancos de “alta” respeitabilidade, os “patrícios”. Segundo Lomax (1993, p.85-86), o princípio Calvinista do sul escravagista, que dizia que sexo e procriação eram sinônimos e nenhum deles estava relacionado ao prazer físico, apresentava um grande desafio à liberdade sexual dos afro-americanos e, portanto, expressões, metáforas, códigos, foram criados para representar a ativa prática sexual.

Paralelo à sexualidade, desenvolveu-se no seio da comunidade negra uma forte tradição religiosa, sobretudo para as mulheres. Havia um conflito ininterrupto entre o sagrado e o profano. O profano foi representado pelo blues, enquanto que, para fala do sagrado, surgiu um novo estilo, o gospel. Apesar da separação, a linha entre os dois era muito tênue e, apesar de aparentemente inconciliáveis, muitos músicos do blues destacaram-se também por tocar gospel ou até mesmo tornaram-se pastores, como Son House e Skip James.

A fé cristã foi imposta aos escravos pelos seus mestres brancos, que, com o tempo, respondendo muitas de suas perguntas e aliviando os seus sofrimentos pela promessa da pós-vida, passou a abraçá-la. No início do século XX, a Igreja Batista era a mais forte e que contava com mais fiéis na região sul do Delta do Mississippi e que continua até hoje. Segundo Lomax (1993, p. 70), inclusive, a Igreja era certamente a principal instituição a vida do Delta. Era o centro de encontro oficial para os negros que viviam na plantação e, além do seu papel religioso, era lá onde eles mantinham relações de comunidade, onde encenavam os atos do contrateatro, discutindo sobre seus problemas, organizando atividades em comum. Plenamente autorizado pelo proprietário da plantação, era lá onde eles exerciam integralmente sua sociabilidade, sem preocupar-se com as questões de cor. Tal como as feiras sazonais inglesas do século XVIII de que nos fala Thompson (1998), as igrejas batistas frequentadas pelas famílias afro-americanas nos Estados Unidos forneciam “um nexo cultural, além de um grande centro para informações e troca de novidades e boatos” (THOMPSON, 2001, p. 44). Claro que, diferentemente das feiras inglesas, aqui esse nexo cultural era permeado pelo sagrado e intermediado pelo reverendo da igreja.

Havia encontros durante toda a semana e nos Domingos, que poderiam durar o dia inteiro e adentrar na noite. Esses encontros eram bastante cheios, especialmente por mulheres, pois elas eram não apenas o centro da sociedade respeitável, mas também teatros comunitários nos quais principalmente as mulheres poderiam se livrar de seus problemas em um ambiente de apoio comunitário. Elas o chamavam de ficar “feliz”, “aclamando”. (LOMAX, 1993, p. 70).

Subir ao altar para contar seus problemas, suas preocupações, suas aflições para a comunidade que compartilha, muitas vezes, esses mesmos sentimentos dá um senso muito claro de comunidade, fortalecendo seus laços, um apoiando o outro. Eles pregavam gritando, “shouting”, cantando e dançando, em um transe religioso, em que o pregador e os fiéis que estão presentes no culto interagem constantemente em exclamações jubilosas de fé e amor.

As pregações, feitas por Reverendos que tinham uma importância grande na comunidade, falavam de grandes problemas do dia a dia, tanto o econômico, em relação ao atraso do pagamento feito pelo dono da terra, quanto o fator racial, decorrente das leis de segregação racial, personalizada por Jim Crow. Alan Lomax (1993, p. 73) nos fala de uma pregação do Reverendo Savage, chamada “Pagamento no Paraíso”. No discurso, o Reverendo Savage utiliza-se de toda a simbologia da religião para ligar com os fatos frustrantes e sofridos da vida dos seus ouvintes.

Mas nem todos caíam no “conto do vigário”. Segundo os depoimentos recolhidos por Lomax, no entanto, para alguns membros da comunidade a figura do Reverendo era visto com desconfiança, como um enganador e muitas vezes como hipócrita, porque dispunha de privilégios – e se apegava a eles – que a grande maioria da população negra do Delta nem sonhava em ter. Além disso, havia casos de pastores que dormiam com as mulheres de seus fiéis e eram também suspeitos de ter uma relação ambígua com a classe dominante branca, já que aproveitava do fato de ser o principal chefe da comunidade para entregar os nomes das pessoas que exaltavam além da conta. A música “Preachin’ Blues<sup>140</sup>”, gravada por Son House serve para ilustrar com ironia essa contradição que os Reverendos encarnavam no Delta. Era o blues como ferramenta de auto-regulação da própria comunidade diante de um membro que não se comportou de acordo com os preceitos morais locais.

“Yes, I'm gonna get me religion  
I'm gonna join the Baptist Church  
Yes, I'm gonna get me religion  
I'm gonna join the Baptist Church  
You know I wanna be a Baptist preacher  
Just so I won't have to work”<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> HOUSE, Son. Preachin’ Blues. IN: HOUSE, Son. The Legendary Son House: Father of the Folk Blues. Columbia. 1965. 1 CD. Faixa 6.

<sup>141</sup> “Sim, eu vou entrar pra religião / eu vou entrar pra Igreja Batista / Sim, eu vou entrar pra religião / eu vou entrar pra Igreja Batista / Você sabe, eu quero ser um pastor batista / então eu não terei que trabalhar” (tradução do autor)

Nesse momento vale destacar o papel da mulher do Delta. Segundo os testemunhos recolhidos por Lomax no Delta, elas representavam não apenas o centro do núcleo familiar, muitas vezes destroçado pela vida desregrada dos seus homens, ou apenas fazendo o serviço doméstico, como também desempenhavam uma função fundamental no trabalho nas plantações, carregando as crianças pequenas com elas.

A preparação para a vida sexualmente ativa está presente nos diversos jogos de criança que Alan Lomax viu no distrito de Coahoma. Estes jogos preparavam as crianças e futuras mulheres a cortejar – e serem cortejadas, a escolher aquele que elas querem beijar – ao invés de serem escolhidas – e serem corajosas e maliciosas para se proteger das situações adversas com todos os topos de manobras. "As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares". (THOMPSON, 1998, p. 18). Era a própria preparação para a vida do Delta. "Muitos dos jogos treinavam competências físicas, mas seu principal foco era a prática das habilidades sociais, com o namoro sendo a preocupação central". (LOMAX, 1993, p. 88).

A vida sexual começava muito cedo. Aos treze, quatorze anos as meninas já estavam casando. Os exemplos dessa liberdade e apetite sexual são incontáveis e certamente é o assunto mais frequente na literatura do blues, uma verdadeira obsessão para os seus poetas, eles mesmos que quebraram o tabu do tema do sexo na música popular. "Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade". (THOMPSON, 1998, p. 18). Talvez o mais icônico da extensa lista é "Traveling Riverside Blues<sup>142</sup>", de Robert Johnson, gravada em 1937, que utiliza a metáfora para a ejaculação.

"Now you can squeeze my lemon 'til the juice run down my...

(spoken: 'til the juice rune down my leg, baby, you know what I'm talkin' about)

---

<sup>142</sup>JOHNSON, Robert. Travelling Riverside Blues. In: JOHNSON, Robert. The Complete Recordings. Sony. 1990. 2CD. Faixa 16.

You can squeeze my lemon 'til the juice run down my leg

(spoken: That's what I'm talkin' 'bout, now)

But I'm goin' back to Friars Point, if I be rockin'to my head"<sup>143</sup>

Esse núcleo familiar aparentemente matriarcal, com a mulher sendo a chefe da família, além de sofrer a violência do sistema econômico e social em que estava inserida, com a possibilidade real de ver os pais e membros de sua comunidade sendo linchados, maltratados, quando não era abandonada com vários filhos, frequentemente sofria com a violência doméstica e a vida desregrada de seus parceiros. Mas esse machismo não era aceito facilmente e havia casos frequentes de revide por parte da mulher. Elas revidavam por quaisquer meios que estivessem em suas mãos. A icônica ilustração de Robert Crumb (2004), no seu livro *Blues*, retrata uma cena cotidiana da vida doméstica da briga um casal; com extrema violência de ambos os lados, numa discussão que começou por causa de querelas igrejeiras – o homem não tem a mesma ideia que a mulher sobre a igreja (aqueles “bando de hipócrita fofoqueiro” – e sobre a divisão do trabalho em casa – a mulher reclama que ele deveria cuidar dos filhos, ao invés disso ele fica “sentado aí dedilhando esse violão” (CRUMB, 2004, p. 49) – a mulher coloca o homem para fora de casa debaixo de pancada. Há vários casos de músicas de blues que foram mortos por mulheres. Os mais famosos são Robert Johnson e Robert Nighthawk, que morreram envenenados. Valorizando o pouco de liberdade de que dispunham, os homens negros geralmente não aceitavam o controle por parte da mulher ao mesmo tempo em que temiam encontrá-la com outros homens. O revide por parte da mulher implica necessariamente uma agressão anterior. E o que não falta no blues são testemunhos dessas agressões. A música que mais traduz esse espírito violento e misógino é “Me And The Devil<sup>144</sup>”, de Robert Johnson.

---

<sup>143</sup>“Agora você pode apertar meu limão até o suco descer pela minha... / (falado: até o suco correr pela minha perna, baby, você sabe do que estou falando) / você pode apertar meu limão até o suco descer pela minha... / (falado: é disso que eu estou falando agora) / Mas eu vou voltar para Friars Point se eu estiver balançando minha cabeça”. (tradução do autor)

<sup>144</sup>JOHNSON, Robert. *Me And The Devil*In: JOHNSON, Robert. *The Complete Recordings*. Sony. 1990. 2CD. Faixa 13

“Me and the devil, was walkin' side by side

Me and the devil, ooh, was walkin' side by side

I'm goin' to beat my woman, until I get satisfied”<sup>145</sup>

Na vida privada existia um verdadeiro ciclo de violência. A própria educação familiar era construída à base de agressivos castigos e punições físicas muito duras, muitas crianças saíam de casa para fugir dos severos espancamentos por qualquer travessura cometida. Na verdade, a educação que recebiam era uma réplica do que encontrariam no mundo lá fora.

Nenhuma criança, certamente não um músico de blues, vindo de uma infância rural do Delta perdeu a picada quente do interruptor, a palma da mão dura, o chicote. Todos tinham fugir disso como se o diabo estava atrás deles. Todos, no final, havia se rendido, e tinha sido cruelmente castigado muitas vezes, engolindo a sua ira, mas ainda está dizendo "Sim, senhora", a sua mãe, e 'Sim, Senhor, Charley' para os patrões brancos. (LOMAX, 1993, p. 93).

Na esfera da diversão e entretenimento não era diferente. Foi nesse fórum de descontração, energia, fuga, romance, jogos, bebida, desabafo, fúria, conflitos, tudo isso regado por muita música e dança, que culminavam todos os aspectos da vida da comunidade negra em uma panela de efervescência cultural. Vários estabelecimentos como bares (juke-joints, barrelhouse), tavernas, clubes, festas em casas alugadas e até mesmo piquenique nas cabanas das plantações recebiam a classe trabalhadora negra e serviam como lugares perfeitos para as reuniões de sábado a noite para renovar as energias, tirar toda a carga nas costas acumulada pela dura semana de trabalho.

Se a Igreja era o espaço social para as senhoras respeitáveis da comunidade se encontrar e descarregar as tensões do dia a dia, no auge do Jim Crow, esses bares eram o ponto de socialização para os negros em busca de ação e música, no caso, a música

---

<sup>145</sup>“Eu e o diabo estávamos andando um ao lado do outro / Eu e o diabo estávamos andando um ao lado do outro / Eu vou bater na minha mulher até eu ficar satisfeito” (tradução do autor)

do diabo, o blues. Era o lugar deles e a barreira de “separados, mas iguais” das leis Jim Crow estavam em pleno vigor para ambos os lados, como dizia a sinalização de um bar em Memphis: “Este lugar é para pessoas de cor. Nenhum branco servido. Desculpe”. (LOMAX, 1993, p. 4). Tem de todos os tipos: os que iam em busca de dançar e paquerar, ocasionando inclusive episódios frequentes de brigas de bar por mulher ou algum desentendimento qualquer que acabavam em morte. Sobre a Inglaterra que estava estudando, Thompson disse:

Em um certo sentido, a cultura plebéia é do povo: uma defesa contra as intrusões da gentry e do clero: consolida aqueles costumes que servem aos interesses do povo: as tavernas são suas, as feiras são suas, a rough music está entre seus meios de auto-regulação. (THOMPSON, 1998, p. 22)

Com todo respeito às especificidades históricas, se fossemos grosseiramente transferir essa assertiva para o cotidiano da cultura plebéia da população negra, seria que os juke-joints (bares) são seus, as igrejas batistas são suas, e o blues está entre um dos seus meios de auto-regulação.

Por fim, o humor e ironia eram recursos frequentes no blues. Através de recursos retóricos como jogos de palavras, duplo sentido, apelidos, e sátiras ou ironias diante de problemas sérios, os músicos do blues comunicavam-se com seu público que percebiam e, principalmente, identificavam-se com a ironia e a contradição da própria vida que levavam. Big Bill Broonzy traduziu esse sentimento perfeitamente na sua canção “Just a Dream (On My Mind)<sup>146</sup>”, gravada pela primeira vez em 1939.

“It was a dream, just a dream I had on my mind

It was a dream, just a dream I had on my mind

And when I woke up, baby, not a thing could I find

---

<sup>146</sup>BROONZY, Big Bill. Just a Dream (On My Mind). IN: Broonzy, Big Bill. Warm, Witty & Wise. Legacy. 1998. 1CD. Faixa 13.

I dreamed I went out with an angel, and had a good time

I dreamed I was satisfied, and nothin' to worry my mind

But it was just a dream, just a dream I had on my mind

And when I woke up, baby, not an angel could I find

(...)

I dreamed I was married, and started a family

I dreamed I had ten children, and they all looked just like me

But that was a dream, just a dream I had on my mind

And when I woke up baby, not a child could I find"<sup>147</sup>

## Considerações finais

Tendo percorrido até este momento, retomo a pergunta inicial: diante dos variados eventos explicitados aqui, pode-se afirmar que já havia ali uma classe coesa e organizada? Acredito que tal afirmação seja imatura no contexto político, econômico e social nos Estados Unidos entre as décadas de 20 e 40; a Grande Migração do sul rural para as grandes cidades industriais, principalmente do norte, estava a pleno vapor; ao chegar nessas cidades, diferentemente do que sonhado por eles, encontravam o mesmo racismo e exclusão social que haviam experimentado até esse momento no sul de onde saíram; ao chegar nessas cidades, ainda, entravam em contato com uma onda crescente de movimentos e tendências políticas mais radicais

---

<sup>147</sup>"Foi um sonho, só um sonho que eu tive em minha mente / E quando eu acordei, querida, não pude encontrar nada / sonhei que eu saí com um anjo, e tinha me divertia / sonhei que estava satisfeito, e nada para preocupar minha mente / Foi um sonho, só um sonho que eu tive em minha mente / E quando eu acordei, querida, não pude encontrar nada / (..) / sonhei que eu era casado, e começava uma família / Eu sonhei que tinha dez filhos, e todos eles parecia comigo / Mas isso era um sonho, só um sonho que eu tinha em minha mente / E quando eu acordei amor, nenhuma criança pude encontrar" (tradução do autor)

do que a NAAPC (The National Association for the Advanced of Colored People), influenciadas pelas ideias de anticolonialismo, movimentos socialistas, como o “Novo Negro”, do socialista Hubert Harrison, e do “black nationalism”, nacionalismo negro, a Associação Universal para o Melhoramento dos Negros (UNIA, em inglês), fundada pelo jamaicano Marcus Garvey, de caráter separatista, dentre outros. Melhores organizados, a atuação dos negros e negras alcançou outro patamar na década de 50 e 60, tanto em termos culturais, com o surgimento de outros estilos da “Black music”, como o soul, funk, dentre outros, como em termos políticos, especialmente depois do famoso caso de Rosa Parks, em 1955, culminando numa pressão nunca antes vista dos movimentos sociais negros, atuando em conjunto, como um grupo de classe, pelos direitos civis.

No caso dos negros vivendo no Sul rural dos Estados Unidos do início do século XX, a consciência dessa classe em gestação dela mesma, mais do que encarnada em formas institucionais, é manifestada culturalmente, através de tradições e sistema de valores, através do blues. O blues, como manifestação cultural do povo afro-americano, remete a uma consciência que surge como resultado da experiência vivida pela própria classe no processo de fazer-se dela mesma. O blues fica caracterizado como música de resistência, mas não a resistência de confrontação. Apesar de ter alguns nomes como Big Bill Broonzy, J. B. Lenoir, Nina Simone, que denunciaram em suas músicas e enfrentaram diretamente a situação, o confronto aberto contra o sistema dominante político segregacionista e a exclusão econômico-social era extremamente difícil e raro, especialmente no período em que Jim Crow estava com toda a força e os negros poderiam ser linchados por qualquer motivo aparente. A resistência do blues, semelhante ao gospel, refere-se a uma forma que aquelas pessoas tinham de suportar as dificuldades e injustiças e seguirem frente, apesar de todas as probabilidades lhes serem contrárias. Afinal, como Memphis Slim, um dos maiores pianistas do blues, falou na conversa sobre as origens do blues com Lomax, Big Bill Broonzy e Sonny Boy Williamson numa noite no Mississippi em 1946: “Sim, o blues é um tipo de vingança (...) Você sabe que quer dizer algo, quer dar significado a algo,

isso é o blues. Todos nós tivemos duros momentos na vida e coisas que nós não podíamos falar ou fazer, então nós cantamos”. (LOMAX, 1993, p. 461).

O blues catalisa, dessa forma, a consciência de classe e a experiência herdada e compartilhada daquele grupo em torno de sua luta de classes. Apesar do blues rural e do Delta ter o caráter individual e solitário – o cantor e seu violão –, ele se comunica com seus semelhantes através de um circuito informal de apresentações itinerantes nas festas nas plantações ou diretamente nas residências pelo o rádio ou disco. É através desse circuito que as tradições, os sistemas de valores e ideias, como diz Thompson, é transmitido e mantido, aproximando-os pela semelhança na vida cotidiana, com seus problemas, preocupações, receios e diversões.

## Referências

- CRUMB, R. **Blues**. São Paulo: Conrad Editora, 2004
- EVANS, David. The development of the blues. In: MOORE, Alan (Editor). **The Cambridge Companion to Blues and Gospel Music**. New York: Cambridge University Press. 2002.
- FRAGA, Alexandre Barbosa. **De substantivo plural a singular: a transformação das classes trabalhadoras em classe operária**. Revista Espaço Acadêmico, n. 82. Mar/2008.
- GRAVES, Bill. Highways. IN: KOMARA, Edward (Editor). **Encyclopedia of the Blues**. New York: Routledge. 2006.
- HOBSBAWM, Eric J. **História Social do Jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.
- JAKUBS, John F.. Great Migration. IN: KOMARA, Edward (Editor). **Encyclopedia of the Blues**. New York: Routledge. 2006.
- LOMAX, Alan. **The Land Where The Blues Began**. New York: The New Press. 1993.
- KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOMARA, Edward (Editor). **Encyclopedia of the Blues**. New York: Routledge. 2006.
- MEIRA, Júlio Cesar. **A Contribuição de E. P. Thompson para os Estudos Históricos**. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia.V.5, N. 1, p. 188-207, Janeiro-Julho.2014.
- MOORE, Allan (Editor). **The Cambridge Companion to Blues and Gospel Music**. New York: Cambridge University Press. 2002.

SAVAGE-WISEMAN, Phoenix. Violence as a lyric concept. IN: KOMARA, Edward (Editor). **Encyclopedia of the Blues**. New York: Routledge. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa, "A maldição de Adão"**, vol. II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa, "A força dos trabalhadores"**, vol. III, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.

“COMO ESSA NUNCA TINHA VISTO!”<sup>148</sup> –  
DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA MEDIANEIRA – A  
IGREJA, O PODER MUNICIPAL E OS DEVOTOS

Francielle Moreira Cassol<sup>149</sup>

Artigo recebido em: 26/03/2016.

Artigo aceito em: 14/04/2016.

**Resumo:**

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças teve início na Bélgica, na década de 1920, com o cardeal Desidério José Mercier, um dos pioneiros da teoria da mediação, na qual Maria é venerada como mediadora das graças divinas. No Brasil, a crença na Mãe Medianeira expandiu-se a partir de sua devoção no interior do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente a partir da cidade de Santa Maria. Dito isso, o presente texto tem entre suas finalidades dissertar sistematicamente sobre a história da Romaria, refletir sobre sua patrimonialização, bem como analisar, em especial, as relações de poder que transformam um evento religioso em uma “mercadoria” para o turismo local.

**Palavras-chave:** Romaria – Devoção – Patrimônio.

---

<sup>148</sup> Relato do representante do Vaticano quando participou da Romaria da Medianeira. PORNÍNCULA, 2003, p. 7.

<sup>149</sup> Graduada e Mestre em História. Atualmente cursa doutorado na Universidade de Passo Fundo. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4418373Z3>. Integrante do Grupo de estudos de Memória e Cultura da UPF.

**Abstract:**

Devotion to Our Lady Mediatrix of All Graces began in Belgium in the 1920s, with Cardinal José Desiderio Mercier, one of the pioneers of the theory of mediation, in which Mary is venerated as a mediator of divine graces. In Brazil, belief in Mother Mediatrix expanded from their devotion inside the Rio Grande do Sul state, more precisely from the city of Santa Maria. That said, this text has among its goals systematically lecture on the history of the Pilgrimage, reflect on their patrimony, and to examine in particular the power relationships that transform a religious event into a "commodity" to local tourism.

**Keywords:** Pilgrimage – Devotion – Equity.

\* \* \*

**Introdução**

Na segunda manhã de domingo do mês de novembro dos últimos oitenta anos, boa parcela da população santa-mariense e muitos romeiros e turistas de outras municipalidades é encontrada ocupando as ruas por onde passa a Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Atualmente, as ruas pelas quais passa a imagem da Virgem são fechadas, e a multidão se aglomera desde a Catedral (Avenida Rio Branco) até o Santuário-Basílica (Avenida Medianeira). Por todo o trajeto da Romaria são instalados alto-falantes para que os romeiros acompanhem as orações e os cânticos. Além disso, durante o trajeto pela Avenida Medianeira, os atos de fé, devoção e outros se misturam às bancas do comércio alimentício e dos objetos diversos vendidos pelos camelôs. A missa na Catedral de Santa Maria/RS inicia por

volta das oito horas da manhã e, logo após, ocorre a procissão, que culmina na missa campal, realizada na Basílica, cerca das dez horas da manhã.

Em semana de Romaria da Medianeira a cidade “respira” a festividade, tanto nos setores devocional, político, econômico e cultural como no turístico. Por sua vez, os jornais locais diariamente noticiam reportagens sobre o evento religioso, suas mudanças e permanências, a festa católica, os horários das missas durante a semana, as histórias dos fiéis que relatam terem recebido graças e todo o trabalho em torno do evento principal que acontece no domingo. Entre as implicações que se pode perceber na cidade durante a semana de preparo para a romaria, atenta-se para a movimentação de pessoas externas ao município nos principais pontos turísticos, assim como no comércio santa-mariense. As ruas da cidade, para além das que fazem parte do trajeto da procissão, são mais limpas e enfeitadas com fitas azuis e brancas, cores da santa, e não apenas pelos comerciantes ou pelo poder municipal, mas também pelos próprios munícipes que se importam em deixar uma boa lembrança para os visitantes que vêm pedir ou agradecer a “mãe” Medianeira. Além disso, um grupo generoso de devotos se une no santuário Basílica da Medianeira a fim de confeccionar os doces, pães, salgados e velas que são comercializados nestes dias, objetivando juntar dinheiro para a paróquia.

Esse culto nasceu ainda na Europa; todavia, a partir do que foi pesquisado, levantamos que desenvolveu seu auge no Brasil, a partir da paróquia de Santa Maria, interior do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, o culto foi trazido por um padre e difundido entre os jovens seminaristas santa-marienses. Logo em seguida, apenas alguns meses após ter chegado a este continente, irradiou por toda a cidade interiorana, atingindo em cerca de uma década a ser eleita a padroeira do Estado.

Nosso intento com este artigo consiste em dissertar sobre a constituição do processo de patrimonialização<sup>150</sup> da *Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de*

---

<sup>150</sup> Segundo Iphan, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que entre outras medidas, instituiu o instrumento do tombamento, define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e

*Todas as Graças*, de Santa Maria, através de sua repercussão na imprensa local durante o período que compreende os anos de 2003 a 2012. As questões essenciais deste trabalho referem-se à pesquisa dos bens imateriais, principalmente a manifestação romeira, que vem estimulando mesmo que ainda em pequena escala a reflexão acadêmica, e do progressivo processo de sua turistificação. Nesse contexto, registramos que a turistificação na qual apoiamos a ideia de que a presente Romaria esteja passando consiste no processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade no turismo.

A ferramenta para esse trabalho deve ser o planejamento estratégico e integrado da atividade turística. Com isso, também buscamos desvelar a importância da Romaria para a cidade pelos seus aspectos históricos, sociais, religiosos, políticos e culturais, além de todo o conjunto ritualístico que a compõe. Nesse sentido, é evidente o cada vez mais intenso uso turístico e comercial do evento, assim como de seus símbolos, o que também nos mobiliza para a observação dessa característica. De certa forma, sua permanência e grandiosidade ajudam a atestar a importância do evento e, como derivação, auxiliam a observar sua representação para a história local

---

Artístico: constitui o patrimônio histórico e artístico o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Passados 51 anos, nos quais o País sofreu intensas e velozes mudanças, transformando-se de rural em majoritariamente urbano, a Constituição de 1988 relativiza a noção de excepcionalidade, substituída em parte pela de representatividade e reconhece a dimensão imaterial. A denominação Patrimônio Histórico e Artístico é substituída por Patrimônio Cultural. O conceito é assim ampliado de maneira a incluir as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento. O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Disponível

em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Sendo assim, a patrimonialização consiste no processo por meio do qual os “bens” de um determinado grupo se constituem em patrimônios culturais. E, nesse contexto, deve-se deixar claro que os bens patrimonializados são sempre frutos de uma construção, de uma elaboração narrativa, simbólica, política, etc. Além disso, o processo de patrimonialização implica sempre em seleção.

como herança comum de um passado constituído por ações humanas, por ações dos agentes<sup>151</sup>. Sendo assim, o presente artigo se encontra estruturado da seguinte maneira: em um primeiro momento versa sobre o que é patrimônio imaterial e como a Romaria a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, de Santa Maria/RS, enquadra-se nesta categoria de análise; bem como, no segundo momento, apresenta a discussão desse fenômeno religioso que abarca outros setores sociais, assim como o campo do comércio e do turismo, miscigenando-se com este – assim também se ampliando e se tornando, a cada nova edição, mais grandioso e complexo.

Para isso, o estudo se encontra embasado, em seu referencial teórico, em bibliografia atualizada e pertinente sobre as seguintes temáticas: devoção, religiosidade católica, patrimônio, procissão, história local, turismo religioso, mercadologia, entre outros. Isso porque se optou pela corrente teórica da história cultural advinda da revista dos *Annales*, corrente esta que tem propiciado nas últimas décadas a ampliação das fontes históricas, assim como a resolução de novos problemas de pesquisa. Dito isso, a metodologia utilizada consistiu na leitura e reflexão da bibliográfica consultada e aplicada a uma realidade micro, ou seja, a Romaria a Nossa Senhora Medianeira, bem como na análise das fontes jornalísticas dos periódicos locais que retratam ao longo das décadas essa devoção.

A grandiosidade da festa em questão é atestada tanto pelo número de participantes que aumenta anualmente (chegando a trezentas mil pessoas nos últimos anos), quanto pela continuidade em que ocorre. Tal permanência ganha ainda mais destaque se pensarmos no contexto religioso conflituoso que marcou a história da “cidadela”. A própria bibliografia existente<sup>152</sup> atenta para a grande animosidade entre católicos, luteranos e maçons. Os historiadores demonstram um quadro negativo para a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) até início do século XX, com

---

<sup>151</sup> Cf. GUIDOLIN; WINTER & ZANOTTO, 2011, p. 198.

<sup>152</sup> Cf. RUBERT (1957, 1977); PROBST (1989); BONFADA (1991); VÉSCIO (2001) e BIASOLI (2005, 2010).

sérios conflitos que tiveram seu clímax entre as décadas de 1870 e 1890<sup>153</sup>. Nesse sentido, Borin (2011), em um estudo particular da Romaria, identifica Santa Maria como uma “cidade descrente”<sup>154</sup>. Por outro lado, deve-se ressaltar que, neste mesmo período, entre as estratégias de “recatolização” empreendidas no estado, vemos com destaque o empreendimento e/ou controle de manifestações públicas de fé, como o que acontece nas romarias<sup>155</sup>. Como destaca Biasoli<sup>156</sup>, em Santa Maria não foi diferente:

As romarias em homenagem a Nossa Senhora Medianeira, iniciadas em 1930 com o patrocínio do clero diocesano santa-mariense, foram o resultado final de um longo processo, iniciado com um novo governo paroquial estabelecido em Santa Maria, a partir de 1896. A partir dessa data, a direção da paróquia coube aos padres da Pia Sociedade das Missões, chegados dez anos antes ao Brasil, os quais iniciaram um intenso combate, e mudaram as condições da religião e da Igreja locais (BIASOLI, 2010, p. 14).

Nas pesquisas de Marta Rosa Borin – *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república* (2010b); *Fabricando Identidade: estratégias e representações no campo religioso* (2010a), entre outras –, a autora busca reconhecer os procedimentos e estratégias que levaram à afirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul e em Santa Maria no primeiro quartel do século passado, por meio da pesquisa em fontes de periódicos. Para isso, a autora destaca três iniciativas da Igreja santa-mariense que foram utilizadas na construção da identidade católica do Estado, a saber: a comemoração de “falso” centenário, a alteração de uma insígnia pública municipal e a propagação da devoção mariana.

---

<sup>153</sup> A Pia Sociedade das Missões governou a paróquia local entre os anos de 1896 e 1937. Os vinte primeiros anos desse governo, até o final da década de 1910, foram o período dos principais conflitos. Todavia, antes de 1920 já era possível perceber as primeiras mudanças no contexto local em relação à Igreja católica.

<sup>154</sup> Cf. BORIN, 2011.

<sup>155</sup> Mais sobre o assunto conferir principalmente os seguintes autores: Biasoli (2010), Boreli (2007) e Borin (2010a, 2010b, 2011).

<sup>156</sup> Usamos Biasoli em todos os momentos em que tratamos da história da Igreja em Santa Maria.

Em sua pesquisa, Borin mostra-nos uma Santa Maria plural, em termos de religiosidade, no início de século XX, bem como uma Igreja Católica em busca de afirmação enquanto instituição privilegiada com relação às demais<sup>157</sup>. Quanto à comemoração do “falso” centenário a autora afirma que

os agentes sociais do clero, ao manipular uma data comemorativa em favor da Igreja estavam tentando legitimar a preponderância católica na cidade perante seus concorrentes. Essa comemoração, por outro lado, contribuiu também para a construção da memória coletiva da cidade (BORIN, 2010a, p. 6).

Entretanto, essas estratégias de afirmação da Igreja se deram em um contexto que era permeado por adversários/concorrentes, tais como os maçons e os metodistas, que criticavam e ridicularizavam os dogmas da Igreja, a veneração às imagens e as procissões.

Quanto às questões religiosas, é provável que com a imigração de alemães, durante o decorrer do século XIX, estes tenham retraído as ações da Igreja Católica que, no período, ainda não se encontravam bem estabelecidas na região. Segundo Flôres<sup>158</sup>, a fé católica ainda não era tão bem sedimentada, pois bem antes da edificação de uma Catedral católica (início do século XX) os alemães já haviam erguido a primeira Igreja Evangélica de Santa Maria (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB), em 1873. Não obstante, as influências religiosas no município de Santa Maria só se ampliaram com o passar do século XIX para o XX. Sobre a vinda intensa e contínua dos imigrantes, afirma Isaia:

Não terminou aí a corrida de estrangeiros a Santa Maria, nem o mosaico de culturas e etnias em que se vinha caldeando a sociedade local. Antes, durante e depois da I Guerra Mundial (1914-1918), grupos isolados de espanhóis, poloneses, gregos, húngaros, russos, suecos, ingleses e até

---

<sup>157</sup> Com o advento da República a Igreja Católica perdeu seus privilégios, visto que a Nova Ordem Constitucional Brasileira previa a liberdade de culto, contexto em que a Igreja foi vista como retrógrada.

<sup>158</sup> Cf. FLÔRES, 2009, p. 21.

algumas famílias do Uruguai e da Argentina, acabaram por adotar a cidade de Santa Maria. A causa óbvia: “a Cidade Ferroviária”, como passou a ser conhecida [...] em todo o Brasil, era ponto obrigatório de parada ou de passagem dos trens que cortavam os quatro cantos do rio Grande. (1985, p. 81-83).

Sobretudo Borin (2010b) contribui a essa pesquisa ao analisar a construção e a afirmação da identidade católica, por meio da propagação da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, que foi difundida a partir de 1928 pelo então seminarista jesuíta Inácio Rafael Valle. Através da fé e da manipulação por meio de novenas e romarias, a Igreja encontrou os elementos para legitimar a religião na cidade de Santa Maria. Pouco depois essa devoção se expandiu para o contexto estadual, visto que Medianeira se tornou já em 1943 a Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre a Romaria, Borin afirma: “a devoção à Medianeira possibilitou a Santa Maria o mérito de dar o maior presente cristão ao Estado: uma padroeira. E isso significava que, com este capital simbólico, Santa Maria tornava-se um centro de peregrinação de católicos” (2010b, p. 8). Ainda sobre a questão da conquista de hegemonia e legitimidade no campo religioso, a autora pontua:

essas posições nos mostram que, se o campo das crenças não é uma estrutura morta, mas um espaço de jogo, nele se definiam as disposições dos agentes sociais, em fazer predominar seus interesses e cada qual reage nesse processo com o aparato que lhe confere mais reconhecimento (BORIN, 2010b, p. 9).

A manifestação religiosa representada pela devoção a Nossa Senhora Medianeira e pela romaria em sua honra remete a diferentes atores sociais e contextos socioculturais em que ela se produz. Os significados desse ritual estão perpetuados nas lembranças dos que dela participam ou participaram, nos objetos que a partir dela surgiram ou tomaram novos significados, nos espaços que dela fazem ou fizeram parte, entre outros. Portanto, acreditamos que por sua contribuição, especificidade e originalidade no cotidiano dos devotos, bem como pelo reduzido número de pesquisas no cenário regional que tenham abordado esse evento religioso, que esse

estudo é relevante na medida em que propiciará uma análise sociocultural da devoção que conquistou o Estado do Rio Grande do Sul. E, da mesma forma, por abranger elementos da cultura devocional cristã que permeiam o cotidiano de inúmeros fiéis e matizam, como decorrência, suas ações de adoração religiosa, além de muitos dos outros empreendimentos cotidianos, marcados pelas concepções de mundo e de como agir sobre o mundo decorrentes da crença na santidade e na intermediação mariana.

### **“Como essa nunca tinha visto<sup>159</sup>”: romaria de Nossa Senhora Medianeira como Patrimônio Cultural Imaterial**

Fundamentado no cotidiano das comunidades e vinculado aos seus territórios e às suas condições de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos formadores de sua identidade. Contudo, destacamos, parte desse patrimônio e dos elementos que compõem a própria romaria que são transmitidos de geração em geração se transformam/atualizam/modificam num processo dinâmico e adequado ao contexto vivenciando em cada momento histórico. Segundo Borin (2010), podemos analisar a história desses momentos históricos subdividindo-os em ao menos três diferentes períodos, a saber: um primeiro momento que ocorre entre os anos 1930 e 1960, período ao qual o catolicismo se fixa – é o momento em que ocorre uma espécie de reconquista do espaço do sagrado, assim como dos fiéis; um segundo momento entre os anos 1960 e 1980, recorte temporal em que a relação entre a Igreja e os devotos possui novos contornos e agentes. Além disso, o próprio perfil das Romarias se modifica, passando pelo processo de patrimonialização por meio dos patrimônios edificados; e um

---

<sup>159</sup> PORNIÍNCULA, 2003, p. 7.

terceiro momento iniciado na década de 1990, que se estende até os dias atuais, período que também passa por mutações nas relações entre a Igreja, os agentes e a Romaria. De todo modo, considerar tal dinamicidade (importante em nosso recorte de pesquisa) não diminui a consideração de que a Romaria, em seu momento de criação, ou seja, no início da década de 1930, foi importante para a formação de grande parcela da identidade santa-mariense.

Para Candau, “memória e identidade são indissociáveis, se reforçando mutuamente desde a sua emergência até sua inevitável dissolução” (2011, p. 19). Além disso, o número de romeiros que a cada ano participa do evento, sua periodicidade e permanência, a tradição passada entre gerações de família, a modificação da cidade durante a semana de romaria e as experiências de vida derivadas da participação no ritual demonstram o quão importante esta foi e continua sendo para a cidade de Santa Maria, bem como para as pessoas que dela participam, tratando-se atualmente de uma das maiores expressões do Patrimônio Cultural Imaterial do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Defendemos que “é na dinâmica da identidade que se constitui o patrimônio, são as pessoas, a paisagem, o espaço quem irá definir o que é o patrimônio local” (MONTENEGRO, 2012, p.22). Assim, torna-se necessário explicitar o entendimento de que o *Patrimônio Cultural Imaterial* consiste nas criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social; ora, nesse contexto, entende-se tradição no sentido de “dizer através dos tempos”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo-se para o grupo em questão um vínculo do presente com o passado<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> IPHAN. *Resolução nº 001*, de 03 de agosto de 2006. Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao\\_001\\_de\\_3\\_de\\_agosto\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf)

Para Del Priori (2000, p. 10), a romaria, seja ela sagrada ou profana, pode sintetizar os sentimentos das pessoas. Com isso, a metodologia para o estudo de fenômenos que têm como objeto a festa deve ser refletida para que a cultura de uma comunidade possa ser investigada objetivamente, sem inferências do pesquisador. Sendo assim, o estudo da festa – Romaria a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, nesse caso – pode proporcionar a descoberta do porquê e o quê ainda se festeja. Para Geertz (1989, p. 142) é necessário fazer a análise teórica da ação simbólica da religiosidade para que se possa enfrentar aspectos da vida social e psicológica. Segundo o autor, um dos problemas encontrados na metodologia do estudo de fenômenos religiosos é manter um olhar neutro com relação ao caráter laico e devocional de um determinado grupo (GEERTZ, 1989, p. 103). Decorre dessa compreensão a assertiva de que o historiador deve buscar um olhar neutro, sensível e crítico da história, sempre problematizando os dados obtidos durante a pesquisa, as ações e as significações legadas pelos agentes aos seus atos devocionais.

Segundo Farinha (2012, p. 19), cada prática de religiosidade tem sua significação própria, sentido esse que pode “fugir” do controle institucional e do significado teológico. Essa referência é fundamental para o entendimento da dinâmica das práticas culturais imateriais religiosas. As manifestações de religiosidade são produtos que possuem origens variadas, algumas vezes institucionalizadas, mas sempre vivas (!) e tornadas significativas na prática das pessoas que dela participam.

A respeito da classificação do patrimônio brasileiro, hoje ele se encontra dividido em duas categorias: *material* e *imaterial*. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens classificados de acordo com sua natureza e registrados em quatro Livros Tombo: *Arqueológico paisagístico e etnográfico*; *Histórico*; *Belas Artes*; e *Artes Aplicadas*. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro: o *Livro dos Saberes*; o *Livro das Celebrações*, o *Livro das Formas de Expressão*; e o *Livro dos Lugares*<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> Cf. TRAZZI, 2008, p.12-13.

Feito esse breve histórico, é necessário destacar a questão da subdivisão entre patrimônio material (PM) e imaterial (PI). Quando se trabalha com o patrimônio imaterial deve-se possuir a compreensão de que este não existe sem algum tipo de materialidade ou lugar de memória, com o qual se concretize ou ao menos se estabeleça uma relação de dependência. Para Nora (apud GONÇALVES, 2012, p. 32), “os lugares de memória são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, nisso diferindo somente quanto ao grau: os três aspectos coexistem sempre”. Além disso, os lugares de memória são, antes de tudo,

restos [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplana os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (GONÇALVES, 2012, p. 32).

Não obstante, ainda de acordo com Nora, o lugar de memória supõe a justaposição de duas ordens de realidade:

uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum [...] Cabe aos historiadores analisar essa e ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhes o mecanismo, de estabelecer-lhes os estratos, de distinguir-lhes as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (1993, p. 226).

No caso da Romaria da Medianeira, apoiamos a ideia de que esta se constitui em um patrimônio imaterial; entretanto, ela não existiria sem a cidade ou sem o seu

local de referência, que nesse contexto é o conjunto de ruas por onde passa a procissão, seu auge litúrgico na Basílica da Medianeira e em menor escala o Altar Monumento. Por outro lado, na percepção de quem vive o patrimônio essa dicotomia (PM X PI) não existe, visto que, mesmo sem o material (Basílica, quadro de Nossa Senhora Medianeira, Altar Monumento, etc.), os atores sociais ainda possuiriam referenciais para se dedicarem ao seu bem maior: a fé em Nossa Senhora Medianeira. Ainda sobre a diferença entre Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial defende-se que:

Não há dúvida de que as expressões patrimônio Imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional (IPHAN, 2010, p. 17).

Nesse contexto, o que se entende por Patrimônio Imaterial se encontra em acordo com a Convenção para a salvaguarda de 2003 da UNESCO (que foi ratificada pelo Brasil em março de 2006), que:

Entende por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 35).

O campo do patrimônio tem hoje entre seus principais referenciais o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, assim como o Decreto Lei N°. 25 de 1937 que, como mencionado, cria o atual IPHAN e institui, a partir daí, o tombamento como principal meio para a preservação da memória social e do patrimônio histórico no Brasil. Além do decreto supracitado, acrescenta-se o Decreto N°. 3.551, do ano 2000, que cria o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* e institui o Registro como principal instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial. Nesse contexto, deixa-se aqui

explícito que, diferentemente de outrora, quando o patrimônio era de responsabilidade somente do Estado, a salvaguarda do patrimônio necessita atualmente de uma intensa relação entre Estado e sociedade. Silvestrin apoia a essa ideia e defende que:

Toda política pública se destina a atender a demanda de cidadãos, o que significa pensar na perspectiva de uma construção participativa das políticas, programas, ações, assim como garantir a participação da sociedade civil interessada na execução e acompanhamento dos projetos. No caso da política federal do patrimônio imaterial, a participação dos detentores, o grupo interessado é pressuposto de qualquer uma das suas ações (2012, p. 2).

Nesse sentido, o que elegemos como digno de ser considerado um patrimônio cultural deve ser algo passado de geração em geração, uma espécie de “bem precioso” a ser preservado e salvo, algo que temos como uma herança cultural.

Trabalhando com patrimônio, ou seja, um bem, algo de valor para determinada pessoa ou grupo, deve-se destacar que no patrimônio em si não existem valores *a priori*. O patrimônio se torna patrimônio por ter um conjunto de determinados valores para alguém, para determinado grupo, em relação a alguém. Então, a patrimonialização de algo consiste em um processo por meio do qual ele se constitui em um bem de todos ou de algum grupo específico; salientando que este é sempre uma construção, que é salvaguardado por sua responsabilidade em ser detentor da guarda da memória social. Ao falarmos em patrimonialização da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, isso implica em deixarmos claro que o

processo de patrimonialização implica sempre em seleção. Ou seja, dizer que algo é patrimônio significa assumir que, diante de um universo imenso de bens culturais, foram somente eleitos alguns para ser patrimônio. Isso quer dizer que eles possuem um valor diferente dos demais. E a dotação desse valor é feita a partir de critérios específicos, que também variam de acordo com a natureza do bem, com as políticas institucionais, com as

concepções de patrimônio cultural vigentes, com grupos sociais envolvidos. E isso nos coloca uma questão importante, que gera no senso comum, muita confusão: patrimônio cultural não é sinônimo de cultura. É, ao contrário, uma especificidade dela, um recorte dentro de seu campo – o patrimônio cultural sempre é cultura, mas nem toda prática ou bem cultural é patrimônio (KNACK, 2007, p. 47).

Assim, dentro do campo da cultura e por meio da história cultural elegemos o que é importante (entre tantas outras coisas existentes) de se preservar para o alcance das gerações futuras. O primeiro critério para que algo seja identificado como patrimônio diz respeito ao seu valor enquanto herança das gerações presente e passada, bem como o valor quantitativo de sua inscrição ao tempo. O patrimônio precisa possuir densidade histórica, assim como ser merecedor da aplicação do conceito de continuidade histórica. Ou seja, o bem em questão deve ser uma prática cultural que persista no tempo e tenha potencial em continuar para além das mudanças, mantendo, na medida do possível, uma base fundante e seus valores referenciais.

Desse modo, ao pensarmos sobre os conceitos de cultura e de Patrimônio Cultural Imaterial, assim como de suas implicações práticas, tem-se de se ter em mente algumas indagações relevantes acerca dos usos políticos da cultura. Ora, no estudo da cultura os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos, e o objetivo é a análise do discurso social (GEERTZ, 2008, p. 18). No caso de pensarmos sobre a Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças enquanto Patrimônio Cultural Imaterial local e/ou regional, pode-se refletir primeiro sobre: De quem é a Romaria? Das pessoas que naquele ano a promoveram? Dos especialistas rituais da Romaria? Das pessoas que “nos bastidores” da Romaria a organizaram e a montaram? Do coletivo em nome do qual a festa é realizada? Ou é de todos e de ninguém?

A Romaria tem um núcleo formal que a organiza, mas que ao mesmo é variável ano a ano. Fora isso, o grau de envolvimento dos distintos grupos que

formam o coletivo de romeiros é diferenciado, assim como os próprios protagonistas atuais, uma vez que tivemos outros antes e provavelmente teremos outros futuramente. O Patrimônio Cultural Imaterial deve, assim, trabalhar com pessoas reais, tendo de ser um exercício de multiplicação de protagonistas, praticando a polifonia e renunciando ao monólogo. Pensar/falar em patrimônio deve gerar uma visão que abra, que articule as similitudes e os diálogos das diversas identidades existentes dos inúmeros atores sociais. Refletir sobre patrimônio deve nos levar a uma prática de mobilização das pessoas e não de imobilizar a cultura ou o próprio patrimônio.

Em primeiro lugar, pensar/refletir sobre o Patrimônio Cultural Imaterial vislumbrado na Romaria e na devoção à Medianeira pressupõe entender que o patrimônio é uma *herança* e, sendo assim, necessita de uma longa inscrição no tempo; é cabal para isso, então, que possua *densidade histórica*, ou seja, o “bem” necessita possuir *continuidade histórica*. O patrimônio, para ser visto como tal, também deve ser possuidor de um *caráter coletivo*, deve ser identificado por sua representatividade da coletividade. Ora, o patrimônio é sempre um “bem” de um grupo de indivíduos que só pode ser pensado dentro de uma comunidade, um grupo social, um segmento, uma base social. O “bem” só se transforma em patrimônio, material ou imaterial, quando é reconhecido pelo grupo como parte inseparável de sua identidade, de sua história e de sua memória.

Trabalhar com a devoção de um grupo de romeiros e outras pessoas que participam do evento enquanto expressão do patrimônio desses grupos implica perceber que esse “bem” deve ter como critério seu papel e seu valor enquanto transmissor de algo importante entre gerações. Trata-se de outro preceito adotado pelo IPHAN, que diz respeito à *transmissão geracional* (além disso, o bem deve existir no mínimo há três gerações, o que equivale a aproximadamente 75 anos). Nesse contexto, para que a Romaria e a devoção à Nossa Senhora Medianeira sejam verdadeiramente patrimônio – segundo os pressupostos do IPHAN –, estas devem

sempre estar inseridas em uma dinâmica de transmissão entre as gerações. Em outras palavras, deve existir em alguma medida um processo de transferência de conhecimentos, técnicas, sentidos, valores e memórias associado ao bem cultural; algo que venha dos mais velhos para os mais novos, o que, nesse contexto, geralmente ocorre por meio da oralidade.

O estudo do Patrimônio Cultural Imaterial pressupõe incorporar ao campo tradicional do patrimônio a dimensão do presente, das práticas culturais que estão e são vivas, do cotidiano, da sincronia, das pessoas presentes nesse processo. Não obstante,

assim como a memória, o patrimônio histórico é uma representação do passado ancorado em experiências relativas ao contexto vivido no presente e com uma projeção futura. Não é um objeto destinado apenas a preservar o passado, mas caracteriza o presente e, possivelmente, constrói um ideal para o futuro (KNACK, 2007, p. 23).

Essa é uma característica que distingue o patrimônio imaterial do restante, o seu *caráter dinâmico e processual*<sup>162</sup>. Isso porque “as práticas culturais se deslocam com as pessoas, seguem o ritmo das migrações, ocupando territórios diversos em extensão e características”<sup>163</sup>.

### **Mutação do patrimônio imaterial: a mercadilização e turistificação da Romaria da Medianeira**

---

<sup>162</sup> A manutenção de elementos estruturantes de um bem cultural ao longo do tempo é importante, inclusive para que se possa reconhecê-lo como tal e identificar a sua continuidade. Esses elementos, entretanto, podem ser reelaborados, reinventados dentro de contextos e processos específicos sem que o bem perca, necessariamente, seu valor como patrimônio. Até mesmo porque aquilo que se entende como “elemento estruturante” não se refere exclusivamente às características pontuais – como seria um adereço, o uso de um instrumento ou uma marcação coreográfica-, mas a processos, relações de significados e pertinência que se estabelecem no seio das dinâmicas culturais. (SILVESTRIN, 2012, p. 12)

<sup>163</sup> IPHAN; SILVESTRIN, Mônica Luciana. *Patrimônio Imaterial: fortalecendo o sistema nacional*. IPHAN, 2013, p. 19.

A presente seção objetiva analisar a Romaria enquanto Patrimônio Imaterial, bem como sua possível mercadilização por meio da migração para o campo do turismo, que se apresenta hoje como uma nova possibilidade de leitura do evento-devoção, ou seja, perceber nesse contexto o processo por meio do qual alguns agentes apropriam-se da devoção e da Romaria para delas tirar proveito. Sendo assim, este visa investigar a Romaria da Medianeira de Todas as Graças, em Santa Maria/RS, buscando averiguar se hoje ela tem se caracterizado como um patrimônio turístico e/ou como um patrimônio não-mercadilizado, tendo em vista que parece oferecer possibilidade para as duas interpretações. Nesse contexto, algumas das perspectivas de leitura da Romaria apresentadas a seguir consistem na investigação de pontos comerciais durante o dia da procissão, a Romaria como evento turístico, dando um enfoque especial aos doces (profanos ou sagrados) comercializados antes e durante o acontecimento e o caráter multifuncional do turismo religioso<sup>164</sup>.

O turismo religioso ocorre quando a festividade, o lazer e o consumismo transcendem o campo do sagrado, da espiritualidade, encontrando-se na junção de vários elementos, como as culturas popular, urbana e religiosa, presentes todos eles em apenas um local. Para Andrade, denomina-se como turismo religioso o conjunto de atividades com a utilização parcial ou total de equipamento e a realização de visitas e receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões (2000, p. 77). Dito isso, entende-

---

<sup>164</sup> No Brasil, a obrigatoriedade histórica de uma religião oficial durante a colônia até o fim do império foi o fator primordial para manutenção dos valores católicos em toda extensão do território brasileiro. Em países de formação religiosa católica, a dinâmica que caracterizou a sua formação tem características que os fizeram diferentes entre si, apesar de terem as origens comuns na Igreja Católica Apostólica Romana. Essas diferenças foram construídas inicialmente a partir da instalação de Ordens Religiosas (Salesianos, Franciscanos, Beneditinos, entre outras), que fizeram sedimentar este ou aquele aspecto da religiosidade local ou regional, os quais com o passar dos anos e séculos, tornaram-se características culturais das comunidades. O turismo religioso, portanto é uma das modalidades do turismo brasileiro que mais tem se desenvolvido devido a vários fatores, dentre os quais se pode citar: a formação histórica do povo brasileiro, ligada diretamente à Igreja Católica, e a diversidade de organizações religiosas católicas que se estabeleceram no país nestes 500 anos. Nas principais cidades históricas do Brasil, os principais atrativos são as igrejas construídas em diversas épocas da colônia e do império, construções que estão ligadas à história da população local em cada cidade (Disponível em: <<http://br.geocities.com/geoturuff/turismoreligioso.html>>).

se que a conexão turismo-religiosidade é nodal para se refletir sobre algumas das mudanças culturais mais amplas da sociedade. Para Steil (1998), o significado do turismo religioso se dá quando o sagrado migra como estrutura para o cotidiano, para as atividades festivas, o consumo, o lazer, quando, enfim, os turistas passam a vivenciar esses eventos, como as páscoas e os natais, não mais somente vinculados às tradições religiosas, mas como uma experiência singular, espiritual e ao mesmo tempo consumista. Diversos grupos de sujeitos frequentam os mesmos espaços, já que celebrações dessa natureza incitam os mais diferentes públicos.

A simples atração pelo festejo gera uma demanda para a localidade em que ocorre, seja em uma área urbana ou rural, pois também esta será conhecida e lembrada pelo evento (Cf. RIBEIRO, 2004, p. 48). Sendo assim, o turismo religioso funcionará ou não como uma forma de estímulo à construção de uma identificação positiva da comunidade, configurando-se como uma fonte de autoestima para ela. Nesse percurso, pretende-se perceber que a forma de se relacionar que visitantes e habitantes, bem como romeiros e turistas, desenvolvem com o ‘bem’ cultural (Romaria) é fundamentalmente diverso.

Um local de romaria vai se transformando em receptivo turístico na medida em que o processo mais amplo de modernização avança, criando condições, serviços e representações sociais e simbólicas do turismo que lhe deem sustentação. A visita ao templo ao pagar a promessa, a viagem para a realização de um milagre, de devoção, tudo se transforma em turismo. Dessa forma, o turismo se afirma não somente como fenômeno de consumo, mas também como fenômeno de produção. Essa maneira de conceituá-lo permite incorporar ao debate tanto a noção de produto turístico como a figura dos agentes produtores. As transformações ocorridas na Romaria da Medianeira, fazendo-a não só um patrimônio imaterial, mas um lugar de atrativo turístico, propicia diversificação de negócios, os transportes se multiplicam, as empresas de ônibus e áreas criam e revitalizam novas e antigas rotas, surgem mais empregos, o comércio cresce, enfim, uma série de mudanças passa a ocorrer, o que

pode significar a revitalização da economia local de muitos municípios de pequeno e médio porte no Brasil (SILVEIRA, 2007).

A capa do jornal de 08 de novembro do ano 2000 anunciava umas das possibilidades de leitura do evento religioso-cultural e turístico com a expressão: “Romaria também é festa”<sup>165</sup>, na qual constava uma imagem dos tradicionais doces comercializados durante e depois da procissão. Entretanto, por trás do destaque aos doces o jornal também enfatiza a presença das pessoas que auxiliam na preparação para a Romaria e para o seu comércio, informando que, naquele mês, cerca de 30 mulheres prepararam 22 mil doces, 150 tortas e 600 cucas. Além disso, 1500 voluntários estavam preparando a liturgia, a divulgação, a infraestrutura, a alimentação e a organização da Romaria como um todo.

Para esses voluntários a Romaria da Medianeira é um dever, uma “boa obrigação”, um tempo de festa de trabalho, afinal, a Igreja os ensina que é muitas vezes por meio do trabalho duro que se chega a Deus, ou que se consegue o que se precisa dele na vida terrena. Segundo Amaral, o

tempo de festa [...] é basicamente o tempo disponível depois de terem sido cumpridas as obrigações para com o trabalho. Mas para diversas pessoas a festa é também um tempo de trabalho – mesmo que seja trabalho voluntário, de lazer e de caráter tradicional de obrigação religiosa e sócio familiar (1998, p. 20-21).

Pode-se inferir que durante a Romaria da Medianeira existam ao menos duas ou três formas diferentes de comércio: o comerciante da abadia, que faz e vende dando os lucros para a Igreja; o comerciante ambulante, que vende várias coisas, mas sem a autorização da Prefeitura ou da Igreja; e, por fim, o comerciante que compra um lote da Prefeitura para vender seus produtos legalmente, mas para o seu sustento, não ajudando a Igreja com a sua renda.

---

<sup>165</sup> JORNAL A RAZÃO. *Romaria também é festa*. Ano 66, n. 339, 8 nov. 2000, Capa.

Por sua vez, quando se trata do comércio de doces na Romaria, que acontecem desde seu início e hoje são bastante tradicionais, a divisão da comercialização pode ser vista a partir de ao menos dois pontos distintos, já que os jornais enfatizam bastante os doces feitos pelas voluntárias da Basílica da Medianeira, como se oromeiro não pudesse participar do evento sem ao menos comer um dos doces, mas de preferência que também os levasse para casa. Até mesmo os padres da Basílica benzem estes doces e relatam as bênçãos a quem os compra. Sendo assim, é possível inferir que os outros doces, os que são comercializados por ambulantes ilegais ou em estandes localizadas no decorrer do percurso da Romaria, seriam menos “sagrados” dos que o que a Igreja comercializa.

### **Considerações finais**

A romaria em homenagem a Nossa Senhora Medianeira é muito mais do que um ato religioso; é uma celebração esperada, vivida e comemorada por diferentes atores com as mais diferentes motivações. A presente proposta de pesquisa se fundamenta na premissa de que, nos dias atuais, os fenômenos religiosos tomam maior proporção e novas problematizações e, assim, há uma motivação por parte dos historiadores contemporâneos de reaprendê-los, reordená-los e repensá-los dentro de novos referenciais teóricos e metodológicos.

Analisar os deslocamentos do fenômeno religioso de seu *habitat* primordial, ou seja, o espaço primeiro onde o fenômeno nasceu e se desenvolveu, para outros lugares e tempo através das práticas tecidas pelos campos sociais e culturais, as representações e a patrimonialização do evento a partir da imprensa foram o nosso foco. Também buscamos reconhecer as identidades dos grupos sociais participantes da Romaria como agentes na construção e transformação do ambiente sociocultural e patrimonial do município. Visamos investigar a argumentação teórica acerca dos

conceitos como representação, memória, cultura, patrimônio e Patrimônio Cultural Imaterial e sua inter-relação com o festejo da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, avaliando a importância da segunda como formadora da identidade dos romeiros.

## Referências

AMARAL, Rita. **Festa à brasileira, sentidos de festejar no país que “não é sério”**. São Paulo: eBookLibris@2001, 1998.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo, fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

BIASOLI, Vitor O. F.. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte** (Rio Grande do Sul - 1870/1920). 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1991.

BORELLI, Viviane. Da Festa ao cerimonial midiático: as estratégias de mediatização da Teleromaria da Medianeira pela Rede Vida. Tese (**Doutorado em Ciências da Comunicação**) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

BORIN, Marta Rosa. Fabricando Identidades: estratégias e representações no campo religioso. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. **Anais Eletrônicos X Encontro Estadual de história**. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010a. v. 1. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino Americano. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010b.

\_\_\_\_\_. A devoção popular em benefício do político (anos de 1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011.

- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FARINHA, Alessandra Buriol. **Senhora das Águas**: Memória da antiga Procissão de Navegantes do porto de Pelotas – RS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *O Pragmatismo político dos ferroviários Sul Rio Grandenses* – com foco na cidade de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2009, p. 21
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da cultura. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Revista Historiae**. Rio Grande, n. 3, 2012.
- GUIDOLIN, Camila; WINTER, Murilo; ZANOTTO, Gizele. Plasticidade ritual: um estudo de caso das romarias de Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois-princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010)**. Brasília: IPHAN, 2010.
- ISAIA, Artur Cesar. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo (1903-1983)**. Santa Maria: Gráfica e Editora Pozzati, 1985.
- JORNAL A RAZÃO. **Romaria também é festa**. Ano 66, n. 339, 8 nov. 2000.

KNACK, Eduardo R. J.. **Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico**: Passo Fundo, RS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

MONTENEGRO, Monica. **¿Lugares sagrados o sitios arqueológicos?** Reapropiación de paisajes culturales como patrimonio local, a partir de propuestas de arqueología pública en el Noroeste Argentino. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PORNIÍNCULA, Bruna. A maiores de todas as romarias. Organizadores afirmam que procissão de Nossa Senhora Medianeira reuniu 300 mil fiéis. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria/RS, Ano 2, n. 436, 2003.

RIBEIRO, Marcelo. Festas Populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer. **Passos**: Revista de turismo y patrimônio cultural, v. 2, 2004.

RUBERT, Arlindo. **A Diocese de Santa Maria**. Porto Alegre, 1957.

\_\_\_\_\_. **Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul**. Santa Maria, 1977.

\_\_\_\_\_. História da Igreja no Rio Grande do Sul – época Imperial (1822-1889). Vol. II, **Coleção Teologia** – 13. Porto Alegre, 1998.

SILVEIRA, Emerson Sena da. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SILVESTRIN, Mônica Luciana. **Patrimônio Imaterial**: fortalecendo o sistema nacional. IPHAN, 2012.

STEIL, Carlos Alberto. **Peregrinação e turismo**: o Natal em Gramado e Canela. In: REUNIÃO ANUAL DE ANPOCS, 22, 1998. Anais do XXII Reunião Anual de ANPOCS, 1998.

TRAZZI, A. (Coord.). **Educação patrimonial: olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro.** Espírito Santo: Petrobras, 2008.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial.** Paris, 2003.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928).** Santa Maria: Ed. UFSM, 2001.

## O CARNAVAL DE NATAL (RN): ESPAÇOS DE TRANSFORMAÇÃO NO TEMPO DA FOLIA

Alessandro Dozena<sup>166</sup>

Valdemiro Severiano Filho<sup>167</sup>

Artigo recebido em: 01/06/2016

Artigo aceito em: 16/07/2016

### **Resumo:**

O carnaval é uma importante prática festiva que guarda, em seu cerne, múltiplos planos. Em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, é possível encontrar uma variedade de manifestações carnavalescas. No presente artigo, realizamos um escorço histórico a partir da institucionalização do carnaval natalense na década de 1930 até o momento atual; buscando contribuir com o entendimento da dinâmica social relacionada à festividade e focar as relações de poder nela estabelecida. Para tanto, realizou-se o levantamento bibliográfico, a leitura e contextualização com a

---

<sup>166</sup> Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1811716812760920>. [sandozena@ufrnet.br](mailto:sandozena@ufrnet.br)

<sup>167</sup> Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Assistente da Universidade Fal Estácio. Membro do Grupo de Estudos sobre Cultura Popular/UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1738674446427856>. [mirofilho82@yahoo.com.br](mailto:mirofilho82@yahoo.com.br)

bibliografia relacionada ao tema, a identificação das transformações no carnaval natalense, além de entrevistas com carnavalescos locais.

**Palavras-chave:** Carnaval – Natal – Institucionalização – Transformação.

## Résumé

Le Carnaval est une pratique importante qui garde à sa base, plusieurs plans. À Natal, capitale de l'Etat du Rio Grande do Norte, on peut trouver une variété d'événements carnavalesques. Dans cet article, nous avons effectué un rapprochement historique sur l'institutionnalisation du carnaval natalense dans les années 1930 jusqu'à le moment présent; cherchant contribuer à la compréhension des dynamiques sociales liées à la fête en mettant l'accent sur les relations de pouvoir établies. Ainsi, a été réalisée l'enquête bibliographique, la lecture et mise en contexte avec la bibliographie sur le thème, l'identification des transformations dans le carnaval natalense, en plus des interviews avec des personnes impliquées avec le carnaval local.

**Mots-clés:** Carnaval – Natal – Institutionnalisation – Transformation.

\* \* \*

## Introdução

Assim como em outras cidades do país, a cidade de Natal, situada no estado do Rio Grande do Norte, festeja o momo desde as práticas entrudísticas no século XIX. No presente artigo, propomos compreender as transformações manifestas no carnaval natalense, no período compreendido entre a década de 1930, momento em que ocorreu a institucionalização do carnaval na cidade, passando pela década de

1980, quando foi inserido o “modelo baiano”<sup>168</sup> evidenciado pelos trios elétricos<sup>169</sup>; chegando até momento atual.

Alguns estudiosos do carnaval entendem que se processam regras de inversão e uma possibilidade utópica de troca de posições na estrutura social (DAMATTA, 1986), cujos regramentos sociais e morais são momentaneamente suspensos. No entanto, ao invés de ser um reino de excessos e subversões simples e puras, que negam o cotidiano, o carnaval reproduz a vida societária com as suas desigualdades:

A segunda vida, o segundo mundo da cultura popular constrói-se de certa forma como paródia da vida ordinária, como um “mundo ao revés”. É preciso assinalar, contudo, que a paródia carnavalesca está muito distante da paródia moderna puramente negativa e formal; com efeito, mesmo negando, aquela ressuscita e renova ao mesmo tempo. A negação pura e simples é quase sempre alheia à cultura popular (BAKHTIN, 2010, p. 10).

É certo que muitos aproveitam este momento “para revelar seus desejos ocultos, acertar contas com os vizinhos, ridicularizar os inimigos, [...] e todas essas coisas que fazemos quando perdemos o controle e a censura da vida diária” (FERREIRA, 2004, p. 28), mas não podemos idealizar a época momesca em seu caráter subversivo. Segundo Peter Burke (1989), o carnaval na Idade Média se opunha à vida cotidiana, por se tratar de uma representação de mundo de cabeça para baixo, que agrupava rituais de inversão (BURKE, 1989)<sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> Entende-se por “modelo baiano” o carnaval de trios elétricos que tem na cidade de Salvador o seu principal centro produtor deste modo de festejar. Tal “modelo” foi ganhando espaço em outras cidades e, como veremos, chegou a Natal em meados da década de 1980.

<sup>169</sup> O trio elétrico “pode ser visto também como uma variação do antigo carro alegórico. [...] chama-se elétrico porque os componentes básicos que executam a música, o fazem de maneira ligeira. [...] Logicamente, na medida em que os trios elétricos são motorizados, eles podem circular através de uma forma muito mais rápida pela cidade e assim arrastar atrás de si multidões imensas” (SEBE, 1986, p. 83).

<sup>170</sup> Segundo Maria Clementina Pereira Cunha (2002), a festa, “dita assim no singular, foi frequentemente tomada por historiadores como um tipo de ocasião dotado de funções e formas comuns em qualquer sociedade – eternos rituais de inversão, momentos universais de suspensão de conflitos e regras, ou de fusão das diferenças em uma única torrente burlesca, ou satírica, cujas mudanças só podiam ser observadas na longuíssima duração” (CUNHA, 2002, p. 11).

O comportamento desigual das práticas festivas é mascarado e satirizado na própria existência de indivíduos e grupos que pervertem a estrutura formal da sociedade no período momesco, mas, ao mesmo tempo, emitem discursos paródicos que revelam as diferenças sociais.

Sem adotar uma postura conduzida por um “determinismo carnavalesco temporal”, o que aqui nos interessa é a compreensão de que a história do carnaval natalense sempre esteve demarcada por relações de poder singulares. O carnaval, enquanto manifestação cultural, ou seja, encontrando-se no plano da cultura, deve, portanto, ser analisado a partir das “redes de práticas e significados pelas quais as relações e os conflitos se efetuam e expressam sua particularidade” (CUNHA, 2002, p. 13)<sup>171</sup>.

### **A institucionalização e consolidação do carnaval natalense**

Na década de 1930 o então Presidente Getúlio Vargas instituiu um “plano modernizador” que almejava conduzir o país a uma homogeneização cultural, sendo que o carnaval participou deste plano político do Governo Federal, atrelando a festividade nacional ao “samba carioca” e desconsiderando as culturas particulares que identificavam as diferentes regiões. Esta tentativa de criar uma identidade nacional ecoou por todo o país, fazendo parte dos debates de intelectuais, em um momento em que alguns compartilharam da postura governamental e outros, como o folclorista e historiador Câmara Cascudo, reprimiram a conduta de elaboração de uma identidade nacional.

---

<sup>171</sup> É importante a observação da historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, ao asseverar que “ao escrever, todos olhamos para as festas em busca de sujeitos, das tensões, da constituição de relações e das formas pelas quais, nestas ocasiões privilegiadas em que se costuma encenar um risonho congraçamento, processa-se um diálogo social tenso e intenso” (CUNHA, 2002, p.17).

Para José Carlos Sebe (1986), o Rio de Janeiro, enquanto capital do país, teve um papel fundamental para a vida do brasileiro: “O Rio era o modelo mais importante [...] para as manifestações nacionais e atuava como matriz ou padrão cultural comumente referenciado” (SEBE, 1986, p. 54).

Conforme apontado pela historiadora Flávia de Sá Pedreira (2004), este “modelo” de carnaval carioca “recuperava uma imagem já bastante conhecida anteriormente, a do carioca enquanto exemplo do ‘carnavalesco autêntico’, estabelecendo-se como o ideal da maior festa popular brasileira o exemplo das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro” (PEDREIRA, 2004, p.66). Nas cidades brasileiras, esse projeto “modernizante” e homogeneizador sofreu resistências locais diante da continuidade das manifestações regionais, como o frevo pernambucano, as marchinhas e outras regionalidades do Nordeste brasileiro. Todavia, nada impediu que as escolas de samba fossem difundidas para as outras cidades brasileiras, conforme podemos vislumbrar na presença atual dessa manifestação carnavalesca em quase todo o Brasil.

A historiadora Rachel Soihet (2008) afirma que o noticiário carioca passou a destinar um maior espaço às escolas de samba que surgiram no Rio de Janeiro nos fins da década de 1920<sup>172</sup>, e que as crônicas buscavam interpretar esta manifestação carnavalesca identificando-a como raiz da nacionalidade, com influência do modernismo (SOIHET, 2008)<sup>173</sup>. Ainda de acordo com a historiadora, a conjuntura pós-Revolução de 1930 favoreceu a comunicação entre o proletariado urbano e as elites que aspiravam ao poder:

O carnaval, a maior das festas populares, é o foco de inúmeras atenções. Nele destacam-se as escolas de samba, ponto alto da cultura popular, num Estado que, embora estabelecesse a hegemonia burguesa sobre o conjunto

---

<sup>172</sup> De acordo com Soihet (2008), “da reunião desses blocos surgiram, em fins da década de 1920 e início de 1930, as escolas de samba” (SOIHET, 2008, p.164).

<sup>173</sup> O malandro do morro carioca é heroicizado, sendo o responsável pelo samba e pela alegria da festa de momo (SOIHET, 2008).

da sociedade, precisava legitimá-la, o que se faria através da parte majoritária desse conjunto, indistintamente, chamada de “povo” (SOIHET, 2008, p. 190).

Por um lado, os grupos dominantes apoiam as manifestações da cultura popular e, por outro, as classes menos abastadas, antes menosprezadas e subjugadas em suas formas de festejar, conseguem oportunidades de reconhecimento e participam do momento festivo juntamente com as elites abastadas. Esta tentativa de criar uma identidade nacional<sup>174</sup> a partir das escolas de samba e do carnaval ecoou pelo país, passando a fazer parte dos debates de intelectuais<sup>175</sup>. Burke (1989), em importante observação sobre o carnaval e as relações entre dominantes e dominados, numa reflexão que pode ser aplicada ao carnaval brasileiro, aduz:

Por que as classes altas o permitiam? É como se elas tivessem consciência de que a sociedade em que viviam, com todas as suas desigualdades de riqueza, *status* e poder, não pudesse sobreviver sem uma válvula de segurança, um meio para que os subordinados purgassem seus ressentimentos e compensassem suas frustrações (BURKE, 1989, p. 225).

Esta “chegada” das escolas de samba e dos desfiles carnavalescos foi acompanhada pelo Estado que, com a Revolução de 1930, “passou a intervir nos diversos setores da vida do país, inclusive no terreno social e cultural, sistematizando-se o financiamento do carnaval” (SOIHET, 2008, p.186). Conforme Soihet (2008), os desfiles na então capital federal se iniciaram em 1935, cuja organização ficou na incumbência do Departamento de Turismo do Distrito Federal<sup>176</sup>. Foi

---

<sup>174</sup> Conforme Stuart Hall (2003), a cultura nacional – discurso produtor de sentidos com os quais nos identificamos e construímos nossa identidade – da sociedade moderna é uma das principais fontes da identidade cultural. Tais identidades nacionais são formadas e transformadas no interior das representações, buscando unificar etnias e classes; e a nação, neste contexto, emerge como um sistema de representação cultural – comunidade simbólica, fonte e geradora de um sentimento de identidade e lealdade.

<sup>175</sup> Pedreira (2004) traz este debate entre “regionalistas” e “modernistas”, citando vários intelectuais, entre eles: Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

<sup>176</sup> De acordo com Soihet (2008), também foram criados Departamentos de Turismo em outros estados brasileiros.

institucionalizado, pois, o modelo carioca de carnaval: desfile de escolas de samba, subvencionado pelo Estado, nos moldes de um campeonato.

O grande salto no sentido da institucionalização das escolas de samba foi dado em 1935, quando todas foram obrigadas a se registrar oficialmente debaixo da sigla GRES (Grêmio Recreativo Escola de Samba). Por esta época os ranchos e blocos estavam já em declínio e a praça Onze passava a ser o palco do grande espetáculo em que se transformava o carnaval carioca (SEBE, 1986, p. 71).

Segundo Sebe (1986), o “modelo carioca de escola de samba tem sido a matriz básica, reproduzida em diferentes quadrantes do país” (SEBE, 1986, p. 75). As escolas de samba passaram a “dominar” o carnaval do Rio de Janeiro, substituindo os antigos ranchos (EFEGÊ, 1982)<sup>177</sup>.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1999) afirma que o sucesso destas agremiações carnavalescas não ficou circunscrito apenas na capital nacional, mas tiveram reprodução nas mais diversas cidades do país (QUEIROZ, 1999)<sup>178</sup>. Pedreira (2004), no mesmo sentido, aponta que este “modelo” de carnaval carioca também adotado pelos estados da federação:

[...] recuperava uma imagem já bastante conhecida anteriormente, a do carioca enquanto exemplo do ‘carnavalesco autêntico’, estabelecendo-se como o ideal da maior festa popular brasileira o exemplo das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro (PEDREIRA, 2004, p. 66).

---

<sup>177</sup> No mesmo sentido assevera Leopoldi (1978): “A Escola de Samba, como manifestação carnavalesca, adquiriu projeção a partir dos anos 30 e progressivamente consolidou seu predomínio sobre outras expressões populares a ponto de se converter em símbolo identificador não só do ‘espírito’ carioca como também da imagem que se tem projetado do homem brasileiro” (LEOPOLDI, 1978, p. 12).

<sup>178</sup> Importante o alerta da socióloga Queiroz (1999) de que a difusão das escolas de samba, embora demonstre a aceitação dos elementos afro-brasileiros, não significou “que tivesse havido o desaparecimento do preconceito étnico-social que no país sempre existira; a afirmação generalizada de que a ‘identidade brasileira’ só pode ser concebida como o resultado da mistura de elementos de três origens – a indígena, a europeia e a africana – constitui uma das contradições típicas do país” (QUEIROZ, 1999, p. 59).

Na mesma direção, Alessandro Dozena (2009) afirma que:

[...] paralelamente, em nível nacional, o samba carioca ganha força, impulsionado pela indústria do rádio e do disco que reforçava a cidade do Rio de Janeiro como o principal centro político e cultural do país [...] De certa forma, julgamos que a música popular realizada e praticada nesse momento no Rio de Janeiro, contribuiu para a invenção da identidade e da brasilidade no período do Estado Novo, pois estabeleceu símbolos nacionais a partir da apropriação de códigos e representações presentes na cultura popular brasileira (DOZENA, 2009, p.62).

Nas cidades brasileiras, esse projeto modernizador e homogeneizador sofreu resistência local diante da continuidade das manifestações regionais, como o frevo pernambucano e as marchinhas, todavia, nada impediu que as escolas de samba se difundissem, conforme podemos vislumbrar atualmente em muitas cidades brasileiras.

Pedreira (2004) coloca que em Natal “havia entre os diversos grupos organizadores dos festejos carnavalescos uma crescente preocupação em manter as especificidades potiguares” (PEDREIRA, 2004, p. 67) entre as quais, as marchas regionais e os bailes populares, tais como a *Casa do Caboclo*, evento realizado no Teatro Carlos Gomes<sup>179</sup> e os Papangús<sup>180</sup>.

Os papangús foram sendo gradativamente segregados e marginalizados no carnaval, fato que já ocorria desde o início do século XX. Assemelhavam-se aos “mascarados” e “sujos” do carnaval carioca, no sentido de que “‘sujavam’ um sistema

---

<sup>179</sup> Segundo Pedreira (2004), o Teatro Carlos Gomes, atualmente Teatro Alberto Maranhão, era o palco da realização de “três grandes bailes populares, com o sugestivo nome de Casa do Caboclo, e marcaria uma tendência em divulgar as práticas festivas consideradas como tipicamente potiguares (PEDREIRA, 2004, p. 68). Na ocasião, participavam destes eventos a elite local.

<sup>180</sup> Os papangús se manifestavam em Natal como espécies de mascarados, cujo nome surgiu, provavelmente, de uma mistura folclórica afro-brasileira do “papa-angu”, em referência aos negros cativos que se alimentavam de angu e feijão. De acordo com Pedreira (2004), os papangús consistiam em “mascarados com roupas coloridas e maltrapilhas, que saíam espalhando grande algazarra pelas ruas, dando sustos nos transeuntes, principalmente no público infantil” (PEDREIRA, 2004, p. 68).

moral de classificação e ordenação carnavalesca onde os grupos sociais e as associações tinham lugar privilegiado” (GONÇALVES, 2007, p. 242)<sup>181</sup>.

Concordando com Queiroz (1999), as escolas de samba, não obstante constituírem-se como uma manifestação carnavalesca dominante, não era única no carnaval, coexistindo com outras inúmeras formas de festejar. Em Natal, blocos de elite, constituídos pelos grupos ricos, e tribos de índios, compostos pelos substratos pobres, são anteriores e coexistiram – e coexistem – com aquelas agremiações.

Com uma maior participação da população e a proliferação de blocos pela cidade, passamos a verificar um “diálogo” entre as classes e os segmentos sociais nos assaltos carnavalescos<sup>182</sup>, sendo constantes as visitas recíprocas de “blocos de elite” e grupos menos abastados<sup>183</sup>. Assim sendo, a fragmentação econômico-social da cidade, em alguns momentos, cedia ao encontro, sugerindo a negociação entre os diferentes estratos sociais.

Após a institucionalização do carnaval em Natal, os blocos carnavalescos (sobretudo os “blocos de elite”), as tribos carnavalescas de índios e posteriormente as escolas de samba, passaram a coexistir nas festividades momescas, reelaborando estratégias e produzindo territorialidades.

---

<sup>181</sup> Conforme Gonçalves (2007), os sujeitos “eram aqueles foliões que não filiados a grupo algum, se apresentavam nas ruas autonomamente, sem espaço, dia ou grupo predeterminado. Eram, dentro de uma classificação carnavalesca mais ampla, aqueles que não se adequavam ao sistema dos grupos, sejam ranchos, blocos, grandes sociedades ou escolas” (GONÇALVES, 2007, p. 242). Para Sebe (1986), eles “saíam às ruas com velhas fantasias e iam irreverentemente mexendo com a multidão e promovendo uma possível ‘inversão da ordem’, de maneira mais cômica e menos dominada. Esta era uma versão domada do antigo entrudo” (SEBE, 1986, p. 61-62).

<sup>182</sup> “O ‘assalto’ consistia na entrada de determinados blocos nas casas para fazer uma grande farra, com banda de música, danças e brincadeiras diversas, ao final do que os proprietários teriam que oferecer bebidas e comidas a todos os presentes” (PEDREIRA, 2004, p. 53). Ainda conforme a historiadora, a denominação advém, provavelmente, de literais assaltos ocorridos no interior do estado norte-rio-grandense por grupos de cangaceiros, como os do bando de Lampião e Francisco Pereira.

<sup>183</sup> O jornal oficial da época passou a relatar os vários ‘assaltos’ carnavalescos, os quais foram intensificados a partir de 1937, como os realizados pelos blocos “Vira, vira, mulata!”, “Fuzileiros da folia”, “Ahi vem a Marinha!” e os “Guaranys”.

A oficialização do carnaval em Natal ocorreu em 1933, realizada pelo então interventor federal no estado, conforme ocorrera no Rio de Janeiro no ano anterior (PEDREIRA, 2005)<sup>184</sup>. Nesse momento, algumas restrições das comemorações e o estabelecimento de regras e normas de conduta foram adotadas nos festejos momescos.

Uma das normatizações adotadas no carnaval de 1934 foi a proibição da inalação de éter, cuja reincidência causava a condução do indivíduo ao posto policial. Uma série de prescrições foi publicada naquele ano<sup>185</sup>, entre as quais a proibição do entrudo e as alusões ofensivas às autoridades, aos particulares, aos bons costumes e à moral. Igualmente, foram realizadas determinações urbanísticas voltadas ao fluxo de pessoas e automóveis nos dias de momo, tais como a restrição ao estacionamento de veículos nas ruas em que se realizavam os préstitos.

Na época já existia a segregação da sociedade que “vinha às claras” no período carnavalesco: os ricos com o corso e os bailes e os pobres com suas troças e pequenos blocos. Não obstante os desfiles ocorressem no mesmo local, Pedreira (2005) afirma que havia uma nítida prevalência dos luxuosos carros da elite natalense, enquanto que os outros blocos percorriam as ruas periféricas. Os clubes sociais, por sua vez, ofereciam bailes carnavalescos que ficavam restritos aos ricos.

A Avenida Tavares de Lira, na época da *Belle Époque* natalense, era o centro da cidade, sediando os órgãos públicos e as instituições financeiras, concentrando as manifestações e as decisões políticas; o lugar de encontro de intelectuais, políticos,

---

<sup>184</sup> O primeiro desfile das escolas de samba no carnaval carioca ocorreu em 1932 e rapidamente cresceu a popularidade destas agremiações que se associaram e fundaram, em 1934, a União Geral das Escolas de Samba, para, a partir de 1935, passarem a receber subvenções do governo (CAVALCANTI, 1994). Conforme Goldwasser (1975), foi a oficialização do carnaval no Rio de Janeiro que condicionou as escolas de samba “a uma definição formal ao determinar a distribuição de subvenções e fixar os locais de Desfile segundo as modalidades de agremiação” (GOLDWASSER, 1975, p. 20).

<sup>185</sup> *A República* de 07.02.1934.

militares, advogados, banqueiros – isto é, a elite natalense –, era, também, no período carnavalesco, o local em que ocorria o desfile.

Após a oficialização e institucionalização do carnaval na cidade, o controle do Poder Público esteve imbuído pelo levante comunista de 1935. Sob a alegação da centralidade da Avenida Rio Branco, onde os grupos carnavalescos convergiriam facilmente, houve em 1936 a transferência da festa oficial para esta localidade<sup>186</sup>. Não se sabe, porém, qual foi o real motivo para esta mudança: provavelmente o tiroteio ocorrido entre praças do Exército e da Guarda Civil<sup>187</sup>.

A festividade natalense já se encontrava relacionada à Avenida Tavares de Lira, que constituía a base espacial por onde desfilavam os corsos e as demais agremiações. A mudança para outra localidade, no entanto, não mitigou a tradição dos festejos, já identificados territorialmente com o lugar, pois nos anos que se seguiram, a chegada do “Rei Momo” ocorria com uma “entrada triunfal” pelo Porto de Natal, movendo-se em um luxuoso corso pela Rua Tavares de Lira. No periódico de 25.02.1938, *A República* fez publicar a seguinte nota:

“[...] pretendendo dar o maior brilhantismo aos festejos carnavalescos deste anno, em cooperação com todos os foliões e blocos da cidade, no próximo sábado desembarcará no Caes Tavares de Lyra, o Marquez de ZÉ PEREIRA e seu secretario BARÃO DE ARLEQUIM. [...] O cortejo subirá pela avenida Junqueira Ayres, acompanhado de uma refinada orchestra de 50 professores em procura da Avenida Rio Branco, onde encontrará o início da batalha”<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> “Uma boa notícia temos a transmitir hoje aos foliões natalenses. O corso carnavalesco e as batalhas de confetti se realizarão este anno na Avenida Rio Branco, em vez da Avenida Tavares de Lyra. [...] A mudança satisfaz plenamente. Trata-se do ponto central da cidade, espaçoso, movimentado e para o qual convergirão com maior facilidade a população da capital e os vários grupos carnavalescos” (*A República* de 19.02.1936).

<sup>187</sup> O expediente de 07 de março de 1935 do jornal *A República* trouxe a seguinte notícia: “Ante hontem, pouco depois das 19 horas, estabeleceu-se sério conflito na avenida ‘Tavares de Lyra’, quando os festejos carnavalescos iam mais animados e maior era a aglomeração popular, entre praças do Exército e elementos da Guarda Civil [...] A polícia civil já instaurou o inquérito competente, afim de apurar a responsabilidade da deploráveo ocorrência de ante hontem”.

<sup>188</sup> *A República* de 25.02.1938.

O jornal *A República* pondera que a proliferação de blocos no carnaval natalense se deu em virtude desta mudança, causando entusiasmo nos foliões: “Depois que se soube dessa resolução estupenda do carnaval na Avenida Rio Branco, os ranchos se multiplicam todos os dias e o entusiasmo dos foliões sobe de temperatura”<sup>189</sup>.

Observamos que estas agremiações carnavalescas traziam à população cidadina um importante momento de lazer e cultura, sobretudo na ocasião do desfile dos grupos carnavalescos. A disputa momesca tinha a participação de empresas, as quais premiavam as agremiações, tais como a Companhia Química Rodhia Brasileira, com a concessão da taça “Rodo Metálico”. Em 1937, os índios “Guaranys” a receberam pela melhor caracterização carnavalesca (instrumentos, dança e música)<sup>190</sup> e, no ano seguinte, a taça “Fisk” premiou este mesmo grupo pela originalidade do bloco<sup>191</sup>.

A participação de Natal na Segunda Grande Guerra não minguou o carnaval natalense, pelo contrário, contribuiu para a continuidade dos festejos, trazendo outros elementos para a cidade, como o samba e suas escolas, a partir da chegada dos militares cariocas destacados para as terras potiguares.

Aliado à chegada dos militares e seguindo a “modernização” da sociedade, a tecnologia espalhou-se pelo país, sendo introduzidas em Natal as emissoras de rádio. Tais objetos tecnológicos contribuíram para a disseminação de outros carnavais, principalmente o carioca e o recifense, intercambiando-os em meio aos festejos locais:

“Os rádios repetirão as marchas lá de fora, de outras terras, os sambas sacudidos de outros salões, e vamos escutar *Bronzeada, Pierrô Apaixonado, Manhãs de Sol, Quisera ‘a mala’, Palpite Infeliz, Chora Cavaquinho*, e tantos

---

<sup>189</sup> *A República* de 19.02.1936.

<sup>190</sup> *A República* de 11.02.1937.

<sup>191</sup> *A República* de 03.03.1938.

outros. E enquanto pelo rádio sentimos a alegria de outras longes terras, pelo coração vamos alcançando as doidices da gente que é nossa”<sup>192</sup>.

Com o samba carioca enraizando-se na capital potiguar e a tentativa de homogeneizar o carnaval nos moldes da então Capital Federal, houve a preocupação, pelos natalenses, em manter as especificidades do carnaval local. O desfile das tribos de índios passou a ser um dos mais prestigiados, inclusive pelos militares norte-americanos no período da guerra. Em seu importante trabalho que revela os bastidores do carnaval natalense no período entre guerras, Pedreira (2005) nos lembra que:

As apresentações das tribos de índios no Carnaval natalense também atraíam a atenção dos visitantes, tanto que faziam convites para que elas se apresentassem até mesmo fora do período carnavalesco. Isso ocorreu, por exemplo, quando os americanos de *Parnamirim Field* chamaram os índios organizados por Augusto Brasil, um paraibano que teria sido o primeiro incentivador das tribos aqui na cidade, segundo informa seu filho Raimundo Nonato Brasil, para que fizessem uma espécie de filmagem com a participação de seus componentes, devidamente caracterizados junto aos soldados da base americana (PEDREIRA, 2005, p. 251).

Com a oficialização do carnaval, o Poder Público passou a auxiliar os festejos, como ocorrido no carnaval de 1944, quando o prefeito de Natal à época, José Augusto Varella, por meio da Federação Carnavalesca, na pessoa do Secretário Geral, Djalma Maranhão – mais conhecido como “Chico Folia” – convidou os blocos que se encontravam devidamente licenciados para o carnaval daquele ano à comparecerem ao órgão para receberem o auxílio financeiro concedido anualmente pela federação.

Nos anos 1950, subvencionados pela prefeitura de Natal, iniciaram-se as “batalhas carnavalescas”, incentivadas e acompanhadas – como membros da comissão julgadora – pelo diretor da Agência Natalense de Publicidade, Djalma Maranhão, e pelo prefeito da capital, Sílvio Pedroza. *A República* noticiou “duas

---

<sup>192</sup> *A República* de 23.02.1936.

grandes batalhas carnavalescas no Alecrim”, que ocorreram na semana antecedente aos festejos carnavalescos, percorrendo as ruas Presidente Bandeira e Amaro Barreto, tendo sido entregues, aos vencedores, troféus oferecidos pela própria Prefeitura Municipal<sup>193</sup>. As batalhas que antecediavam o carnaval continuaram pelas décadas de 1950 e 1960.

Além do bairro Alecrim, as batalhas carnavalescas ocorriam em outros bairros, como Rocas e Cidade Alta, sempre tendo a participação do prefeito da capital, da Federação Carnavalesca e dos Cronistas<sup>194</sup>. O expediente de 17.01.1959 retratou bem essa multiplicidade festiva que ocorria em Natal, ao anunciar as “batalhas carnavalescas” da cidade:

“A Federação Carnavalesca está providenciando tudo para a maior animação das batalhas a ter lugar nos diversos bairros da capital. [...] Nos dias 24 e 25 na Vila Naval haverá o primeiro grito de carnaval de rua; nos dias 28, outra batalha nas Quintas; em 31, no Alecrim; dia 1, nas Rocas e dia 5, na Cidade Alta”<sup>195</sup>.

Para Raimundo Brasil, presidente de um dos blocos precursores do carnaval de Natal - a tribo de índios Potiguares, o político Djalma Maranhão, primeiramente Secretário de Cultura e membro da Federação Carnavalesca e, posteriormente, Prefeito de Natal, entre as décadas de 1940 e 1960; contribuiu significativamente para a disseminação das manifestações culturais locais:

“Na época não faltava nada, aqui ele dava tudo, comprava roupa, dava roupa, tinha o boi-calemba, tinha chegança, fandango, tinha tudo. Era uma maravilha. [...] mataram Djalma Maranhão, acabou o folclore aqui de Natal. [...] Ainda tinha as rádios: a Nordeste e a Poti faziam a brincadeira de carnaval e convidavam a gente. [...] Tinha, naquele tempo, concurso de

---

<sup>193</sup> *A República* de 01.02.1950.

<sup>194</sup> A Federação Carnavalesca de Natal apoiava o carnaval, premiando as escolas de samba e promovendo concursos musicais, nos quais participavam os cronistas pertencentes ao jornal *A República*. De acordo com o pesquisador Gutemberg Costa, o primeiro carnaval em Natal foi datado pela imprensa em 1877, quando o jornal *A República* noticiou o Entrudo na cidade.

<sup>195</sup> *A República* de 17.01.1959.

passo, passista [...]” (Raimundo Brasil – Presidente da tribo de índios Potiguares, entrevista concedida aos autores na cidade de Natal, em maio de 2013).

De acordo com Gaspar Santos, quando Djalma Maranhão esteve à frente do Executivo Municipal da cidade “tinha chegança, tinha fandango, tinha boi de reis, pastoril [...] teve um tempo que tinha um desfile nas Rocas, na Cidade”<sup>196</sup>, e continua, em tom de reclamação e preocupação: “hoje não tem nada, hoje é só aqui na Ribeira, terminou e ‘zefini’<sup>197</sup>, você gasta tanto para só um dia” (Gaspar Santos – ex-Presidente da tribo de índios Tupinambás)<sup>198</sup>. O depoimento faz coro à fala saudosista de Paulo Lira:

“Que eu me lembre, o maior prefeito que trabalhou com cultura e que gostava de cultura foi o saudoso prefeito Djalma Maranhão, ele entrava dentro dos bambelôs, dentro do carnaval, das tribos de índios, dançava com todo mundo, brincava, esse prefeito era maravilhoso” (Paulo Lira – Presidente da Tribo de Índios Tabajara, entrevista concedida aos autores na cidade de Natal, em maio de 2013).

Corroborando com as informações do carnavalesco as notícias dos jornais locais da época. No jornal *A República*, em 1958, foi noticiado o ensaio geral da tribo Potiguares de “Seu Brasil”, no bairro Rocas, tendo sido convidado o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, e os cronistas especializados:

“Dessa vez é o pagé Brasil que nos diz estar fazendo toda força para servir um caíum à altura da tradição de sua nação indígena. Isso se dará no ensaio geral da tribo, que será realizado às vinte horas de hoje, na Rua Areia Branca, nas Rocas [...] O Prefeito da Capital, a Federação e os Cronistas

---

<sup>196</sup> “Cidade” é como costumeiramente a população de Natal se refere ao bairro Cidade Alta.

<sup>197</sup> “Zefini” consiste numa corruptela do francês “c’est fini”, cujo significado é o mesmo da frase francesa: acabou, terminou. Tal palavra surgiu com o personagem Bertoldo Brecha (em homenagem ao dramaturgo alemão Bertold Brecht), interpretado pelo saudoso humorista Juvemário Tupinambá, que imortalizou o bordão: “Zefini, tá na boca do Brasil!” (C’est fini, está na boca do Brasil!).

<sup>198</sup> Entrevista concedida aos autores na cidade de Natal, em maio de 2013.

especializados foram convidados. Vai haver uma demonstração de todas as danças dos famosos Potiguares”<sup>199</sup>.

O prefeito Djalma Maranhão tinha um apreço especial pelas tribos de índios carnavalescas. Após a importante visita aos Potiguares, no dia seguinte, o político participou do “cauim” oferecido pela tribo de índios Guaranys, que homenageou o “pai branco”, como era chamado o prefeito natalense:

“Na Ocara, à av. Alexandrino de Alencar, cruzamento com a Rua Jaguarari, o Pagé Bum Bum extrai raízes de plantas medicinais e prepara, com um álcool proveniente da erva cidreira, uma bebida que se constitui segredo da tribo há mais de duzentos anos [...] Essa oferenda, que é feita anualmente ao “Pai Branco”, já se tornou uma tradição na vida da tribo e do Carnaval natalense. [...] Foram convidados especialmente para assistir a essa cerimônia, componentes da Federação Carnavalesca e os Cronistas”<sup>200</sup>.

As manifestações culturais e o folclore natalense eram muito expressivos em meados do século passado, subvencionados pela Prefeitura de Natal, sobretudo no governo do prefeito Djalma Maranhão, como nos lembrou o carnavalesco Raimundo Brasil. No expediente de 31.01.1959, *A República* realizou um balanço dos três anos de administração do político, tendo sido relatados os festivais folclóricos promovidos ininterruptamente nos anos de sua gestão – de 1956 a 1959. O jornal ainda lembrou o “fandango, lapinha, pastoril, boi calemba, chegada, bambelô, congo e cavallhada” que eram apresentados em praça pública e no Teatro Alberto Maranhão. Conforme o expediente, um outro motivo de atração turística, a exemplo dos folguedos, foi o “carnaval natalense considerado, pela imprensa do Sul como o terceiro maior Carnaval do Brasil”<sup>201</sup>.

O carnaval de Natal pós-1960 continuou a ser realizado, porém não com a mesma veemência daqueles entre as décadas de 1950 e 1960. No lugar das “batalhas

---

<sup>199</sup> *A República* de 05.02.1958.

<sup>200</sup> *A República* de 06.02.1958.

<sup>201</sup> *A República* de 31.01.1959.

carnavalescas”, o Executivo Municipal, em parceria com empresas locais, passou a promover ensaios gerais com os blocos carnavalescos. Na prévia carnavalesca de 1979 a Prefeitura de Natal realizou o precedente carnavalesco “Carnaval dos Carnavais”, que contou com a presença das escolas de samba, já em grande número, na capital potiguar – quinze ao total e três tribos de índios carnavalescas<sup>202</sup>.

É interessante notar que a partir do final dos anos 1970 as escolas de samba prosperaram em número de agremiações. É provável que esta ocorrência se deva ao foco dado a elas, principalmente pela transmissão dos desfiles do Rio de Janeiro, a partir de meados daquela década. Ferreira (2004) considera que a partir dos anos 1940 vários grupos carnavalescos começaram a se organizar pelo Brasil nos moldes das escolas de samba cariocas, e pondera: “será a partir da década de 1960 que a difusão do carnaval ao estilo da “Capital do Samba” tomará de roldão quase todas as cidades importantes do país” (FERREIRA, 2004, p. 373).

Na década de 1980, quando muitos discorriam sobre o declínio do carnaval da capital potiguar, constatamos uma efervescência da festa do Rei Momo. No ano de 1984, foi realizado o já tradicional “Carnaval da Saudade”, que antecedia as festas carnavalescas, contando com a presença das escolas de samba, das tribos de índios, dos trios elétricos<sup>203</sup>.

O grave acidente<sup>204</sup> envolvendo integrantes do bloco “Puxa-Saco”, que resultou no óbito de vários foliões, foi considerado pela imprensa e população como o suposto motivo para o declínio do carnaval em Natal. O Jornal *O Poti* trouxe a notícia estampada em sua primeira página e anunciou que a programação do carnaval natalense para aquele ano, provavelmente, seria cancelada<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> *O Poti* de 04.01.1979.

<sup>203</sup> *Diário de Natal* de 21.02.1984.

<sup>204</sup> O acidente ficou conhecido como a “Tragédia do Baldo”, sendo causado por um ônibus da empresa Guanabara, que atropelou 19 pessoas e deixou outras 11 gravemente feridas; quando estas passavam por debaixo do viaduto do Baldo.

<sup>205</sup> *O Poti* de 26.02.1984.

Não obstante o luto oficial em virtude das mortes, os festejos continuaram e foi decidido pelo então prefeito Formiga que haveria a folia momesca na cidade<sup>206</sup>, tendo sido montado o “palco” na Avenida Presidente Bandeira, no bairro Alecrim.

A década de 1980 foi, ainda, o marco da inserção dos trios elétricos no carnaval do Rio Grande do Norte, iniciando uma nova fase da festividade no estado. No ano de 1986 o prefeito natalense Garibaldi Alves “revolucionou” o carnaval ao trazer para a cidade a principal referência do carnaval baiano: o trio elétrico de Dodô e Osmar<sup>207</sup>, que animou os festejos. A euforia do carnaval daquele ano foi tão grande que o jornal *Tribuna do Norte* publicou a seguinte nota:

“Esquecido pelo poder público há mais de uma década, o carnaval de Natal ressurgiu com todas as forças, este ano, nas ruas. A presença do trio elétrico de ‘Dodô e Osmar’ no chamado ‘Corredor da Alegria’ traz de volta à avenida o povo e o ritmo quente do samba e do frevo. O enterro do carnaval natalense coincidiu com os anos de prefeitos biônicos da cidade. Em contrapartida a folia das elites crescia nos clubes, nos bailes ‘privés’, nas praias frequentadas pelos mais sofisticados. Este ano, por determinação do Prefeito Garibaldi Filho, o carnaval volta a ser a festa do povo”<sup>208</sup>.

Muito embora não possamos determinar que a folia momesca na capital potiguar de 1986 foi um divisor de águas como apregoa o jornal supracitado, é fato que a vinda da concepção baiana de carnaval somou-se às outras formas de “brincar”, tendo sido bem aceita pelo público.

Atualmente, durante o carnaval, Natal pode ser considerada uma cidade-festiva, na medida em que produz símbolos voltados para o mercado globalizado do divertimento e do lazer, em um contexto de “festa-mercadoria” (SERPA, 2007). Esse moderno sistema de produção cultural tem como uma de suas finalidades manter a

---

<sup>206</sup> *Diário de Natal* de 29.02.1984

<sup>207</sup> Dodô e Osmar animaram o carnaval natalense nos quatro dias de festa do ano de 1986.

<sup>208</sup> *Tribuna do Norte* de 09.02.1986.

função de produção e distribuição de mercadorias<sup>209</sup>, mas, também, de proporcionar momentos de diversão, encontro e sociabilidade. Aí reside uma das contradições da festa carnavalesca.

O carnaval natalense, hodiernamente, congrega, na festa momesca institucionalizada – chamado de “Carnaval Multicultural” –, uma folia “modernizada”, com a presença de artistas locais e nacionais, nos mais variados polos carnavalescos: Ponta Negra (bairro Ponta Negra – zona sul), Centro Histórico (bairro Cidade Alta – centro), Redinha (bairro Redinha – zona norte), Rocas (bairro Rocas – zona leste) e Atheneu (bairro Petrópolis – zona leste)<sup>210</sup>, e uma folia “tradicional”, com o desfile carnavalesco que ocorre no polo Ribeira (bairro Ribeira – zona leste) e o préstito dos inúmeros blocos pelos diversos polos, subvencionados ou não pelo Poder Público.

Percebendo o carnaval como um evento ritual, verificamos que nestes momentos de festividades visualizamos o fenômeno como agrupamentos humanos espontâneos, que dialogam e tensionam com outros inúmeros agentes que compõem o mundo social e estabelecem relações intermediadas pelos processos culturais.

É neste sentido que concordamos com Patrícia Vargas Lopes de Araújo (2011) ao afirmar que o carnaval é possível verificar a presença na noção de hierarquização da vida social. Tal como ocorria com a prática do entrudo no final do século XIX e início do século XX, após a institucionalização do carnaval em Natal,

---

<sup>209</sup> “A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder [...] Um poder não apenas sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também um poder de atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros” (GUATTARI; ROLNIK, 2010, p.27).

<sup>210</sup> Dentre os artistas nacionais que se apresentaram no carnaval 2016, destacam-se: Armandinho, Alceu Valença, Moraes Moreira, Elba Ramalho, Margareth Menezes, Monobloco, Baby do Brasil e Neguinho da Beija-Flor. Já os artistas locais, podemos mencionar: Krystal, Banda Detroit, Banda Alporriá, Banda Grafith, Nara Costa, Rodolfo Amaral, Luna Hesse, Valéria Oliveira e Debinha Ramos.

algumas formas prevalecem sobre as outras: blocos de elites, depois, escolas de samba, posteriormente, trios elétricos e, por fim, megapalcos.

Nos ensaios ou no préstito nos dias de momo, todos se relacionam com o espaço e a partir dele, exercendo sociabilidades mediadas por vínculos de amizade, parentesco, vizinhança, produzindo e reforçando identidades sociais e, porque não dizer, territoriais. A representação dramática das manifestações culturais ultrapassa a própria performance corporal e manifesta um ritual mais amplo, que envolve inúmeros agentes em um sistema espacial que abarca várias territorialidades, em um foco multiescalar e multidimensional, que envolve diálogos e conflitos.

### **Considerações Finais**

O carnaval de Natal sempre promoveu distintas ocasiões para se divertir, seja enquanto um festejo que reúne amigos em blocos para “as batalhas carnavalescas” nas ruas e nos bailes, seja com os “tradicionais” desfiles ou, ainda, com os “modernos” trios elétricos e megaeventos em grandes palcos montados para shows. Com o passar do tempo e, sobretudo, atualmente, a folia potiguar tomou outras proporções, agregando, aos desfiles de blocos e agremiações, novas maneiras de festejar. Sem querer entrar no debate da lógica do capital – dentro de uma visão maniqueísta e essencializada – que permeia a festa, acreditamos que o atual “carnaval espetacularizado” coexiste com as antigas brincadeiras de ruas e os préstitos institucionalizados da folia momesca.

Em outros termos e com outras configurações, nos meandros do carnaval-espetáculo atual ainda encontramos as antigas batalhas e desfiles. Para além da forte presença do carnaval-espetáculo no Rio Grande do Norte e, mais especificamente, em Natal, verifica-se a existência destas outras formas de manifestações culturais. Algumas delas contam com a iniciativa do poder público, como é o caso do carnaval

tradicional da Ribeira. Outras surgem a partir das iniciativas da própria população, com ou sem subvenção estatal, a exemplo dos grupos e blocos idealizados por famílias em suas ruas e bairros.

Neste sentido, não podemos concordar com o julgamento de que houve um declínio do carnaval natalense, em detrimento de outras festividades que ocorrem no interior do estado e nas praias. Na verdade, vislumbramos uma maior facilidade de deslocamento para essas localidades, bem como o aumento dos investimentos públicos e privados em festas nas cidades interioranas do Rio Grande do Norte, o que permite melhor infraestrutura e a contratação de grupos musicais com grande aceitação pela população. Contudo, a folia momesca natalense e, sobretudo, o desfile das escolas de samba e tribos de índios que dela fazem parte, persistem em sua coexistência com o modelo “espetacularizado”, rememorando a tradição dos corsos e dos desfiles que acompanham a história do carnaval natalense.

O carnaval em Natal sugere uma leitura do cotidiano a partir dos grupos citadinos, sejam menos ou mais abastados. Blocos e agremiações desfilam pela cidade, bandas realizam shows nos diversos palcos espalhados pela cidade, possibilitando a coexistência de variadas formas de festejo e o diálogo dos segmentos sociais que compõem a estrutura da sociedade.

Da prática carnavalesca emerge, pois, o sentimento de pertencimento ao grupo, calcado na vicinalidade e nas sociabilidades geradas, tecendo condições que possibilitam uma tríplice função enunciativa: é um processo de apropriação, e é ao mesmo tempo uma realização espacial do lugar que implica relações culturais, sociais, políticas, econômicas e simbólicas. Estes grupos carnavalescos, através de suas táticas cotidianas, atualizam as continuidades, transformações e resistências e existências no tempo da folia.

## Referências

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Os festejos de entrudo no século XIX. *In: Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, nov. 2011. p. 41-55.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: FUNARTE/UFRJ, 1994.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1881 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. Apresentação. *In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: EdUNICAMP, 2002. p. 11-26.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOZENA, Alessandro. **A geografia do samba na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora PoliSaber, 2009.

EFEGÊ, Jota. **Figuras e coisas do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOLDWASSER, Maria Júlia. **O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONÇALVES, Renata de Sá. **Os ranchos pedem passagem: o carnaval no Rio de Janeiro do começo do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 2010.

LEOPOLDI, José Sávio. **Escola de samba, ritual e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEDREIRA, Flávia de Sá. **Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal 1920-1945.** (Tese de Doutorado). Universidade de Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Chiclete eu misturo com banana.** Natal: EdUFRN, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais.** São Paulo: Ática, 1986.

SERPA, Angelo. Cultura de massa versus cultura popular na cidade do espetáculo e da “retradicionização”. In: **Espaço e Cultura.** n. 22. Rio de Janeiro, UERJ, NEPEC, jan/dez, 2007.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas.** Uberlândia: EdUFU, 2008.

## Resenha

# AS REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO EM LONDRINA, UMA HISTÓRIA REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ

Oswaldo Fiorato Junior<sup>211</sup>

Resenha recebida em: 15/05/2016.

Resenha aceita em: 18/07/2016.

A obra resenhada, *O Eldorado*, de autoria de José Miguel Arias Neto, tem seus limites temporais e espaciais bem delimitados, como todo trabalho historiográfico que necessita de recortes e escolhas. Apesar do título do livro causar uma certa confusão, como bem alerta a prefaciadora da obra, Suely Robles Reis de Queiroz (ARIAS NETO, p.vii-viii), ele já aponta indícios significativos sobre o objeto de estudo em questão.

Sua dimensão de influência e impacto na historiografia regional do Norte do Paraná ainda não pode ser averiguada com precisão e nem com caráter definitivo, já que sua referência em trabalhos acadêmicos se faz presente de maneira profusa ainda na atualidade. Mas, certamente, podemos elevá-la aos patamares de um trabalho, de certa maneira, inaugural. Não, porém, quanto ao seu objeto de análise, tampouco, quanto às referências historiográficas recorridas pelo autor, pois é o aspecto central

---

<sup>211</sup> Graduado em História e pós-graduando em Religiões e Religiosidades, ambas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0519288294893185>

do livro o conceito de progresso da região e sua abordagem inovadora que foram os grandes diferenciais para que se tornasse um trabalho referencial.

Arias Neto não tenta desmistificar o progresso, nem se verifica na sua intencionalidade negar o desenvolvimento econômico e social que a região experimentou ao longo das décadas de 1940 a 1970. O mérito do autor se encontra, portanto, em justamente pontuar as mudanças que as representações do progresso causaram no âmbito político da sociedade londrinense. Ainda assim, demonstra como estiveram circunscritas pelas ações diversas que grupos políticos e econômicos projetaram para engendrar seus interesses. O livro, publicado em 2008, já se encontra na sua segunda edição, exatamente dez anos após a publicação da primeira versão que, por sua vez, foi adaptada para a versão editorial cinco anos depois do autor em questão ter defendido a dissertação de mestrado que lhe deu origem. As representações mais simbólicas são a de Terra da Promissão, vinculada ao primeiro momento de colonização, e de Eldorado, posterior à década de 1940, muito mais ligada ao empreendimento cafeeiro. No entanto, estas duas representações não carregam o sentido original das expressões, mas, sim, demonstram o aspecto de simbologia das oportunidades de trabalho e enriquecimento em profusão.

O historiador utiliza-se de uma variedade de fontes históricas. Numa análise minuciosa, Arias Neto contrapõe discursos projetados com características fantasiosas a respeito da construção social do espaço enquanto região. O autor discorda de um conceito de região tomado *a priori*, como fez boa parte da ciência que estudou a região por volta dos anos 1950, acentuadamente, pesquisadores ligados à Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da USP. Nesse sentido, cabe historicizar este conceito e entendê-lo dentro da acepção de dominação, implicitamente e etimologicamente ligado à sua construção. Uma definição de região que leve em consideração a articulação de diferentes dimensões, como a organização social do território, as relações inter-regionais, assim como o capitalismo internacional, foram marcantes nas representações desse momento.

No primeiro capítulo temos uma análise densa a respeito da primeira delimitação temporal escolhida pelo autor, as décadas de 1920 e 1930. A Terra da Promissão é a ideia divulgada para representar Londrina enquanto espaço de riqueza natural inestimável, já que é propícia para se produzir demasiadas culturas orgânicas e é a terra do progresso. Esta primeira parte do trabalho está dividida em dois subcapítulos: no primeiro se pretende analisar as ocupações e colonizações movidas pelo empreendimento dos ingleses da *Paraná Plantations* e observar essa região a partir da visão dos colonizadores. Portanto, o autor demonstra que o discurso de progresso propagado pela CTNP se encontra na justificativa de um projeto capitalista inglês, que previa essencialmente o lucro. Arias Neto trabalha nessa primeira parte toda a contextualização da colonização da região.

Já no segundo momento estabelece uma discussão em torno do conflito entre os ingleses da CTNP e os defensores do movimento Paranista (movimento da elite paranaense na capital Curitiba). Dialoga, assim, com autores como Levi Strauss e Moinbeg para discutir o projeto racional de colonização da região. Outros autores importantes referenciados são Adum, Tomazi e Bernabé, utilizados aqui para discutir também o projeto de colonizar a região. A ideia de Terra da Promissão encontrou no seu contraponto, os Paranistas, a afirmação de terra de igualdade, frutífera e próspera, que caracterizou toda a região, trazendo a civilização onde antes só havia infinitas paisagens de matas intocáveis e inabitáveis. Um projeto capitalista e racional que, de modo pacífico e ordeiro, buscou o progresso em harmonia para paranaenses e brasileiros.

A partir do Estado Novo (1937-1945) houve uma reconfiguração nas representações do Norte do Paraná. Este regime pautou um projeto de Marcha para Oeste, ou seja, a colonização das regiões distantes do litoral. Uma obra é residual nesse sentido, *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, publicada em 1940. A justificativa ideológica para efetivar tal empreendimento é associada à memória bandeirante dos desbravadores paulistas dos séculos XVII e XVIII. Há uma disputa

ideológica, já que o litoral representa o atraso das velhas elites e do capital estrangeiro, enquanto que o Oeste é o futuro do desenvolvimento nacionalista e do trabalho. O intervencionismo varguista na economia e o nacionalismo intensificaram o processo de desarticulação da CTNP, que ocorreu no ano de 1944. Porém, Arias Neto identifica que o período de desarticulação corresponde ao período de 1939-1944. Contribui para esse processo uma crise política, com acusações de corrupção e que culminou com a queda do prefeito de Londrina e dirigente da CTNP, Willie Davids.

Nos anos 40, após a desarticulação da CTNP e do afastamento de Willie Davids, o grupo dos cafeicultores começa a exercer sua influência. A Associação Comercial de Londrina passa a ser a porta voz dos grupos dominantes, começam a surgir as primeiras fortunas do café, de muitos fazendeiros oriundos do Estado de São Paulo após o fim da segunda guerra. O discurso do progresso serve para justificar um novo grupo político que procurava consolidação nas esferas estadual e federal. Elementos como predestinação e estabilidade são fundamentais na sustentação desse discurso. Houve uma mobilização contra o Estado Novo, e ensejos políticos estiveram de acordo com a nova representação da cafeicultura. Representação universalista da cafeicultura, toda a lógica da política do Estado esteve a favorecer os cafeicultores.

Com o progresso gerado pela economia, um processo de modernização começa a operar na cidade de Londrina, devido às novas representações geradas pelas elites, que se tornaram conscientes de que Londrina enfrentava os mesmos problemas que qualquer outra grande cidade da metade da última centúria. O crescimento habitacional descontrolado e sem regulamentação, grandes conjuntos sem infraestrutura, como também a prostituição, geraram uma questão problemática. Concomitantemente, um processo regularizador promovido pelos poderes públicos no intento, a partir de uma lei municipal, de higienizar e modernizar a cidade segundo os padrões racionais da modernidade foi verificado pelo autor. O homem londrinense deve ser o sujeito ordeiro, trabalhador e justo. A pobreza foi uma preocupação latente

do período, já que mendigos, pedintes e moradores de ruas proliferaram, pois nem todos que vieram em busca do Eldorado conseguiram alcançá-lo.

Por um lado, as elites se motivaram a criar instituições de caridade para amparar essa porção de miseráveis, porém Arias Neto demonstra que esses grupos mantiveram um olhar sobre essa classe por meio de uma visão estereotipada do *outro* - marginalizado. Portanto, a solução seria enquadrar a porção de pessoas que poderiam ser ajudadas a partir de instituições assistencialistas e os demais seriam relegados à visão do elemento marginal, por excelência. A arquitetura e as edificações também podem ser apontadas como representações da modernidade na cidade. Nos anos 50 o autor identifica uma série de problemas ameaçadores para os cafeicultores. Entre estes infortúnios, podem-se citar as geadas, a fome, a ameaça do comunismo e a regulamentação governamental da produção do café. Estes dois últimos impactarem decisivamente nas representações em meados do século já que a interferência do Estado na economia gerou outra porção de celeumas. Um novo sistema de trabalho foi adotado, o trabalhador boia-fria entra em cena.

No último capítulo Arias Neto começa por analisar as representações geradas sobre Londrina já no final da década de 1950. Precisamente, no Jubileu de Prata da cidade, em 1959. Sobre esta questão o autor utiliza os conceitos de lugares de memória, de Pierre Nora, e da invenção das tradições, de Hobsbawn. Analisando comparativamente duas crônicas escritas sobre essa ocasião, o autor demonstra como as memórias sobre o passado já se mostram conflitantes nos setores da elite londrinense. Por um lado, há um velho saudosismo quanto ao tempo da CTNP e, do outro, o lugar de memória reside nos tempos áureos do café. Os símbolos culturais, que emergiram justamente nesse período, também merecem atenção do historiador, que os analisa a partir de sua representação na esfera governamental e pública. A partir dos anos 1960, paulatinamente, foi se perdendo a representação do Eldorado pela crise do café e a ditadura militar. Um apelo pela industrialização se fez a partir da imprensa, pois tentam manter a representação do progresso já não mais a partir

exclusivamente do café. Analisando uma crônica já na metade dos anos 1970, o autor observa a representação da reforma agrária no Norte do Paraná, que deixa de ser Eldorado para ser o exemplo da democracia agrária. No entanto, a reforma agrária via invasões era vista com ares negativos. Mais apropriado seria a manutenção da propriedade particular, direito sagrado, mas com reestrutura agrária, com democracia, alinhada ao plano de colonização racional.

Em suma, a obra analisada reflete um marco na historiografia regional do Norte do Paraná pela abordagem inovadora e pela influência exercida em uma geração de historiadores. A partir das representações da Terra da Promissão e do Eldorado o autor analisou o conceito de progresso e suas metamorfoses na história e memória local. Portanto, reside como obra essencial para se estudar e pesquisar a região em questão.

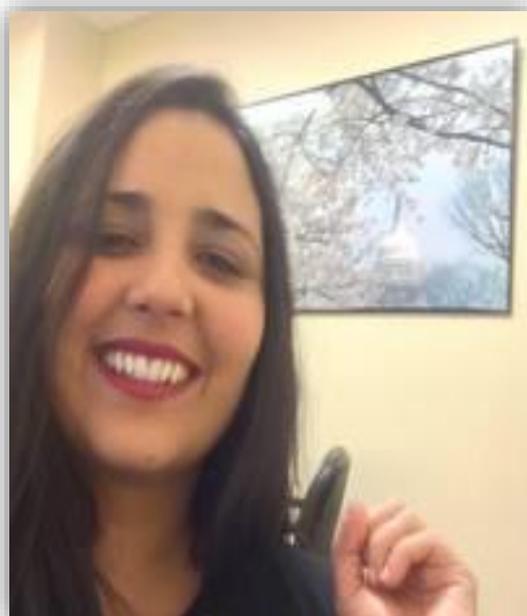
### **Referência bibliográfica**

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

## ENTREVISTA

DRA. SABRINA EVANGELISTA MEDEIROS

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E ESCOLA DE GUERRA  
NAVAL)



Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ (2005), com Bolsa sanduíche DAAD no WZB - Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde obteve bolsa sandwish na London School of Economics and Political Science pelo British Council (2001). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). É Professora Adjunta da Escola de Guerra Naval, no Centro de Estudos Político-Estratégicos, que contempla o recém-aprovado Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM-EGN/MB); e Professora-Colaboradora do PPGHC/UFRJ.

**Espacialidades:** O tema do nosso dossiê atual é: "Espaços de guerra, territórios do desejo: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços". De que maneira ele se articula com a sua formação acadêmica e como se pode compreender as relações internacionais por meio dessa ótica, com base na perspectiva do tempo presente?

**Profa. Dra. Sabrina Evangelista:**

O tema do dossiê atual – *Espaços de guerra, territórios do desejo*: conflito, negociação e relações de poder na construção dos espaços – no tocante à minha trajetória, é extremamente importante desde uma perspectiva construtivista e, de certo modo, um tanto alternativa. A minha trajetória, quanto aos estudos de cooperação, me trouxe aos estudos de reputação. Do ponto de vista teórico,

propus num artigo, publicado na revista Contexto Internacional, uma tipologia que divide a questão da reputação, ou a reputação propriamente dita, em dois tipos: uma reputação de ordem cooperativa e outra da ordem da liderança.

Essa reputação cooperativa está associada àquela capacidade que têm os atores de exprimir confiança no sistema internacional. Então, ela normalmente está associada a uma ordem jurídica presente nas relações interestatais, fundamentalmente, e essa ordem jurídica é permeada por relações que se estendem ao longo do tempo e que são caracterizadas pelos fatores históricos que representam esse país. Muito embora haja mudança de governos, esses países tem uma tradição ou geram uma tradição, normalmente qualificada na teoria econômica como “*path dependence*” – dependência da trajetória – gera um mecanismo de associação desses Estados a uma imagem de confiança ou desconfiança. A reputação cooperativa é aquela que vislumbra as quatro fases da negociação, quais sejam: a vontade de cooperar, sentar à mesa e dialogar; cooperar de fato, ou seja, executar um acordo; e, por último, a capacidade de agir de acordo com aquele acordo que é qualificada na literatura como capacidade de “*compliance*”. Sendo assim, e baseados nessas quatro fases dessa tipologia, os Estados exprimem algum grau de confiança ou desconfiança no sistema, no longo prazo, por que associado às suas questões de ordem histórica e, portanto, isso é determinante e tem um efeito importantíssimo para o sistema internacional.

A reputação por liderança é a capacidade de gerar a reputação por meio de relações de poder e, naturalmente, por meio da detenção desse poder em relação aos demais. É possível dizer que Estados fazem uso, eventualmente, de ambas ou predominantemente de um tipo de reputação. Sendo assim, podemos dizer que essa construção das relações de poder e nesses espaços de negociação mais recentes, ela é mediada por essas características, ou seja, as características mais associadas à cooperação ou características mais associadas à reputação por liderança. Muito embora a minha premissa seja de que, justamente por conta das relações de interdependência atuais, não é possível a nenhum Estado fazer uso somente de um modelo de reputação. Nesse sentido, Estados estão mais

compelidos do que antes com base nas instituições internacionais, mas também com base na sua capacidade de agir e reagir no futuro, dado que relações de desconfiança, hoje, são extremamente nocivas em escala, ou seja, em cadeia. A teoria das relações interdependentes e complexas nos provam que as relações, em sendo complexas, têm um efeito dominó que é impossível aos Estados mensurar.

Portanto, Estados temem, mesmo que com relações de poder exaustivas e bastantes completas, de alguma forma. Esse espaço é mediado por regimes internacionais, regimes regionais e regimes temáticos, como é o caso das organizações ligadas ao comércio, a alimentos e ao petróleo. Todos esses regimes atuam para o fortalecimento dessas relações de interdependência. Portanto, no meu ponto de vista, a perspectiva de tempo presente, hoje, é mediada por esses dois modelos de reputação e embebida numa conjuntura formada por relações de interdependência complexa cada vez mais importante para efeito de política externa dos Estados.

**Espacialidades:** A situação dos refugiados de guerra tem gerado convulsões sociais, muitas vezes, de caráter xenofóbico. A extrema-direita na Europa, em particular, tem apresentado um alinhamento com esse sentimento, além de vir ganhando capital político frente aos cidadãos de países como a França, por exemplo. Dentro desse contexto, é possível que se tenha uma guinada para a aplicação de soluções políticas menos democráticas, ou mesmo autoritárias?

**Profa. Dra. Sabrina Evangelista:**

Dentro dessa conjuntura, a circulação de indivíduos não parece estar dentro do escopo da interdependência. Ou seja, apesar de as relações serem mais intensas, e apesar de os regimes e da arquitetura institucional poderem abrigar, cada vez mais, tipos de cooperação e modelos de aproximação, a questão da circulação de indivíduos não evoluiu do mesmo modo.

Em 2005, eu defendi uma tese de doutorado no IUPERJ, atual IESP, que tinha como tema as políticas migratórias. No modelo que eu criei haviam sete variáveis principais, dentre as que caracterizam mudanças nas políticas migratórias. Então, sete fatores fariam mudar as políticas migratórias. Dois deles, somente, fariam as políticas migratórias tenderem à liberalização, em oposição àqueles cinco outros fatores que tenderiam à restrição, ou seja, que fechariam as políticas migratórias.

Do ponto de vista teórico, eu fiz uma tese bastante dividida tematicamente: um campo da teoria política, buscando compreender a transição das ações de um nível nacional para um nível supranacional e a existência de um consenso sobreposto, possível, quanto à questão na linguagem do John Rawls. Em seguida eu fiz um outro capítulo de relações internacionais, pensando essa supranacionalidade particularmente. Fiz, também, um trabalho do ponto de vista econômico, pensando a economia da imigração e o principal fator, que é a imigração por trabalho como uma condição importante para os Estados, porque, em geral, é pouquíssima custosa para o Estado, e como parte importantíssima das variações e da ciclotimia econômica. Por último, eu falei das variáveis e do caso da América Latina, que, na ocasião, especialmente em 2005, não era muito falado, mas que provocava esses deslocamentos importantes. Não tinha um signo estatístico importante, ou seja, o número de imigrantes não era estatisticamente relevante. Contudo, já se podia ver a incidência nas políticas migratórias com efeito econômico.

Na ocasião da tese, ao concluir que as políticas migratórias variavam substancialmente para direita, ou seja, para o fechamento, foi possível dizer que dentro desses elementos não só as políticas migratórias para efeito das imigrações temporárias e voltadas para o trabalho eram afetadas, mas há também aquelas vinculadas aos refugiados, porque aquela conjuntura já era uma conjuntura de menos guerras estatais e mais guerras intraestatais.

E dentro dessa conjuntura de guerras intraestatais, é possível se afirmar que a incidência dos partidos políticos em guerras civis, ou as questões de caráter

ideológico, quando envolvidas por guerras de ordem civil, elas têm, ainda, maior repercussão, mesmo que externas ao Estado. Então, quando falamos de crises de ordem humanitária, de deslocamento de populações na África, por conta de guerras internas ou interestatais, estamos falando de uma crise de ordem civil que é mais importante, mais afeta ainda a questão da Europa, por exemplo, dos países europeus e como eles lidam com isso.

A inserção dessa extrema direita na Europa, por exemplo, mas não só, está vinculada ao fato de que a conjuntura é muito maior em termos de crise civil e de crises intraestatais e a incidência das ideologias nesse campo é ainda maior. E essa pressuposição de que as crises têm que serem resolvidas, ou atuação sobre essas crises tem que serem resolvidas por mecanismos de intervenção para que se evite o alastramento, acaba gerando um efeito perverso que é, justamente, o alargamento das crises e, portanto, a não finalização dos problemas decorridos dela.

**Espacialidades:** A guerra civil que está ocorrendo na Síria é um assunto que não poderia deixar de ser lembrado a partir da apreciação da temática apresentada pela revista. A atuação de potências internacionais vem sendo interpretada por políticos e imprensa como um embrião de uma “nova guerra fria” e uma “miniguerra mundial”. Na sua opinião, quais seriam os principais problemas existentes nessa cooperação e quais poderiam ser as consequências?

**Profa. Dra. Sabrina Evangelista:**

Essa conjuntura criada na guerra da Síria, eu qualifico como tendo sido criada antes, quer dizer, recentemente houve o reconhecimento, por parte dos britânicos, de que a guerra do Iraque foi um erro. Então, os marcos fundamentais, para mim, são ainda a guerra do Iraque e do Afeganistão e todos os elementos que foram trazidos com ela. Não podemos esquecer que os Sunitas foram tirados do poder do Iraque. Existe uma questão da ordem da segurança alimentar, não só uma questão da ordem política. Ou seja, Sunitas aliados do

poder e totalmente rechaçados dentro do modelo político que se impôs depois do Iraque. Mas também uma crise de ordem humanitária, alimentar e tudo mais, e que gerou um ambiente propício para inserção de grupos extremistas e naturalmente requisitando a substituição dessa ordem política que ficou depois da guerra. Isso não diferente também do Afeganistão, nesse sentido, de que a intervenção provoca a divisão social, a crise humanitária e também provoca a inserção de grupos particulares, e isso tem uma continuidade importante na guerra da Síria quanto às relações que se interpelam na Síria. Então, a novidade da guerra da Síria, nesse sentido, no meu ponto de vista, é a interpelação Russa e a transição dessa guerra como uma guerra de intervenção, uma guerra, mais uma vez, de retirada de um ditador, uma guerra que se vê pautada pelos grupos de oposição *versus* um regime que vai ser retirado pelos grupos de oposição apoiados pelos Estados Unidos e a observação dessa guerra como sendo uma guerra que interpela esses outros atores como a Rússia, na figura do Bashar al-Assad e interpelando-se nessa guerra em oposição à própria política norte-americana e à política dos europeus como os franceses, por exemplo.

Nesse sentido, é possível dizer que essa nova configuração de guerra-fria, naturalmente, tem consequências graves, não só para a questão humanitária como nós temos visto, para a questão da incidência desses grupos nas comunidades locais, para a criação de novos grupos armados com grande repercussão de ordem humanitária, justamente porque existem esses atores e por traz esses atores armam esses grupos. Então, a crise humanitária é muito maior exatamente porque atores grandes são interpelados durante essa guerra e as consequências para a ordem do sistema internacional e para a humanidade são incalculáveis.

As consequências para o sistema internacional são aquelas que vislumbravam antes a incidência cada vez maior de democracias e, do contrário, observamos regimes autoritários sendo mais bem-sucedidos no controle dessas questões do que os regimes democráticos, ou aparentemente democráticos, introduzidos como no Iraque, por exemplo. E isso é muito ruim, porque a gente observa que regimes autoritários têm sido, fundamentalmente no Oriente Médio,

comumente menos afetados por essas questões, e em especial porque os regimes democráticos não foram qualificados pela própria população. Normalmente eles foram parte de algum processo de intervenção e, portanto, esse modelo já é por si só falido.

Por outro lado, a crise humanitária é criada, como antes, por atores internacionais de robustez militar e essa crise internacional humanitária não responsabiliza esses mesmos atores e, normalmente, só tem a capacidade de responsabilizar os governos em operação, como no caso de Bashar al-Assad, se houvesse um futuro de condenação, como aconteceu, no caso da Líbia, com o Muamar Kadafi. Então, as repercussões são inúmeras e, mais certamente, governos mais frágeis são mais passíveis de prolongar guerras e, portanto, uma solução terceira que não o fortalecimento do Bashar al-Assad, ou que não a retirada dele, talvez emergja como uma solução possível.

**Espacialidades:** Ainda sobre os conflitos na Síria, sabe-se que uma de suas consequências mais dramáticas é o intenso fluxo migratório de refugiados. Tendo em vista as soluções apresentadas por cada nação, qual a perspectiva que existe para uma integração entre os países e para a assimilação desse contingente populacional?

**Profa. Dra. Sabrina Evangelista:**

A questão do fluxo de refugiados provenientes da Síria é um problema de ordem humanitária, conquanto se envolvam atores não só do sistema da OTAN como também do sistema internacional como um todo e, portanto, essa é uma crise de responsabilidade universal. O Brasil tem se posicionado em relação aos refugiados Sírios de maneira bastante progressista. Embora sua legislação seja muito antiga, o Brasil foi atento em relação à revisão da política migratória, foi criada uma comissão e se estabeleceu um compromisso que é renovado ano a ano em relação a esses refugiados.

O problema é que a política de refugiados, do ponto de vista internacional, ou como ela é regida pelos mecanismos institucionais existentes junto à ONU, ainda

é insuficiente para garantir a sobrevivência dessas populações nos países de destino. As políticas, tais como estão organizadas na Europa, ainda são alvos de críticas, porque não há um efetivo controle, do ponto de vista da União Europeia, quanto à proporcionalidade ou à responsabilidade de proteger essas populações. Aqui não estou falando do RtoP, que é o responsibility to protect, eu estou falando da responsabilidade de proteger para além das intervenções humanitárias, ou seja, a uma extensão do RtoP para efeito das consequências relacionadas à migração de pessoas em relação a suas guerras civis.

**Espacialidades:** Recentemente, o ex-ministro Celso Amorim, ao rebater declarações do atual ministro das relações exteriores, José Serra, escreveu um artigo de título “Guinada à direita no Itamaraty”. Esse debate acabou por suscitar uma discussão sobre a presença do ideológico na condução da política externa. Como isso pode ser percebido, caso seja evidente, no contexto em que o Brasil se insere e quais são as perspectivas para os próximos anos?

**Profa. Dra. Sabrina Evangelista:**

Quanto ao Celso Amorim, de que no Brasil existe uma guinada à direita e a presença de cunho ideológico, na verdade a presença de cunho ideológico foi uma caracterização comum quando o Brasil, por meio, inclusive, do ministério do Amorim e dos governos Lula e Dilma, começa a se voltar para políticas de reconhecimento da sua vizinhança, tanto na América do Sul quanto na África, em especial na África observando o oceano Atlântico como uma fronteira marítima, como um mecanismo de ligação e não de distanciamento. Nesse momento, então, a gente observa uma crítica com relação a esses movimentos de criação de embaixadas, de programas particulares de ações cooperativas de ordem técnica, de desenvolvimento, em relação tanto à América do Sul quanto à África, e esses, sim, são programas que são caracterizados como ideológicos.

Da mesma forma, os que caracterizaram esses movimentos como positivos para a política externa brasileira, trazendo a política externa, sobretudo, para o

executivo e tirando, em parte, o poder decisório somente do Itamaraty, que usufruiu durante muitos anos invejável autonomia em relação aos outros ministérios. Esses defensores desse paradigma, que aconteceu até então, acusam esse ministério e o caracterizam de um ministério ideológico, ou seja, as ideologias estão presentes, no meu ponto de vista, em ambos, pois o que caracteriza agora é, naturalmente, uma incidência maior do Executivo sobre o Ministério das Relações Exteriores e esse quadro não se reverteu, pelo menos até agora, com a recente mudança de governo na figura do presidente Temer. Embora ele diga que a profissionalização do Itamaraty ou a questão de ordem técnica deve prevalecer, continua sendo dentro do próprio Itamaraty uma divisão de ordem ideológica entre àqueles que acreditam que a política externa deve ser menos americanista e mais autônoma e outros que ela deve estar alinhada com o primeiro mundo, ou seja, os Estados Unidos ou a União Europeia.

Essa divisão ideológica que caracteriza e caracterizou, naturalmente, os governos, anteriores e de agora, ela não deixa de atuar no Itamaraty. O que eu observo é que nos últimos trinta anos houve cada vez maior incidência dessas questões ideológicas também no Itamaraty, que parecia estar, até as décadas de 70 ou 80, alijado desse processo político partidário do país. Não só havia pouca incidência do Executivo, com grande autonomia do Ministério das Relações Exteriores, como também havia, digamos, uma proteção do Itamaraty em relação às disputas ideológicas que se faziam cumprir no próprio país. Então, eu observo que a perspectiva dos próximos anos não pode se desgarrar dessa função. Ou seja, cada vez mais a política externa é, sim, uma questão de ordem político-partidária, ela não está alijada do perfil eleitoral, embora não seja mais importante do que as outras, mas ela não está mais fora do perfil político eleitoral desses partidos e candidatos e quanto a isso, eu acho que não é possível que se reverta. O Itamaraty, assim como o país, se encontra extremamente dividido e é natural que essa política em relação à autonomia e às relações com políticas sul-sul seja diminuída em detrimento das políticas voltadas para as relações sul-norte.

